

PDI



Plano de
Desenvolvimento
Institucional
2020-2024

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – Cefet/RJ**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
PDI 2020-2024**

Rio de Janeiro

2019

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO
SUCKOW DA FONSECA – Cefet/RJ**



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
PDI 2020-2024**

“Acompanhando a evolução das ideias filosóficas que têm presidido ao desenvolvimento do ensino de ofícios, desde suas origens, quando era olhado como humilhante e desprezível, até aos dias de hoje, em que se encontra valorizado e em pé de igualdade com os outros ramos da educação, sente-se não terem ainda chegado ao seu término as transformações constantes por que tem passado, principalmente quando se leva em conta o fato de dever ele acompanhar as correntes econômicas e filosóficas próprias de um mundo, como o de hoje, em contínua e acelerada mutação”. (Celso Suckow da Fonseca, 1961).

Rio de Janeiro
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

[VER COM BIBLIOTECA]

exemplo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U48	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Plano de desenvolvimento institucional 2017-2021 / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Coordenação Executiva Pró-Reitoria de Planejamento – 2016. 213 f. : il. , tab. , 30 cm. Bibliografia: f. 147-150. 1. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – planejamento estratégico. I. Silva e Silva, Loreine Hermida (coord.). II. Título. CDD 378.81 CDU 378.4(815.3)UNIRIO:005.21
-----	--

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (CRB-7/4166)

[folha de aprovação CODIR]



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA**

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub
Ministro da Educação

Antonio Paulo Vogel de Medeiros
Secretário-Executivo do Ministério da Educação

Ariosto Antunes Culau
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA - Cefet/RJ**

Maurício Aires Vieira (*pro tempore*)
Diretor-Geral

Marcelo de Sousa Nogueira
Vice-Diretor

DIRETORIAS SISTÊMICAS

Gisele Maria Ribeiro Viana
Diretoria de Ensino

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Maria Alice Caggiano de Lima
Diretoria de Extensão

Inessa Laura Salomão
Diretoria de Administração e Planejamento

Célia Machado Guimarães e Souza
Diretoria de Gestão Estratégica

DIRETORIA DO SISTEMA *MULTICAMPI*

Tiago Siman Machado
Diretor do *campus* Angra

Luiz Diniz Corrêa
Diretor do *campus* Itaguaí

Alberto Boscarino Junior
Diretor do *campus* Maria da Graça

Bianca de França Tempone Felga de Moraes
Diretora do *campus* Nova Friburgo

Luane da Costa Pinto Lins Fragoso
Diretora do *campus* Nova Iguaçu

Frederico Ferreira de Oliveira
Diretor do *campus* Petrópolis

Fabiano Alves de Oliveira
Diretor do *campus* Valença

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDI

Comissão Central

Úrsula G. R. Maruyama (até 25/03/2019) / Célia M. Guimarães e Souza (Presidente)
André Damasceno Brown Duarte (Associação de Ex-alunos)
Claudio José Gomes Kramer (Associação de Ex-alunos)
Cleberon Lael Assis Melo (Pres.DCE).
Francisco de Assis Bandeira Alves (rep. CODIR)
Gisele Maria Ribeiro Vieira (DIREN)
Inessa Laura Salomão (DIRAP)
João Carlos Martins (Associação de Ex-alunos)
João Terêncio Dias (rep. CEPE)
Luiza da Silva de Arruda (Pres. Grêmio)
Maria Alice Caggiano de Lima (DIREX)
Maurício Saldanha Motta (rep. Comissões Locais)
Melissa Garcia Machado (rep. CEPE)
Michele Roberta Rosa e Silva (rep.DIREG – secretária CC)
Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco (DIPPG)
Priscila Daniel de Paiva Gama e Silva (DEDIN/Comissão Operacional)
Teresa Cristina Gaio Mattos (CODIR)

Comissão Operacional

Kátia Aparecida da Silva Rocha (Presidente)
Claudia Fragelli
David Rodrigues
Maglane Cardinale de Andrade
Marcia Rodrigues Alves
Osmarina Ventura dos Santos
Priscila Daniel de Paiva Gama e Silva
Úrsula Barreto Gomes Mathias da Silva
Vera Lucia Brandão Varejão
Viviane Lima da Conceição

COMISSÕES TEMÁTICAS

Ensino

Gisele Maria Ribeiro Vieira (Presidente)
Ana Letícia Couto Araújo
Flávia Rodrigues de Lima
Juliana Teixeira Jesus Ramos
Kátia Ferreira de Oliveira
Marcia Rosa Carvalho Gomes
Ronney Arismel Mancebo Bolloy

Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco
(Presidente)
Alessandro Rosa Lopes Zachi
Arthur Adeodato
Bráulio Tito dos Santos
Cristina Gomes de Souza
Dayse Haime Pastore
Juliana Primo Brasília de Souza
Luís Felipe Guimarães de Souza
Marta Lucia Azevedo Ferreira
Nisete Augusta de Amigo
Valmir Martins de Barros

Extensão

Maria Alice Caggiano de Lima (Presidente)
André Alexandre Guimarães Couto
Fernanda Aventura Pereira de Oliveira
Jonatas Lima Valle
Luan Marconi Bezemat Alvim
Marcelo Aguirre Wanderley
Marcelo Alencar Santana Irineu
Nathália Santos do Nascimento
Phelipe Martins
Raphael Corrêa Martins
Sandro Mello Sgambato
Vanessa Rodrigues de Lima

Internacionalização

Angela Lopes Norte (Presidente)
Aline Provedel Did

Ana Claudia Carvalho de Freitas
Fabrícia Eugênia Gomes de Andrade
Gabriela Hungerbühler

Tecnologia da Informação

Julliany Sales Brandão (Presidente)
Elizabeth da Conceição C. B. da Silva.
Glauco Fiorott Amorim
Lawrence dos Santos Fernandes
Marcel Trajano Kuhfuss de Mendonça
Pedro Henrique Gonzalez Silva
Raphael Guimarães Carvalho
Thiago de Oliveira Souza
Thiago Montozo Mendonça

Governança

Célia M. Guimarães e Souza (Presidente)
Elisa Addor Taves
Kátia Aparecida da Silva Rocha
Maurício Fernando Schneider Kist
Priscila Daniel de Paiva Gama e Silva
Úrsula Barreto Gomes Mathias da Silva

Administração e Planejamento

Inessa Laura Salomão (Presidente)
Alexandre Cardoso Quintanilha
Célia Machado Guimarães e Souza
Elisa Addor Taves
Livia Dias de Oliveira Nepomuceno
Magda Lauri Leite
Monique Daiane Correia Lopes Latuf
Paula Michelle Purciconio
Renata Cardoso Fernandes Paz
Sérgio Kazuyoshi Saruwataru
Sônia Gomes de Moura
Valéria Dias do Nascimento Marques

Pessoas

Agmar da Rocha Martins (Presidente)
Aline Rocha Cordeiro de Oliveira
Camila Batista Rodrigues

Carina da Conceição Rodrigues Acioli
Ferreira

Daniele Samira Ferreira Abdalla
Fabiana Dutra Boscher
Gabriela Marinho Fonseca
Gustavo Silva Marchiori
Lizandra Vieira Sophia
Magali da Rocha Martins
Melissa Garcia Machado
Rafaela Tavares Clemente
Ricardo Fazoli da Silva
Sheila da Silva Carvalho Santos
Simone Correa Welte

Infraestrutura: Prefeitura

Mário dos Santos Soares (Presidente)

Décio Garcia de Souza
Francesco Conte

Infraestrutura: Arquivo

Valdete Barros Barbosa (Presidente)
Wallace Medeiros da Silva

Infraestrutura: Biblioteca

Tânia Maria Gomes de Mello (Presidente)
Edmundo Franco Martins
Mariana de Oliveira Caruso Carvalho
Vanessa Suane de Souza

TEMAS TRANSVERSAIS

Sustentabilidade Ambiental

Aline Guimarães Monteiro Trigo
(Presidente)
Clara Lima Cavalcante de Figueiredo
Dailleney Chagas de Oliveira Mariano
Myrna da Cunha
Ricardo Jeronymo Reinoso

Renata da Silva Moura (Presidente)
Nancy Regina Mathias Rabelo

Esporte

Gilmar Fabiano de Almeida (Presidente)
Alessandro Cordeiro Matos Luciw

Direitos Humanos

André Alexandre Guimarães Couto
(Presidente)
Patrícia Ferreira de Souza Lima

Comunicação Institucional

Mariana Thereza Pereira Sant'Anna
(Presidente)
Isabela Eugenio Almeida
Isabela Menezes da Silva Devonish
Marilda Barroso Bottino

Comunicação Científica

Marcelo Borges Rocha (Presidente)
Mylena Guedes Passeri

Arte & Cultura

COMISSÕES LOCAIS – SISTEMA MULTICAMPI

campus sede Maracanã

Maurício Saldanha Motta (Presidente)
Ana Luiza Romualdo da Nóbrega
Bernardo José Lima Gomes
Gabriel Vitor Soares Gouvea
Heitor Soares Mendes
José Claudio Guimarães Teixeira
José Maurício de Azevedo Cardoso
Margarida Lourenço Castello
Richard Mafort Oliveira da Silva
Úrsula Barreto Gomes Mathias da Silva
Valéria Pereira

Luane da Costa Pinto Lins Fragoso
(Presidente)
Abelardo Amaro dos Santos Junior
Alan Binoti da Conceição
André Felipe do Nascimento Alves
Andréa Justino Bibeiro Mello
Andrey Medeiros Batista
Danielle Baccaro Vieira
José André Villas Boas Mello
Julius Monteiro de Barros Filho
Samantha Andrade da Rosa
Susy Darlen Dutra de Vasconcelos
Thyago Leite da Silva
Viviane Santana Marquezini
Wanderley Freitas Lemos
Yuri Gitahy do Sacramento

campus Angra

Tiago Siman Machado (Presidente)
Carolina Alencar Caldeira de Souza
Cristiane de Melo Cabral Franca
Elizabeth Mendes de Oliveira
Everton Pedroza dos Santos
Guilherme de Souza Monteiro
Henrique Varela Ribeiro
Marcus Val Springer
Vanessa de Almeida Guimarães
Yasmin Aparecida de Oliveira Chaves

campus Valença

Fabiano Alves de Oliveira (Presidente)
Alexandre Machado dos Santos
Alexandre Matos Drumond
Amilton Ferreira da Silva Júnior
André Luiz da Silva Fonseca
Diana Clara Nunes de Lima
Elton Luis dos Santos Gomes
Fernanda dos Santos Rocha
Fernanda Gabriele Silva Corrêa
Gabriel Paiva Paschoal da Silva
Hebert Pereira Brites
Isabella Rodrigues Viviani
Jamile Maureen de Sousa Oliveira
Jéssica Pereira Ramos
Lícia Giesta Ferreira de Medeiros
Luciana Pinheiro Brum Pereira
Marcela de Lima Silva
Maria Alice de Mello Beiler
Mariana Nóbrega Nascimento
Pablo Machado Amorim

campus Nova Friburgo

Bianca de França Tempone Felga de
Moraes (Presidente)
Ana Maura dos Reis Rocha
André Queiroz Ferreira de Mello
Diogo Oliveira de Azevedo
Ivan Carneiro de Campos
Luan Gomes Schimidt
Rafaela Oliveira Moreira

campus Maria da Graça

Alberto Boscarino Junior (Presidente)
Alice Soares Morais de Castro
Danielle Gomes Dias
Saulo Bohrer

campus Nova Iguaçu

campus Petrópolis

Frederico Ferreira de Oliveira (Presidente)
Alexandra Maria de Abreu Rocha
Carlos Silva de Jesus

Ester Cristina Mello Guerra
Fátima Aparecida Ribeiro Simas Neves
João Paulo Fernandes
Patrícia Ferreira de Souza Lima
Welerson Fernandes Kneipp

campus Itaguaí

Luiz Diniz Correa (Presidente)
Fernando Albuquerque dos Anjos
Francisco Carlos Martins
Francisco Carlos Nipo da Silva
Maria Luiza Silva de Sousa Freitas
Nelson Mendes Cordeiro

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P Agenda Ambiental na Administração Pública
ABEPRO Associação Brasileira de Engenharia de Produção
ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPN Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
AC Tema Transversal Arte e Cultura
ACG Avaliação dos Cursos de Graduação
AG Campus de Angra dos Reis
ALERJ Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANDIFES Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AP3 Avaliação Presencial 3
APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APLs Arranjos Produtivos Locais
APP-CAMPI Apoio do Projeto de Pesquisa Individual por Campi
AQ Infraestrutura: Arquivo
ASCRI Assessoria de Convênios e Relações Internacionais
AUDIN Auditoria Interna
AUX-IND Auxílio Individual
AVALIES Avaliação das Instituições de Educação Superior
AWISA Association of Washington International Student Affairs
BB Infraestrutura: Biblioteca
BEP Bacharelado em Engenharia de Produção
BIBCE Biblioteca Central
BCCIE British Columbia Council for International Education
BPEQ Banco de Professor-Equivalente
BRAZTOA Associação Brasileira de Operadoras de Turismo
BSC Balanced Scorecard
BSI Bacharelado de Sistemas da Informação
CAE Coordenadoria de Assistência Estudantil
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CA Colegiado Acadêmico
CASI Congresso de Administração, Sociedade e Inovação
CC Comunicação Científica
CCB Comunidade Congolesa no Brasil

CCCSS Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária
CCONC Coordenação de Concursos
CCSF *City College of San Francisco*
CD Cargo de Direção
CDI Capacitação com Dedicção Integral
CDP Capacitação com Dedicção Parcial
CD-ROM *Compact Disc Read-Only Memory*
CECERJ Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEDERJ Centro de Educação a distância do Estado do Rio de Janeiro
Cefet/MG Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Cefet/RJ Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CENAFOR Centro Nacional de Formação Profissional
CEO *Chief Executive Officer*
CEPE Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CETEG Centro de Treinamento do Estado da Guanabara
CGLAT Coordenadoria Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
CGU Controladoria-Geral da União
CI Comunicação Institucional
CIEE Centro de Integração Empresa-Escola
CIEP Centro Integrado de Educação Pública
CIS/PCCTAE Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNCT Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE Conselho Nacional de Educação
CNE/CEB Câmara de Educação Básica do CNE
CNE/CES Câmara de Educação Superior do CNE
CNS/PCCTAE Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPA Comissão Própria de Avaliação
CODIR Conselho Diretor
COEDI Comitê de Editoração
COEXT Coordenadoria de Extensão
COGRA Coordenadoria dos Cursos de Graduação
COMETE Coordenação do Curso Técnico de Meteorologia

CONAES Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONEN Conselho de Ensino
CONEX Conselho de Extensão
CONIF Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
CONNEABs Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros
CONPUS Conselho do Campus
COPEP Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação
COPET Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos
COSAI Comitê de Sustentabilidade Institucional
CPA Comissão Própria de Avaliação
CPAD Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CPC Conceito Preliminar de Curso
CPGLS Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
CPPD Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRA Coeficiente de Rendimento Acadêmico
CREA –RJ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
CRIAAD Centro de Recursos Integrados de Atendimento
CSAP Capacitação dos Servidores de Administração e Planejamento
CsF Ciência sem Fronteiras
CSS *Cascading Style Sheets*
CTCH Centro de Tecnologia e Ciências Humanas
CT&I Ciência, Tecnologia e Inovação
CTS Ciência, Tecnologia e Saúde
DAES Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DASPE Divisão de Atenção a Saúde e Perícia
DEAC Departamento de Assuntos Comunitários
DEDED Departamento de Desenvolvimento Educacional
DEDIN Departamento de Desenvolvimento Institucional
DEDIT Divisão de Editoração
DEMET Departamento de Ensino Médio e Técnico
DEPEA Departamento Acadêmico de Administração
DEPEQ Departamento de Pesquisa
DEPES Departamento de Educação Superior
DEPOG Departamento de Pós-Graduação
DERAC Departamento de Administração e Registros Acadêmicos

DH Tema transversal: Direitos Humanos
DIAPE Divisão de Apoio Pedagógico
DICAD Divisão de Cadastro
DICAP Divisão de Capacitação e Desenvolvimento
ASCOM Assessoria de Comunicação Social
DIEMP Divisão de Integração Empresarial
DIGES Diretoria de Planejamento e Gestão
DILCO Divisão de Legislações e Contratos
DILEN Divisão de Legislação e Normas
DIMED Divisão de Mídias Educacionais
DIMOV Divisão de Movimentação e Lotação
DINFO Divisão de Infraestrutura da Informação
DIPAG Divisão de Pagamento
DIPED Divisão de Projetos Educacionais
DIPPG Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
DIRAP Diretoria de Administração e Planejamento
DIREG Direção Geral
DIREN Diretoria de Ensino DIREX Diretoria de Extensão
DIREX Diretoria de Extensão
DISAI Divisão de Estratégia para a Sustentabilidade Ambiental Institucional
DIVAD Divisão de Apoio Administrativo
DLEA Departamento de Línguas Estrangeiras Aplicadas
DOU Diário Oficial da União
DPROV Divisão de Programação Visual
DSB Desafio Solar Brasil
DRH Departamento de Recursos Humanos
DTINF Departamento de Tecnologia da Informação
DVD *Digital Video Disc*
EAs Entidades Apoiadoras
EaD Educação a Distância
EBC Empresa Brasileira de Comunicação
EBTT Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
ECEME Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EDUCIRS Educação em Ciências e Representações Sociais
EGTI Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
EIEP Encontro *Intercampi* de Educação Profissional

ELOS Núcleo de Estudos em Logística, Operações e Serviços

E-MEC Sistema de Informações da Educação Superior do MEC

EMMA Estudos em Modelagem Matemática

EMT Ensino Médio e Técnico

EN Ensino

ENACTUS *Enterpreneurial Action United States*

ENADE Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENAP Escola Nacional de Administração Pública

ENCEP Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Engenharia de Produção

ENEGEP Encontro Nacional de Engenharia de Produção

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

EP Tema Transversal: Esporte

EPI Equipamentos de Proteção Individual

e-SIC Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão

ETN Escola Técnica Nacional

EUA Estados Unidos da América

EX Extensão

FAPERJ Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FEBRACE Feira Brasileira de Ciências e Engenharia

FECTI Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação

FG Função Gratificada

FIC Formação Inicial e Continuada

FINEP Financiadora de Estudos e Projetos

FOFA Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

FOPROP Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação

ForPDI Plataforma Aberta para Elaboração, Gestão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Universidades Federais.

FORPROEX Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

FORPROEXT Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

GA Gestão

GABIN Gabinete da Direção-Geral

GAIC Grupo de Automação, Instrumentação e Controle

GEEMAT Grupo de Pesquisa em Empreendedorismo, Energia, Meio Ambiente e Tecnologia

GEOS Gestão e Engenharia de Operações e Sistemas

GND Grupo de Natureza da Despesa

GP Pessoas
GPESQ Grupo de Pesquisa
GPs Grupos de Pesquisa
GV Governança
HTML Hypertext Markup Language
IAAS Indicador de Adequação de Aquisições Sustentáveis
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IC Iniciação Científica
ICOPGLS Índice de Concluintes na Pós-Graduação Lato Sensu
ICOPGSS Índice de Concluintes na Pós-Graduação Stricto Sensu
ICQ Índice de Capacitação e Qualificação
ICT Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação
IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IE Instituição de Ensino
IEEE Instituto de Engenheiros, Eletricistas e Eletrônicos
IEEE RNR Reunião Nacional de Ramos Estudantis
IES Instituição de Ensino Superior
IETEC Instituto de Educação Tecnológica
IFCC Índice de fortalecimento da comunicação científica
IFES Instituição Federal de Ensino Superior
IFF Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFNMG Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
IFRJ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFRN Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IGC Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
IGP Índice de Gestão de Pessoas
IHPST International History, Philosophy and Science Teaching Group
IMAPGLS Índice de Matrículas Atendidas na Pós-Graduação Lato Sensu
IMAPGSS Índice de Matrículas Atendidas na Pós-Graduação Stricto Sensu
IME Instituto Militar de Engenharia
IMPA Instituto de Matemática Pura e Aplicada
IN Internacionalização
INCARE Incluir Capacitando Refugiados
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INGPQ Índice de Número de Grupos de Pesquisa
IOVPG_{LS} Índice de Ofertas nos Cursos de PGLS

IOVPG_{SS} Índice de Ofertas nos Cursos de PGSS
IPA Índice de Processos Autuados Eletronicamente
IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPO Indicador de Validação – Plano de Prioridades Orçamentárias
IQCD Índice de Qualificação e Corpo Docente
IQCPG Índice de Qualidade dos Cursos de PGSS
IQGPQ Índice de Qualidade dos Grupos de Pesquisa
IRCF Indicador de Redução do Custo Fixo
IRO *International Relations Office*
ISIG Implantação de Sistema Eletrônico Integrado de Gestão
IT *Campus* de Itaguaí
ITESS Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis
JK Juscelino Kubitschek
LABUS Laboratório de Pesquisa em Usinagem
LACAV Laboratório de Computação Avançada
LACEA Laboratório de Automação, Instrumentação e Controle
LADES Laboratório de Compósitos e Adesivos
LADIF Laboratório de Difusão de Ciência e Tecnologia
LAFAE Laboratório de Fontes Alternativas de Energia
LAFEA Laboratório de Física Experimental e Aplicada
LAFOT Laboratório de Fotônica
LAMAT Laboratório de Materiais
LAPEC Laboratório de Pesquisa em Ensino de Ciências
LAPSI Laboratório de Processamento de Sinais
LASEI Laboratório de Sistemas e Estruturas Inteligentes
LASOL Laboratório de Soldagem
LEANI Línguas Estrangeiras Aplicadas à Negócios Internacionais
LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
LHC Laboratório de História da Ciência
LIBRAS Língua Brasileira de Sinais
LINUS Laboratório de Instrumentação e Ultra-Som
LOA Lei Orçamentária Anual
LPPC Laboratório de Pesquisa de Ciência da computação
MCTIC Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
MDA *Materials Design and Applications*

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC Ministério da Educação
MG *Campus* de Maria da Graça
MMA Ministério do Meio Ambiente
MME Ministério de Minas e Energia
MIT *Massachusetts Institute of Technology*
MOB-LAB Mobility Systems Laboratory
MOODLE *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*
MPOG Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS Magistério Superior
MVP *Minimum Viable Product*
NAC Núcleo de Arte & Cultura
NAEB Núcleo de Estudos Afrobrasileiros
NAPNE Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NASA *National Aeronautics and Space Administration*
NDE Núcleo Docente Estruturante
NEABI Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiras e Indígenas
NER Número de Eventos Realizados
NETS Núcleo de Empreendedorismo e Tecnologias Sociais
NF *Campus* de Nova Friburgo
NI *Campus* de Nova Iguaçu
NIDES Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social
NIT Núcleo de Inovação Tecnológica
NPDD Número de Projetos Desenvolvidos na Área de TI
NPPD Núcleo Permanente de Pessoal Docente
NS Norma de Serviço
NUCD Número de Usuários Capacitados nos Serviços de TI
NUPAMA Núcleo de Proteção Animal e Meio Ambiente
NVDA *NonVisual Desktop Access*
OBA Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica
OBI Olimpíada Brasileira de Informática
OBFEP Olimpíada Brasileira de Física das Escolas Públicas
OBG Olimpíada Brasileira de Geografia
OBMEP Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
ODS Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável
OJS *Open Journal Systems*

ONGs Organizações Não Governamentais
ONU Organização das Nações Unidas
OPM Otimização de Processos Mapeados
PAE Programa de Auxílio ao Exterior
PAE Programa de Auxílio ao Estudante
PAED Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência
PAEm Programa de Auxílio Empresarial
PBAW Percentual de Conclusão do Projeto de Rede sem Fio
PCD Pessoa com Deficiência
PCC Plano de Classificação de Cargos
PCCB Percentual de Conclusão do Projeto de Cabeamento Estruturado
PCDC Percentual de Conclusão do Projeto de Infraestrutura de Data Center
PCDCAs Plano de Capacitação Docente dos Colegiados Acadêmicos
PCPI Percentual de Conclusão do Projeto
PCR Plano de Carreira e Remuneração
PDF *Portable Document Format*
PDI Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEC-G Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEG Programa de Eficiência do Gasto Público
PES Projeto Esplanada Sustentável
PF Infraestrutura: Prefeitura
PGLS Pós-Graduação *Lato Sensu*
PIB Produto Interno Bruto
PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-EM Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PICD Plano Institucional de Capacitação Docente
PLANFOR Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes
PLS/PGLS Plano de Gestão de Logística Sustentável
PLSD Percentual de Licenças de Softwares Existentes
PMPG Percentual de Atendimento de Metas Propostas pela EGTI
PNAES Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE Plano Nacional de Educação
PNE Pessoas com Necessidades Especiais
PNP Plataforma Nilo Peçanha

PNPD Programa Nacional de Pós-Doutorado
PNPG Plano Nacional de Pós-Graduação
PNSG Percentual do Nível de Satisfação com os Serviços
PNUDH Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos
POA Plano Operativo Anual
PP Pesquisa
PPA Plano Plurianual
PPC Projeto Pedagógico do Curso
PPCG Percentual de Execução do Plano de Capacitação
PPCIC Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação
PPCTE Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação
PPDSP Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos
PPE Plano de Permanência e Êxito
PPEEL Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica
PPEMM Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais
PPFEN Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino
PPGIO Programa de Doutorado em Instrumentação e Óptica Aplicada
PPGSS Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
PPI Plano Pedagógico Institucional
PPPRO Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas
PPRER Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais
PPRI Projeto Piloto do Repositório Institucional
PRAPI Produção de Relatórios para Acompanhamento dos Planos Institucionais
PROAP Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROCEL Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROF Proporção de Recursos de Outras Fontes
PROIATEC Instituto de Apoio a Inovação Tecnológica Escola Técnica Nacional
PROIN Programa de Incubação
PT *Campus* de Petrópolis
PUC-RIO Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PVE Professor Visitante Especial
QAA Quantidade de Alunos Enviados no Ano Anterior / Quantidade de Alunos Recebidos do Exterior no Ano Corrente / Quantidade de Atividades Realizadas no Ano Corrente
QAC Quantidade de Alunos Enviados ao Exterior no Ano Corrente / Quantidade de Alunos Recebidos no Ano Anterior
QSO Questionário Situacional Online
QSPD Quantidade de Soluções Implementadas

RAD Regulamento de Atividades Docentes

RAPI Reuniões para Acompanhamento dos Planos Institucionais

REARI Rede de Assessoria de Relações Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro

RFEPCT Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RG Relatório de Gestão

RH Recursos Humanos

RI Repositório Institucional

RNYP Reunião Nacional de Young Professionals

SA Sustentabilidade Ambiental

SAD Sistema de Avaliação de Desempenho

SAE Society of Automotive Engineering

SAIC/MMA Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

SBM Sociedade Brasileira de Matemática

SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEGES Seção de Gestão Estratégica

SE/MDS Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

SEMTEC Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico

SEPEX Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão

SERED Seção de Recursos Didáticos

SESAI Seção de Estratégia de Sustentabilidade Ambiental Institucional

SESIC Seção de Informação ao Cidadão

SESU Secretaria de Educação Superior

SETEC Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SGA Sistema de Gestão Ambiental

SIC Serviço de Informação ao Cidadão

SIASS Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIE Sistema de Informações para o Ensino

SIFE *Students in Free Enterprise*

SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINFO Setor de Informática

SISNAMA Sistema Nacional do Meio Ambiente

SISTEC Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SOF/MP Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SOPHIA Sistema de Gestão de Bibliotecas

SPE/MME Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia

SWOT Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

TCI Tecnologias da Comunicação e Informação

TCU Tribunal de Contas da União

TECNEP Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

TGT Tecnólogo de Gestão em Turismo

TI Tecnologia da Informação

TIC Tecnologia da Informação e Comunicação

TUSF Torneio Universitário do Sul Fluminense

TT Temas Transversais

UAB Sistema Universidade Aberta do Brasil

UBA Universidade de Buenos Aires

UENF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMG Universidade Federal de Campina Grande

UFES Universidade Federal do Espírito Santo

UFF Universidade Federal Fluminense

UFPA Universidade Federal do Pará

UFPB Universidade Federal da Paraíba

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UNEDs Unidades de Ensino Descentralizadas

UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UPC Unidade Prestadora de Contas

USA *United States of America*

USP Universidade de São Paulo

UTE *Universidad Tecnológica Equinoccial de Ecuador*

VL *Campus de Valença*

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Modificações no Cefet/RJ no campus-sede Maracanã. Dimensões, eixos temáticos e temas do PDI 2020-2024.
- Figura 2 – Sistema Multicampi do Cefet/RJ.
- Figura 3 – Cerimônia de comemoração do centenário do Cefet/RJ.
- Figura 4 – Medalha comemorativa da Casa da Moeda, centenário do Cefet/RJ.
- Figura 5 – Dimensões, eixos temáticos e temas do PDI 2020-2024.
- Figura 6 - Etapas do Processo de Elaboração do PDI 2020-2024.
- Figura 7 - Origami tsuru e logotipo oficial do PDI 2020-2024 elaborado pela DPROV.
- Figura 8 - Reunião DISAI e pré-divulgação PDI 2020-2024 *campus* Angra dos Reis.
- Figura 9 - Reunião DISAI e pré-divulgação PDI 2020-2024 *campus* Itaguaí.
- Figura 10 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 *campus* Maria da Graça.
- Figura 11 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 *campus* Nova Friburgo.
- Figura 12 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 *campus* Nova Iguaçu.
- Figura 13 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 *campus* Petrópolis.
- Figura 14 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 *campus* Valença.
- Figura 15 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 *campus* sede Maracanã.
- Figura 16 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 EAD Cederj Pólos Caxias e Rocinha.
- Figura 17 - vídeo produzido pela parceria DPROV, ASCOM e TV Cefet e cartaz DPROV.
- Figura 18 - Cerimônia Oficial de Abertura do PDI 2020-2024.
- Figura 19 - Tradutora de libras na cerimônia de Abertura do PDI 2020-2024.
- Figura 20 - Equipe de cerimonial, eventos, comunicação: Abertura do PDI 2020-2024
- Figura 21 - Site do PDI 2020-2024 do Cefet/RJ.
- Figura 22 - Reunião Comissão Temática Ensino PDI 2020-2024.
- Figura 23 - Reunião Comissão Temática Pós-Graduação e Pesquisa PDI 2020-2024.
- Figura 24 - Reunião Comissão Temática Extensão PDI 2020-2024.
- Figura 25 - Reunião Comissão Temática Administração & Planejamento PDI 2020-2024.
- Figura 26 - Reunião Comissão Temática Gestão de Pessoas PDI 2020-2024.
- Figura 27 - Reunião Comissão Operacional (DIGES) PDI 2020-2024.
- Figura 28 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 *campus* Angra dos Reis.
- Figura 29 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 *campus* Itaguaí.
- Figura 30 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 *campus* Maria da Graça.
- Figura 31 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 *campus* Nova Friburgo.
- Figura 32 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 *campus* Nova Iguaçu I.
- Figura 33 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 *campus* Nova Iguaçu II.
- Figura 34 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 *campus* Petrópolis.
- Figura 35 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 *campus* Valença.
- Figura 36 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 *campus* sede Maracanã
- Figura 37 - Print screen da tela do software planejado para o Monitoramento e Controle ForPDI.
- Figura 38 - Composição da Matriz SWOT.
- Figura 39 - Nuvem de palavras: eixo temático de Ensino.
- Figura 40 - Nuvem de palavras: eixo temático de pós-graduação e pesquisa.
- Figura 41 - Nuvem de palavras: eixo temático de extensão.
- Figura 42 - Nuvem de palavras: eixo temático de gestão.

Figura 43 - Nuvem de palavras: eixo temático de internacionalização.

Figura 44 - Nuvem de palavras: eixo temático de infraestrutura.

Figura 45 - Nuvem de palavras: eixo temático de TI.

Figura 46 - Pesquisa PDI 2020-2024 com comunidade externa feira na Tijuca/RJ.

Figura 47- Adaptação Mapa do Estado Rio de Janeiro e Cefet/RJ Sistema Multicampi.

Figura 48 - Elementos envolvidos no Processo de Internacionalização do Cefet/RJ.

Figura 49 - Parcerias na modalidade EAD do Cefet/RJ.

Figura 50 – Estrutura organizacional do DRH do Cefet/RJ.

Figura 51 - Fluxograma do Plano para Capacitação Docente.

Figura 52 - Gráficos de Capacitação Docente no Sistema Multicampi (PICD, 2018).

Figura 53 - Organograma do Cefet/RJ Sistema Multicampi.

Figura 54 - Logotipo da Comissão Própria de Avaliação do Cefet/RJ.

Figura 55 - Eixos de trabalho e dimensões avaliadas (CPA, 2018).

Figura 56 - Cefet/RJ membro do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do RJ

Figura 57 - Termo de Adesão A3P do Cefet/RJ.

Figura 58 - Semana de Extensão (SEPEX 2015-2018).

Figura 59 - Enactus, CefetJr (sede Maracanã) e Ônix (*campus* Nova Iguaçu).

Figura 60 - Protagonismo Estudantil: Turma Cidadã.

Figura 61 - SAE Brasil de Aerodesign: Equipe Venturi.

Figura 62 - Projeto Baja SAE: Equipe Mud Runner.

Figura 63 - Protagonismo Estudantil: Equipe Alpha.

Figura 64 - Protagonismo Estudantil: Equipe Reis do Sol.

Figura 65 - Desafio Solar: Equipe Reis do Sol (*campus* Angra) e SmartCefet (*campus* Itaguaí).

Figura 66 - Projeto Solmar: Pioneira na iniciativa do ensino médio técnico.

Figura 67 - Protagonismo Estudantil: Bodetronic.

Figura 68 - Protagonismo Estudantil: Ramo Estudantil IEEE Cefet/RJ.

Figura 69 - Projeto com Egressos.

Figura 70 - Encontro com Egressos das Engenharias da década de 1980.

Figura 71 - Modelo do Campus sede Maracanã elaborado por estudantes no 3DWarehouse.

Figura 72 - *Campus* Petrópolis, tombado pelo patrimônio histórico no IPHAN.

Figura 73 - Laboratórios do Sistema Multicampi.

Figura 74 - Documentos históricos do Cefet/RJ estão sob responsabilidade do Arquivo Geral.

Figura 75 - Biblioteca Central – sede Maracanã.

Figura 76 - Sistema de Bibliotecas Cefet/RJ – Multicampi.

Figura 77 - Topologia Lógica da rede sede Maracanã.

Figura 78 - Promovendo a Sustentabilidade Ambiental – iniciativas dos *campi*.

Figura 79 - Promovendo a Sustentabilidade Ambiental iniciativas docentes na sede Maracanã.

Figura 80 - Visita à Cooperativa pela CCCSS.

Figura 81 - Iniciativas e atividades NUPAMA – *campus* Nova Iguaçu.

Figura 82 - Membros NEAB Cefet/RJ e o cartaz de um dos seus eventos.

Figura 83 - Marco inicial do Coletivo Negro – sede Maracanã (11/08/2015).

- Figura 84 - Aula magna PPRER– sede Maracanã (07/03/2016) e membros NEAB Cefet/RJ
- Figura 85 - Logotipo do NEAB (sede Maracanã) e NEABI (*campus* Angra).
- Figura 86 - Atividade sobre Dia da Pessoa com Deficiência Maracanã (2018).
- Figura 87 - Projetos do curso LEANI que contribuem na área de Direitos Humanos.
- Figura 88 - Bemguiala e Oficina DOSVOX para deficientes visuais.
- Figura 89 - Promovendo a inclusão dos refugiados.
- Figura 90 - Topologia dos stakeholders na área de Comunicação Social do Cefet/RJ.
- Figura 91 - Divisão de Editoração (DEDIT) em atividades de divulgação científica.
- Figura 92 - NAC promovendo o acesso à cultura indígena no Ensino.
- Figura 93 - Atividades NAC do Sistema Multicampi.
- Figura 94 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Nova Friburgo.
- Figura 95 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Nova Iguaçu
- Figura 96 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Itaguaí.
- Figura 97 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Angra dos Reis.
- Figura 98- Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Petrópolis.
- Figura 99 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Maracanã.
- Figura 100 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Valença.
- Figura 101 - Estudante é vice-campeã de luta olímpica no estado do Rio.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - “Você concorda com a missão do Cefet/RJ?”
- Gráfico 2 - “Indique os itens que considera Valores Institucionais”.
- Gráfico 3 - Respondentes QSO Cefet/RJ por raça.
- Gráfico 4 - Respondentes QSO Cefet/RJ: Fluência Línguas Estrangeiras.
- Gráfico 5 - Respondentes QSO Cefet/RJ: Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão.
- Gráfico 6 - Respondentes QSO Cefet/RJ por tipo de transporte utilizado.
- Gráfico 7 - Respondentes QSO Cefet/RJ servidores por experiência prévia.
- Gráfico 8 - Média de Respostas sobre Eixos do PDI 2015-2019.
- Gráfico 9 - Funcionários terceirizados do Cefet/RJ por função, sede Maracanã.
- Gráfico 10 - Percepção dos funcionários terceirizados sobre o Cefet/RJ.
- Gráfico 11 - Pesquisa com Comissões sobre Forças das áreas temáticas PDI.
- Gráfico 12 - Pesquisa com sobre Fraquezas das áreas temáticas PDI.
- Gráfico 13 - Grupos de Pesquisa CNPq do Cefet/RJ por área de atuação.
- Gráfico 14 - Titulação do corpo docente PCDCA do Cefet/RJ em 2018.
- Gráfico 15 - Laboratórios na sede Maracanã (por nível de Ensino).
- Gráfico 16 – Proporção dos laboratórios no Sistema Multicampi (exceto sede).
- Gráfico 17 - Concentração de laboratórios por área de atuação.
- Gráfico 18 - Quantidade de títulos do acervo do Sistema Multicampi por área.
- Gráfico 19 - Proporção de títulos do Sistema Multicampi por campus.
- Gráfico 20 - Metas de evolução da participação % fonte Tesouro vs outras fontes no Orçamento.
- Gráfico 21 - Metas de evolução para redução % do Custo Fixo.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Matrículas dos cursos regulares EMT *Multicampi* 2018.
- Tabela 2 – Matrículas dos cursos regulares nível superior *Multicampi* 2018.
- Tabela 3 – Projeção Anual de Vagas de ingresso dos cursos regulares EMT I
- Tabela 4 – Projeção Anual de Vagas de ingressos dos cursos regulares EMT *Multicampi* II
- Tabela 5 – Projeção Anual de Vagas de ingressos dos cursos regulares EMT *Multicampi* III
- Tabela 6 – Projeção Anual de Vagas de ingressos dos cursos regulares de nível superior I
- Tabela 7 – Projeção Anual de Vagas de ingressos dos cursos regulares de nível superior II
- Tabela 8 - Quadro de projeção da oferta anual de vagas de ingresso EAD I.
- Tabela 9 - Quadro de projeção da oferta anual de vagas de ingresso EAD II.
- Tabela 10 – Projeção Anual de Vagas de ingressos Programas de Pós-Graduação
- Tabelas 11, 12 – Projeções anuais DIPPG.
- Tabelas 13, 14 – Projeções anuais DIREX.
- Tabela 15 - Quadro de projeção de empresas incubadas.
- Tabela 16 - Consolidado sobre Grupos de Pesquisa CNPq do Cefet/RJ.
- Tabela 17 - Relação dos Grupos de Pesquisa CNPq do Cefet/RJ.
- Tabela 18 - Tipos de Bolsa de iniciação científica.
- Tabela 19 - Matrícula dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* do Cefet/RJ.
- Tabela 20 - Polos que ofertam o curso EAD BEP.
- Tabela 21 - Polos que ofertam o curso EAD TGT.
- Tabela 22 - Polos que ofertam o curso de EAD de especialização em Educação Tecnológica.
- Tabelas 23, 24, 25 - Informações sobre perfil corpo docente DRH.
- Tabela 26 - Quantitativo de docentes e tutores EAD.
- Tabela 27 - Quantitativo de docentes e tutores EAD por titulação.
- Tabela 28 - Quantitativo de docentes e tutores EAD por regime de trabalho.
- Tabela 29 - Fator de equivalência carreira: Professor.
- Tabela 30 – Vagas de técnicos-administrativos em 2018.
- Tabela 31 - Área construída do Cefet/RJ.
- Tabela 32 - Ambientes disponibilizados às atividades acadêmicas e administrativas da sede e dos campi do Cefet/RJ.
- Tabela 33 - Status das obras previstas para o Cefet/RJ no PDI 2015-2019.
- Tabela 34 - Evolução do Acervo das Bibliotecas do Sistema *Multicampi*.
- Tabela 35 - Quantidade de títulos e volumes do Sistema *Multicampi* por *Campus*.
- Tabela 36 - Projeção de evolução do acervo bibliográfico no período 2020-2024 por *campus*.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Objetivos, metas e indicadores: Ensino.
- Quadro 2 - Objetivos, metas e indicadores: Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.
- Quadro 3 - Objetivos, metas e indicadores: Extensão.
- Quadro 4 – Objetivos, metas e indicadores: Gestão.
- Quadro 5 – Objetivos, metas e indicadores: Governança.
- Quadro 6 - Objetivos, metas e indicadores: Arte e cultura.
- Quadro 7 - Objetivos, metas e indicadores: Arquivo.
- Quadro 8 - Objetivos, metas e indicadores: Biblioteca.
- Quadro 9 - Objetivos, metas e indicadores: Prefeitura.
- Quadro 10 - Objetivos, metas e indicadores: Internacionalização.
- Quadro 11 – Objetivos, metas e indicadores: Direitos Humanos.
- Quadro 12 - Objetivos, metas e indicadores: Comunicação Institucional
- Quadro 13 - Objetivos, metas e indicadores: Comunicação Científica.
- Quadro 14 - Objetivos, metas e indicadores: Esporte.
- Quadro 15 - Objetivos, metas e indicadores: Pessoas.
- Quadro 16 - Objetivos, metas e indicadores: TI.
- Quadro 17 - Objetivos, metas e indicadores: Sustentabilidade Ambiental.
- Quadro 18 - Resumo das Metas PNE 2014-2024 associadas ao Cefet/RJ
- Quadro 18 - Principais marcos na Internacionalização do Cefet/RJ (PDI 2015-2019).
- Quadro 19 – Mapeamento da titulação docente PCDCA do Cefet/RJ por *campus* em 2018.
- Quadro 20 – Diretrizes para elaboração do Relatório de Gestão (TCU, 2018)
- Quadro 21 - Diretrizes para tratamento de riscos no Cefet/RJ.
- Quadro 22 - Matriz de Riscos Probabilidade x Impacto
- Quadro 23 - Inventário de hardware Cefet/RJ
- Quadro 24- Série histórica dos créditos orçamentários iniciais ao Cefet/RJ, por agrupamentos de ações orçamentárias (valores correntes em R\$)
- Quadro 25 - Relação dos artigos constitucionais com os ODS
- Quadro 26 - Plano de trabalho do Comitê de Direitos Humanos do Cefet/RJ, PDI 2020-2024.

SUMÁRIO

1.	PERFIL INSTITUCIONAL.....	29
1.1.	MISSÃO, VALORES E HISTÓRICO	29
1.1.1.	MISSÃO	29
1.1.2.	VALORES	30
1.1.3.	HISTÓRICO DO SISTEMA MULTICAMPI.....	31
1.1.4.	FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS.....	37
2.	METODOLOGIA E PROCESSO DE ELABORAÇÃO PDI 2020- 2024	40
2.1.	APRESENTAÇÃO	40
2.2.	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	41
2.3.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	43
2.4.	PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDI 2020-2024.....	47
2.4.1.	PREPARAÇÃO	48
2.4.1.1.	Identidade visual e simbologia.....	49
2.4.1.2.	Pré-divulgação PDI 2020-2024.....	50
2.4.1.3.	Cerimônia de Abertura do PDI 2020-2024.....	55
2.4.2.	EXECUÇÃO.....	59
2.4.3.	FINALIZAÇÃO	67
2.4.4.	CONTROLE	68
2.5.	DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PDI 2015-2019	69
2.6.	ANÁLISE DOS RESULTADOS	69
2.6.1.	ANÁLISE SWOT.....	69
2.6.2.	QUESTIONÁRIO SITUACIONAL ONLINE	74
2.6.2.1.	Perfil dos respondentes	75
2.6.3.	PESQUISA COM COLEGIADOS.....	80
2.6.4.	PESQUISA COM TERCEIRIZADOS.....	87
2.6.5.	PESQUISA COM COMUNIDADE EXTERNA.....	88
2.6.6.	QUESTIONÁRIO DAS COMISSÕES PDI 2020-2024	90
3.	OBJETIVOS, METAS, INDICADORES E PLANOS DE AÇÃO: INTEGRAÇÃO AO PDI 2020-2024.....	93
3.1.	METODOLOGIA.....	93
3.2.	OBJETIVOS, METAS, PLANO DE AÇÃO E INDICADORES	94
3.2.1.	OBJETIVOS E METAS.....	94

3.2.2.	DETALHAMENTO DE OBJETIVOS E METAS EM PLANO DE AÇÃO E INDICADORES	100
4.	PLANO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI).....	153
4.1.	INSERÇÃO REGIONAL.....	154
4.1.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO	155
4.1.2.	CEFET/RJ SISTEMA <i>MULTICAMPI</i>	155
4.2.	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA INSTITUIÇÃO	156
4.3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS E PLANOS PEDAGÓGICOS INSTITUCIONAIS.....	158
4.3.1.	POLÍTICA DE ENSINO	158
4.3.2.	POLÍTICA DE EXTENSÃO.....	160
4.3.2.1.	Política de Assistência Estudantil	162
4.3.3.	POLÍTICA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO 163	
4.4.	POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	165
4.4.1.	CONVÊNIOS E ACORDOS INTERNACIONAIS	170
4.4.2.	GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO 171	
4.5.	PLANO DE AÇÕES AFIRMATIVAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL 171	
4.5.1.	ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS 173	
5.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO 176	
5.1.	APRESENTAÇÃO	176
6.	DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO	179
6.1.	POLÍTICAS E AÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO E CRIAÇÃO DE CURSOS.....	179
6.2.	DIRETORIA DE ENSINO E SUA ORGANIZAÇÃO NO SISTEMA MULTICAMPI.....	180
6.2.1.	OFERTA DE CURSOS NO CEFET/RJ.....	182
6.2.2.	PROJEÇÃO ANUAL DE VAGAS DE INGRESSOS PDI 2020-2024 184	
7.	PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO & INOVAÇÃO	192
7.1.	DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E SUA ORGANIZAÇÃO NO SISTEMA MULTICAMPI.....	192

7.2.	PESQUISA	192
7.2.1.	CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS DE PESQUISA.....	193
7.2.2.	INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	195
7.2.3.	NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (NIT) E A POLÍTICA DE INOVAÇÃO.....	196
7.3.	PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E STRICTO SENSU	197
7.3.1.	PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	198
8.	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD).....	204
8.1.	PARCERIAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	204
8.1.1.	SISTEMA UAB.....	205
8.1.2.	CONSÓRCIO CEDERJ.....	206
8.2.	ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E RELAÇÃO DE POLOS EAD 206	
8.3.	INFRAESTRUTURA FÍSICA, TI E DE PESSOAL PROJETADA PARA A SEDE E POLOS.....	207
8.4.	DESCRIÇÃO DAS METODOLOGIAS E DAS TECNOLOGIAS ADOTADAS.....	208
9.	GESTÃO DE PESSOAS	212
9.1.	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO GERAL NO SISTEMA MULTICAMPI.....	213
9.2.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES.....	213
9.2.1.	COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	214
9.2.1.1	DOCENTES E TUTORES DOS CURSOS EAD.....	215
9.2.1.2.	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOCENTE	216
9.2.1.2.1.	Levantamento de Necessidades.....	216
9.2.1.2.1.1.	Elaboração de Edital e Realização do Concurso	217
9.2.1.3.	Procedimentos para substituição docente.....	217
9.2.2.	COMPOSIÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ..	218
9.3.	PLANO DE CARREIRA DOCENTE.....	219
9.3.1.	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)	221
9.4.	PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	221
9.5.1.	PLANO INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE.....	224
9.5.2.	PLANO INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.....	228

9.6.	PROGRAMAS DE SAÚDE	229
10.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	233
10.1.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	233
10.1.1.	ÓRGÃOS COLEGIADOS, EXECUTIVOS E DE APOIO	234
10.1.1.1.	Órgãos colegiados: competência e composição	234
10.1.1.2.	Órgãos executivos	236
10.1.1.3.	Órgãos de apoio às atividades acadêmicas.....	237
10.1.2.	ROL DE RESPONSÁVEIS	237
10.2.	POLÍTICA DE GESTÃO	238
10.3.	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	239
10.3.1.	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	240
10.3.2.	PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	240
10.4.	DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E SUA ORGANIZAÇÃO NO SISTEMA MULTICAMPI.....	243
10.4.1.	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - RELATÓRIO DE GESTÃO (TCU) 245	
10.4.2.	GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES.....	246
10.4.3.	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)	250
10.4.4.	POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL.....	250
10.4.5.	PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) ..	251
10.4.6.	AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) 251	
11.	EXTENSÃO	253
11.1.	DIRETORIA DE EXTENSÃO E SUA ORGANIZAÇÃO NO SISTEMA MULTICAMPI.....	253
11.2.	EXTENSÃO	254
11.2.1.	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	254
11.2.1.1.	Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX)	255
11.2.1.2.	Eventos de Estágio e Emprego.....	255
11.2.1.3.	Atividades de Estágio.....	256
11.2.1.4.	Acompanhamento de Egressos.....	257
11.2.2.	PROTAGONISMO ESTUDANTIL: INICIATIVAS PIONEIRAS.	260
11.2.2.1.	Empresas Juniores.....	260
11.2.2.2.	Enactus	260

11.2.2.3. Programa Turma Cidadã.....	261
11.2.2.4. Apoio a outras iniciativas de protagonismo estudantil ...	262
11.2.3. INCUBADORAS.....	269
11.2.3.1. Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC).....	270
11.2.3.2. Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS).....	270
11.3. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	270
12. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TI NAS INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	273
12.1. ESTRUTURA DE APOIO À INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	273
12.2. PERFIL DAS INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	274
12.3. ORGANIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	275
12.3.1. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS.....	276
12.3.2. OBRAS REALIZADAS NO SISTEMA MULTICAMPI PERÍODO PDI 2015–2018	277
12.3.3. DEMANDA PARA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PDI 2020–2024	284
12.4. ORGANIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS	284
12.5. ARQUIVO GERAL DO CEFET/RJ.....	288
12.5.1. ACERVO ACADÊMICO.....	290
12.6. SISTEMA DE BIBLIOTECAS NO SISTEMA MULTICAMPI.....	296
12.6.1. ORGANIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO.....	298
12.6.2. PLANEJAMENTO DE ATUALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACERVO 300	
12.6.3. PROJETO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL.....	301
12.7. INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO....	302
12.7.1. INVENTÁRIO DE HARDWARE	303
12.7.2. PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	303
12.7.3. MAPEAMENTO DE REDES	304
12.7.4. RECURSOS AUDIOVISUAIS: VIDEOCONFERÊNCIA.....	305
12.7.5. PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC).....	305
13. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	306
13.1. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO NO SISTEMA MULTICAMPI.....	306

13.2.	SÉRIE HISTÓRICA DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS 2015-2018	306
13.3.	MATRIZ ORÇAMENTÁRIA DE CUSTEIO E INVESTIMENTO DA RFEPCT	308
13.4.	PLANO OPERATIVO ANUAL (POA)	309
14.	TEMAS TRANSVERSAIS	311
14.1.	MEIO-AMBIENTE	311
14.1.1.	PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO CEFET/RJ	315
14.1.2.	PROJETO SALA VERDE: OBSERVATÓRIO DE INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS	320
14.1.3.	COMISSÃO CENTRAL DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA - CCCSS	321
14.1.4.	NÚCLEO DE PROTEÇÃO ANIMAL E MEIO AMBIENTE (NUPAMA)	322
14.2.	DIREITOS-HUMANOS	323
14.2.1.	PACTO UNIVERSITÁRIO DOS DIREITOS HUMANOS	324
14.2.2.	NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AFROBRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI)	325
14.2.3.	NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)	329
14.2.4.	INICIATIVAS DOCENTES E DISCENTES VOLTADAS AOS DIREITOS HUMANOS	331
14.2.4.1.	Oficinas de Português para Estrangeiros	332
14.2.4.2.	Grupo de estudos de Direito e Gênero	332
14.2.4.3.	INCARE: Incluir Capacitando Refugiados	332
14.2.4.4.	Curso de Dosvox e os programas acessíveis do Laboratório de Informática	334
14.2.4.5.	Bemguiala: a bengala inteligente	335
14.3.	INFORMAÇÃO & COMUNICAÇÃO	335
14.3.1.	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL - ASCOM	336
14.3.1.1.	Visão estratégica da Comunicação Institucional	337
14.3.1.2.	Princípios e valores da Comunicação Institucional	338
14.3.1.3.	Alinhamento com as estratégias e políticas do Cefet/RJ	338
14.3.1.4.	Identidade e imagem institucionais do Cefet/RJ	339
14.3.1.5.	Objetivos do Plano de Comunicação Institucional	340

14.3.2.	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA - DEDIT	341
14.3.2.1.	Revista Tecnologia & Cultura [ISSN 1414-8498]	342
14.3.2.2.	Comitê de apoio às Revistas do Cefet/RJ Multicampi.....	343
14.4.	ARTE, CULTURA & ESPORTE	344
14.4.1.	NÚCLEO DE ARTE & CULTURA (NAC).....	344
14.4.2.	ESPORTES.....	347
14.4.2.1.	Associações Atléticas no Sistema Multicampi.....	347
15.	RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES PARA O FUTURO DO CEFET/RJ	352
15.1.	APRESENTAÇÃO DE PROJETOS.....	352
15.2.	RESULTADOS.....	356
16.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	366
	REFERÊNCIAS.....	367
	ANEXO I - DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.....	I
	ANEXO II - CRONOGRAMA DE REUNIÕES COM AS COMISSÕES LOCAIS NOS CAMPI DO CEFET/RJ SISTEMA MULTICAMPI.....	III
	ANEXO III = CRONOGRAMA DE REUNIÕES COM AS COMISSÕES TEMÁTICAS NA SEDE MARACANÃ.....	V
	ANEXO IV - LABORATÓRIOS DO SISTEMA MULTICAMPI	VII

[Carta de Apresentação da autoridade máxima: Diretor-Geral]

Agradecimento aos colaboradores

Segundo Mario Sérgio Cortella, "se houvesse um aplicativo de localização na história infantil de João e Maria, eles jamais se perderiam na floresta. Mas também nunca iriam notá-la". Qual é a tua obra? Cortella (2017) Editora Vozes

Olhar para dentro é importante, sempre. Convém, entretanto, retomar a ideia clássica do filósofo espanhol Ortega y Gasset (1883-1955): "Eu sou eu e mais a minha circunstância". Eu não sou apenas eu. Sou a soma de mim e o que está à minha volta. Uma visão, portanto, que se amplia para o exterior. E nós somos um ser para fora. Por isso, nós temos existência. Existir: "ser para fora".

Luciano de Crescenzo- presidente da IBM, na Itália, comentou que: "o líder é aquele que é capaz de expor a capacidade de crescer coletivamente" ao registrar a frase "Somos todos anjos com uma asa só; e só podemos voar quando abraçados uns aos outros".

Não nascemos prontos, também não somos inéditos, mas tampouco somos ilhas.

Ser capaz de construir o futuro é pensar nas estratégias, nas condições e nas possibilidades.

Nesse sentido, pensamos que o conteúdo do PDI está contido internamente, mas caberá a todos nós trazê-lo para fora, para que, a cada dia, mostre a sua existência e importância na realização de um percurso em vista de que o Cefet não se perca no seu plano e seja sempre notado pelo seu público interno e externo e, que este instrumento, se torne como um aplicativo de busca constante entre 2020 -2024.

Com votos de sucesso da equipe da DIGES.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

Nesta seção serão apresentados os conceitos e definições sobre missão, valores e histórico do Cefet/RJ.

1.1. Missão, Valores e Histórico

Missão é um propósito genérico, mas duradouro, pois representa o motivo da existência de uma instituição. Definir a missão e outros elementos da identidade organizacional, torna-se importante para que os seus diversos stakeholders (partes interessadas), conheçam e estejam alinhados, tomando conhecimento sobre o que dela podem esperar.

Os valores organizacionais são crenças e atitudes que dão personalidade, definindo o *ethos* institucional do Cefet/RJ, e o histórico institucional apresenta, de forma resumida, as principais ocorrências e realizações que transformaram o Cefet/RJ na instituição de referência no ensino – tanto técnico, quanto superior – público, gratuito e de qualidade.

1.1.1. Missão

Seguindo as premissas supracitadas, uma boa "Declaração de Missão" para uma instituição de ensino público federal deverá levar em conta a visão do cidadão, suas necessidades e a forma que se acredita ser a mais certa para fazer coisas. Além disso, deve ser curta, inspiradora e dar uma clara noção dos procedimentos e comportamentos esperados.

A fim de ratificar a percepção da comunidade do Cefet/RJ, durante processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), um questionário situacional online foi disponibilizado, apresentando a atual Missão Institucional:

“Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade”.

Responderam acerca da missão do Cefet no questionário, de forma voluntária 757 participantes (456 alunos, 159 docentes e 142 técnicos-administrativos), obtendo o seguinte resultado:

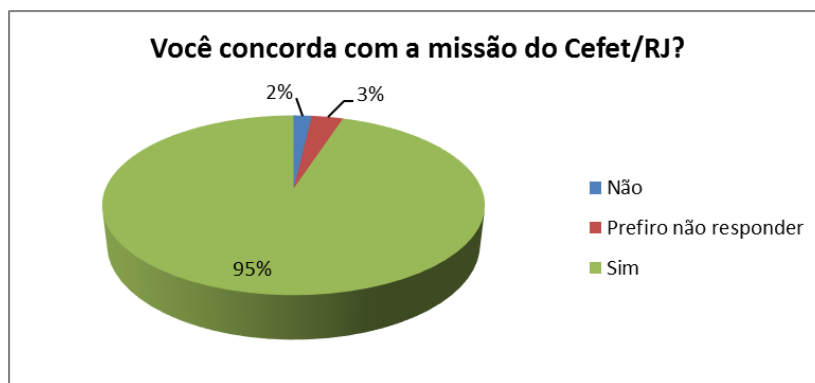


Gráfico 1: Você concorda com a missão do Cefet/RJ?

Fonte: Diges/Dedin (2018)

Considerando que 95% dos respondentes concordaram com a atual missão institucional, foi considerada a ratificação da mesma para o período do PDI 2020-2024. As demais questões apresentadas no questionário situacional serão detalhadas no capítulo II referente à Metodologia e Processo de Elaboração do PDI 2020-2024.

1.1.2. Valores

Uma instituição que não cultiva valores sociais e ambientalmente éticos, dificilmente conseguirá alcançar resultados positivos no longo prazo. Portanto, assim como realizado na consulta sobre a Missão Institucional, a comunidade interna avaliou possíveis valores institucionais, por meio de uma questão apresentada no questionário situacional online¹, classificando as respostas por ordem de aderência e identificação de conceitos com relação aos valores institucionais.

- 1º - Comprometimento e Responsabilidade/Busca pela excelência (81,13%)**
- 2º - Respeito aos Direitos Humanos (75,47%)**
- 3º - Governança e Transparência (67,92%)**
- 4º - Inovação (64,15%)**
- 5º - Consciência Ambiental (62,26%)**
- 6º - Autonomia (50,94%)**
- 7º - Gestão Compartilhada (43,4%)**
- 8º - Meritocracia (26,42%)**

¹ Resultados e detalhes da consulta à comunidade serão fornecidos em seção específica deste documento.

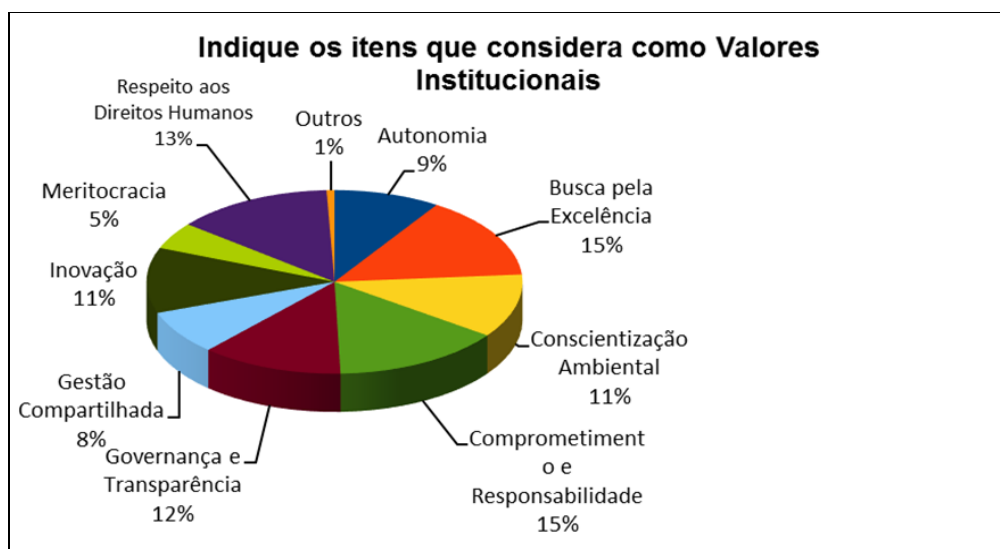


Gráfico 2: Indique os itens que considera Valores Institucionais.

Fonte: Diges/Dedin (2018)

A partir dos resultados supramencionados, observou-se que os membros da comunidade do Cefet/RJ que responderam de forma voluntária à consulta, consideram que tanto a Missão Institucional, quanto a alguns dos valores previamente observados no PDI anterior, devem permanecer para o período de 2020-2024.

1.1.3. Histórico do Sistema Multicampi

Do final do século XIX até o início do século XX, o Brasil passou por importantes transformações. Considerando-se diversos fatores, como o crescimento da indústria, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, o crescimento urbano, a imigração e principalmente a expansão econômica cafeeira, observa-se a criação de condições para a formação do desenvolvimento industrial no país.

No âmbito desse processo industrial, o governo, por meio do Decreto nº 1.880, de 11 de agosto de 1917, criou a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, com o objetivo de formar professores, mestres e contramestres para os institutos e escolas profissionais do então Distrito Federal e, ainda, professores de trabalhos manuais para as escolas primárias municipais.

Depois de quase vinte anos de atividades, a Escola Normal de Artes e Ofícios é fechada para ceder lugar a um Liceu de Artes e Ofícios que teria então a denominação de Escola Técnica Nacional – ETN. Desde então, com sua inauguração datada de 1944, a ETN ofereceu à sociedade um ensino técnico gratuito, de qualidade e voltado ao setor industrial, que se coroava pela existência de vários projetos de construção da nacionalidade, e ainda

preparando a formação em dois níveis: cursos industriais básicos, equivalentes aos chamados cursos ginasiais (atual fundamental do 6º ao 9º ano) e cursos industriais técnicos. A escola ainda trouxe como incumbência preparar professores e pessoal administrativo para atuar no ensino industrial, além de formar artífices, mestres e técnicos para a indústria.

Com a autonomia administrativa trazida pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, a Escola Técnica Nacional passou, gradativamente, a extinguir os cursos de primeiro ciclo e atuar na formação exclusiva de técnicos. Outras reformas se seguiram, juntamente com políticas públicas e educacionais no país, principalmente no que tange às disciplinas, até que, na década de 60, após a segunda fase do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que alavancou recursos para os segmentos da indústria nacional, a ETN vai se constituindo, no cenário brasileiro educacional, uma das principais instituições de ensino industrial do Brasil, em função de sua qualidade de ensino, e uma vez que conta com um corpo docente proveniente da Escola Normal Wenceslau Braz e também com técnicos norte-americanos e suíços especializados.

Em 1966, foram implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta duração. Os cursos eram realizados em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para efeito de colaboração do corpo docente e expedição de diplomas. A necessidade de preparação de professores para as disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação levou, em 1971, à criação do Centro de Treinamento de Professores, que funcionava em convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (CETEG) e o Centro Nacional de Formação Profissional (CENAFOR).

Com a necessidade cada vez maior de trabalhadores qualificados, o ensino técnico ganha destaque para alguns segmentos da população brasileira. Surge, então, o ensino específico voltado à profissionalização: a ETN se transformou ao oferecer o segundo grau, por meio da Lei nº 5.692/71, formando técnicos de nível médio no país.

Outro fator que merece destaque na história de nossa instituição foi o regime militar no Brasil (período compreendido entre 1964 e 1985), que submeteu a sociedade brasileira a um conjunto de novas políticas públicas, com o processo de industrialização fortemente influenciado pelo modelo econômico vigente no período.

Assim, se por um lado, no modelo de governo JK (o tripé Estado, indústria nacional e estrangeira) associou-se à arrochos salariais, sobretudo contra trabalhadores de baixa renda, por outro, o setor industrial acabou se favorecendo com as políticas públicas, pois começou uma maior diversificação do parque

industrial instalado no país, se consolidando e adquirindo destaque no cenário internacional.

Com a denominação, em 1965, de Escola Técnica Federal, e, mais tarde, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (em 1978), a instituição passa por mudanças sucessivas e significativas em seu panorama educacional. A partir deste período, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) passou a ter objetivos conferidos a instituições de educação superior (IES), atuando como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

O Cefet/RJ passa a oferecer, além dos cursos de nível médio e nível técnico, cursos de graduação, voltado para a Engenharia. Ainda incumbido da formação de professores para as disciplinas de cultura técnica, a instituição torna-se um centro educacional de respeito, principalmente, pelo caráter profissional de formação de técnicos de qualidade para a sociedade, permitindo não mais a visão de outrora, estereotipada e preconceituosa em relação à antiga Escola Técnica. Estudar no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca passa a significar, então, prestígio social e possibilidade de ascensão profissional.

Entre os governos dos presidentes de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Cefet/RJ passa a ofertar, além dos cursos para a área industrial, também cursos voltados à área de serviços, o que amplia sua oferta de 7 (sete) para 14 (quatorze) cursos.

Como um de seus paradigmas, o Cefet/RJ traz, hoje, em sua história, a trajetória de reconhecimento social da antiga Escola Técnica no que diz respeito não somente a uma expansão acadêmica de qualidade, mas também à ampliação de sua estrutura física.

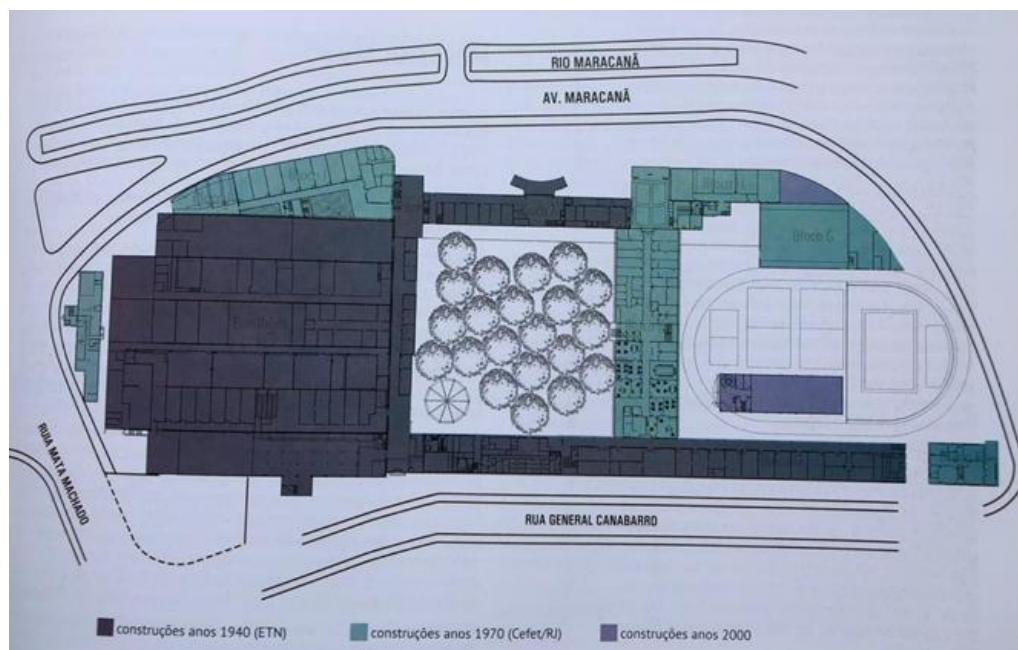


Figura 1 - Modificações no Cefet/RJ no campus sede Maracanã.

A construção e consolidação do Cefet/RJ Sistema Multicampi

O Cefet/RJ era constituído até 2003 por apenas uma unidade de ensino – o seu atual campus sede Maracanã e o campus III localizado na Rua General Canabarro. A implementação do Sistema Multicampi, no período 2005-2009, implicou ações, de organização administrativa, orientadas pelo Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.796, de 1º de novembro de 2005, mas, também, o permanente diálogo do Cefet/RJ com o MEC, representantes do Governo Estadual e Municipal, e empresas públicas e privadas, visando à concretização de escolas orientadas pelo conceito de cidade-polo, que, tendo como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, devem aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais (APLs), a possibilidade de parcerias e de infraestrutura existente. A partir de então, se iniciou o processo de implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds), num processo de expansão induzido pelo Governo Federal, que culminou com a consolidação do Sistema Cefet/RJ Multicampi com oito campi em 2010, conforme apresentado brevemente a seguir:

Campus Sede Maracanã

Acumula a história e trajetória centenária do Cefet/RJ, desde 1917, com a Escola Normal de Artes e Ofícios Wescelau Brás, conforme principais marcos supracitados. No Campus Maracanã encontra-se a administração superior do Cefet/RJ, que tem como órgão executivo a Diretoria-Geral e como órgão deliberativo o Conselho Diretor.

Localizado próximo ao estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã), coberto por uma boa malha logística de transportes públicos, o campus sede dispõe de um terreno de 37.756 m² distribuídos em dois Campi – Maracanã e General Canabarro –, 11 blocos e 06 pavilhões. São 114 salas de aula, 119 laboratórios e oficinas, 06 auditórios, 01 biblioteca central, 01 videoteca, 01 complexo esportivo com quadra, ginásio, piscina e pista de atletismo, entre outros espaços

de natureza educativa. Além de salas destinadas à administração superior, a atividades técnicas e administrativas, há serviços para a comunidade interna (restaurante, cantina, papelaria, agências bancárias) e a entidades representativas dos diferentes segmentos dessa comunidade, funcionam, também, um centro de recursos didáticos, uma gráfica e uma unidade de atendimento médico-odontológico. Atualmente são ofertados 18 cursos de nível médio técnico, 12 de graduação, 11 de pós-graduação *stricto sensu* e 01 de pós-graduação *lato sensu*; além de sediar as coordenações dos 02 cursos de graduação EAD Cederj e de especialização UAB.

Campus Nova Iguaçu

O Campus Nova Iguaçu foi inaugurado em 22 de agosto de 2003. Localizado próximo à área industrial do município, o campus dispõe de um terreno de 68.700 m² distribuídos em 2 prédios e 7 blocos. São 31 salas de aula, 41 laboratórios e oficinas, 01 auditório, 01 biblioteca, 01 ginásio poliesportivo, entre outros espaços de natureza educativa. Atualmente são ofertados 04 cursos de nível médio técnico com duração de 03 anos e 03 graduações. No que tange aos cursos de pós-graduação, atualmente, é ofertada 01 pós-graduação *lato sensu* e a partir de 2019 será ofertado o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* fora da sede denominada Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.

Campus Maria da Graça

O Campus Maria da Graça foi inaugurado em 9 de junho de 2006. Localizado ao lado da estação de metrô Maria da Graça e próximo de dois grandes shoppings na Zona Norte do Rio de Janeiro, o campus dispõe de um terreno de 7.213 m² distribuídos em 6 blocos. São 16 salas de aula, 25 laboratórios e oficinas, 02 auditórios, 01 biblioteca, 01 complexo esportivo com quadras, 01 espaço de convivência, entre outros espaços de natureza educativa. Atualmente são ofertados 03 cursos de nível médio técnico, 02 cursos técnicos na modalidade subsequente ao ensino médio e 01 na graduação.

Campus Petrópolis

O Campus Petrópolis foi inaugurado em 18 de agosto de 2008, dispõe de um terreno de 2.238m² distribuídos em 6 blocos. São 14 salas de aula, 18 laboratórios de ensino, 01 auditório, 01 biblioteca, entre outros espaços de natureza educativa. Atualmente são ofertados 01 curso de nível médio técnico e 03 graduações.

Campus Nova Friburgo

O Campus Nova Friburgo foi inaugurado em 04 de dezembro de 2008. Atualmente dispõe de um terreno de 35.248 m² distribuídos em 3 blocos: Prédio Principal – campus 1, Prédio da Biblioteca e campus 2 – Prédio do antigo CIEP 123 Glauber Rocha, que foi incorporado ao campus em 2018 por meio de aprovação dada pela Resolução CODIR n° 26/2018, de 27 de abril de 2018 (Processo n° 23063.000137/2018-11). São 15 salas de aula, 15 laboratórios, 01 sala de pesquisa, 01 sala multiuso, 01 espaço para oficinas (NAMELAB/LAETEG), 01 biblioteca e 01 auditório. Atualmente são ofertados 01 curso de nível médio técnico e 04 de graduação.

Campus Itaguaí

O Campus Itaguaí foi inaugurado em 17 de setembro de 2008, dispõe de um terreno de 8.114,36 m² distribuídos em 3 blocos. São 11 salas de aula, 22 laboratórios, 01 auditório, 01 biblioteca, 01 quadra poliesportiva com vestiários masculinos e femininos, entre outros espaços de natureza educativa. Atualmente são ofertados 02 cursos de nível médio técnico e 02 de graduações.

Campus Valença

O Campus Valença foi inaugurado em 01 de fevereiro de 2008, dispõe de um terreno de 3.852 m² distribuídos em 2 blocos. São 09 salas de aula, 09 laboratórios, 01 auditório, 01 biblioteca, 02 laboratórios de informática, entre outros espaços de natureza educativa.

Atualmente são ofertados 02 cursos de nível médio técnico, 02 de graduação e 02 pós-graduações *lato sensu*.

Campus Angra dos Reis

O Campus Angra dos Reis foi inaugurado em 08 de dezembro de 2010, dispõe de um terreno de 12.476 m² distribuídos em 05 blocos. São 12 salas de aula, 10 laboratórios e oficinas, 01 auditório, 01 biblioteca, entre outros espaços de natureza educativa. Atualmente são ofertados 01 curso de nível médio técnico, 03 de graduação e 01 pós-graduação *lato sensu*.



Figura 2 - Sistema Multicampi do Cefet/RJ.

Fonte: ??

No Cefet/RJ Sistema Multicampi são oferecidos cursos regulares de educação profissional técnica de nível médio e de graduação, atendendo em média 15.000 alunos por ano, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Junto a estes, oferecidos sob a forma de atividades presenciais, coexistem programas e projetos na modalidade de educação a distância (EAD).

Como IES, o Cefet/RJ desafiou-se a estabelecer convênios de intercâmbio técnico-científico, passando a interagir com universidades e instituições de pesquisa nacionais e internacionais. Como resultado, acordos bilaterais vêm contribuindo para a formação de discentes e aperfeiçoamento de docentes, mediante projetos integrados de ensino e de atividades de pesquisa e desenvolvimento. A evolução institucional correspondeu à progressiva e significativa elevação dos níveis de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos. Constituído o quadro docente por professores das duas carreiras – do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e do Magistério Superior (MS) –, o perfil de titulação acadêmica e regime de trabalho alcançam e superam os patamares exigidos das universidades.

O Cefet/RJ, junto com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Cefet/MG, o Colégio Pedro II e escolas técnicas vinculadas às universidades federais, integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT),

instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Dessa forma, continua a reconhecer-se como instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

1.1.4. Finalidades e características institucionais

O Cefet/RJ, autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, no espírito da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, tem por finalidade o oferecimento de educação tecnológica. Configura-se, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como instituição de ensino superior pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica. Orientadas pela legislação vigente, constituem finalidades prioritárias do Cefet/RJ:

- Ministar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- Ministar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais prioritariamente na área tecnológica;
- Realizar pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade;
- Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

Segundo Celso Suckow da Fonseca, foi na Casa da Moeda que se manteve, durante muito tempo, o ensino de ofícios voltado, como era de esperar, para as profissões diretamente ligadas às artes necessárias aos seus serviços”. Ele afirma que “os aprendizes, no fim de cinco ou seis anos, mas que às vezes era bem menor, ficavam sujeitos a demonstrar as suas habilitações perante uma verdadeira banca examinadora constituída por dois membros, e pediam, no final, que se lhes passasse uma certidão de aprovação, uma espécie assim dos modernos diplomas. E só depois de serem considerados como

capazes de desempenhar a contento a profissão é que obtinham o direito de ser admitidos ao serviço da Casa, vencendo salário e fazendo parte do quadro do respectivo pessoal. (História do Ensino Industrial no Brasil, 1º Volume páginas: 80 e 81)

Centenário é marcado por intensa programação artística e cultural

Fonte: ASCOM, Informativo Eletrônico, nº 22, julho/agosto de 2017.

O evento comemorativo começou com a apresentação de um grupo musical composto por servidores do Cefet/RJ. Também foi exibido um curta-metragem contando a trajetória dos cem anos do Cefet/RJ, desde seu surgimento, em 1917, como Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, passando por Escola Técnica Nacional, até se tornar uma instituição de ensino superior, em 1978, com a criação do Cefet/RJ. A solenidade contou com a presença de dirigentes do Cefet/MG, da UNIRIO, da UFRRJ, da UERJ, do IFRJ, do IME, dos colégios Militar e Pedro II, da Cesgranrio, da Secretaria Municipal de Educação e da SBPC.

O *campus* Maracanã foi transformado em um grande palco de arte e cultura na comemoração do centenário do Cefet/RJ. Sons, cores, formas, imagens e *performances* plurais reavivaram recantos da instituição entre os dias 8 e 16 de agosto. A programação contou com atividades cuidadosamente planejadas por professores, servidores e alunos da instituição. Entidades parceiras também se uniram na celebração da data histórica.



Figura 3 – Cerimônia de Comemoração do Centenário do Cefet/RJ.



Figura 4 - Medalha Comemorativa da Casa da Moeda, Centenário do Cefet/RJ.

O lançamento da medalha cunhada pela Casa da Moeda foi o destaque da solenidade comemorativa realizada no *campus* Maracanã, no dia 11 de agosto, para homenagear o centenário do Cefet/RJ. No total, foram cunhadas 600 unidades em três diferentes metais: bronze (380 medalhas), prata (150 medalhas) e prata dourada (70 medalhas). As responsáveis pelo *design* da medalha foram as servidoreas: Érika Takeyama, da Casa da Moeda, e Isabela Devonish e Thaís Pires Alves, ambas da Divisão de Programação Visual do Cefet/RJ.

2. METODOLOGIA E PROCESSO DE ELABORAÇÃO PDI 2020-2024

2.1. Apresentação

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumento de planejamento e gestão elaborado para um período de cinco anos. Construído com ampla participação de servidores e estudantes, ele representa a identidade da Instituição quanto a sua filosofia de trabalho, a sua missão, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, bem como a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve ou pretende desenvolver (MEC/SESU, 2004).

Por fornecer um extenso panorama da situação institucional, além de elencar estimativas e projetos futuros, o documento viabiliza o aprimoramento do conhecimento interno e externo da instituição, constituindo-se em um instrumento de apoio ao processo decisório de seus dirigentes, de transparência e avaliação social.

A elaboração do PDI 2020-2024 tem como pressuposto o atendimento ao conjunto de normas vigentes mencionadas na fundamentação legal deste documento. Tais diretrizes orientam a sua construção, requerendo a explicitação da missão e das estratégias para o alcance das metas e dos objetivos propostos, observando-se a sua factibilidade, coerência e articulação entre as ações planejadas. Destaca-se que o cumprimento e o acompanhamento do PDI 2020-2024 devem também estar em consonância com os diversos documentos institucionais vigentes.

No cumprimento de suas atribuições e deveres, em novembro de 2017, a DIGES iniciou o planejamento para a Metodologia de Elaboração do PDI 2020-2024. Por meio da Portaria nº 688 de 05 de junho de 2018, foi aprovada pela Direção-Geral, a norma interna DIGES (NS nº 07 de 06 de junho de 2018) que dispõe sobre as instruções do Processo de Elaboração do PDI 2020-2024, sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão Estratégica.

O conteúdo deste documento foi elaborado pelas Comissões Temáticas e Locais, coletado e organizado pela Comissão Operacional, formatado e revisado pela Comissão Central², que prezou pela objetividade e coerência deste PDI 2020-2024 às suas exigências legais e finalidades específicas.

² Alguns documentos e Planos enviados e considerados na íntegra: Plano de Comunicação; Plano de Gestão de Logística Sustentável; Plano de Internacionalização; Inventário de TI e Catálogo de Serviços (PDTIC); Planos de Capacitação; Política Repositório Plano de Gestão de Riscos; Relatórios da CPA etc foram suprimidos a excertos elucidativos, sendo citado o documento como referência, a fim de manter a objetividade deste PDI.

2.2. Fundamentação Legal

Para elaboração deste documento, uma série de documentos voltados à fundamentação legal de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e assuntos a ele relacionados foram consultados. A seguir, apresenta-se a relação das principais fontes de consulta:

- Decreto nº 9235 de 15 de dezembro de 2017
Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, no art. 21, versa sobre os elementos que o PDI deverá conter.
- Lei nº 6.545/1978
Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.
- Lei nº 8.112/1990
Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- Lei nº 8.745/1993
Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- Lei nº 9.394/1996
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 10.864/2004
Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.
- Lei nº 11.091/2005
Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.
- Lei nº 11.741/2008

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

- Lei nº 11.892/2008

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RPEPCT), cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

- Lei nº 12.772/2012

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

- Lei nº 13.005/2014

Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

- Lei Orçamentária Anual

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro.

- Decreto nº 5.825/2006

Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos

Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

- Decreto nº 6.944/2009

Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências.

- Decreto nº 8.268/2014

Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- Portaria MEC nº 3.796 de 01/11/2005

Aprova o Estatuto do Cefet/RJ, o qual delega no Art.22 a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional à Diretoria de Gestão Estratégica.

- Resolução CODIR nº 36/2016

Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ para o período 2015-2019.

2.3. Fundamentação Teórica

Para o planejamento metodológico da elaboração deste documento, foram consultados, além do arcabouço legal que fundamenta e orienta sobre os componentes que devem ser considerados no PDI (i.e. Decreto nº 9.235/2017), material na literatura especializada sobre planejamento estratégico, assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional elaborado por outras IES, tais como universidades federais e outros membros da RFEPCT.

A utilização do *benchmarking*³ nesta fase é de fundamental importância para a compreensão dos parâmetros considerados por outras instituições correlatas, assim como o seu posicionamento e inserção no contexto educacional brasileiro.

³ *Benchmarking* consiste em um processo de análise das melhores práticas com o intuito de conhecer as técnicas e aplica-las na busca de melhores resultados.

Inicialmente elaborado para aplicação no ambiente corporativo, a ferramenta Balanced Scorecard (BSC), foi apresentada pelos professores da Harvard Business School, Robert S. Kaplan e David P. Norton, em 1992, como um modelo inovador de avaliação e desempenho empresarial, que atua como um sistema de suporte à decisão e à gestão estratégica. No entanto, a sua repercussão foi tão positiva que esta metodologia de gestão estratégica foi replicada com êxito em diversas organizações do setor privado, público e não governamental no mundo inteiro.

Uma das características bem-sucedidas do BSC é que se leva à criação de uma rede de desempenho capaz de atingir todos os níveis organizacionais, tornando-se uma ferramenta que possibilita comunicar e promover o comprometimento geral com a estratégia da organização. Um dos seus principais objetivos é alcançar o alinhamento entre o planejamento estratégico e as atividades operacionais. Para tanto, é necessário considerar algumas ações:

- Esclarecer e traduzir a estratégia;
- Planejar, estabelecer metas e alinhar as iniciativas estratégicas;
- Melhorar o *feedback*⁴ e o aprendizado estratégico;
- Comunicar e associar objetivos e medidas estratégicas.

Um dos diferenciais que tornam o BSC um aliado na elaboração da estratégia no Cefet/RJ é a adoção das suas quatro principais perspectivas, que proporcionam uma visão de desempenho integrada, englobando suas quatro principais dimensões norteadoras:

- **Perspectivas dos Clientes** (no caso do Cefet/RJ, da Sociedade): sua proposta é a entrega de valor para a sociedade.
- **Perspectiva dos Processos Internos**: sua proposta é o foco nos processos críticos, principalmente nas áreas-fim (no caso do Cefet/RJ, do Ensino, da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e da Extensão), a fim de entregar valor a todos os seus stakeholders, identificando caminhos para melhoria de desempenho.
- **Perspectiva de Aprendizado e Crescimento** (no caso do Cefet/RJ, de Pessoas e Conhecimento): está relacionada com o desenvolvimento de objetivos e medidas para orientar

⁴ *Feedback* é a resposta dada aos envolvidos em determinado processo em relação ao seus desempenhos.

o aprendizado e o crescimento organizacional, incluindo a valorização de nosso principal recurso: o ser humano.

- **Perspectiva Financeira** (no caso do Cefet/RJ, Gestão): medidas financeiras de captação e otimização de recursos, assim como melhorias na produtividade são importantes para mensurar o desempenho institucional. Mas estes objetivos financeiros devem estar articulados com a estratégia institucional, mostrando se a sua implementação e execução estão contribuindo para a melhoria do resultado (para a sociedade) ou não.

Por conseguinte, o BSC é um plano de comunicação entre um conjunto de pessoas envolvidas com a organização, principalmente colaboradores, gestores e conselheiros, devendo fornecer um detalhamento da estratégia de diferentes perspectivas e auxiliar na comunicação entre os seus principais setores. O alinhamento desses profissionais facilitará o estabelecimento das metas, do *feedback* organizacional e da responsabilidade estratégica, como também poderá auxiliar no esclarecimento de como e para quem a instituição deve criar valor.

Mas, como esta teoria pode ser aplicada ao Cefet/RJ e mais especificamente ao nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?

Esta foi uma das motivações para elaboração do nosso arcabouço teórico que fundamenta a elaboração do PDI 2020-2024 e seu Plano de Ação, que resultou no esquema a seguir:



Figura 5 - Dimensões, eixos temáticos e temas do PDI 2020-2024.

Fonte: Elaboração DIGES.

Baseado em um quadro que pudesse contemplar a nossa realidade institucional, o planejamento que fomentou a criação das Comissões Temáticas, assim como os principais temas que cada uma dessas comissões deveria contemplar, foi elaborado por meio de brainstorming⁵. A estrutura teórica do PDI reflete as principais diretrizes do plano, sendo:

- **Dimensões:** Perspectivas adaptadas do BSC para a cultura institucional do Cefet/RJ: (i) Gestão; (ii) Processos Internos: Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Extensão; (iii) Pessoas e Conhecimento; (iv) Sociedade.
- **Eixos temáticos:** Segmentos importantes para a instituição, representadas por áreas específicas ou não, que devem ser consideradas na elaboração do documento. São considerados eixos temáticos: (1) Administração e Planejamento; (2) Tecnologia da Informação (3) Infraestrutura: Arquivo, Biblioteca e Prefeitura; (4) Ensino; (5) Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; (6) Extensão; (7) Pessoas; (8) Governança; (9) Internacionalização; (10)

⁵ *Brainstorming* é traduzido como tempestade de ideias e se define como uma técnica usada em reuniões onde as ideias são postas sem juízo de valor.

Temas Transversais: Sustentabilidade Ambiental; Direitos Humanos; Arte & Cultura; Esportes; Comunicação Institucional e Científica. Como pode ser observada, a maior parte destes eixos temáticos originaram as Comissões Temáticas.

- **Temas:** Tópicos importantes para a instituição, representadas por setores específicos ou não, que devem ser considerados na elaboração do documento. São considerados temas: Planejamento; Processos Administrativos; Execução Orçamentária; Sistemas Integrados; Infraestrutura de Redes; Hardware e Software institucional; Biblioteca; Arquivo; Prefeitura; Ensino Médio e Técnico; Graduação; EAD; Pós-Graduação *stricto e lato sensu*; Pesquisa; Inovação; Assistência Estudantil; Extensão; Protagonismo Estudantil; Ingresso de Servidores; Treinamento e Desenvolvimento; Saúde e Segurança do Trabalho; Internacionalização dos corpos docente, discente e técnico-administrativo; Sustentabilidade Ambiental; Direitos Humanos; Arte & Cultura; Esportes; Comunicação Institucional e Científica.

A estrutura e composição das Comissões Central, Temáticas, Locais e Operacional serão apresentadas de forma genérica mais adiante neste documento. No entanto, caso haja interesse em obter informação detalhada sobre a natureza de sua composição ou sobre as suas atribuições, deve-se consultar a Norma de Serviço DIGES nº 07 de 06/06/2018.

2.4. Processo de Elaboração do PDI 2020-2024

No Cefet/RJ, a coordenação do PDI 2020-2024, bem como o planejamento, execução, formatação e a divulgação da metodologia é de responsabilidade estatutária da Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES). No entanto, deve-se atuar de forma colaborativa ao longo das etapas, a fim de ajustar possíveis melhorias do processo. De forma geral, a principal fonte consultiva para estruturação do Processo de Elaboração do PDI 2020-2024 é a sua Comissão Central, com representações de diversos segmentos da gestão e comunidade, incluindo representantes dos seus egressos através da Associação de Ex-alunos do Cefet/RJ, da ETN (AEA-CefetN) e do Instituto de Apoio à Inovação Tecnológica Escola Técnica Nacional (PROIATEC).

A Metodologia de elaboração do PDI 2020-2024 adotada pela DIGES e apresentada à Comissão Central no início de seus trabalhos, foi subdividida nas seguintes etapas:

- (I) **Preparação**
- (II) **Execução**
- (III) **Finalização**
- (IV) **Controle**

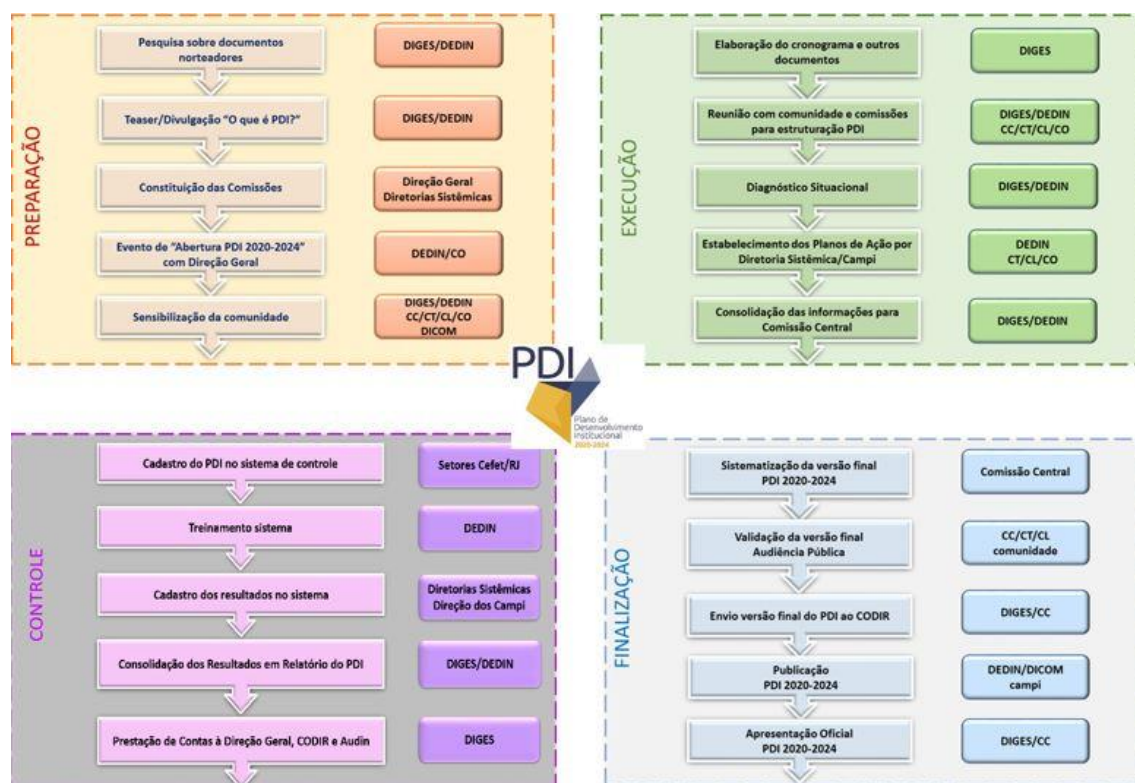


Figura 6 - Etapas do Processo de Elaboração do PDI 2020-2024.

Fonte: Elaboração DIGES.

A primeira etapa “Preparação” possui um conjunto de atividades que prepararam a comunidade para tomar conhecimento sobre o significado do Plano de Desenvolvimento Institucional, sua composição e forma de elaboração. A segunda etapa “Execução” compõe as ações que, de fato, compuseram a elaboração do documento. A terceira etapa “Finalização” representa a fase final de publicização do documento, não só à comunidade interna, mas para toda a sociedade. Finalmente, a etapa “Controle” representa a fase de acompanhamento dos objetivos, metas e indicadores estabelecidos e deverá ser executado pela próxima gestão institucional.

2.4.1. Preparação

Após o estudo do arcabouço legal e teórico, uma das primeiras atividades da fase inicial da etapa de Preparação do PDI, foi observar possibilidades para

a criação de um logotipo, a fim de buscar uma identidade visual, da comunidade com o processo de elaboração do PDI 2020-2024.

2.4.1.1. Identidade visual e simbologia

Para considerar uma identidade, o símbolo deve representar elementos característicos de sua comunidade, além das diretrizes institucionais, o que por si só, não é uma tarefa trivial. A solução foi gerada por meio da identificação de um símbolo de tradição (instituição centenária que é o Cefet/RJ), com perfil artístico e filosófico e aplicação tecnológica: o origami, representado pelo modelo do *tsuru*.



Figura 7 - Origami tsuru e logotipo oficial do PDI 2020-2024.

Fonte: Logotipo DPROV (2018)

O origami do *tsuru* na cultura oriental simboliza o desejo de saúde, felicidade e boa sorte. A escolha da DIGES por tê-lo como seu logotipo nesta proposta, representa, pelo significado a mensagem de esperança e paz. A aplicação da arte do origami também está associada à Ciência & Tecnologia. Por exemplo, em 2017, a NASA lançou um pedido de ajuda a cientistas e especialistas em origami para solucionar um problema que “internamente não conseguiu resolver”^{6,7}: a criação de um novo escudo antirradiação para proteger aeronaves e astronautas de radiações solares durante missões espaciais⁸. Em 2018, alunos e professores do Cefet/RJ participaram de um intercâmbio com a Willem de Kooning Academy da Holanda, na vivência de um diálogo entre a Ciência e a Arte no Museu do Amanhã, denominado “Superfícies respiráveis – sistemas fotossintéticos autônomos”⁹.

6 Fonte: <https://www.publico.pt/2017/07/21/ciencia/noticia/especialistas-em-origami-a-nasa-precisa-de-voces-1779911>

7Fonte: <https://www.theguardian.com/science/2017/jul/20/nasa-needs-you-space-agency-to-crowdsource-origami-designs-for-shield>

8 Fonte: <https://www.nasa.gov/feature/goddard/2017/nasa-s-new-shape-shifting-radiator-inspired-by-origami>

⁹ Maiores explicações sobre este evento será apresentado no capítulo sobre Pós-Graduação e

Portanto, a técnica oriental milenar de dobradura do papel, que não usa cola ou qualquer outro artifício, apenas habilidade, flexibilidade e dedicação, remete aos valores que também cultivamos institucionalmente: Conhecimento, Arte com Ciência & Tecnologia, Comprometimento e, Amor pelo que fazemos e ao Cefet/RJ. Sendo assim, o *tsuru* simboliza a nossa preocupação em formar não somente os melhores profissionais, mas também cidadãos, pois exprime a capacidade humana de personalizar suas habilidades numa simples dobradura de papel, conferindo-lhe beleza e significado.

2.4.1.2. Pré-divulgação PDI 2020-2024

O processo de pré-divulgação sobre o PDI 2020-2024 do Cefet/RJ teve início com a realização de encontros (*workshops*), promovidos pelo Departamento de Desenvolvimento Institucional (DEDIN), com o objetivo de responder a seguinte pergunta: “O que é o PDI?”, explicando como seria o seu processo de elaboração, bem como dar início à preparação do Diagnóstico Situacional com a comunidade interna por meio da ferramenta de planejamento estratégico chamada Análise SWOT (Matriz FOFA: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças).

Os workshops foram realizados em todas os campi do Cefet/RJ, incluindo sua sede, contemplando todas as Diretorias Sistêmicas, alguns colegiados¹⁰ e grupos de estudantes no Cefet Maracanã, conforme apresentado a seguir:

- **Colegiados participantes das reuniões PDI 2020-2024 na sede Maracanã:** Biologia, Construção Civil, Desenho, Educação Artística, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Estrangeira, Língua Portuguesa, Mecânica, Meteorologia, Química, Segurança do Trabalho, Telecomunicações, DLEA, DEPEA, Tecnólogo de Gestão em Turismo (TGT).
- **Grupos de estudantes participantes das reuniões PDI 2020-2024 na sede Maracanã:** Projeto SOLMAR, Cefet Jr, Enactus, Turismo (EAD) – Pólos Duque de Caxias e Rocinha, Estagiários DIGES: Dedin/Disai e estagiários DTINF.

Pesquisa.

¹⁰ Embora todos os colegiados tenham sido convidados a participar, apenas alguns disponibilizaram agenda para realizar esta atividade.



Figura 8 - Reunião DISAI e pré-divulgação PDI 2020-2024 campus Angra dos Reis

Fonte: Acervo institucional



Figura 9 - Reunião DISAI e pré-divulgação PDI 2020-2024 campus Itaguaí

Fonte: Acervo institucional



Figura 10 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 campus Maria da Graça

Fonte: Acervo institucional



Figura 11 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 campus Nova Friburgo

Fonte: Acervo institucional



Figura 12 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 campus Nova Iguaçu

Fonte: Acervo institucional



Figura 13 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 campus Petrópolis

Fonte: Acervo institucional



Figura 14 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 campus Valença

Fonte: Acervo institucional



Figura 15 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 campus sede Maracanã

Fonte: Acervo institucional



Figura 16 - Reunião pré-divulgação PDI 2020-2024 EAD Cederj Pólos Caxias e Rocinha

Fonte: Acervo institucional

2.4.1.3. Cerimônia de Abertura do PDI 2020-2024

A fase seguinte da preparação apresentou as seguintes atividades: elaboração do slogan “PDI: juntos na construção do futuro”, que, com o apoio e parceria das equipes da ASCOM, da DPROV e da TV Cefet, compuseram o *teaser* para a cerimônia, assim como o vídeo “O que é PDI?”¹¹. Além disso, também compõe esta etapa a elaboração da Norma Interna para constituição das comissões e organização do evento “Marco inicial do processo de construção do PDI 2020-2024”, que contou com o apoio, para sua organização, das equipes de eventos tanto do ensino técnico em Turismo quanto do curso superior tecnológico em Gestão de Turismo.

A DPROV ficou responsável pela elaboração do cartaz para a divulgação no Sistema Multicampi e a ASCOM pelo apoio na divulgação nos demais canais de comunicação e auxílio à equipe de Turismo com os preparatórios do cerimonial. A TV Cefet, com a sua equipe da SERED, providenciou a organização da infraestrutura do auditório, bem como cuidou do registro do evento por meio de filmagens e entrevista com os participantes.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WPEfUZXvLN0>.



Figura 17 – Vídeo produzido em parceria pela DPROV, ASCOM e TV Cefet e cartaz elaborado pela DPROV

Fonte: Acervo institucional

A cerimônia de abertura do processo de elaboração do PDI 2020-2024 foi realizada na manhã do dia 07/06/2018 e contou com a presença da Direção-geral, das diretorias sistêmicas, das diretorias e gerências dos *campi*, bem como de toda a comunidade, incluindo docentes, estudantes e servidores em geral, ultrapassando a capacidade dos 300 lugares do Auditório 1 do campus Maracanã. Os principais destaques do evento foram:

- presença expressiva de alunos e servidores dos diferentes *campi* do Cefet/RJ, de egressos e de representantes da comunidade externa;
- tradução simultânea de todo o evento pela professora de Libras da instituição (possibilitando que servidores e colaboradores surdos participassem);
- divulgação do *site* do PDI 2020-2024 (<https://pdicefet-rj.wixsite.com/pdi-2020-2024>), como canal de comunicação criado exclusivamente para divulgação das atividades, documentos produzidos, legislação pertinente e também para a coleta de sugestões para o PDI 2020-2024;
- apresentação genérica da metodologia de elaboração do PDI 2020-2024 e convite oficial para participação da comunidade;
- divulgação dos editais para participação dos alunos e servidores das Comissões Locais do PDI;
- atividade de elaboração do *tsuru* com os participantes e depósito oficial, na urna, do primeiro *tsuru* pelo diretor-geral.



Figura 18 – Marco inicial do processo de construção do PDI 2020-2024

Fonte: Acervo institucional



Figura 19 – Tradutora de libras na cerimônia de Abertura do PDI 2020-2024

Fonte: Acervo institucional

Este documento não poderia deixar de registrar a participação, assim como o reconhecimento a todos os servidores e colaboradores (alunos, ex-alunos, terceirizados, amigos, familiares e membros da comunidade), que se disponibilizaram a dedicar parte de seu tempo para auxiliar não só no planejamento e organização da cerimônia de abertura, mas também em todas as fases do processo de elaboração do PDI 2020-2024. A atuação desses profissionais e voluntários representa o compromisso que ratifica e consolida a instituição de excelência da qual fazemos parte.



Figura 20 – Equipe de cerimonial, eventos, comunicação no evento “Marco inicial do processo de construção do PDI 2020-2024”

Fonte: Acervo institucional

Destaca-se ainda o *site* projetado exclusivamente para o processo de elaboração do PDI 2020-2024 do Cefet/RJ, criado na plataforma Wix e disponibilizado pelo *link*: <https://pdicefet-rj.wixsite.com/pdi-2020-2024>. Essa plataforma digital foi elaborada exclusivamente por voluntários não profissionais da área de Tecnologia da Informação que se dispuseram a organizar o seu conteúdo, com o apoio indispensável da equipe DPROV na organização de seu conteúdo e padronização visual.



Figura 21 – Imagem da tela principal do *site* do PDI 2020-2024 do Cefet/RJ

Fonte: Site PDI 2020-2024

Para facilitar o acesso do público ao conteúdo do *site*, foram estruturadas as seguintes áreas: Apresentação (mensagem do diretor-geral); PDI 2020-2024 (descrição geral e seus eixos temáticos); Comissões; Documentos; Eventos; Legislação; Perguntas e *links*; Contato.

Durante todo o período de elaboração do PDI 2020-2024, novas fotos e documentos foram postados com a finalidade de manter o acompanhamento de todas as atividades atualizado para a comunidade.

2.4.2. Execução

Os servidores técnico-administrativos, docentes e discentes foram convidados a participar durante todo o processo de construção do PDI 2020-2024. Para um maior envolvimento foram elaborados 3 editais para convidar toda a comunidade para composição das comissões, garantindo a transparência e participação de todos.

As comissões foram estabelecidas com o objetivo de institucionalizar o trabalho, respaldando os seus servidores para a realização das atividades. O modelo de organização adotado seguiu a orientação de divisão de tarefas por áreas de afinidade das informações processadas (dimensões, eixos temáticos, temas). Além de respeitar a distribuição geográfica dos *campi* e a divisão de trabalho por setores, também foi observada a distribuição por hierarquia das diretorias sistêmicas, departamentos ou divisões setoriais.

De forma sucinta, as comissões criadas para elaboração deste PDI se organizaram da seguinte forma:

- **Comissão Central:** responsável pelo planejamento das atividades e organização das comissões e outras estruturas para auxiliar a elaboração do PDI 2020-2024. Também tem como responsabilidade o encaminhamento do documento final para aprovação nos órgãos superiores.
- **Comissão Operacional:** responsável pela coleta das informações fornecidas pelas comissões temáticas e locais, além de dar suporte a quaisquer outras estruturas criadas para auxiliar na elaboração do PDI 2020-2024. Também é de sua responsabilidade a consolidação do documento.
- **Comissões Temáticas:** as comissões temáticas estão divididas pelos seus eixos temáticos apresentado no Referencial Teórico: Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Administração e Planejamento; Internacionalização; Pessoas; Infraestrutura; Tecnologia da Informação; Governança e temas transversais, que englobam:

Sustentabilidade Ambiental; Direitos Humanos; Comunicação Institucional; Comunicação Científica; Arte e Cultura; Esportes.

- **Comissões Locais:** responsáveis pela sensibilização e mobilização das comunidades locais, pelo apoio às comissões temáticas nas discussões e sistematização de propostas e no levantamento de dados e informações do campus. Também é de sua responsabilidade a elaboração da proposta do campus quanto à oferta de vagas, planejamento de capacitação, infraestrutura e quadro de pessoal.

Quanto à composição das comissões temáticas e locais, é importante destacar que foi requisitada a participação de pelo menos um docente, um discente e um técnico-administrativo de forma a garantir a participação de todos os níveis. O cronograma completo das reuniões realizadas com as comissões locais e temáticas no Sistema Multicampi Campi do Cefet/RJ está disponibilizado nos Anexos II e III.



Figura 22 - Reunião Comissão Temática Ensino PDI 2020-2024

Fonte: Acervo institucional



Figura 23 - Reunião Comissão Temática Pós-Graduação e Pesquisa PDI 2020-2024

Fonte: Acervo institucional



Figura 24 - Reunião Comissão Temática Extensão PDI 2020-2024

Fonte: Acervo institucional



Figura 25 - Reunião Comissão Temática Administração & Planejamento PDI 2020-2024

Fonte: Acervo institucional



Figura 26 - Reunião Comissão Temática Gestão de Pessoas PDI 2020-2024

Fonte: Acervo institucional



Figura 27 - Reunião Comissão Operacional (DIGES) PDI 2020-2024

Fonte: Acervo institucional

Ao longo da etapa “Execução”, foram também realizadas dinâmicas de *origami* com elaboração de *tsurus*, com o trabalho voluntário da estudante de Engenharia Civil Dailleney Chagas de Oliveira Mariano, que se disponibilizou a viajar pelos campi para executar esta tarefa. Estes *workshops* ocorreram durante aproximadamente dois meses, com a participação de boa parte da comunidade interna e externa: estudantes, professores, técnico-administrativos, terceirizados, equipe de limpeza, estudantes do ensino médio (outras instituições) e vizinhança.



Figura 28 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 campus Angra dos Reis

Fonte: Acervo institucional



Figura 29 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 campus Itaguaí

Fonte: Acervo institucional



Figura 30 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 campus Maria da Graça

Fonte: Acervo institucional



Figura 31 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 campus Nova Friburgo

Fonte: Acervo institucional



Figura 32 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 campus Nova Iguaçu I

Fonte: Acervo institucional



Figura 33 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 campus Nova Iguaçu II

Fonte: Acervo institucional



Figura 34 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 campus Petrópolis

Fonte: Acervo institucional



Figura 35 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 campus Valença

Fonte: Acervo institucional



Figura 36 - Workshop tsuru PDI 2020-2024 campus sede Maracanã

Fonte: Acervo institucional

A fim de assegurar o atendimento na prestação das informações com o cumprimento das instruções estabelecidas pelo MEC, documentos e diretrizes foram encaminhados por e-mail e por meio de material impresso (manuais e modelos de referência) para Diretorias, Departamentos, Divisões e outros segmentos, solicitando contribuição conforme a respectiva competência, sendo agendada reunião para elucidação de dúvidas e esclarecimento de outras questões.

Devido ao curto espaço de tempo para execução das atividades e dificuldade para conciliar agenda com os componentes das comissões, algumas das reuniões com as comissões locais não foram realizadas presencialmente.

2.4.3. Finalização

Esta etapa somente poderá ser considerada concluída com o encerramento total das duas etapas anteriores. Ou seja, após consolidação das informações coletadas das Comissões Temáticas e Comissões Locais pela Comissão Operacional, o documento será encaminhado para análise e aprovação da Comissão Central.

A partir deste momento, será disponibilizado um período para divulgação do PDI 2020-2024 para a comunidade, através de Consulta Pública (disponibilizada por meio eletrônico), considerando que o feedback e a validação das propostas por parte dos integrantes da instituição são condições indispensáveis para garantia da transparência e construção colaborativa deste documento. Em seguida, haverá a validação e a ratificação do documento pela comunidade, presencialmente, por meio da realização de Audiência Pública no campus Maracanã.

Somente após estes dois estágios de manifestação da comunidade (virtual e presencialmente) que o documento será encaminhado para aprovação no Conselho Diretor (CODIR). Finalmente, após aprovação do CODIR, o documento irá para revisão da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) para uniformização da formatação do documento e adequação do texto às novas regras ortográficas e aos padrões da norma culta da língua portuguesa.

2.4.4. Controle

Considerando a aprovação, homologação e publicação deste documento, será iniciada a fase de Controle, a qual fará uso, preferencialmente, do software ForPDI [<http://forpdi.org/>], uma plataforma aberta para gestão e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional em universidades federais e outras instituições públicas, possibilitando o acompanhamento dos objetivos e metas em tempo real, realizando a inserção dos resultados alcançados, assim como o monitoramento sobre o desempenho das mesmas.

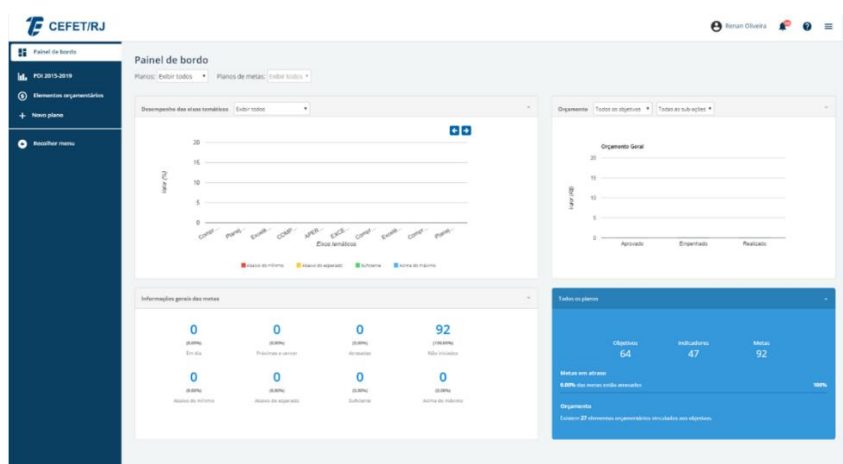


Figura 37 - Print screen da tela do software planejado para o Monitoramento e Controle ForPDI.

2.5. Diagnóstico Situacional PDI 2015-2019

O Diagnóstico Situacional compreendeu seis diferentes pesquisas com públicos diversos do Cefet/RJ: os funcionários terceirizados, os servidores técnico-administrativos e docentes, os discentes, e ainda com a comunidade externa. A forma de abordagem desta pesquisa adotou diferentes canais, tais como: encaminhamento virtual direto, entrevista direta, e solicitação de informação às Comissões do PDI e aos colegiados dos departamentos e coordenações de cursos.

Ao todo, o material que compõe o Diagnóstico Situacional, é composto por cinco questionários e uma aplicação em grupo focal da Análise da Matriz SWOT. Dos cinco questionários utilizados, dois foram aplicados virtualmente (online - utilizado o software livre *LimeSurvey*) e os três questionários restantes foram impressos (dois realizados sob a forma de entrevista) e um formulário entregue diretamente aos colegiados para preenchimento dos docentes.

2.6. Análise dos Resultados

Os resultados obtidos por meio da pesquisa com a comunidade, de forma geral, foram positivos, principalmente pela adesão de diferentes *stakeholders* (partes interessadas), como os terceirizados e a comunidade externa, complementando as percepções do corpo docente, discente e técnico-administrativo. A seguir serão apresentados os resultados de cada uma das pesquisas realizadas.

2.6.1. Análise SWOT

A Matriz SWOT é uma ferramenta clássica do planejamento estratégico, baseado num conceito simples, quase intuitivo, permitindo montar de forma esquemática uma tabela de quatro quadrantes onde devemos listar as forças e fraqueza (análise do ambiente interno), oportunidades e ameaças (análise do ambiente externo) de uma determinada organização.

Desta forma, com a utilização desta ferramenta, os gestores podem se antecipar na análise destes cenários observando como cada uma das forças pode criar ou alavancar oportunidades, assim como se proteger de ameaças. Assim como, fornecerá meios para observar que tipos de fraquezas são consideradas críticas para serem reparadas a fim de não desperdiçar

oportunidades ou mesmo que estas acabem impactando na produtividade e resultados da organização.



Figura 38 - Composição da Matriz SWOT

Fonte: ??

A Análise SWOT do Cefet/RJ foi um produto proveniente das reuniões realizadas em todos os campi, diretorias sistêmicas e colegiados da sede Maracanã, com a participação de alunos, docentes e técnicos-administrativos nas etapas de Preparação e Execução do Processo de Elaboração do PDI 2020-2024.

A atividade foi realizada de forma colaborativa, com a divisão dos presentes, em diversos grupos de quatro componentes (em média) por formulário da Matriz SWOT. Os grupos mistos de professores, servidores e alunos ou exclusivos de cada um destes segmentos foram criados aleatoriamente, deixando a composição aos integrantes de forma voluntária, e atuando como núcleos de ‘grupo focal’¹².

Os participantes foram orientados a escolher uma das áreas dos eixos temáticos que considerasse crítica. Após o recolhimento do material produzido, iniciou-se a análise e optou-se pelo uso do recurso gráfico nuvem de palavras, que visualmente favorece uma melhor compreensão dos resultados. A ‘nuvem de palavras’ é um gráfico digital que mostra o grau de frequência das palavras em um texto de forma visual: quanto mais a palavra é utilizada, maior é o tamanho da fonte para representar a palavra no gráfico.

¹² As entrevistas de grupo focal constituem uma técnica de pesquisa bastante utilizada na área do Marketing. Trata-se de um método de pesquisa qualitativo, dada a ausência de medidas numéricas e análises estatísticas.

Desta forma, apresentam-se as nuvens de palavras obtidas por eixo temático do PDI 2020-2024, ressaltando que nem todos os eixos temáticos foram citados pelos respondentes.



Figura 39 - Nuvem de palavras: eixo temático de Ensino.
 Fonte: Elaboração DIGES.



Figura 40 - Nuvem de palavras: eixo temático de pós-graduação e pesquisa.

Fonte: Elaboração DIGES.



Figura 41 - Nuvem de palavras: eixo temático de extensão

Fonte: Elaboração DIGES.



Figura 42 - Nuvem de palavras: eixo temático de gestão.

Fonte: Elaboração DIGES.



Figura 43 - Nuvem de palavras: eixo temático de internacionalização.

Fonte: Elaboração DIGES.



Figura 44 - Nuvem de palavras: eixo temático de infraestrutura.

Fonte: Elaboração DIGES.



Figura 45 - Nuvem de palavras: eixo temático de TI
 Fonte: Elaboração DIGES.

No total foram preenchidos 174 formulários, contando com aproximadamente 637 participantes. Dos formulários, a maior incidência de palavras durante a elaboração foi da área de Ensino (36%), seguida de Infraestrutura (25,3%), RH (9,2%), EAD (8%), Extensão (7%), Internacionalização (3,5%), TI (3,5%), Pesquisa (2,3%) e Gestão (2,3%), demais áreas juntas (2,9%), sendo que algumas não foram citadas.

Cabe destacar algumas informações observadas durante a Análise SWOT: (i) a área de Infraestrutura é muito citada como impacto no Ensino como “força” e também como “fraqueza” – provavelmente afetado pela perspectiva local de cada campus; (ii) o Orçamento foi indicado como uma “ameaça” na maioria das áreas, mas principalmente: Ensino, Pesquisa, Extensão e Internacionalização (citando corte de bolsas) e TI; (iii) a Qualificação do corpo docente é indicada como “força”, assim como as Parcerias como “oportunidade” nas áreas de Ensino e Pós-Graduação; (iv) na Extensão a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPEX se destaca como Força Institucional e a Interação com Empresas uma “oportunidade”; (v) na parte de Gestão há uma reivindicação por maior autonomia nos campi e redução da “burocracia” nos processos internos; (vi) na Infraestrutura, aspectos locais se destacam como a citação do CIEP (Nova Friburgo) como oportunidade e do Tombamento (Petrópolis) como ameaça, além disso, também foi muito citada na parte de Infraestrutura a questão da Acessibilidade como uma “fraqueza institucional”.

2.6.2. Questionário Situacional Online

O Questionário Situacional Online (QSO) foi disponibilizado para preenchimento de forma voluntária, no período de julho a setembro de 2018, através de duas formas: (i) aos estudantes do médio técnico e graduação por meio do Portal do Aluno no período de matrícula do segundo semestre de 2018; (ii) aos estudantes de pós-graduação, EAD, docentes, técnicos-administrativos, por meio do e-mail institucional. No total foram obtidas 757 respostas: 142 técnicos administrativos, 159 docentes e 456 discentes.

2.6.2.1. Perfil dos respondentes

Considerando a quantidade total de respondentes (técnicos-administrativos, docentes e discentes) pelo Sistema Multicampi: Angra dos Reis (41 respondentes); Itaguaí (25 respondentes); Maracanã (461 respondentes); Maria da Graça (23 respondentes); Nova Friburgo (47 respondentes); Nova Iguaçu (88 respondentes); Petrópolis (33 respondentes); Valença (39 respondentes), pode-se dizer que foi expressiva a participação dos estudantes de EAD (335 respondentes), enquanto apenas 112 (das 121) respostas dos estudantes presenciais foram validadas.

Quanto aos níveis de ensino, obteve-se: 44 respondentes de médio técnico; 296 respondentes de graduação e 116 de pós-graduação.

No início da elaboração do QSO, houve a preocupação de buscar as representações LGBT do Cefet/RJ para verificar a melhor forma para consulta à comunidade. No entanto, dos 757 respondentes, 361 se identificaram como do sexo feminino, 395 do sexo masculino e apenas um respondente se identificou como intersexo. Por outro lado, 50 respondentes se autotranscreveram quanto à orientação afetiva e sexual da seguinte forma: assexual (1); bissexual (14); homossexual (30); pansexual (1); outros (1). A maior parte (697) se identificou como heterossexual, enquanto alguns (13) também optaram em não responder.

Seguem os resultados, representados por gráficos, do QSO.

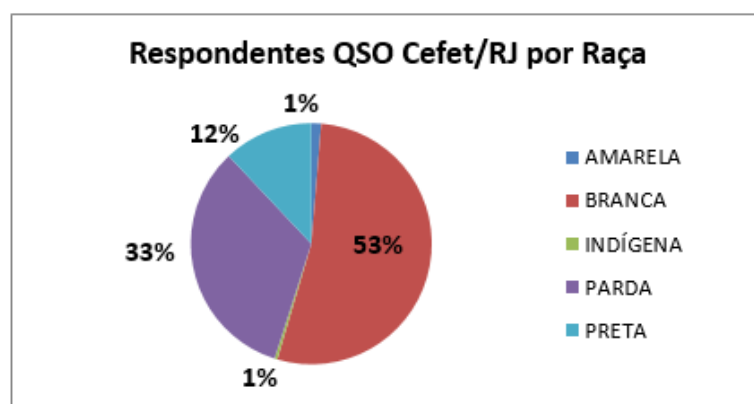


Gráfico 3 - Respondentes QSO Cefet/RJ por raça
Fonte: Elaboração DIGES.

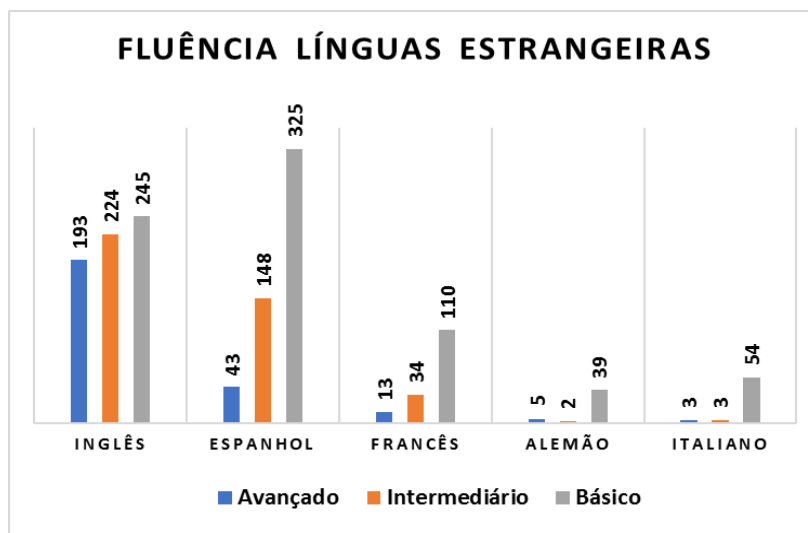


Gráfico 4 - Respondentes QSO Cefet/RJ: Fluência Línguas Estrangeiras
Fonte: Elaboração DIGES.

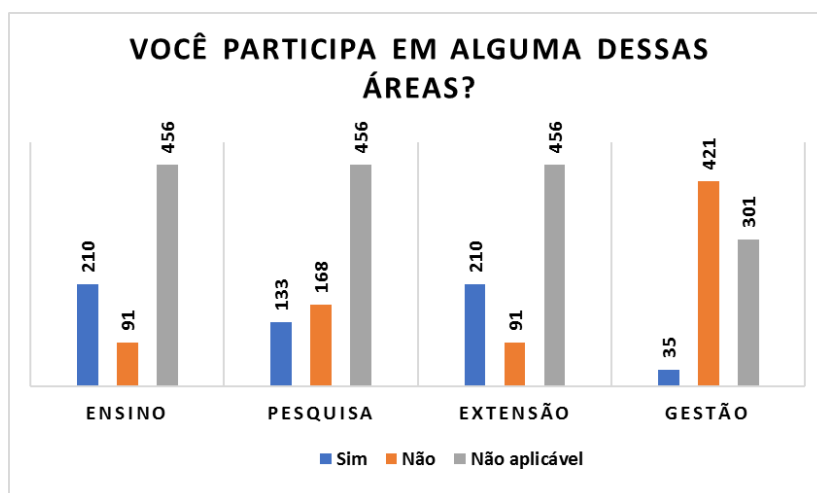


Gráfico 5 - Respondentes QSO Cefet/RJ: Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão
Fonte: Elaboração DIGES.

O perfil destes respondentes também representa uma “janela de oportunidade” para áreas como Internacionalização e projetos que envolvam o “ensino de idiomas” sejam analisados para aprimoramento, assim como o incentivo para uma maior participação de atividades no âmbito do Ensino, Pesquisa, Extensão, além do apoio às atividades de Gestão. Uma das questões que exemplifica os diferentes perfis da comunidade interna do Cefet/RJ é apresentada no gráfico a seguir.

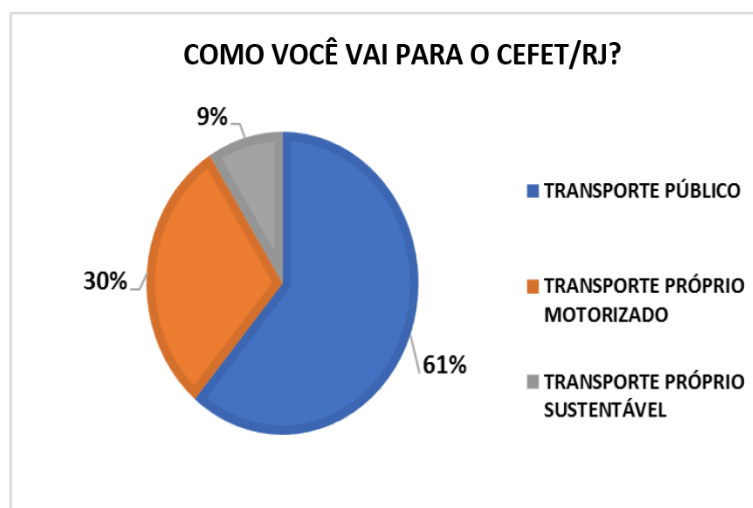


Gráfico 6 - Respondentes QSO Cefet/RJ por tipo de transporte utilizado

Fonte: Elaboração DIGES.

O grupo de respondentes ao QSO apresentou hábitos de locomoção e de uso de transportes sustentáveis, sendo que 70% deste grupo utiliza transporte público ou meios próprios, como a caminhada ou utilização de bicicleta. De forma detalhada, dos 757 respondentes, observaram-se: a pé (55); barca (2); bicicleta (13); carro (209); metrô (55); moto (17); ônibus (340); trem (66).

Outra questão que vale a pena considerar na identificação do público, que se disponibilizou a responder esta pesquisa, revela, dentre os servidores, a sua experiência profissional prévia (antes de prestar concurso e tomar posse no Cefet/RJ).

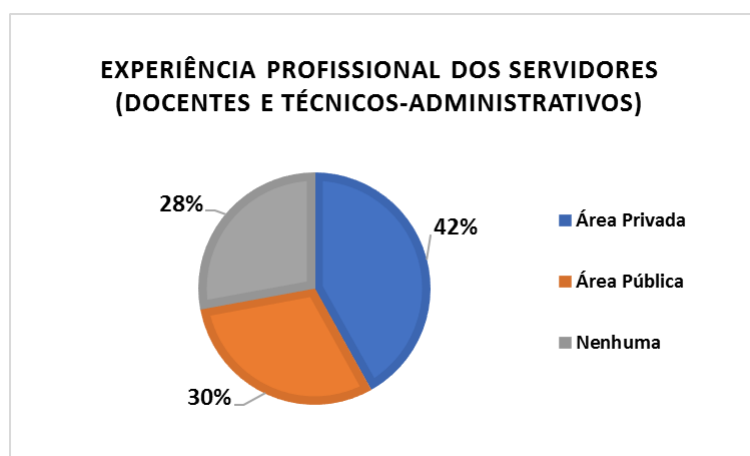


Gráfico 7 - Respondentes QSO Cefet/RJ servidores por experiência prévia

Fonte: Elaboração DIGES.

Sobre a experiência profissional prévia dos servidores respondentes (tanto docentes quanto técnico-administrativos), 72% possuem experiência anterior, enquanto 28% indicam o Cefet/RJ como o seu primeiro emprego. Dentre os que possuem experiência prévia, 42% são oriundos do setor privado, enquanto 30% são provenientes de outras instituições públicas. Esta diversidade de experiências, tanto na área pública, quanto privada, demonstra uma capacidade dos servidores do Cefet/RJ de trazer diferentes perspectivas e 'lições aprendidas', que são importantes ao desempenho da instituição.

Portanto, com o intuito de observar possíveis melhorias, a comunidade interna foi consultada sobre a sua percepção a respeito do alcance dos objetivos relacionados ao PDI anterior (PDI 2015-2019), obtendo o seguinte resultado consolidado a partir da média das respostas, por eixo temático.

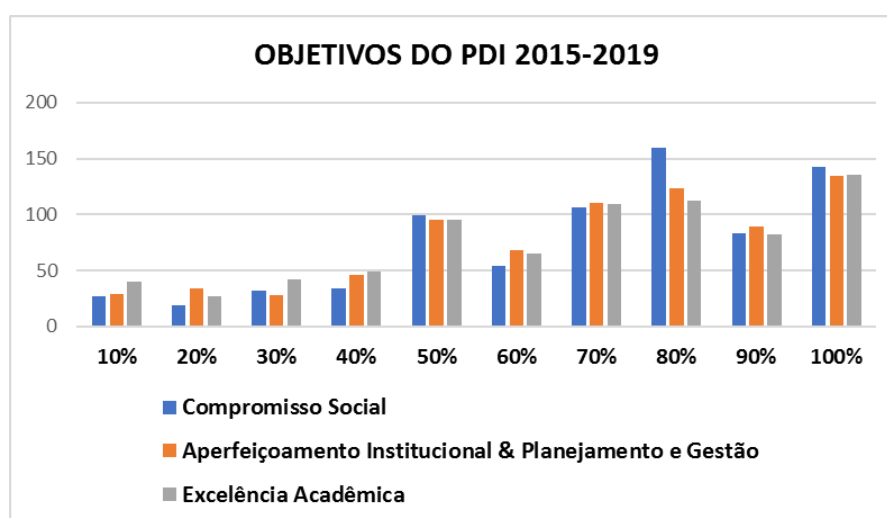


Gráfico 8 - Média de Respostas sobre Eixos do PDI 2015-2019
Fonte: Elaboração DIGES.

Para melhor entendimento dos eixos temáticos do PDI 2015-2019 consultados, observam-se:

Compromisso Social: (1) Consolidar e ampliar a inserção do Cefet/RJ no desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional; (2) Criar mecanismos de ampliação dos espaços de interlocução do Cefet/RJ com a sociedade, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento das demandas sociais e do desenvolvimento do país; (3) Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social; (4) Consolidar e ampliar parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social; (5) Promover a representação do Cefet/RJ nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmico-institucionais; (6) Democratizar as condições de acesso aos cursos do Cefet/RJ; (7) Estabelecer políticas facilitadoras da integração da comunidade acadêmica *intracampus*, *intercampi* e com os grupos organizados da sociedade, especialmente na área de atuação do Cefet/RJ.

Aperfeiçoamento Institucional & Planejamento e Gestão: (8) Otimizar e manter os recursos infraestruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias para a utilização plena da capacidade do Cefet/RJ; (9) Consolidar e ampliar a expansão do Cefet/RJ, fundamentada em ensino, pesquisa e extensão, de modo articulado com as políticas públicas da área; (10) Consolidar as ações de capacitação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos através da implementação de um programa de desenvolvimento, avaliação, desempenho e alocação, que respeite as habilidades de caráter pessoal e profissional, com reflexos na melhoria dos serviços essenciais às atividades de ensino, pesquisa e extensão; (11) Criar programas de valorização, reconhecimento e motivação das pessoas – servidores públicos – a fim de se perceberem como sujeitos da missão da universidade; (12) Priorizar a contratação e fixação de doutores na instituição; (13) Implementar oficinas de línguas estrangeiras e portuguesa para estudantes e servidores; (14) Ampliação, manutenção e reestruturação das bibliotecas; (15) Disponibilizar sistemas de informação para permitir o acompanhamento de uma forma integrada das informações institucionais de modo a dar suporte à gestão e ao planejamento estratégico; (16) Proporcionar transparência e publicidade nas prestações de contas, tanto no que diz respeito às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), quanto no que tange ao uso dos recursos de que dispõe; (17) Adequar os espaços e sistemas institucionais, levando em conta o acesso das pessoas com deficiência; (18) Fortalecer a comunicação como estratégia institucional; (19) Criar, consolidar e/ou aperfeiçoar instrumentos, ações e meios de comunicação institucional com as comunidades interna e externa; (20) Dar continuidade à atuação, junto aos órgãos competentes, com vistas a buscar o aumento do número de vagas de pessoal técnico-administrativo e docente, assim como do aumento/redimensionamento dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas (CD e FG), no intuito de adotar o modelo proposto para a transformação do Cefet/RJ em universidade.

Excelência Acadêmica: (21) Ampliar e fortalecer a atuação dos órgãos colegiados do Cefet/RJ nos projetos político-institucionais; (22) Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; (23) Promover revisão e atualização dos documentos legais do Cefet/RJ; (24) Otimizar a capacidade de gestão institucional; (25) Implementar sistemas de avaliação e monitoramento de indicadores, visando à melhoria da qualidade institucional do Cefet/RJ; (26) Incentivar o desenvolvimento de programas inovadores, bem como o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, visando à crescente qualificação de pesquisadores e grupos de pesquisa, estimulando a divulgação do conhecimento produzido; (27) Consolidar-se como produtor de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país; (28) Implementar uma política de democratização da informação, por meio do fortalecimento do sistema de bibliotecas e do acesso à internet e repositórios de dados; (29) Promover a inserção qualificada da instituição no panorama acadêmico nacional e internacional, pela difusão da sua produção científica e tecnológica; (30) Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer; (31) Promover ações capazes de trazer ao cotidiano da vida acadêmica a discussão de estratégias e de atividades voltadas à questão socioambiental, no marco de uma formação profissional e cidadã; (32) Melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, buscando envolver docentes e estudantes em processos e práticas pedagógicas nas quais ambos se reconheçam como produtores de conhecimento no âmbito da experiência de ensinar-aprender-pesquisar; (33) Estimular a realização de projetos de pesquisa, que aperfeiçoem a produção científica e tecnológica, integrando os diversos níveis de ensino; (34) Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, através de programas que envolvam de forma indissociável a produção e difusão do conhecimento, contribuindo para a formação dos alunos; (35) Consolidar a extensão universitária como interface da universidade com diferentes segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação, estimulando o protagonismo estudantil; (36) Reduzir a evasão dos estudantes nos cursos do Cefet/RJ; (37) Consolidar as atividades baseadas em novas tecnologias de ensino presenciais, semipresenciais e a distância; (38) Promover o estudo para a ocupação das vagas ociosas, através de mecanismos diferenciados que contemplem a superação das causas da evasão estudantil.

Não obstante, é importante ressaltar que embora o Ensino seja considerado uma área relevante, o eixo que mostrou maior concordância entre os respondentes sobre maior êxito no alcance dos objetivos no PDI anterior (PDI 2015-2019) foi o de “Compromisso Social” com a comunidade. A assinatura do Pacto Universitário dos Direitos Humanos, a criação da Divisão de Estratégia para a Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI), a assinatura do Termo de Adesão da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a elaboração da Política de Sustentabilidade Ambiental, seguida do Plano de Gestão de Logística Sustentável, assim como o aumento de participação do Protagonismo Estudantil, sobretudo com iniciativas da Turma Cidadã e Enactus e a elaboração da Política de Assistência Estudantil podem ser fatores que contribuíram para uma maior percepção da comunidade sobre a melhoria na prestação de serviços voltados à comunidade e ao “Compromisso Social”.

2.6.3. Pesquisa com colegiados

Considerando que alguns docentes poderiam ter dificuldade na participação das reuniões, atividades ou eventos organizados pela DIGES/DEDIN/DISAI, Comissões Temáticas e Comissão Local Maracanã, optou-se pela elaboração de um formulário – igualmente voluntário, que foi entregue aos colegiados de nível médio técnico e superior, localizados no campus sede Maracanã (maior concentração de colegiados e com maior índice de indisponibilidade/presença nas reuniões).

Este formulário ficou disponível por aproximadamente dois meses para que os colegiados tivessem condições de comunicar, reunir e definir a melhor forma para envio da resposta.

Alguns colegiados optaram pelo envio individual de cada docente que se dispusesse a responder diretamente para a equipe da Comissão Operacional por e-mail. Alguns colegiados optaram por se reunir e entregar o formulário manuscrito, outros digitaram os tópicos elencados pelos docentes.

Ao todo, contribuíram com o envio das respostas 25 colegiados, com a participação de 176 docentes. Como o formulário enviado continha ‘perguntas abertas’, cada questão procurou um padrão de resposta para classificar de forma mais aproximada possível as categorias de resposta.

Alguns dos resultados em forma textual são apresentados a seguir, embora tenham sido citados mais de uma vez foram considerados, conforme indicação pelos colegiados, com o intuito de contribuir para a reflexão da opinião, crítica ou necessidade expressa.

1- Como você imagina o Cefet/RJ no futuro?

Adequação às necessidades do mercado de trabalho; Ampliação de número de vagas; Aprimorar os serviços educacionais e administrativos; Boa qualidade do ensino; Boas condições de trabalho; Capacitação de docente; Serviço Público de qualidade; Cota regional para candidatos Baixada Fluminense; Desenvolvimento de pesquisas tecnológicas; Educação de ensino, pesquisa e extensão; Ensino integrado e de excelência e infraestrutura adequada; Escola democrática entre Instituto e Universidade, ensino médio e técnico; Excelência na formação Ensino Médio, Técnico e Superior; Incentivo para o desenvolvimento do docente; Infraestrutura de Qualidade; Inovação tecnológica; Instituição de ensino superior contendo ensino técnico; Instituição diversa que atenta às demandas dos alunos; Instituição para curso Pré-Enem para população local; Instituição pública e gratuita de ensino médio e educação superior; Instituição que prese pela educação integral do ensino médio-técnico; Local para receber a comunidade; Excelência na formação Ensino Médio, Técnico e Superior; Novos cursos; Política mais centrada na educação, com olhar para o ensino médio e técnico; Serviço Público de qualidade; Tornando-se uma universidade federal tecnológica; Uma Instituição de ensino de excelência; Maior integração entre a instituição e a indústria; Valorização da língua estrangeira; Valorização da NAC melhorando a infraestrutura de acordo com sua necessidade; Valorização ensino superior público.

2- Onde a Infraestrutura (Prefeitura/Biblioteca) e a área de TI devem mudar ou melhorar?

- *Infraestrutura/Prefeitura: Melhorar os espaços agendados para uso na subprefeitura; Controle de acesso e sistema de câmeras; Falta de divulgação do planejamento; Definir atribuições evitando conflito de competências; Aprimoramento de um sistema de chamados para dar mais publicidade; Aumentar o número de banheiros de acesso livre e melhorar a limpeza e o abastecimento de papeis; Melhoria e mais agilidade nos serviços; Promover a prevenção na verificação das instalações para se anteciparas ocorrências; Vistorias ou manutenção periódica; Resolução de problemas relatados pelos professores (parte elétrica, projetores, conexões, etc.); Revisão da infraestrutura baseado nos novos objetivos pedagógicos.*

- *Infraestrutura/Biblioteca: Atualização de acervo da Biblioteca; Manutenção do acervo e melhorias da infraestrutura; Expansão; Espaço na Biblioteca; Expansão espaço na Biblioteca; Buscar atualização do acervo; Melhoria Sistema de acesso à biblioteca; Melhoria de espaço dinâmico e acervo da biblioteca.*
- *TI: Agendamento de serviços e de solicitações de compras; Agilidade no processo de compra e disponibilização de títulos ou volumes; Funcionamento da internet; Laboratório com recursos/software para o ensino da matemática; Levantamento de todas as máquinas (computadores e impressoras); Melhorar serviço de renovação de matrícula; Otimização de serviços de TI; Controle de acesso e sistema de câmeras; Qualificação para os funcionários de TI; Melhorar a qualidade dos serviços; qualidade da rede wi-fi, portal do professor do aluno; acesso dos ex-alunos criação de sistema remoto; Reformulação da estrutura do setor e dá maior suporte à instituição; Sistema de matrículas da graduação; Superar as intermitências no portal do aluno e do professor.*
- *Geral: Área administrativa e corpo docente elaborar diretrizes para demanda do Cefet/RJ; Comunicação; Diretrizes; Horário de atendimento compatível com as atividades do campus; Melhorar a agilidade dos processos de trabalho; Qualidade de serviço; Qualificação de gestores; Recursos financeiros; Ver outros modelos de Instituição; Verbas para compra de equipamentos de uso nas salas de aula.*

3- Quais as dificuldades encontradas na comunicação interna do Cefet/RJ?

A burocracia e as mudanças de procedimentos sem divulgação; Ausência de canais eficientes; Burocracia; Comunicação; Comunicação interna; Contatos e canais adequados para servidores e alunos; Cumprimento das Diretrizes; Dificuldade na relação sede/campi; Divulgação dos meios que articulam os departamentos; Divulgação entre as ações extracurriculares pertinentes ao ensino; Eficiência nos serviços; Elaborar um manual com orientações práticas sobre a instituição; Falta de qualidade tecnológica nos meios digitais; Falta de comprometimento nos serviços solicitados; Falta de diretrizes; Falta de qualidade tecnológicos nos meios digitais; Falta de transparência na divulgação dos acontecimentos; Feedback de resultado de reuniões e decisões; Frequência de Informativo eletrônico; Informatização para eliminar papel; Participação efetiva do corpo docente; Uso excessivo de formalidade em

processos rotineiros de trabalho, sem análise entre situações que possam ser agilizadas; Utilização de e-mail institucional entre os setores.

- 4- Quais as principais dificuldades perante a gestão financeira e a disponibilidade de recursos no Cefet/RJ?

Acompanhamento de pedidos de compra; Burocracia e falta de verba; Capacitação em gestão de projetos; Comunicação; Cortar gastos desnecessários; Demanda para recursos financeiros; Descentralização das tomadas de decisões e divulgação dos critérios utilizados; Descentralização mais uniforme dos recursos oriundos para o Cefet, entre as UnEDs; Falta de diretrizes; Disponibilização de recursos para ensino médio e superior e qualificação de professores; Falta de discussão sobre as prioridades institucionais; Falta de divulgação do planejamento orçamentário e das verbas recebidas anualmente; Falta de investimento em máquinas/equipamentos e de recursos para pesquisa e extensão; Falta de verba para custeio de passagem e estadia para docentes e discentes; Falta de verba para participação de evento científico e pedido de compra; Transparência da gestão financeira; Implantação de fundação de apoio para integração indústria/empresas com a instituição; Implantação de um sistema de compras emergenciais; Melhor distribuição de recursos entre os diferentes níveis de recursos; Melhorar distribuição de acordo com a demanda de cada curso; Não são prioridade orçamento para investimento, manutenção de espaços e compra de material; Não soube responder; Necessidade de Centros de Custo nas coordenações dos cursos; Otimização de recursos; Pouca clareza nos fluxos de compra; Recursos não direcionados adequadamente para as coordenações; Recursos para compra de medalha para alunos premiados e compra de livros; Transparência e distribuição de verbas; Transparência nas ações; Falta de verba para participação de evento científico e pedido de compra.

- 5- Quais os desafios a serem vencidos quanto à gestão e o desenvolvimento de pessoas?

Ausência de visão global; Capacitação de pessoal/aproveitamento e cursos de aperfeiçoamento; Capacitação de pessoal/aproveitamento e cursos de aperfeiçoamento; Capacitação; Chefias responsáveis pelas ações dos servidores de seus setores; Comunicação interna; Conhecimento das Diretrizes; Desorganização dos canais de informações; Incentivo; Indicadores de desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão; Mudança em uma Política e planos de reconhecimento; Nova

resolução de capacitação; Parcerias com instituições privadas com a finalidade de capacitação de RH; Participação de processos; Preparação dos servidores no ingresso na instituição, visando uma conscientização do seu papel; Profissionais reconhecidamente qualificados; Promover cursos e palestras; Promover transparência; Recursos para capacitação e inscrições em eventos científicos no Brasil e no exterior; Recursos para qualificação de docentes; Superar a desintegração setorial e pensar de forma coletiva; Traçar Perfil profissional dos gestores com outros de outras instituições.

6- Quais os desafios no relacionamento interno institucional?

Atividades de colaboração interdisciplinar entre os departamentos; Atualização do site institucional e Produção de jornal com veiculação mensal; Burocracia; Falta de diretrizes; Coletividade no âmbito institucional; Comunicação; Critérios técnicos e analíticos para tomada de decisão nos processos; Conhecimento das Diretrizes; Estabelecer diálogo; Falta de diretrizes; Falta de espaços e fóruns democráticos; Flexibilidade nas relações interpessoais; fomentar o desenvolvimento de algum projeto; Integração das coordenações através de trabalhos e conjuntos; Integração entre os colegiados; Melhorar a divulgação do organograma e fluxograma; Não foram percebidas dificuldades significativas; Problemas de articulação entre o Maracanã e as Uneds, falta de clareza sobre o setor responsável pelas atividades; Promover entrosamento entre os servidores; Relativas aos servidores técnicos-administrativos; Stakeholders; Promover entrosamento entre os servidores; Trabalho em coletividade com objetividade e colaborativa; Transparência nas ações; Treinamento e capacitação de servidores; Uniformizar condutas administrativas e trâmites burocráticos; Visão de negócio.

7- Quais os principais desafios para que uma decisão seja tomada no Cefet/RJ?

Ausência de visão global; Burocracia e falta de verba; Burocracia, orçamentos limitados, falta de espaço físico para atividades extracurriculares; Capacitar os gestores e desburocratizar os processos; Conciliação de respostas às demandas com a otimização do tempo de trâmite das mesmas, proporcionando a transposição dos níveis hierárquicos; Debate e discussão sobre os temas mais relevantes; Diretrizes; Disponibilidade Orçamentária; Diversos níveis de aprovação (interna e externa); Divulgação das normas e procedimentos e tomada de

decisão; Encontrar profissionais responsáveis por tomar qualquer decisão; Estabelecer desafios é a dificuldade de se estabelecer diálogo com os pares envolvido na situação; Falta de conhecimento das diretrizes; Leitura direcionada dos instrumentos normativos institucionais; Limites orçamentários e modernização dos equipamentos e software dos cursos; Maior autonomia do processo decisório dos campi; Melhorar a comunicação; Melhorar os entraves burocráticos de todo ensino Cefet/RJ; Morosidade para o cumprimento do processo; Não soube responder; Ouvidoria para os processos de gestão; Participação da comunidade acadêmica dos processos decisórios; Política; Processos democráticos; Processos e estrutura organizacional deficiente; Que a diretoria continue sendo acessível a todos; Reconhecer as especificidades de cada nível de ensino, inclusive para departamentos e divisões; Sistema democrático por meio de representatividade.

8- Quais os obstáculos para a agilidade nos processos de trabalho?

Burocracia e falta de verba; Burocracia nos serviços de compras; Compromissos das equipes com os resultados e benefícios para a instituição e sociedade; Comunicação; Conhecimento das Diretrizes; Deficiência nos sistemas de internet e online; Demora nos serviços de manutenção e de reposição de materiais e equipamentos; Disponibilidade Orçamentária; Equipamentos que deem suporte as suas ações (computadores e laptops); Excesso de burocracia, etapas desnecessárias para concretização de um processo; Falta de capacitação de gestores, falta de verba, além de profissionais desmotivados; Falta de clareza e atrasos nos prazos em andamento, por falta de comunicação e relacionamentos pessoais; Falta de comprometido do departamento em inserir no sistema informações as turmas vinculadas aos professores; Comunicação; Falta de diretrizes; Falta de servidores administrativos nos departamentos de graduação; Falta de Sistema de gerenciamento eletrônico de documento digital; Falta de transparência das regras para montagem dos processos; Falta de vagas de docentes; Locação de profissionais nos cargos que exigem experiência, implicando a demora de tomada de decisões para aplicação dos procedimentos; Mudanças e desconhecimento das regras para montagem dos processos; Não soube responder; Pouco recursos para o curso técnico; Processos inadequados;

Questões relativas ao trabalho dos servidores técnicos-administrativos; Reformular o portal do professor; Ter foco nos processos com a participação das pessoas envolvidas; Treinamento e capacitação de servidores; Wifi de qualidade nas salas.

- 9- Quais os resultados que o Cefet/RJ deve entregar para as partes interessadas (estudantes e sociedade)?

Abertura da biblioteca para população do entorno para uso do espaço; Atividades de extensão e pesquisas; Avaliação de desempenho do Ensino da Instituição; Ceder espaços para a comunidade, como a biblioteca e outros; Desenvolvimento nos projetos sociais; Ensino de qualidade com formação atuante no mercado de trabalho e na sociedade; Ensino de qualidade e moderno; Ensino, Pesquisa e Extensão por excelência; Espaço para formação de profissionais; Estudantes egressos capacitados para o mercado de trabalho; Estudantes capacitados para os desafios mercado de trabalho; Fazer a diferença em relação aos projetos de cunho social; Formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade; Formação profissional técnico e tecnológico; Formação técnica com excelência em ensino pesquisa e extensão; Formar cidadãos capazes de influenciar a sociedade; Implementar políticas de pesquisa e extensão para os estudantes ; Manutenção do conceito A nos exames regulares de aferição da qualidade de ensino; Mão de obra técnica e tecnológica; Ofertar profissionais de qualidade e projetos de extensão; Participação no desenvolvimento político, científico, socioeconômico e cultural; Pesquisa e extensão para inserção profissionais no mercado de trabalho, devidamente habilitados; Profissionais com formação profissional de excelência; Programas de extensão; Promover encontros dos estudantes com os profissionais bem-sucedidos; Proposta real idealizada desde sua fundação, atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão; Reconhecimento nas entidades de Classe; Serviços de qualidade e ensino de qualidade; Serviços profissionais de excelência.

- 10-Quais são os principais desafios para o Cefet/RJ desempenhar o seu papel institucional?

Aluno com novo perfil, motivação; Aquisição de materiais didáticos; Ausência de Fundação para interação mais produtiva com a sociedade; Burocracia; Capacitação de docente; Celebrar parcerias nacionais ou internacionais para projetos; Conhecer o perfil de cada aluno; Conhecimento das diretrizes; Criar um núcleo de inovação tecnológica; Democracia institucional plena; Desburocratização dos processos e do RH; DIREN registrar os projetos de ensino; Dispor de uma equipe de servidores com formação, qualificada e experiente, com capacidade tal

que se permita atingir os objetivos do planejamento institucional; Excelência de educação ensino técnico e superior; Excelência em seus objetivos institucionais; Falta de planejamento; Falta de recursos materiais; Falta de verba; Falta de verba para bens de uso da sala dos professores (impressora, scanners, computador); Formar profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade; Garantir a excelência do corpo docente; Garantir habilidades e conhecimentos do corpo discente; Investimento em marketing e recursos humanos; Investimento na infraestrutura e recursos pedagógicos modernos; Mediação de conflitos; Melhor interação entre Departamentos e comunidade escolar; Melhorar as diretrizes da organização para obter um bom nível de ensino; Melhorar o nível de excelência ensino superior; Melhorar os processos e estrutura organizacional; Melhorar sistema de segurança interno; Oportunidades ao conhecimento e boas prática; Planejamento; Promover a integração entre os diferentes níveis de ensino; Reestruturação do corpo administrativo com nível técnico; Reestruturar serviço de inspetoria; Ser uma escola atrativa e eficiente; Ter uma equipe de servidores com experiência e qualificados; Traçar objetivos e ações administrativas/Pedagógica; Viabilizar a emissão de documentos que reconheçam as atividades inerentes; Viabilizar as parcerias com IES e Instituições de Pesquisa.

2.6.4. Pesquisa com terceirizados

No total foram entrevistados, presencialmente, 70 funcionários terceirizados no campus sede do Cefet/RJ, o que corresponde a aproximadamente 50% do total de terceirizados. Dentre os entrevistados, há uma distribuição quase uniforme da faixa etária de 25 anos a 60 anos, com cerca de 10% para cada faixa de 5 anos. Na distribuição por gênero, 71% são do sexo masculino e 29% do sexo feminino. Em relação ao tempo de serviço, 64% possuem até 3 anos de tempo de serviço no Cefet/RJ, enquanto 23% dos 36% restantes, possuem 5 anos ou mais de tempo de serviço na instituição.

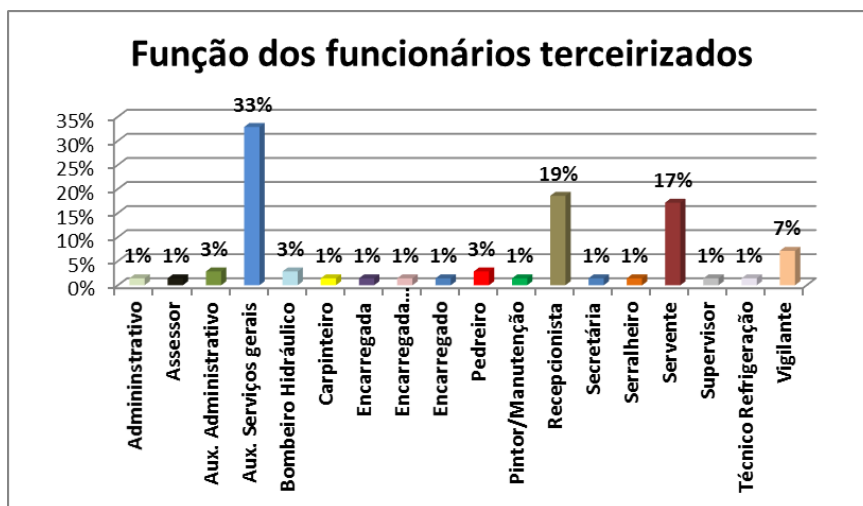


Gráfico 9 - Funcionários terceirizados do Cefet/RJ por função, sede Maracanã.
 Fonte: Elaboração DIGES.

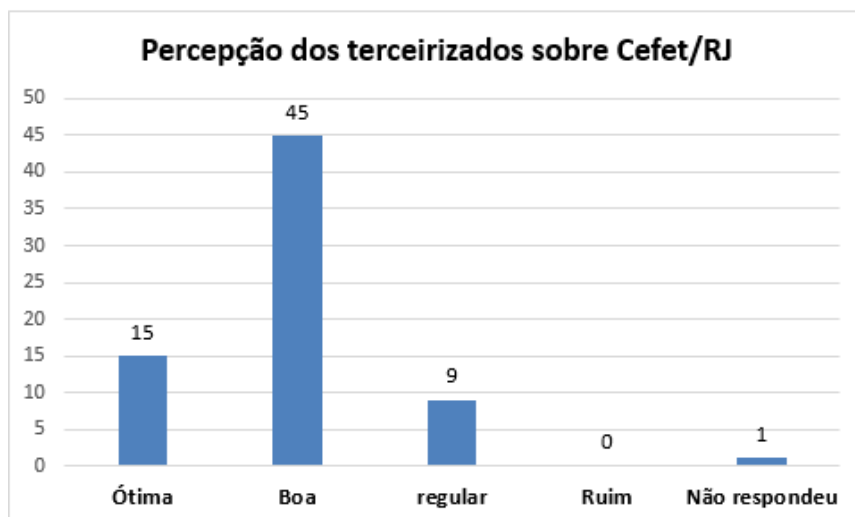


Gráfico 10 - Percepção dos funcionários terceirizados sobre o Cefet/RJ
 Fonte: Elaboração DIGES.

A maioria dos entrevistados (85%) tem uma boa ou ótima percepção do Cefet/RJ como instituição e 95% disse que gosta de trabalhar no Cefet/RJ. Dentre os terceirizados que responderam que não gostam de trabalhar no Cefet/RJ, relataram como principal motivo o desejo de trabalhar em outra área.

2.6.5. Pesquisa com comunidade externa

A pesquisa com a comunidade externa do Cefet/RJ foi realizada com 70 entrevistados, de forma presencial, pelos estagiários da DIGES, vestindo a camiseta do Cefet/RJ PDI 2020-2024, como identificação. Esta atividade ocorreu durante cinco semanas nos meses de setembro e outubro de 2018, às quintas-feiras nos arredores do campus sede Maracanã, tendo como objeto, a feira livre do Maracanã que se verifica neste dia na rua Moraes e Silva. Os estagiários foram orientados a abordar moradores, feirantes, trabalhadores de empresas e comerciantes da região.



Figura 46 - Pesquisa PDI 2020-2024 com comunidade externa feira na Tijuca/RJ

Fonte: Acervo institucional.

Os pesquisadores também aproveitaram o evento “Lixo Zero”, realizado pela Alerj em parceria com o Cefet/RJ, no Auditorio 1 da sede Maracanã, no dia 26/10/2018, que contou com a presença de mais de 250 convidados, muitos provenientes de outras instituições parceiras, da comunidade externa.

Quanto ao perfil dos entrevistados: (i) 20% são moradores do Maracanã e 80% frequentadores da área; (ii) 36% trabalham e 64% não trabalham na região; (iii) 34% são do sexo feminino e 66% são do sexo masculino. Destes 70 entrevistados na feira livre, 87% conhece o Cefet/RJ: deste grupo, 72% revelou conhecer alguém que estuda ou já estudou (egresso) do Cefet/RJ e 38% conhece alguém que trabalha ou trabalhou no Cefet/RJ. Dos entrevistados que conhecem o Cefet/RJ, 93% tem uma boa ou ótima impressão da instituição, 3% regular e o restante (4%) não respondeu.

Ao serem perguntados de forma livre (pergunta aberta) sobre “De que forma o Cefet/RJ pode contribuir para a comunidade?”, foram obtidas as seguintes respostas: (i) Cursos gratuitos para a comunidade no entorno; (ii) Qualificação profissional; (iii) Qualidade de ensino com atrativos para outras áreas; (iv) Projetos em parcerias com as comunidades; (v) Melhoria do ensino e geração de emprego; (vi) Melhores oportunidades de emprego para a geração

futura; (vii) Movimento cultural; (viii) Melhorar a educação do País; (ix) informações à comunidade; (x) Empregabilidade; (xi) Atuação em parceria com comércio local e parte cultura; (xii) Campanhas de Meio Ambiente e sobre combate à violência; (xiii) Boa formação profissional para a população menos favorecida; (xiv) Boa formação profissional; (xv) Atividades sociais para a comunidade; (xvi) Aberto aos anseios da comunidade no âmbito social e educacional. Algumas destas respostas apresentaram semelhança e obtiveram frequência maior do que outras. Dentre as mais citadas: 'Empregabilidade' e 'Oportunidade de Emprego para a Geração Futura'.

2.6.6. Questionário das comissões PDI 2020-2024

Aos membros das Comissões do PDI 2020-2024, também foi enviado um questionário *online* para ratificar alguns dados já consultados à comunidade em geral.

Responderam 57 membros das comissões PDI 2020-2024, sendo que 9,5% eram da Comissão Central; 7,5% da Comissão Operacional; 36% das Comissões Temáticas e 47% das Comissões Locais. Quanto ao perfil dos respondentes, foram 23% estudantes, 47% docentes e 30% técnicos-administrativos.; Na participação de cada campus, houve: Angra (5,5%); Itaguaí (7,5%); Maracanã (62%); Maria da Graça (2%); Nova Friburgo (2%); Nova Iguaçu (10%); Petrópolis (0%) e Valença (11%).

O objetivo e enfoque deste questionário foram aprofundar a análise dos resultados obtidos da parte "ambiente interno" da Análise SWOT (Forças e Fraquezas) dentro das áreas temáticas deste PDI 2020-2024.

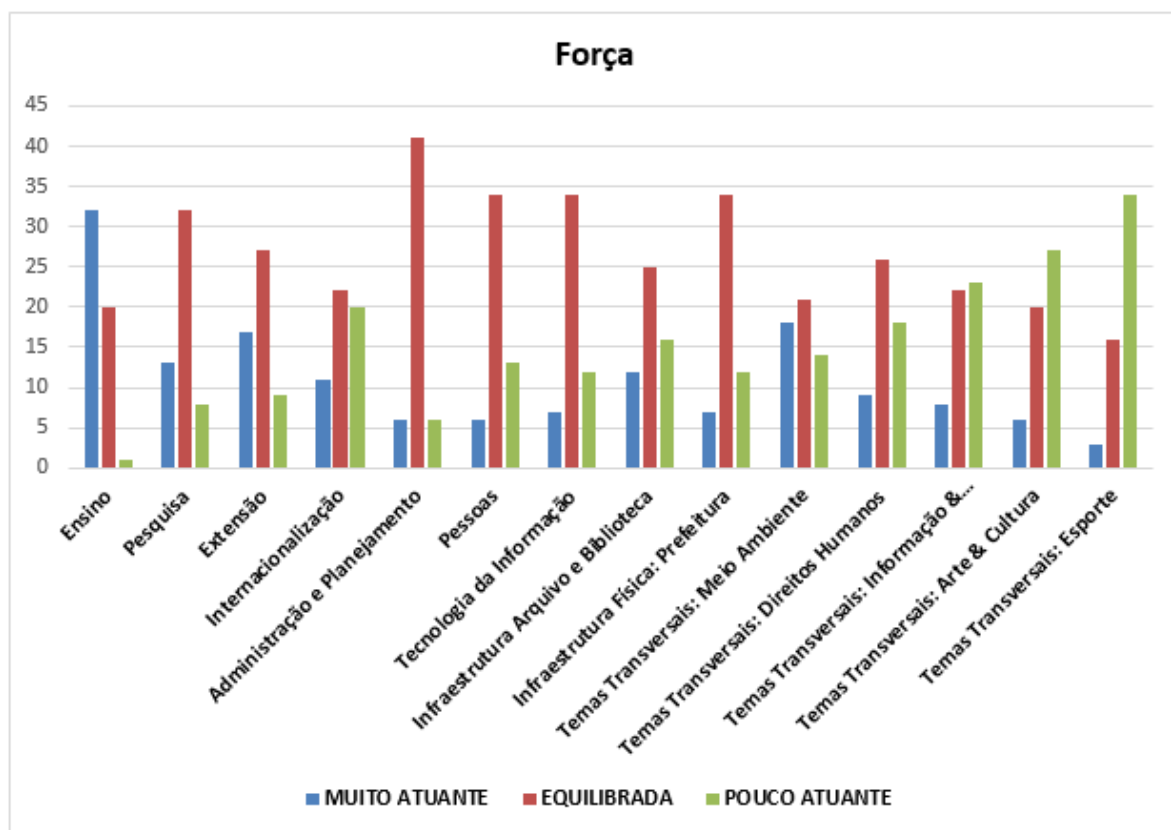


Gráfico 11 - Pesquisa com Comissões sobre Forças das áreas temáticas PDI

Fonte: Elaboração DIGES.

O resultado obtido da análise das “Forças” institucionais, por meio das respostas dos membros das Comissões (que atuaram ativamente na elaboração deste documento) mostra um destaque para três áreas:

- (i) Ensino: a linha azul “Muito Atuarante” em destaque, ou seja, reconhece como um dos diferenciais no Cefet/RJ;
- (ii) Sustentabilidade Ambiental (Meio Ambiente): uma área relativamente nova na instituição, mas que tem obtido reconhecimento pela seriedade e empenho dos servidores envolvidos;
- (iii) Extensão: a importância da Extensão, como uma força propulsora institucional, agregando em seu escopo de atuação as ações de Assistência Estudantil.

Atenção especial deve ser dispensada às áreas de Comunicação (institucional e científica), Arte, Cultura e Esporte que devem ser priorizadas como uma demanda desses membros.

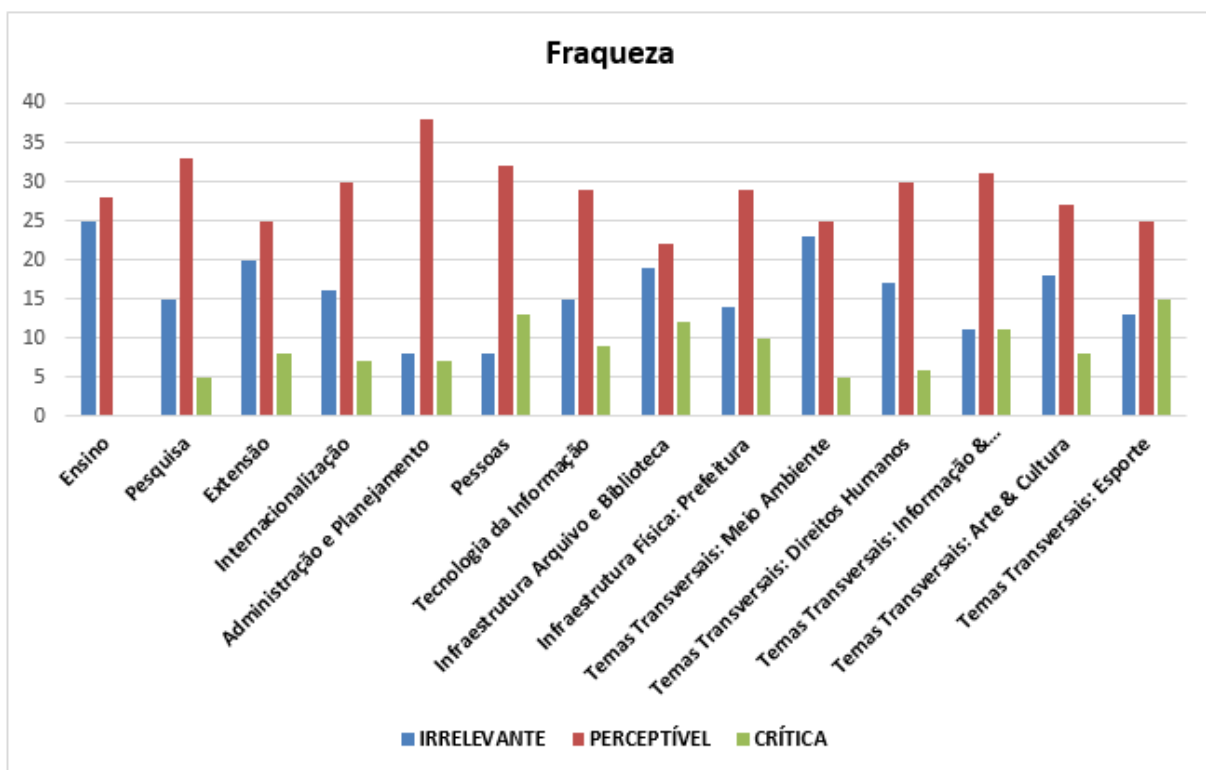


Gráfico 12 - Pesquisa com sobre Fraquezas das áreas temáticas PDI

Fonte: Elaboração DIGES.

O resultado obtido da análise das “Fraquezas” institucionais, por meio das respostas dos membros das Comissões (que atuaram ativamente na elaboração deste documento) destaca três áreas: (i) Esportes, (ii) Gestão de Pessoas, (iii) Infraestrutura: Arquivo e Biblioteca, consideradas como “críticas” pelos membros destas comissões.

Por outro lado, as áreas consideradas “Forças”: Ensino, Sustentabilidade Ambiental (Meio Ambiente) e Extensão apresentaram avaliação “irrelevante” na categoria “Fraqueza Institucional”, indicando que embora possam existir ‘fraquezas’, estas são ‘irrelevantes’ comparativamente aos benefícios produzidos pelas mesmas.

3. OBJETIVOS, METAS, INDICADORES E PLANOS DE AÇÃO: INTEGRAÇÃO AO PDI 2020-2024.

Em relação aos objetivos, metas e indicadores institucionais, seu estabelecimento no âmbito sistêmico verifica-se no contexto das Comissões Temáticas. Enquanto que o desdobramento das atividades específicas em cada *campi* para o alcance das metas estabelecidas, fica evidenciada no Plano de Ação que mescla responsabilidades da área sistêmica e dos *campi*.

3.1. Metodologia

Do ponto de vista operacional, o formato adotado para a sistematização do PDI valeu-se da aplicação dos conceitos de Objetivos, Metas e Indicadores, formando um quadro que representa a visão de futuro da instituição.

Objetivos, Metas e Indicadores têm papéis diferentes no gerenciamento de resultados, mas comumente são confundidos por pessoas que não estão acostumadas com as terminologias da gestão. A fim de elucidar este tópico a toda comunidade do Cefet/RJ, consideramos para a elaboração deste documento, os conceitos apresentados a seguir:

Objetivo: Objetivos são ações a serem perseguidas pelo Cefet/RJ para o cumprimento de sua missão institucional, estabelecendo elos entre as suas diretrizes e o seu referencial estratégico. Traduzem os desafios a serem enfrentados num determinado período (neste caso o período do PDI 2020-2024). Assim, os objetivos devem cumprir alguns requisitos, como:

- Ser coerente com a Missão e Valores da organização;
- Estar alinhado aos níveis estratégico, tático e operacional;
- Estar em congruência com os outros objetivos;
- Ser claro, adequado e oportuno, transmitindo informação confiável para tomada de decisão;
- Ser de conhecimento de toda a empresa ou do processo em que ele está veiculado.

Meta: Cada objetivo deve ser acompanhado de uma ou mais metas. A meta é uma expressão específica – geralmente numérica, com sua unidade de medida corretamente identificada, com prazo determinado (neste caso deverá ser o final da vigência do PDI 2020-2024). Por exemplo: números absolutos, índices/percentagens, pesos, dias, horas, valores – que representa o estado futuro de desempenho desejado, num determinado período. São resultados

quantificáveis pelos indicadores. O monitoramento desse objetivo em relação à meta nos fornecerá informação de sucesso ou fracasso na avaliação de um determinado processo.

Indicadores: Consistem em métricas que proporcionam a geração de informações e permitem a avaliação do desempenho em relação aos objetivos e metas definidos. No formato adotado no PDI 2020-2024, cada meta deve estar associada a pelo menos um indicador.

A relação dos objetivos, metas, indicadores e plano de ação elaborados para este PDI encontra-se na próxima subseção com o seu respectivo detalhamento do cálculo dos indicadores.

Para uma melhor organização deste documento, optou-se por dividir os objetivos do Sistema *multicampi* nos diversos temas dos dez eixos temáticos: (i) Ensino; (ii) Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; (iii) Extensão; (iv) Administração e Planejamento; (v) Governança; (vi) Pessoas; (vii) Tecnologia da Informação; (viii) Internacionalização; (ix) Infraestrutura: Arquivo, Biblioteca e Prefeitura; (x) Temas Transversais: Sustentabilidade Ambiental; Direitos Humanos; Arte & Cultura; Esportes; Comunicação Institucional e Comunicação Científica.

3.2. Objetivos, metas, plano de ação e indicadores

3.2.1. Objetivos e Metas

Ensino
Objetivo 1: Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição.
Metas
[ENO1M1] Atualizar os Projetos Pedagógicos dos cursos ministrados.
[ENO1M2] Revisão e/ou criação de regulamentos, documentos ou procedimentos relacionados as atividades de ensino.
[ENO1M3] Organizar reuniões/eventos para discussões sobre temáticas específicas, envolvendo o ensino.
[ENO1M4] Melhorar o índice de qualificação do corpo docente.
[ENO1M5] Melhorar os indicadores de avaliação dos cursos.
Objetivo 2: Desenvolver políticas para a melhoria do índice de Eficiência Acadêmica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição.
Metas
[ENO2M1] Reduzir dos índices de evasão.
[ENO2M2] Reduzir dos índices de retenção.
[ENO2M3] Melhorar o índice de conclusão.
[ENO2M4] Melhorar o índice de eficiência acadêmica.

Objetivo 3: Desenvolver políticas para a melhoria do acesso aos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição.

Metas

[ENO3M1] Divulgar a mobilidade interna e externa dos alunos de graduação.

[ENO3M2] Reduzir as vagas ociosas.

[ENO3M3] Divulgação dos cursos e esclarecimentos com relação às áreas de conhecimentos.

Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Objetivo 1: Expansão das atividades de pesquisa

Metas

[PIO1M1] Aumentar a quantidade de grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq

Objetivo 2: Melhorar a qualidade das atividades de pesquisa

Metas

[PIO2M1] Melhorar a qualidade de grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq

Objetivo 3: Expansão da Pós-Graduação

Metas

[PIO3M1] Aumentar o número de matrículas na Pós-Graduação *Stricto Sensu*

[PIO3M2] Aumentar o número de matrículas na Pós-Graduação *Lato Sensu*

[PIO3M3] Aumentar o número de concluintes na Pós-Graduação *Stricto Sensu*

[PIO3M4] Aumentar o número de concluintes na Pós-Graduação *Lato Sensu*

[PIO3M5] Aumentar o número de vagas ofertadas na Pós-Graduação *Stricto Sensu*

[PIO3M6] Aumentar o número de vagas ofertadas na Pós-Graduação *Lato Sensu*

Objetivo 4: Melhorar a qualidade da Pós-Graduação

Metas

[PIO4M1] Aumentar a qualidade dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Extensão

Objetivo 1: Incentivar a prática da Extensão articulada ao Ensino e a Pesquisa como elemento indissociável do processo de formação em todos os níveis de ensino ministrados no CEFET/RJ.

Metas

[EXO1M1] Aumentar a interação e participação da sociedade por meio dos programas, projetos, cursos e eventos de extensão.

[EXO1M2] Ampliar o número de programas e projetos de extensão. [Responsável: DIREX e *Campi*]

[EXO1M3] Participação de servidores na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de extensão.

[EXO1M4] Fomento do sistema de projetos para disponibilização de bolsas de extensão.

[EXO1M5] implementar e difundir a curricularização da extensão nos PPC's dos cursos de graduação do CEFET/RJ, de acordo com a legislação vigente.

[EXO1M6] implementar e difundir a curricularização da extensão nos PPC's dos cursos técnicos de nível médio do CEFET/RJ.

[EXO1M7] implementar e difundir a curricularização da extensão nos PCPG's dos cursos de Pós-Graduação do CEFET/RJ.

Objetivo 2: Garantir a qualidade na Extensão.

Metas
[EXO2M1] Revisão e/ou criação de regulamentos, resoluções ou procedimentos relacionados à Extensão.
[EXO2M2] Análise dos relatórios parciais e finais dos programas e projetos de extensão, buscando a padronização e melhoria dos indicadores de avaliação.
[EXO2M3] Organização e realização de reuniões e/ou eventos para discussões sobre a temática da Extensão.
[EXO2M4] Participação protagonista dos estudantes na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de Extensão, com vistas ao impacto na sua formação.
Objetivo 3: Fomentar a utilização de metodologias que fortaleçam o cooperativismo o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, social e ambiental.
Meta
[EXO3M1] Ampliação de empreendimentos apoiados pelas incubadoras do Cefet/RJ.
Objetivo 4: Expandir o programa de estágio e emprego em todos os Campi.
Metas
[EXO4M1] Prospecção a empresas com o objetivo de aumentar o número de convênio de estágio.
[EXO4M2] Aumento de vagas ofertadas para todos os segmentos.
[EXO4M3] Organização e realização de palestras e workshops, com vistas à preparação dos estudantes para o ingresso no mercado de trabalho.
Objetivo 5: Implementar e consolidar a Política de Assistência Estudantil do Cefet/RJ.
Metas
[EXO5M1] Aumentar gradativamente as ações prioritárias de assistência estudantil em alimentação, transporte e moradia.
[EXO5M2] Implementar programas/atividades de promoção e prevenção em saúde física e mental, incluindo a prática de esportes e ampliando o acesso dos estudantes a atividades artístico culturais e de inclusão digital.
[EXO5M3] Investir em ações que beneficiem estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e/ou com necessidades especiais procurando o equilíbrio entre recursos e objetivos institucionais, visando o melhor aproveitamento pedagógico das atividades desenvolvidas no âmbito do ensino no Cefet/RJ.

Administração e Planejamento
Objetivo 1: Fomentar a integração dos diversos Planos Institucionais.
Metas
[APO1M1] Fornecer informações trimestralmente para acompanhamento periódico dos indicadores dos planos institucionais (PDI, PDTIC, PLS, etc.)
[APO1M2] Realizar reuniões semestrais para análise de integração dos planos institucionais.
Objetivo 2: Aprimorar a gestão da DIRAP através da otimização dos processos internos.
Metas
[APO2M1] Tornar os processos administrativos eletrônicos até 2024.
[APO2M2] Otimizar todos os fluxos de processos internos da DIRAP.
[APO2M3] Implantar sistema integrado de gestão até 2022.
Objetivo 3: Ampliar a sustentabilidade orçamentária.
Metas

[APO3M1] Ampliar para 9,5% a participação de recursos orçamentários provenientes de outras fontes até 2024.
[APO3M2] Desenvolver um Plano Plurianual de Prioridades Orçamentárias para Políticas do Cefet/RJ.
[APO3M3] Reduzir em 5% os custos fixos do Cefet/RJ em relação ao ano-base de 2019.
Objetivo 4: Promover o conceito de sustentabilidade ambiental nos processos de compras.
Metas
[APO4M1] Adequar todos os processos de compra aos critérios de sustentabilidade ambiental aplicáveis até 2024.

Governança
Objetivo 1: Consolidar a Gestão de Riscos Institucional
Metas
[GVO1M1] Executar a metodologia de Implantação da Gestão de Riscos do Cefet/RJ.
Objetivo 2: Consolidar e Melhorar a Gestão de Mapeamento de processos no Cefet/RJ.
Metas
[GVO2M1] Revisar e melhorar o Mapeamento de processos nas atividades no Cefet/RJ.

Pessoas
Objetivo 1: Promover a melhoria das condições de Trabalho, Segurança e Saúde dos Trabalhadores no Cefet/RJ.
Metas
[GPO1M1] Desenvolver os Programas de Avaliação e Gerenciamento de Riscos (PAGR).
[GPO1M2] Promover atividades de capacitação voltadas à saúde do trabalhador, com ênfase em segurança do trabalho e educação em saúde.
Objetivo 2: Reestruturar a gestão do Desenvolvimento de Pessoas para incrementar sua efetividade em relação às necessidades institucionais.
Metas
[GPO2M1] Aprimorar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas.
[GPO2M2] Centralizar a gestão das capacitações institucionais e por centro de custo.
[GPO2M3] Desenvolver e aprimorar programas de formação continuada, de educação formal, de qualidade de vida no trabalho e de desenvolvimento profissional em conformidade com os objetivos institucionais.
Objetivo 3: Estruturar modelo de gestão de pessoas que gere impactos positivos na qualidade do serviço prestado pela instituição
Metas
[GPO3M1] Promover mecanismos de gestão participativa nos processos de tomada de decisão relativos à gestão de pessoas.
[GPO3M2] Reestruturar os processos de trabalho do Departamento de Recursos Humanos.
[GPO3M3] Estruturar o processo de Dimensionamento da Força de Trabalho.

Tecnologia da Informação
Objetivo 1: Expandir a infraestrutura e conectividade de TI
Metas
[TIO1M1] Mapeamento dos ativos de redes
[TIO1M2] Modernizar e ampliar a cobertura de rede sem fio institucional
[TIO1M3] Modernizar e ampliar a infraestrutura de datacenter
[TIO1M4] Modernizar e ampliar o cabeamento estruturado no campus Maracanã
Objetivo 2: Promover o alinhamento das ações da área de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão
Metas
[TIO2M1] Prover soluções de TI para processos e comunicação
[TIO2M2] Capacitar os usuários nos serviços de TI
[TIO2M3] Incentivar o desenvolvimento de projetos de extensão e iniciação científica na área de TI para atender a demandas institucionais
[TIO2M4] Ampliar o número de licenças de softwares para ensino, pesquisa, extensão e gestão
Objetivo 3: Adequar a gestão de TI às novas exigências de governança de TI
Metas
[TIO3M1] Ampliar a colaboração do Cefet/RJ para o atendimento das metas da Estratégia Geral da Governança de TI (EGTI)
[TIO3M2] Aprimorar a qualidade dos serviços de TI com a implantação do PDTIC

Internacionalização
Objetivo 1: Ampliar a participação do Cefet/RJ no cenário internacional
Metas
[INO1M1] Expandir convênios e acordos estimulando parcerias internacionais
[INO1M2] Aumentar a mobilidade de docentes e técnico-administrativos para o exterior
[INO1M3] Aumentar a participação do Cefet/RJ em eventos, projetos e associações internacionais
Objetivo 2: Consolidar uma ambiência acadêmica capaz de promover e sustentar o processo de Internacionalização
Metas
[INO2M1] Sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica em relação à Internacionalização
[INO2M2] Estimular e ampliar a participação de docentes e discentes estrangeiros no Cefet/RJ
Objetivo 3: Formar recursos humanos preparados para atuação global
Metas
[INO3M1] Ampliar a mobilidade de discentes para o exterior

Infraestrutura: Arquivo
Objetivo 1: Atendimento às demandas referentes ao levantamento da produção documental, visando o processo de análise de documentos de arquivo e seu diagnóstico.
Metas
[AQO1M1] Propor a elaboração de uma política e um programa de gestão de documentos.

Objetivo 2: Promover melhorias na estrutura física dos Arquivos do Sistema *Multicampi*

Metas

[AQO2M1] Disponibilização e reestruturação adequada de espaço físico para o Arquivo Geral e Arquivos Setoriais nos *Campi*.

Infraestrutura: Biblioteca

Objetivo 1: Consolidação do repositório institucional digital.

Metas

[BCO2M1] Consolidar o repositório institucional digital até 2024.

Objetivo 2: Atualizar, garantir a segurança e expandir o acervo bibliográfico institucional.

Metas

[ENO2M1] Atender a projeção da evolução do acervo bibliográfico prevista no planejamento, atualização e segurança.

Infraestrutura: Prefeitura

Objetivo 1: Elaboração de obras para permitir a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os ambientes do Cefet/RJ.

Metas

[PFO1M1] Atender às ações destinadas às obras de acessibilidade do Plano Diretor de Obras.

Tema Transversal: Sustentabilidade Ambiental

Objetivo 1: Fortalecer a sustentabilidade ambiental na instituição.

Metas

[SAO1M1] Atender aos eixos da A3P

Tema Transversal: Direitos Humanos

Objetivo 1: Instituir e fortalecer uma Política de Ação Afirmativa institucional que contemple as populações negras, quilombolas, indígenas, imigrantes, LGBT, pessoas com deficiências, idosos e/ou mulheres

Metas

[DHO1M1] Elaboração da Política de Ação Afirmativa até 2021 e Divulgação da Política através de eventos

Objetivo 2: Garantir a discussão dos Direitos Humanos e da diversidade em atividades de ensino, pesquisa e extensão em parceria com os movimentos sociais e representações da sociedade civil

Metas

[DHO2M1] Realização de eventos *multicampi*

Tema Transversal: Arte e Cultura

Objetivo 1: Incentivar, valorizar e ampliar institucionalmente o espaço da produção e fruição de Arte e Cultura, campos consolidados de conhecimento e fundamentais para o exercício pleno da cidadania, no ambiente do Cefet/RJ

Metas

[ACO1M1] Realizar eventos culturais e artísticos integrando as unidades do Cefet/RJ e outras instituições culturais e de ensino

Tema Transversal: Esporte

Objetivo 1: Desenvolver, através da prática esportiva e atividades físico culturais, o respeito às diferenças, o senso de coletividade, a autonomia, a inclusão de todos e a educação integral.

Metas

[EPO1M1] Participar de olimpíadas ou jogos universitários ou da rede.

Objetivo 2: Discutir cultura geral, cultura corporal, consciência corporal e práticas corporais.

Metas

[EPO2M1] Realizar eventos, palestras ou atividades similares no Cefet/RJ.

Tema Transversal: Comunicação Institucional

Objetivo 1: Solucionar desafios e problemas de comunicação, contribuindo, assim, para o fortalecimento da imagem da organização, o cumprimento da sua missão institucional e o relacionamento com seus públicos de interesse.

Meta

[CIO1M1] Melhorar o índice de satisfação do público com a comunicação institucional.

Tema Transversal: Comunicação Científica

Objetivo 1: Fortalecer a comunicação científica do CEFET/RJ.

Meta

[CCO1M1] Expandir o quantitativo de artigos internacionais publicados nas revistas do Cefet/RJ.

3.2.2. Detalhamento de objetivos e metas em plano de ação e indicadores

Ensino

Objetivo 1: Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[ENO1M1] Atualizar os Projetos Pedagógicos dos cursos ministrados.	60%	70%	80%	90%	100%

Responsável

Todos os *campi* DIREN

Como

Reuniões dos colegiados;
Formação/ reuniões dos NDE'S (Núcleo docente estruturante);
Sensibilizar as equipes de professores para que atuem de forma integrada na atualização do documento.

Atualização dos PPC's.

Riscos

Não cumprimento dos prazos;
Prolongamento das discussões acadêmicas;
Novas diretrizes e orientações do MEC;
Não cumprimento da atividade por parte dos coordenadores e docentes envolvidos.

Não cumprimento dos prazos;
Falta de organização e interlocução com as coordenações de curso;
Novas diretrizes e orientações do MEC em meio ao processo.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Percentual de Projetos Pedagógicos de Curso revisados
Objeto de mensuração:	Percentual de Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC's revisados

Meta associada:	ENO1M1				
Fórmula de cálculo:	(Quantidade de PPC's revisados/quantidade total de cursos) (%)- Validade: 5 anos.				
Fonte:	Diretoria de Ensino – DIREN				
Interpretação:	O indicador mede o percentual de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) revisados, considerando uma validade de 5 anos.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[ENO1M2] Revisão e/ou criação de regulamentos, documentos ou procedimentos relacionados as atividades de ensino.	20%	40%	60%	80%	100%
Responsável					
Todos os <i>campi</i>		DIREN			
Como					
Promover reuniões para a identificação das necessidades e formação de equipes responsáveis pela elaboração dos documentos.		Revisão e/ou criação de regulamentos, documentos ou procedimentos relacionados as atividades de ensino			
Riscos					
Novas orientações institucionais expedidas pelo Cefet/RJ; Baixo envolvimento do corpo docente; Dificuldade de agenda para marcar as reuniões.		Novas orientações institucionais expedidas pelo Cefet/RJ; Baixo envolvimento do corpo docente; Dificuldade de agenda para marcar as reuniões.			
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Percentual de documentos relacionados às atividades de ensino criados/atualizados.				
Objeto de mensuração:	Percentual de documentos relacionados às atividades de ensino criados/atualizados.				
Meta associada:	ENO1M2				
Fórmula de cálculo:	$(\text{No de Documentos criados ou atualizados}/\text{No Total de Documentos}) \times 100$				
Fonte:	Diretoria de Ensino – DIREN				
Interpretação:	O indicador mede o percentual de documentos relacionados às atividades de ensino criados ou atualizados, considerando uma validade de 5 anos.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN				
Observações:	Serão considerados as normas e regulamentos relacionados às atividades de ensino				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[ENO1M3] Organizar reuniões/eventos para discussões sobre temáticas específicas, envolvendo o ensino.	4	5	6	7	8
Responsável					
Todos os <i>campi</i>		DIREN			
Como					
Garantir a participação de representante do campus nos eventos institucionais sobre temáticas específicas envolvendo ensino, tais como: SEPEX...		Organização de reuniões/eventos para discussões sobre temáticas específicas, envolvendo o ensino.			
Riscos					
Esvaziamento das reuniões com pouca participação docente e dos demais servidores; Dificuldade de agenda de palestrantes; Pouco interesse da comunidade acadêmica; Excessos de atividades acadêmicas no ano letivo.		Mal planejamento do tempo; Falta de engajamento da equipe; Restrição orçamentária.			
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Quantidade de grandes eventos ou reuniões realizadas pela DIREN.				
Objeto de mensuração:	Quantidade de grandes eventos ou reuniões realizadas pela DIREN.				
Meta associada:	ENO1M3				
Fórmula de cálculo:	Quantidade de grandes eventos ou reuniões realizadas durante o ano				
Fonte:	Diretoria de Ensino – DIREN				

Interpretação:	O indicador mede a quantidade de grandes eventos ou reuniões significativas para o ensino														
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN														
Observações:	Exemplos: Fórum de Ensino, Reuniões do PPE (plano de Permanência e êxito), entre outros.														
Meta	2020	2021	2022	2023	2024										
[ENO1M4] Melhorar o índice de qualificação do corpo docente.	4,0	4,2	4,4	4,6	4,8										
Responsável															
Todos os <i>campi</i>					DIREN										
Como															
Cumprir o Plano de Desenvolvimento de Capacitação Docente.					Incentivar qualificação docente.										
Riscos															
Restrições orçamentárias que impeçam a contratação de substitutos e a capacitação dos docentes; Impossibilidade de realizar concurso público para professor efetivo; Falta de interesse do docente em se capacitar.			Falta de organização do preenchimento do PNP; Restrição orçamentária.												
Indicador															
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO														
Nome/Sigla:	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)														
Objeto de mensuração:	Nível de qualificação do corpo docente														
Meta associada:	ENO1M4														
Fórmula de cálculo:	$IQCD = (5D+3M+2E+1G)/(D+M+E+G)$														
Fonte:	DRH														
Interpretação:	O indicador mede o nível de qualificação do corpo docente e varia no intervalo contínuo de 0 a 5, sendo 5 o conceito máximo.														
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN														
Observações:	Para qualificar o corpo docente, é aplicada, ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes – professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício), a seguinte ponderação sem considerar o regime de trabalho (20h ou 40h semanais):														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Qualificação</th> <th>Peso</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Doutores (D)</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Mestres (M)</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Especialistas (E)</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Graduados (G)</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>		Qualificação	Peso	Doutores (D)	5	Mestres (M)	3	Especialistas (E)	2	Graduados (G)	1			
Qualificação	Peso														
Doutores (D)	5														
Mestres (M)	3														
Especialistas (E)	2														
Graduados (G)	1														
Meta	2020	2021	2022	2023	2024										
[ENO1M5] Melhorar os indicadores de avaliação dos cursos.	50%	60%	70%	80%	90%										
Responsável															
Todos os <i>campi</i>					DIREN										
Como															
Atender as exigências do MEC quanto a infraestrutura e ao corpo docente; Garantir a participação dos servidores nas reuniões promovidas pela DIREN sobre as diretrizes do MEC referente aos processos avaliativos.					Monitorar indicadores de avaliação dos cursos.										
Riscos															
Restrições orçamentárias; Novas diretrizes e orientações do MEC.					Restrições orçamentárias; Novas diretrizes e orientações do MEC.										
Indicador															
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO														
Nome/Sigla:	Percentual de curso avaliados com conceito ≥4.														

Objeto de mensuração:	Nível de qualidade dos cursos do ensino técnico de nível médio e de graduação.				
Meta associada:	ENO1M5				
Fórmula de cálculo:	(No de cursos avaliados com conceito ≥ 4 /No total de cursos avaliados) x 100				
Fonte:	Diretoria de Ensino – DIREN				
Interpretação:	O indicador mede o nível de qualidade dos cursos da instituição (nível médio e de graduação).				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN				
Observações:	O conceito atribuído a um curso varia no intervalo de 0 a 5, sendo 5 o conceito máximo.				
Objetivo 2: Desenvolver políticas para a melhoria do índice de Eficiência Acadêmica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[ENO2M1] Reduzir dos índices de evasão.	1%	1%	1%	1%	1%
Responsável					
Todos os <i>campi</i>		DIREN			
Como					
Trabalhar as diretrizes do Plano de Permanência e Êxito.		Divulgação e Participação no Plano de Permanência e Êxito -PPE.			
Riscos					
Restrições orçamentárias na rubrica PNAES; Suspensão de convênios da gratuidade do transporte; Escassez de pessoal no setor pedagógico para acompanhar a redução dos recursos destinados a assistência estudantil.		Má gestão da divulgação do PPE; Falta de engajamento da equipe no PPE.			
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Índice de evasão (Evciclo)				
Objeto de mensuração:	Índice de evasão dos cursos do ensino técnico de nível médio e de graduação.				
Meta associada:	ENO2M1				
Fórmula de cálculo:	Evciclo ano n-1 - Evciclo ano n Evciclo= (Evciclo /Mciclo) x 100 Evciclo: alunos evadidos no ciclo; Mciclo: matrículas no ciclo.				
Fonte:	PNP (SISTEC/Revalide)				
Interpretação:	O indicador mede o percentual de evadidos em um ciclo de matrícula. A leitura é feita no ano n e comparada com o ano anterior, n-1, para verificar se a meta de redução de 1%, foi atingida. Evciclo ano n-1 - Evciclo ano n $\geq 0,1$.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN				
Observações:	Evadidos no ciclo (Evciclo): alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência. Matrículas no ciclo (Mciclo): Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[ENO2M2] Reduzir dos índices de retenção.	1%	1%	1%	1%	1%
Responsável					
Todos os <i>campi</i>		DIREN			
Como					
Trabalhar as diretrizes do Plano de Permanência e Êxito; Acompanhamento sistemático dos alunos com indicativo de vulnerabilidade seja acadêmica, psicológica e/ou socioeconômica; Apoiar os programas de monitorias.		Divulgação e Participação no Plano de Permanência e Êxito -PPE.			
Riscos					
Baixa formação dos alunos ingressantes; Escassez de pessoal no setor pedagógico para acompanhar; Restrições orçamentárias.		Má gestão da divulgação do PPE; Falta de engajamento da equipe no PPE.			
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Índice de retenção (Rciclo)				
Objeto de mensuração:	Índice de retenção dos cursos do ensino técnico de nível médio e de graduação.				

Meta associada:	ENO2M2				
Fórmula de cálculo:	Rciclo ano n-1 - Rciclo ano n Rciclo= (Rciclo /Mciclo) x 100 Rvciclo: alunos retidos no ciclo; Mciclo: matrículas no ciclo.				
Fonte:	PNP (SISTEC/Revalide)				
Interpretação:	O indicador mede o percentual de alunos retidos em um ciclo de matrícula. A leitura é feita no ano n e comparada com o ano anterior, n- 1, para verificar se a meta de redução de 1%, foi atingida. Rciclo ano n- 1 - Rciclo ano n $\geq 0,1$.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN				
Observações:	Evadidos no ciclo (Evciclo): alunos retidos, considerando apenas as matriculas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência. Matrículas no ciclo (Mciclo): Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[ENO2M3] Melhorar o índice de conclusão.	1%	1%	1%	1%	1%
Responsável					
Todos os <i>campi</i>			DIREN		
Como					
Apoiar os programas de monitorias, acompanhamento sistemático de alunos com indicativo de vulnerabilidade seja acadêmica, psicológica e/ou socioeconômica.			Divulgação e Participação no Plano de Permanência e Êxito -PPE.		
Riscos					
Baixo grau de formação dos alunos ingressantes; Restrição orçamentária.			Má gestão da divulgação do PPE; Falta de engajamento da equipe no PPE.		
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Índice de conclusão (Cciclo)				
Objeto de mensuração:	Índice de conclusão dos cursos do ensino técnico de nível médio e de graduação.				
Meta associada:	ENO2M3				
Fórmula de cálculo:	Cciclo ano n-1 - Cciclo ano n Cciclo= (Cciclo /Mciclo) x 100 Cciclo: concluintes no ciclo; Cciclo: matrículas no ciclo.				
Fonte:	PNP (SISTEC/Revalide)				
Interpretação:	O indicador mede o percentual de alunos concluintes em um ciclo de matrícula. A leitura é feita no ano n e comparada com o ano anterior, n-1, para verificar se a meta de redução de 1%, foi atingida. Cciclo ano n 1 - Cciclo ano n $\geq 0,1$.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN				
Observações:	Concluintes no ciclo (Cciclo): Resultado da soma entre a Quantidade de alunos “Formados” (alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares do curso no ano de referência fazendo jus certificação), e a Quantidade de alunos “integralizados em fase escolar” (alunos que concluíram a Carga Horária da unidades curriculares ainda não podem receber a certificação por não terem concluído componentes como Estágio, TCC e ENADE), considerando apenas as matriculas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência. Matrículas no ciclo (Mciclo): Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[ENO2M4] Melhorar o índice de eficiência acadêmica.	1%	1%	1%	1%	1%
Responsável					
Todos os <i>campi</i>			DIREN		
Como					
Realizar transferências externas e reingressos para preencher vagas ociosas.			Divulgação e Participação no Plano de Permanência e Êxito -PPE.		
Riscos					
Baixa procura externa para os cursos oferecidos; Alto índice de eliminação nas provas de transferência; Restrições orçamentárias.			Má gestão da divulgação do PPE; Falta de engajamento da equipe no PPE.		

Indicador	
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Índice de eficiência acadêmica (IEA)
Objeto de mensuração:	Índice de eficiência acadêmica dos cursos do ensino técnico de nível médio e de graduação.
Meta associada:	ENO2M4
Fórmula de cálculo:	IEA ano n-1 - IEA ano n $IEA = C_{ciclo} + [C_{ciclo} / (C_{ciclo} + E_{ciclo})] \times R_{ciclo} \times 100$ Ciclo: concluintes no ciclo; E ciclo: alunos evadidos no ciclo; R ciclo: retidos no ciclo
Fonte:	PNP (SISTEC/Revalide)
Interpretação:	Este indicador mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+ 1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso. São considerados apenas os alunos matriculados em ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência. A leitura é feita no ano n e comparada com o ano anterior, n-1, para verificar se a meta de aumento de 1%, foi atingida. $IEA \text{ ano } n-1 - IEA \text{ ano } n \geq 0,1$.
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN
Observações:	Ciclo: percentual de CONCLUINTES, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência. E ciclo: percentual de EVADIDOS, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência. R ciclo: percentual de matriculados que são classificados como RETIDOS por terem ultrapassado o período previsto para integralização do curso (acrescido de um ano) em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no anterior ao Ano de referência.

Objetivo 3: Desenvolver políticas para a melhoria do acesso aos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[ENO3M1] Divulgar a mobilidade interna e externa dos alunos de graduação.	2	2	2	2	2

Responsável

Todos os *campi* DIREN

Como

Realizar palestras informativas ao público local e aos alunos nas aulas inaugurais. Divulgação da mobilidade interna e externa dos alunos de graduação com o auxílio do setor de Comunicação.

Riscos

Falta de interesse do público local em participar dos eventos;
Restrição orçamentária. Falta de interesse do público local em participar dos eventos;
Restrição orçamentária.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Número de eventos de divulgação sobre mobilidade
Objeto de mensuração:	Número de eventos de divulgação sobre mobilidade
Meta associada:	ENO3M1
Fórmula de cálculo:	Quantidade de eventos de divulgação sobre mobilidade realizados por ano.
Fonte:	Diretoria de Ensino – DIREN/ASCRI
Interpretação:	O indicador mede a quantidade de eventos de divulgação sobre mobilidade.
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[ENO3M2] Reduzir as vagas ociosas.	3%	2,5%	2,5%	2%	2%

Responsável

Todos os *campi* DIREN

Como

Inventariar as vagas ociosas e ofertá-la por meio de edital próprio;
Promover a divulgação dos editais. Divulgação dos cursos e esclarecimentos com relação às áreas de conhecimentos com o auxílio do setor de Comunicação.
Inventariar as vagas ociosas e ofertá-la por meio de edital;
Promover a divulgação dos editais.

Riscos					
Alto índice de eliminação nas provas; Baixo nível de escolaridade dos interessados dificultando o acesso e a permanência às vagas; Concorrência com outras instituições de ensino; Restrição orçamentária.	Baixo alcance da divulgação; Alto índice de eliminação nas provas; Baixo nível de escolaridade dos interessados dificultando o acesso e a permanência às vagas; Concorrência com outras instituições de ensino; Restrição orçamentária.				
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Vagas Ociosas				
Objeto de mensuração:	Número de vagas ociosas no ensino técnico de nível médio e de graduação.				
Meta associada:	ENO3M2				
Fórmula de cálculo:	Vagas ociosas "ocupadas"/vagas ociosas existentes				
Fonte:	DERAC/Secretarias/DTINF				
Interpretação:	O indicador mede a quantidade de vagas ociosas no ensino técnico de nível médio e de graduação.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[ENO3M3] Divulgação dos cursos e esclarecimentos com relação às áreas de conhecimentos.	1	1	2	2	2
Responsável					
Todos os <i>campi</i>		DIREN			
Como					
Realizar palestras nas escolas e nas empresas locais.		Divulgação dos cursos e esclarecimentos com relação às áreas de conhecimentos com o auxílio do setor de Comunicação.			
Riscos					
Falta de pessoas disponíveis para realizar os eventos; Falta de interesse do público local em participar dos eventos; Restrições orçamentárias que afetem o transporte dos palestrantes e a divulgação do evento.		Falta de pessoas disponíveis para realizar os eventos; Falta de interesse do público local em participar dos eventos; Restrições orçamentárias que afetem o transporte dos palestrantes e a divulgação do evento.			
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Número de eventos de divulgação sobre os cursos				
Objeto de mensuração:	Número de eventos de divulgação sobre os cursos técnicos de nível médio e de graduação				
Meta associada:	ENO3M3				
Fórmula de cálculo:	Quantidade de eventos de divulgação sobre os cursos técnicos de nível médio e de graduação				
Fonte:	Comunicação/Depes/Demet/ <i>Campi</i>				
Interpretação:	O indicador mede a quantidade de eventos de divulgação sobre os cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino – DIREN				

Pesquisa, Pós-graduação e Inovação					
Objetivo 1: Expansão das atividades de pesquisa					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[PIO1M1] Aumentar a quantidade de grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.	46	47	48	49	50
Responsável					
Todos os <i>campi</i>		DIPPG			
Como					
Sensibilizar através de eventos, palestras e atividades afins os docentes para a importância da pesquisa e da formação de grupos de pesquisa para a instituição.		Financiar as atividades de pesquisa através de editais internos GPESQ, APP-CAMPI, AUX-IND e PIBIC;			

<p>Financiar as atividades de pesquisa através do incentivo à participação em editais de órgãos externos de fomento; Identificar competências científicas e lideranças, com vistas à formação de novos GPs; Ampliar e modernizar a infraestrutura de pesquisa; Expandir o quantitativo de docentes e discentes dos diversos níveis de ensino atuando em atividades de pesquisa e inovação;</p>	<p>Financiar as atividades de pesquisa através do incentivo à participação em editais de órgãos externos de fomento; Identificar competências científicas e lideranças, com vistas à formação de novos GPs; Ampliar e modernizar a infraestrutura de pesquisa; Ampliar o reconhecimento institucional das atividades de pesquisa e inovação através de regulamentações internas; Expandir o quantitativo de docentes e discentes dos diversos níveis de ensino atuando em atividades de pesquisa e inovação;</p>
---	--

Riscos

<p>Mudanças na legislação; Falta de interesse dos profissionais; Redução do orçamento alocado para as atividades de pesquisa e inovação; Aposentadoria de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa.</p>	<p>Redução do orçamento alocado para as atividades de pesquisa e inovação; Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pesquisa e inovação; Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa.</p>
---	---

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Índice de Número de Grupos de Pesquisa (<i>INGPQ</i>)
Objeto de mensuração:	Mede a quantidade de Grupos de Pesquisa cadastrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq
Meta associada:	PIO1M1
Fórmula de cálculo:	<i>INGPQ</i> = número de Grupos de Pesquisa cadastrados e certificados no diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq Dados extraídos em 31/12 do ano considerado
Fonte:	Diretório de Grupos do CNPq
Interpretação:	O indicador é o número absoluto de Grupos de Pesquisa certificados (GPs). Quanto maior esse indicador, maior o número de GPs certificados para o ano considerado.
Responsável pela coleta:	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Objetivo 2: Melhorar a qualidade das atividades de pesquisa

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[PIO2M1] Melhorar a qualidade de grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.	1400	1450	1500	1550	1600

Responsável

Todos os campi	DIPPG
----------------	-------

Como

<p>Promover maior integração entre docentes com interesses de pesquisa convergentes, sensibilizar os docentes para a importância da pesquisa e da formação de grupos de pesquisa para a instituição. Apoiar as atividades de pesquisa e inovação através de corpo técnico qualificado para dar suporte administrativo e a laboratórios de pesquisa; Ampliar e modernizar a infraestrutura de pesquisa</p>	<p>Promover maior integração entre docentes com interesses de pesquisa convergentes, sensibilizar os docentes para a importância da pesquisa e da formação de grupos de pesquisa para a instituição. Ampliar as ações de internacionalização (mobilidade in e out, publicações com coautorias internacionais); Incentivar o aumento da produção científica, tecnológica e artística de alto impacto; Incentivar atividades relacionadas à inovação Manter a política interna de valorização das publicações de alto impacto, através de regulamentações internas; Estimular ações interinstitucionais entre grupos de pesquisa; Estimular políticas multiusuário de uso dos equipamentos dos laboratórios; Apoiar as atividades de pesquisa e inovação através de corpo técnico qualificado para dar suporte administrativo e a laboratórios de pesquisa;</p>
---	--

	Ampliar e modernizar a infraestrutura de pesquisa Ampliar as interações e redes de colaboração com o setor produtivo e a sociedade; Aumentar a visibilidade interna e externa das atividades de pesquisa e inovação.
--	--

Riscos	
Rotatividade dos docentes impactando na qualidade dos projetos e na sua continuidade; Mudanças na legislação; Aposentadoria de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa; Ausência de fundação de apoio; Restrição orçamentária.	Redução do orçamento alocado para as atividades de pesquisa e inovação; Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pesquisa e inovação; Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa; Ausência de fundação de apoio que viabilize maior interação com o setor produtivo, captação de recursos e flexibilidade e rapidez no uso desses recursos para dar suporte a atividades relacionadas à pesquisa.

Indicador	
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Índice de Qualidade dos Grupos de Pesquisa (<i>IQGPQ</i>)
Objeto de mensuração:	Mede a qualidade de Grupos de Pesquisa cadastrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq
Meta associada:	PIO2M1
Fórmula de cálculo:	$IQGPQ = PB + PT + PA$ <i>PB</i> - Total da Produção Bibliográfica dos Grupos de Pesquisa <i>PT</i> - Total da Produção Técnica dos Grupos de Pesquisa <i>PA</i> - Total da Produção Artística dos Grupos de Pesquisa Indicadores anuais retirados do <i>scriptLattes</i> dos grupos de pesquisa cadastrados e certificados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq, extraídos em 31/12 do ano considerado
Fonte:	Base do CNPq de Currículos Lattes (<i>scriptLattes</i>)
Interpretação:	O indicador corresponde ao número total da produção científica, tecnológica e artística dos Grupos de Pesquisa (GPs) cadastrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Quanto maior esse indicador, maior a qualidade da produção científica, tecnológica e artística dos GPs cadastrados e certificados para o ano considerado.
Responsável pela coleta:	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Objetivo 3: Expansão da Pós-Graduação

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[PIO3M1] Aumentar o número de matrículas na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> .	470	470	490	500	500

Responsável	
Todos os campi	DIPPG

Como	
Apoiar a divulgação dos cursos de pós-graduação stricto sensu. Ampliar o corpo docente dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu do Cefet/RJ; Investir na contratação de novos docentes com perfil aderente para atuar nos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu da Instituição; Ampliar a infraestrutura física, administrativa e de laboratórios para atender a criação de novos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu e ampliação dos programas e cursos existentes; Ampliar a integração com outros níveis de ensino de modo a atrair e envolver discentes de outros cursos da Instituição;	Identificar competências, estimular e apoiar o envolvimento de novos docentes em atividades de pós-graduação stricto sensu do Cefet/RJ; Ampliar o número de programas e cursos de pós-graduação stricto sensu na sede e em outros campi do Cefet/RJ; Ampliar o corpo docente dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu do Cefet/RJ; Investir na contratação de novos docentes com perfil aderente para atuar nos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu da Instituição; Ampliar a infraestrutura física, administrativa e de laboratórios para atender a criação de novos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu e ampliação dos programas e cursos existentes;

	<p>Aumentar o número de bolsas de mestrado e doutorado financiadas com recursos próprios, de órgãos de fomento e de instituições públicas ou privadas;</p> <p>Ampliar parcerias e interações com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades dos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>;</p> <p>Ampliar e intensificar a divulgação dos processos seletivos dos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em nível nacional e internacional;</p> <p>Estabelecer ações e mecanismos que viabilizem a participação de candidatos nos processos seletivos e de alunos de outras regiões do país e do exterior nos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>;</p> <p>Ampliar a integração com outros níveis de ensino de modo a atrair e envolver discentes de outros cursos da Instituição;</p> <p>Aumentar a visibilidade dos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> do Cefet/RJ em nível nacional e internacional.</p>
--	--

Riscos

<p>Redução do orçamento alocado para as atividades de pós-graduação;</p> <p>Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pós-graduação;</p> <p>Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa;</p> <p>Limitações de infraestrutura física para dar suporte às atividades de pós-graduação;</p> <p>Baixo valor das bolsas de estudos quando comparado aos salários praticados no mercado para algumas áreas;</p> <p>Baixo número de bolsas de estudos ofertadas em relação à demanda;</p> <p>Sobrecarga de trabalho e atividades dos docentes que atuam na pós-graduação;</p> <p>Ausência de fundação de apoio que viabilize maior interação com o setor produtivo, captação de recursos e flexibilidade e rapidez no uso desses recursos para dar suporte a atividades relacionadas à pós-graduação.</p>	<p>Redução do orçamento alocado para as atividades de pós-graduação;</p> <p>Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pós-graduação;</p> <p>Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa;</p> <p>Limitações de infraestrutura física para dar suporte às atividades de pós-graduação;</p> <p>Baixo valor das bolsas de estudos quando comparado aos salários praticados no mercado para algumas áreas;</p> <p>Baixo número de bolsas de estudos ofertadas em relação à demanda;</p> <p>Sobrecarga de trabalho e atividades dos docentes que atuam na pós-graduação;</p> <p>Ausência de fundação de apoio que viabilize maior interação com o setor produtivo, captação de recursos e flexibilidade e rapidez no uso desses recursos para dar suporte a atividades relacionadas à pós-graduação.</p>
---	---

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Índice de Matrículas Atendidas na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (IMAPG _{SS})
Objeto de mensuração:	Número de matrículas atendidas na pós-graduação <i>stricto sensu</i>
Meta associada:	PIO3M1
Fórmula de cálculo:	$IMAPG_{SS} = MADA + MADP + MAMA + MAMP$ <p>MADA: número de matrículas atendidas em cursos de doutorado acadêmico MADP: número de matrículas atendidas em cursos de doutorado profissional MAMA: número de matrículas atendidas em cursos de mestrado acadêmico MAMP: número de matrículas atendidas em cursos de mestrado profissional</p>
Fonte:	SIE
Interpretação:	O indicador vai medir o número total de Matrículas Atendidas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> : Doutorado Acadêmico (MADA), Doutorado Profissional (MADP), Mestrado Acadêmico (MAMA) e Mestrado Profissional (MAMP). Esse indicador é calculado pelo total das matrículas vigentes em 31 de dezembro do ano anterior somadas com as novas matrículas efetuadas no ano corrente. Esse indicador, portanto, contempla todas as matrículas que estiveram vigentes por, no mínimo, um dia ao longo do ano corrente. Quanto maior esse indicador, maior o número de matrículas que foram atendidas pelos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no ano corrente.

Responsável pela coleta:	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DIPPG				
Observações:	Base: número de matrículas ativas dos PPGSS em 2017 (450) <u>Projeção</u> : incremento de matrículas atendidas estimado em função da criação de novos cursos de PGSS - 1 Mest. Acad. em 2019 (+20 vagas p/ano); 1 Mest. Acad. em 2022 (+20 vagas p/ano); 1 Dout. Acad. em 2023 (+ 10 vagas p/ano)				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[PIO3M2] Aumentar o número de matrículas na Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>.	460	460	470	470	480
Responsável					
Todos os campi	DIPPG				
Como					
<p>Apoiar a divulgação dos cursos de pós-graduação lato sensu.</p> <p>Identificar competências, estimular e apoiar o envolvimento de novos docentes em atividades de pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ;</p> <p>Ampliar o corpo docente dos programas e cursos de pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ;</p> <p>Investir na contratação de novos docentes com perfil aderente para atuar nos programas e cursos de pós-graduação lato sensu da Instituição;</p> <p>Ampliar a infraestrutura física, administrativa e de laboratórios para atender a criação de novos programas e cursos de pós-graduação lato sensu e ampliação dos programas e cursos existentes;</p> <p>Ampliar a integração com outros níveis de ensino de modo a atrair e envolver discentes de outros cursos da Instituição;</p>		<p>Identificar competências, estimular e apoiar o envolvimento de novos docentes em atividades de pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ;</p> <p>Ampliar o número de programas e cursos de pós-graduação lato sensu na sede e em outros <i>campi</i> do Cefet/RJ;</p> <p>Ampliar o corpo docente dos programas e cursos de pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ;</p> <p>Investir na contratação de novos docentes com perfil aderente para atuar nos programas e cursos de pós-graduação lato sensu da Instituição;</p> <p>Ampliar a infraestrutura física, administrativa e de laboratórios para atender a criação de novos programas e cursos de pós-graduação lato sensu e ampliação dos programas e cursos existentes;</p> <p>Ampliar parcerias e interações com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades dos programas e cursos de pós-graduação lato sensu;</p> <p>Ampliar e intensificar a divulgação dos processos seletivos dos programas e cursos de pós-graduação lato sensu em nível nacional e internacional;</p> <p>Estabelecer ações e mecanismos que viabilizem a participação de candidatos nos processos seletivos e de alunos de outras regiões do país e do exterior nos programas e cursos de pós-graduação lato sensu;</p> <p>Ampliar a integração com outros níveis de ensino de modo a atrair e envolver discentes de outros cursos da Instituição;</p> <p>Aumentar a visibilidade dos programas e cursos de pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ em nível nacional.</p>			
Riscos					
<p>Redução do orçamento alocado para as atividades de pós-graduação;</p> <p>Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pós-graduação;</p> <p>Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa;</p> <p>Limitações de infraestrutura física para dar suporte às atividades de pós-graduação;</p> <p>Baixo valor das bolsas de estudos quando comparado aos salários praticados no mercado para algumas áreas;</p> <p>Baixo número de bolsas de estudos ofertadas em relação à demanda;</p>		<p>Redução do orçamento alocado para as atividades de pós-graduação;</p> <p>Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pós-graduação;</p> <p>Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa;</p> <p>Limitações de infraestrutura física para dar suporte às atividades de pós-graduação;</p> <p>Baixo valor das bolsas de estudos quando comparado aos salários praticados no mercado para algumas áreas;</p> <p>Baixo número de bolsas de estudos ofertadas em relação à demanda;</p>			

Sobrecarga de trabalho e atividades dos docentes que atuam na pós-graduação; Ausência de fundação de apoio que viabilize maior interação com o setor produtivo, captação de recursos e flexibilidade e rapidez no uso desses recursos para dar suporte a atividades relacionadas à pós-graduação.		Sobrecarga de trabalho e atividades dos docentes que atuam na pós-graduação; Ausência de fundação de apoio que viabilize maior interação com o setor produtivo, captação de recursos e flexibilidade e rapidez no uso desses recursos para dar suporte a atividades relacionadas à pós-graduação.				
Indicador						
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:		Índice de Matrículas Atendidas na Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (IMAPG _{LS})				
Objeto de mensuração:		Número de matrículas atendidas na pós-graduação				
Meta associada:		PIO3M2				
Fórmula de cálculo:		$IMAPG_{LS} = MA_{LS}$ MALS: número de matrículas atendidas em cursos de PG <i>lato sensu</i>				
Fonte:		SIE				
Interpretação:		O indicador vai medir o número total de Matrículas Atendidas na pós-graduação <i>lato sensu</i> : cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (MALS). Esse indicador é calculado pelo total das matrículas vigentes em 31 de dezembro do ano anterior somadas com as novas matrículas efetuadas no ano corrente. Esse indicador, portanto, contempla todas as matrículas que estiveram vigentes por, no mínimo, um dia ao longo do ano corrente. Quanto maior esse indicador, maior o número de matrículas que foram atendidas pelos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> no ano corrente.				
Responsável pela coleta:		Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DIPPG				
Meta		2020	2021	2022	2023	2024
[PIO3M3] Aumentar o número de concluintes na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>		85	100	100	100	115
Responsável						
DIPPG e todos os <i>campi</i>						
Como						
Identificar competências, estimular e apoiar o envolvimento de novos docentes em atividades de pós-graduação <i>stricto sensu</i> do Cefet/RJ; Ampliar o número de programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na sede e em outros campi do Cefet/RJ; Ampliar o corpo docente dos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> do Cefet/RJ; Investir na contratação de novos docentes com perfil aderente para atuar nos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da Instituição; Ampliar a infraestrutura física, administrativa e de laboratórios para atender a criação de novos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e ampliação dos programas e cursos existentes; Aumentar o número de bolsas de mestrado e doutorado financiadas com recursos próprios, de órgãos de fomento e de instituições públicas ou privadas; Ampliar parcerias e interações com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades dos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ; Ampliar e intensificar a divulgação dos processos seletivos dos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em nível nacional e internacional; Estabelecer ações e mecanismos que viabilizem a participação de candidatos nos processos seletivos e de alunos de outras regiões do país e do exterior nos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ; Ampliar a integração com outros níveis de ensino de modo a atrair e envolver discentes de outros cursos da Instituição; Aumentar a visibilidade dos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> do Cefet/RJ em nível nacional e internacional.						
Riscos						
Redução do orçamento alocado para as atividades de pós-graduação; Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pós-graduação; Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa; Limitações de infraestrutura física para dar suporte às atividades de pós-graduação; Baixo valor das bolsas de estudos quando comparado aos salários praticados no mercado para algumas áreas; Baixo número de bolsas de estudos ofertadas em relação à demanda; Sobrecarga de trabalho e atividades dos docentes que atuam na pós-graduação; Ausência de fundação de apoio que viabilize maior interação com o setor produtivo, captação de recursos e flexibilidade e rapidez no uso desses recursos para dar suporte a atividades relacionadas à pós-graduação;						

Baixa demanda local.					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Índice de Concluintes na Pós-Graduação (<i>ICOPG_{SS}</i>)				
Objeto de mensuração:	Número de concluintes na pós-graduação				
Meta associada:	PIO3M3				
Fórmula de cálculo:	$ICOPG_{SS} = CODA + CODP + COMA + COMP$ <i>CODA</i> : número de concluintes em cursos de doutorado acadêmico <i>CODP</i> : número de concluintes em cursos de doutorado profissional <i>COMA</i> : número de concluintes em cursos de mestrado acadêmico <i>COMP</i> : número de concluintes em cursos de mestrado profissional				
Fonte:	SIE				
Interpretação:	O indicador vai medir o número total de concluintes na pós-graduação <i>stricto sensu</i> : Doutorado Acadêmico (<i>CODA</i>), Doutorado Profissional (<i>CODP</i>), Mestrado Acadêmico (<i>COMA</i>) e Mestrado Profissional (<i>COMP</i>). Quanto maior esse indicador, maior o número de concluintes no ano corrente.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DIPPG				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[PIO3M4] Aumentar o número de concluintes na Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> .	220	220	220	220	230
Responsável					
DIPPG e todos os <i>campi</i>					
Como					
Identificar competências, estimular e apoiar o envolvimento de novos docentes em atividades de pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ; Ampliar o número de programas e cursos de pós-graduação lato sensu na sede e em outros campi do Cefet/RJ; Ampliar o corpo docente dos programas e cursos de pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ; Investir na contratação de novos docentes com perfil aderente para atuar nos programas e cursos de pós-graduação lato sensu da Instituição; Ampliar a infraestrutura física, administrativa e de laboratórios para atender a criação de novos programas e cursos de pós-graduação lato sensu e ampliação dos programas e cursos existentes. Ampliar parcerias e interações com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades dos programas e cursos de pós-graduação lato sensu; Ampliar e intensificar a divulgação dos processos seletivos dos programas e cursos de pós-graduação lato sensu em nível nacional; Estabelecer ações e mecanismos que viabilizem a participação de candidatos nos processos seletivos e de alunos de outras regiões do país e do exterior nos programas e cursos de pós-graduação lato sensu; Ampliar a integração com outros níveis de ensino de modo a atrair e envolver discentes de outros cursos da Instituição; Aumentar a visibilidade dos programas e cursos de pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ em nível nacional.					
Riscos					
Redução do orçamento alocado para as atividades de pós-graduação; Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pós-graduação; Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa; Limitações de infraestrutura física para dar suporte às atividades de pós-graduação; Baixo valor das bolsas de estudos quando comparado aos salários praticados no mercado para algumas áreas; Baixo número de bolsas de estudos ofertadas em relação à demanda; Sobrecarga de trabalho e atividades dos docentes que atuam na pós-graduação; Ausência de fundação de apoio que viabilize maior interação com o setor produtivo, captação de recursos e flexibilidade e rapidez no uso desses recursos para dar suporte a atividades relacionadas à pós-graduação; Baixa demanda local.					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Índice de Concluintes na Pós-Graduação (<i>ICOPG_{LS}</i>)				
Objeto de mensuração:	Número de concluintes na pós-graduação				
Meta associada:	PIO3M4				
Fórmula de cálculo:	$ICOPG_{LS} = COLS$ <i>COLS</i> : número de concluintes em cursos de PG <i>lato sensu</i>				

Fonte:	SIE				
Interpretação:	O indicador vai medir o número total de concluintes na pós-graduação <i>lato sensu</i> : Cursos de PG <i>Lato Sensu</i> (CO _{LS}). Quanto maior esse indicador, maior o número de concluintes no ano corrente.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DIPPG				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[PIO3M5] Aumentar o número de vagas ofertadas na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	200	200	220	240	240
Responsável					
DIPPG e todos os <i>campi</i>					
Como					
<p>Identificar competências, estimular e apoiar o envolvimento de novos docentes em atividades de pós-graduação stricto sensu do Cefet/RJ;</p> <p>Ampliar o número de programas e cursos de pós-graduação stricto sensu na sede e em outros campi do Cefet/RJ;</p> <p>Ampliar o corpo docente dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu do Cefet/RJ;</p> <p>Investir na contratação de novos docentes com perfil aderente para atuar nos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu da Instituição;</p> <p>Ampliar a infraestrutura física, administrativa e de laboratórios para dar suporte às atividades de pós-graduação stricto sensu.</p>					
Riscos					
<p>Redução do orçamento alocado para as atividades de pós-graduação;</p> <p>Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pós-graduação;</p> <p>Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa;</p> <p>Limitações de infraestrutura física para dar suporte às atividades de pós-graduação;</p> <p>Baixo valor das bolsas de estudos quando comparado aos salários praticados no mercado para algumas áreas;</p> <p>Baixo número de bolsas de estudos ofertadas em relação à demanda;</p> <p>Sobrecarga de trabalho e atividades dos docentes que atuam na pós-graduação;</p> <p>Ausência de fundação de apoio que viabilize maior interação com o setor produtivo, captação de recursos e flexibilidade e rapidez no uso desses recursos para dar suporte a atividades relacionadas à pós-graduação;</p> <p>Rotatividade de docentes.</p>					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Índice de Oferta de Vagas nos Cursos de PGSS (<i>IOVPG_{SS}</i>)				
Objeto de mensuração:	Número de vagas ofertadas na pós-graduação				
Meta associada:	PIO3M5				
Fórmula de cálculo:	$IOVPG_{SS} = OV_{DA} + OV_{DP} + OV_{MA} + OV_{MP}$ OV_{DA} : número de oferta de vagas em cursos de doutorado acadêmico OV_{DP} : número de oferta de vagas em curso de doutorado profissional OV_{MA} : número de oferta de vagas em curso de mestrado acadêmico OV_{MP} : número de oferta de vagas em curso de mestrado profissional				
Fonte:	Editais dos processos seletivos para cursos de PG				
Interpretação:	O indicador vai medir o número vagas ofertadas nos processos seletivos da pós-graduação <i>stricto sensu</i> : Doutorado Acadêmico (<i>OVDA</i>), Doutorado Profissional (<i>OVDP</i>), Mestrado Acadêmico (<i>OVMA</i>) e Mestrado Profissional (<i>OVMP</i>). Esse indicador será calculado a partir da quantidade de vagas ofertadas nos editais dos processos seletivos encerrados no ano considerado. Quanto maior esse indicador, maior o número de vagas que foram ofertadas no ano considerado.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DIPPG				
Observações:	<p><u>Base</u>: número de vagas oferecidas pelos cursos de PGSS em 2017 (228)</p> <p><u>Projeção</u>: incremento de vagas oferecidas estimado em função da criação de novos cursos - 1 Mest. Acad. em 2019 (+20 vagas p/ano); 1 Mest. Acad. em 2022 (+20 vagas p/ano); 1 Dout. Acad. em 2023 (+ 10 vagas p/ano)</p>				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[PIO3M6] Aumentar o número de vagas ofertadas na Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	390	90	400	100	410
Responsável					
Todos os <i>campi</i>					
DIPPG					

Como					
<p>Identificar competências, estimular e apoiar o envolvimento de novos docentes em atividades de pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ;</p> <p>Ampliar o número de programas e cursos de pós-graduação lato sensu na sede e em outros campi do Cefet/RJ;</p> <p>Ampliar o corpo docente dos programas e cursos de pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ;</p> <p>Investir na contratação de novos docentes com perfil aderente para atuar nos programas e cursos de pós-graduação lato sensu da Instituição;</p> <p>Ampliar a infraestrutura física, administrativa e de laboratórios para dar suporte às atividades de pós-graduação lato sensu.</p>					
Riscos					
<p>Redução do orçamento alocado para as atividades de pós-graduação;</p> <p>Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pós-graduação;</p> <p>Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa;</p> <p>Limitações de infraestrutura física para dar suporte às atividades de pós-graduação;</p> <p>Baixo valor das bolsas de estudos quando comparado aos salários praticados no mercado para algumas áreas;</p> <p>Baixo número de bolsas de estudos ofertadas em relação à demanda;</p> <p>Sobrecarga de trabalho e atividades dos docentes que atuam na pós-graduação;</p> <p>Ausência de fundação de apoio que viabilize maior interação com o setor produtivo, captação de recursos e flexibilidade e rapidez no uso desses recursos para dar suporte a atividades relacionadas à pós-graduação;</p> <p>Rotatividade de docentes.</p>					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Índice de Oferta de Vagas nos Cursos de PGLS (<i>IOVPG_{LS}</i>)				
Objeto de mensuração:	Número de vagas ofertadas na pós-graduação				
Meta associada:	PIO3M6				
Fórmula de cálculo:	$IOVPG_{LS} = OV_{LS}$ OVLS: número de oferta de vagas em cursos de PG <i>lato sensu</i>				
Fonte:	Editais dos processos seletivos para cursos de PG				
Interpretação:	O indicador vai medir o número vagas ofertadas nos processos seletivos da pós-graduação <i>lato sensu</i> : Cursos de PG <i>Lato Sensu</i> (OVLS). Esse indicador será calculado a partir da quantidade de vagas ofertadas nos editais dos processos seletivos encerrados no ano considerado. Quanto maior esse indicador, maior o número de vagas que foram ofertadas no ano considerado.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DIPPG				
Observações:	<p><u>Base</u>: número de vagas oferecidas pelos cursos de PGLS em 2017 (90)</p> <p><u>Projeção</u>: incremento de vagas oferecidas estimado em função da criação de novos cursos PGLS - modalidade presencial (+10 vagas em 2022 e + 10 vagas em 2024) e modalidade EAD (ciclos de oferta de 300 vagas a partir de 2018 - 2020, 2022 e 2024)</p>				
Objetivo 4: Melhorar a qualidade da Pós-Graduação					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[PIO4M1] Aumentar a qualidade dos cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	3,8	4,1	4,1	4,1	4,1
Responsável					
DIPPG e todos os <i>campi</i>					
Como					
<p>Estabelecer planejamento e fazer o acompanhamento dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu em consonância com as diretrizes de avaliação estabelecidas pelo Cefet/RJ e pela Capes;</p> <p>Ampliar os investimentos relacionados às atividades da pós-graduação stricto sensu buscando a captação de recursos internos e externos ao Cefet/RJ;</p> <p>Buscar a melhoria e ampliação da infraestrutura física, administrativa e de laboratórios para dar suporte às atividades de pós-graduação stricto sensu;</p> <p>Zelar pelo estabelecimento de mecanismos que promovam a melhoria da qualidade dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu;</p> <p>Incentivar e apoiar as atividades de pesquisa e a produção intelectual qualificada dos docentes e discentes dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu;</p> <p>Incentivar e apoiar o estabelecimento de novas parcerias nacionais e internacionais relacionadas às atividades dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu;</p> <p>Estimular e promover ações voltadas para a internacionalização incluindo a mobilidade in e out de docentes e discentes em consonância com o Plano de Internacionalização e o Projeto de Internacionalização da Pós-Graduação do Cefet/RJ;</p>					

Estimular, apoiar e divulgar as atividades e produção dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu que gerem impactos positivos para a academia, organizações públicas e privadas e para a sociedade;
 Realizar acompanhamento dos egressos dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu do Cefet/RJ;
 Aumentar a visibilidade e reconhecimento nacional e internacional dos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu do Cefet/RJ.

Riscos

Redução do orçamento alocado para as atividades de pós-graduação;
 Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de pós-graduação;
 Aposentadorias de docentes com elevada titulação e produção qualificada e de técnicos administrativos e de laboratórios de pesquisa;
 Limitações de infraestrutura física para dar suporte às atividades de pós-graduação;
 Baixo valor das bolsas de estudos quando comparado aos salários praticados no mercado para algumas áreas;
 Baixo número de bolsas de estudos ofertadas em relação à demanda;
 Sobrecarga de trabalho e atividades dos docentes que atuam na pós-graduação;
 Ausência de fundação de apoio que viabilize maior interação com o setor produtivo, captação de recursos e flexibilidade e rapidez no uso desses recursos para dar suporte a atividades relacionadas à pós-graduação;
 Rotatividade dos docentes.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Índice de Qualidade dos Cursos de PGSS (IQCPG)
Objeto de mensuração:	Qualidade dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>
Meta associada:	PIO4M1
Fórmula de cálculo:	$IQCPG = \frac{1}{NC} \sum_{i=1}^7 [i * nC(i)]$ NC: número total de cursos de PGSS nC(i): número de cursos de PGSS com nota i
Fonte:	Capes – Plataforma Sucupira
Interpretação:	O indicador vai medir a qualidade dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> de acordo com as notas atribuídas pela Capes. Este indicador é calculado pelo somatório das notas atribuídas a todos os cursos dividido pelo número total de cursos. Vale ressaltar que notas dos cursos em funcionamento somente são alteradas no ano subsequente às avaliações quadrienais da Capes. Dessa forma, o IQCPG permanece inalterado durante o mesmo ciclo avaliativo. O IQCPG pode variar de 1 a 7. Quanto maior, melhor a qualidade dos cursos ofertados pela Instituição de acordo com os critérios da Capes. Entretanto, deve-se ressaltar que este indicador deve ser analisado criteriosamente, uma vez que a criação de novos cursos pode levar à redução do IQCPG.
Responsável pela coleta:	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DIPPG
Observações:	Este indicador não contempla os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> uma vez que, até o presente momento, não há avaliação por órgão externo. A avaliação desses cursos é feita internamente como consta no Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> do Cefet/RJ.

Extensão

Objetivo 1: Incentivar a prática da Extensão articulada ao Ensino e a Pesquisa como elemento indissociável do processo de formação em todos os níveis de ensino ministrados no CEFET/RJ.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO1M1] Aumentar a interação e participação da sociedade por meio dos programas, projetos, cursos e eventos de extensão.	5%	10%	15%	20%	25%

Responsável

Todos os *campi* DIREX

Como

Sensibilizar a comunidade acadêmica para a proposição de projetos voltados para a comunidade acadêmica e para o entorno do campus;
 Divulgando nos veículos de comunicação internos e externos;
 Articulando com as Diretorias Sistêmicas e dos Campi, bem como com os Conselhos competentes;
 Participando de editais de ações extensionistas;

Criar novos canais de comunicação com a sociedade, para entender as demandas da sociedade e para a divulgação das atividades de extensão que serão oferecidas pela instituição; Ofertar e divulgar ações e projetos de extensão que atendam às necessidades locais.	Buscando a integração com novos parceiros públicos, privados e organizações não governamentais; Investir na automação dos processos de apoio a execução e gerenciamento das ações de extensão.
---	--

Riscos

Desconhecimento das necessidades da comunidade externa; Dificuldade com divulgação e prospecção de cursos na comunidade externa; Baixo feedback de público-alvo; Restrições orçamentárias	Indisponibilidade orçamentária; Falta de recursos humanos; Ausência de estímulo a novas ideias e a existência de apegos burocráticos; Falta de apoio nas gerências descentralizadas; Impossibilidade de apoio operacional por parte dos parceiros externos.
---	---

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Público atendido pelos programas, projetos, cursos e eventos de extensão
Objeto de mensuração:	Acréscimo percentual de público alcançado por programas, projetos, cursos e eventos
Meta associada:	EXO1M1
Fórmula de cálculo:	Quantidade média de público atendido entre 2018 e 2019
Fonte:	DEAC/COEXT
Interpretação:	Aumento percentual de público alcançado em projetos, programas, cursos e eventos, tendo como base a média de público atendido entre 2018 e 2019. PROJETO: conjunto de ações processuais contínuas, ou com o período de realização definido, de caráter educativo, social, cultural e tecnológico. PROGRAMA: conjunto de projetos de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum. (Sistema de Dados e Informações da Extensão do FORPROEX)
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO1M2] Ampliar o número de programas e projetos de extensão.	5%	10%	15%	20%	25%

Responsável

DIREX

Como

Divulgando nos veículos de comunicação internos e externos;
Participando de editais de ações extensionistas;
Buscando a integração com novos parceiros públicos, privados e organizações não governamentais;
Investindo na automação dos processos de apoio a execução e gerenciamento das ações de extensão.

Riscos

Indisponibilidade orçamentária;
Ausência de estímulo a novas ideias e a existência de apegos burocráticos;
Impossibilidade de apoio operacional por parte dos parceiros externos.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Programas e projetos de extensão/PPE
Objeto de mensuração:	Acréscimo percentual de programas e projetos
Meta associada:	[EXO1M2]
Fórmula de cálculo:	Quantidade de programas e projetos de extensão entre 2018 e 2019.
Fonte:	DEAC/COEXT
Interpretação:	Aumento percentual do número de programas e projetos que se integrem com a sociedade através de relacionamento articulado do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa na Instituição com a sociedade
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO1M3] Participação de servidores na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de extensão.	5%	10%	15%	20%	25%

Responsável						
Todos os <i>campi</i>		DIREX				
Como						
Incentivar a participação dos servidores nas ações de extensão, divulgar os editais de extensão aos servidores do campus.		Promovendo encontros em todo o Sistema CEFET/RJ, discutindo as políticas de extensão; Articulando com os dirigentes (Diretores Sistêmicos e Diretores de Campus) a adequação de orçamentos específicos (material permanente, consumo e serviços); Divulgando os eventos e articulando com os dirigentes (Diretores Sistêmicos e Diretores de Campus) a adequação de orçamentos específicos (diárias e passagens); Disponibilizando a infraestrutura interna e buscando editais de fomento; Investir na automação dos processos de apoio a execução e gerenciamento das ações de extensão.				
Riscos						
Falta de recursos humanos; Ausência de estímulo a novas ideias; Restrições orçamentárias.		Indisponibilidade orçamentária; Falta de recursos humanos; Ausência de estímulo a novas ideias e a existência de apegos burocráticos; Falta de apoio nas gerencias descentralizadas.				
Indicador						
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:		Participação de servidores na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de extensão.				
Objeto de mensuração:		Acréscimo percentual de servidores envolvidos na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de extensão.				
Meta associada:		EXO1M3				
Fórmula de cálculo:		(servidores envolvidos no ano - quantidade média de servidores envolvidos entre 2018 e 2019) / quantidade média de servidores envolvidos entre 2018 e 2019.				
Fonte:		DEAC/COEXT				
Interpretação:		Aumento percentual de servidores envolvidos na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de extensão, tendo como base a média de servidores envolvidos nestas atividades entre 2018 e 2019. Quanto maior o percentual alcançado, melhor.				
Responsável pela coleta:		Diretoria de Extensão				
Meta		2020	2021	2022	2023	2024
[EXO1M4] Fomento do sistema de projetos para disponibilização de bolsas de extensão.		158	168	178	188	198
Responsável						
DIREX						
Como						
Investir na automação dos processos de apoio a execução e gerenciamento dos editais específicos; Estimular todos os envolvidos nos projetos de extensão à busca da melhoria da qualidade em conformidade com os princípios norteadores da extensão.						
Riscos						
Indisponibilidade orçamentária; Falta de recursos humanos; Ausência de estímulo a novas ideias e a existência de apegos burocráticos; Falta de apoio nas gerencias descentralizadas; Não efetivação de sistema automatizado específico.						
Indicador						
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:		Quantidade de bolsas de extensão ofertadas por ano				
Objeto de mensuração:		Quantidade de bolsas de extensão ofertadas por ano				
Meta associada:		EXO1M4				
Fórmula de cálculo:		Soma da quantidade de bolsas de extensão ofertadas aos alunos, em todos os níveis de ensino, através de edital interno, a cada ano pelo Cefet/RJ				
Fonte:		DEAC/COEXT				
Interpretação:		Número de bolsas de extensão ofertadas aos alunos de todos os níveis de ensino, por ano				

Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO1M5] Implementar e difundir a curricularização da extensão nos PPC's dos cursos de graduação do Cefet/RJ, de acordo com a legislação vigente.	10%	20%	50%	70%	100%
Responsável					
DIREX e DIREN					
Como					
Promovendo reuniões e encontros com os colegiados dos cursos sob orientação das Diretorias de Ensino e Extensão; Elaborando normas internas de regulamentação da curricularização da extensão alterando os Projetos Pedagógicos dos Cursos					
Riscos					
Não aplicação ou não conformidade da legislação vigente; Não atendimento ao princípio da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Número de cursos regulares de Graduação existentes em 2019.				
Objeto de mensuração:	Acréscimo percentual em relação ao número de cursos regulares existentes em 2019				
Meta associada:	EXO1M5				
Fórmula de cálculo:	Quantidade de cursos regulares de Graduação que implementaram a curricularização / total de cursos regulares de Graduação existentes no ano				
Fonte:	DEAC/COEXT e DIREN				
Interpretação:	Número de cursos regulares de Graduação existentes em 2019				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão e Diretoria de Ensino				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO1M6] Implementar e difundir a Curricularização da extensão nos PPC's dos cursos técnicos de nível médio do CEFET/RJ.	10%	20%	50%	70%	100%
Responsável					
Todos os <i>campi</i>		DIREX e DIREN			
Como					
Participar ativamente das reuniões promovidas pela DIREX.		Promovendo reuniões e encontros com os colegiados dos cursos sob orientação das Diretorias de Ensino e Extensão; Elaborando normas internas de regulamentação da curricularização da extensão alterando os Projetos Pedagógicos dos Cursos.			
Riscos					
Desinteresse do campus e/ou da comunidade acadêmica.		Não atendimento ao princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.			
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Número de cursos regulares dos cursos técnicos de nível médio existentes em 2019.				
Objeto de mensuração:	Acréscimo percentual em relação ao número de cursos regulares existentes em 2019				
Meta associada:	EXO1M6				
Fórmula de cálculo:	Quantidade de cursos técnicos de nível médio que implementaram a curricularização / total de cursos regulares de nível médio existentes no ano				
Fonte:	DEAC/COEXT e DIREN				
Interpretação:	Número de cursos regulares dos cursos técnicos de nível médio existentes em 2019				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão e Diretoria de Ensino				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO1M7] Implementar e difundir a Curricularização da extensão nos PCPG's dos cursos de Pós-Graduação do CEFET/RJ.	10%	20%	50%	70%	100%
Responsável					

DIREX e DIPPG					
Como					
Promovendo reuniões e encontros com os colegiados dos cursos sob orientação das Diretorias de Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão; Elaborando normas internas de regulamentação da curricularização da extensão alterando os Projetos Pedagógicos dos Cursos.					
Riscos					
Não aplicação ou não conformidade da legislação vigente; Não atendimento ao princípio da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Número de cursos regulares de Pós-Graduação existentes em 2019.				
Objeto de mensuração:	Acréscimo percentual em relação ao número de cursos regulares existentes em 2019				
Meta associada:	EXO1M7				
Fórmula de cálculo:	Quantidade de cursos Pós-Graduação que implementaram a curricularização / total de cursos regulares de Pós-Graduação existentes no ano				
Fonte:	DEAC/COEXT e DIREN				
Interpretação:	Número de cursos regulares de Pós-Graduação existentes em 2019				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão e Diretoria de Ensino				
Objetivo 2: Garantir a qualidade na Extensão.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO2M1] Revisão e/ou criação de regulamentos, resoluções ou procedimentos relacionados à Extensão.	20%	40%	60%	80%	100%
Responsável					
DIREX					
Como					
Construção coletiva a partir de articulação com os Campi; Trabalho com os conselhos específicos; Participação nos fóruns nacionais de extensão.					
Riscos					
Indisponibilidade orçamentária para participação nos fóruns e eventos sobre extensão; Ausência de estímulos para participação nos fóruns e eventos; Indefinição dos conselhos competentes sobre a necessidade da revisão periódica dos documentos.					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Revisão de regulamentos, resoluções ou procedimentos relacionados à Extensão				
Objeto de mensuração:	Percentual de documentos revisados anualmente				
Meta associada:	EXO2M1				
Fórmula de cálculo:	Quantidade de documentos revisados no ano / quantidade total de documentos				
Fonte:	DEAC/COEXT				
Interpretação:	Percentual de documentos revisados no ano/quantidade total de documentos				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO2M2] Análise dos relatórios parciais e finais dos programas e projetos de extensão, buscando a padronização e melhoria dos indicadores de avaliação.	100%	100%	100%	100%	100%
Responsável					
DIREX					
Como					
Leitura e análise detalhada dos relatórios por meio de comissões específicas; Atualização constante dos indicadores da extensão, alinhados aos definidos pelos fóruns externos específicos.					
Riscos					
Perda significativa da qualidade dos programas e projetos de extensão praticados;					

Diminuição da credibilidade da gestão perante comunidade.						
Indicador						
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:		Análise dos relatórios parciais e finais dos programas e projetos de extensão				
Objeto de mensuração:		Relatórios parciais e finais dos programas e projetos de extensão				
Meta associada:		EXO2M2				
Fórmula de cálculo:		(quantidade de relatórios parciais e finais dos programas e projetos de extensão avaliados no ano) / (quantidade total de relatórios gerados)				
Fonte:		DEAC/COEXT				
Interpretação:		Percentual de relatórios parciais e finais dos programas e projetos de extensão avaliados por ano em relação à quantidade total de relatórios gerados				
Responsável pela coleta:		Diretoria de Extensão				
Meta		2020	2021	2022	2023	2024
[EXO2M3] Organização e realização de reuniões e/ou eventos para discussões sobre a temática da Extensão.		10	10	10	10	10
Responsável						
Todos os <i>Campi</i>		DIREX				
Como						
Garantir a participação e o apoio de representantes do campus nas reuniões e nos eventos para discussões sobre extensão.		Divulgando e promovendo encontros em todo o Sistema CEFET/RJ, discutindo as políticas de extensão; Utilizando todos os canais de comunicação disponibilizados pela Instituição, assim como, criando novas estratégias de divulgação (redes sociais); Articulando com as Diretorias Sistêmicas e dos Campi, bem como com os Conselhos competentes.				
Riscos						
Restrições orçamentárias que possam afetar a ida dos servidores aos eventos; Dificuldade de conciliação de agendas.		Perda significativa da qualidade das ações de extensão praticadas; Dificuldade na comunicação institucional dos processos, regulamentos e ações da extensão; Falta de sensibilização da comunidade interna na participação extensionista.				
Indicador						
DETALHAMENTO		Quantidade de reuniões/ eventos realizados por ano.				
Nome/Sigla:						
Objeto de mensuração:		Quantidade de reuniões e/ou eventos realizados por ano para discussões sobre a temática da Extensão.				
Meta associada:		EXO2M3				
Fórmula de cálculo:		Soma da quantidade de reuniões e/ou eventos realizados por ano para discussões sobre a temática da Extensão				
Fonte:		DEAC/COEXT				
Interpretação:		Quantidade de reuniões/eventos realizados por ano				
Responsável pela coleta:		Diretoria de Extensão				
Meta		2020	2021	2022	2023	2024
[EXO2M4] Participação protagonista dos estudantes na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de Extensão, com vistas ao impacto na sua formação.		20%	30%	40%	50%	60%
Responsável						
Todos os <i>Campi</i>		DIREX				
Como						
Incentivar a participação dos estudantes através da sensibilização dos mesmos em relação a importância da prática extensionista mostrando casos de sucesso do Cefet/RJ e de outras instituições nacionais e internacionais.		Formalizar a curricularização da extensão em todos os níveis de ensino da instituição; Fomentar a participação dos estudantes nos conselhos competentes;				

	Sensibilizar os coordenadores/orientadores à incentivar a efetiva participação dos estudantes. Realizar anualmente a eventos em todos os Campi; Dialogar com as representações estudantis, com vistas a difusão da cultura extensionista; Melhorar as condições gerais de infraestrutura para a execução das ações de extensão
--	---

Riscos	
Falta de informação sobre os projetos em andamento no Cefet/RJ e fora dele; Restrições orçamentárias.	Não atendimento da legislação específica vigente sobre curricularização; Dispersão, desinteresse e a consequência ausência de participação dos estudantes na extensão; Afastamento dos estudantes nos processos decisórios da gestão institucional.

Indicador	
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Estudantes protagonistas na Extensão
Objeto de mensuração:	Participação protagonista dos estudantes na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de Extensão, com vistas ao impacto na sua formação
Meta associada:	EXO2M4
Fórmula de cálculo:	$(\text{quantidade de estudantes protagonistas no ano}) - (\text{quantidade média de estudantes protagonistas entre 2018 e 2019}) / (\text{quantidade média de estudantes protagonistas entre 2018 e 2019})$
Fonte:	DEAC/COEXT
Interpretação:	Aumento percentual da participação de estudantes protagonista por ano (%) em relação ao ano base 2019.
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão

Objetivo 3: Fomentar a utilização de metodologias que fortaleçam o cooperativismo o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, social e ambiental.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO3M1] Ampliação de empreendimentos apoiados pelas incubadoras do Cefet/RJ.	Ver indicador	Ver indicador	Ver indicador	Ver indicador	Ver indicador

Responsável
DIREX

Como
Prospecção de parceiros externos para sensibilização e apoio às ações de empreendedorismo e inovação junto à comunidade interna;
Participação em editais de fomento;
Esforço para consolidação nas parcerias com vistas a internacionalização;
Realizando reuniões em todos os Campi;
Capacitando os servidores envolvidos;
Sensibilizando os Dirigentes sobre a necessidade de prover a infraestrutura adequada para implantação do PROIN – Programa de Incubação;
Implementação de sistemas automatizados que apoiem as gestões, respeitando as especificidades de cada incubadora.

Riscos
Forte ameaça da instituição não acompanhar as tendências das políticas públicas de inovação e empreendedorismo;
Indisponibilidade orçamentária;
Falta de recursos humanos;
Falta de apoio nas gerencias descentralizadas;
Impossibilidade de apoio recursos financeiros e operacionais por parte dos parceiros internos e externos.

Indicador 1	
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Número de empreendimentos apoiados por ano (pré-incubados e/ou incubados a partir dos editais publicados pelas incubadoras
Objeto de mensuração:	Número de empreendimentos apoiados
Meta associada:	EXO3M1
Fórmula de cálculo:	Soma da quantidade de empreendimentos apoiados pelas incubadoras do Cefet/RJ
Fonte:	IETEC/ITESS
Interpretação:	Número total de empreendimentos apoiados por ano pelas incubadoras do Cefet/RJ

Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão				
Indicador 2					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Número de incubadoras nucleadas por ano				
Objeto de mensuração:	Número de incubadoras criadas				
Meta associada:	EXO3M1				
Fórmula de cálculo:	Soma da quantidade de incubadoras nucleadas no Cefet/RJ				
Fonte:	IETEC/ITESS				
Interpretação:	Número de incubadoras nucleadas por ano no Cefet/RJ				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão				
Indicador 3					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Número de projetos aprovados em editais de fomento por ano				
Objeto de mensuração:	Número de projetos aprovados em editais de fomento				
Meta associada:	EXO3M1				
Fórmula de cálculo:	Soma da quantidade de projetos aprovados em editais de fomento pelas incubadoras do Cefet/RJ				
Fonte:	IETEC/ITESS				
Interpretação:	Número de projetos aprovados em editais de fomento por ano pelas incubadoras do Cefet/RJ				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão				
Objetivo 4: Expandir o programa de estágio e emprego em todos os Campi.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO4M1] Prospecção a empresas com o objetivo de aumentar o número de convênio de estágio.	280	300	320	340	360
Responsável					
Todos os <i>Campi</i>		DIREX			
Como					
Visitar empresas na região.		Organizar uma agenda de visitas permanentes à empresas com potencial de contratação de estagiários e egressos; Formalizar convênios com empresas oriundas de contatos realizados pelos estudantes; Incentivar o encontro dos docentes com os representantes das empresas visando a melhor correlação e entendimento das reais necessidades do mercado de trabalho com a realidade do projeto pedagógico do CEFET/RJ.			
Riscos					
Baixa adesão de empresas locais; Perfil das organizações locais inadequado para a realização de estágios e para a empregabilidade do alunato; Falta de recursos humanos para estruturar o setor de estágio.		Oscilação da economia no impacto negativo nas ofertas de vagas de estágio/emprego; Falta de recursos humanos para a realização das visitas externas.			
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Número de novas empresas conveniadas por ano				
Objeto de mensuração:	Número de novas empresas conveniadas para ofertar vagas de estágios para os alunos				
Meta associada:	EXO4M1				
Fórmula de cálculo:	Soma da quantidade de empresas conveniadas para estágio				
Fonte:	DIEMP				
Interpretação:	Quanto maior a soma, melhor.				
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO4M2] Aumento de vagas ofertadas para todos os segmentos.	5%	10%	15%	20%	25%
Responsável					

Todos os <i>Campi</i>		DIREX				
Como						
Através da prospecção de empresas na região com a finalidade de aumentar o número de convênios.		Divulgar permanentemente os cursos oferecidos pela Instituição; Envolver os coordenadores de todos os cursos no contato com vistas a aproximação das empresas ofertantes; Realizar eventos internos com a participação de empresas parceiras.				
Riscos						
Baixa adesão das empresas locais; Crise econômica do país; Perfil das empresas locais inadequado para a realização e para a empregabilidade do alunato.		Oscilação da economia no impacto negativo nas ofertas de vagas de estágio/emprego; Impossibilidade da integralização dos cursos, devido a obrigatoriedade da conclusão do estágio				
Indicador						
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO					
Nome/Sigla:	Quantidade de vagas de estágios ofertadas pelas empresas conveniadas					
Objeto de mensuração:	Quantidade de vagas de estágios ofertadas pelas empresas conveniadas para todos os segmentos de ensino					
Meta associada:	EXO4M2					
Fórmula de cálculo:	Quantidade de vagas ofertadas em 2019					
Fonte:	DIEMP					
Interpretação:	Aumento do percentual da quantidade de vagas ofertadas por ano. Quanto maior, melhor.					
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024	
[EXO4M3] Organização e realização de palestras e workshops, com vistas à preparação dos estudantes para o ingresso no mercado de trabalho.	4	4	4	4	4	
Responsável						
Todos os <i>Campi</i>		DIREX				
Como						
Garantir a participação e o apoio de representantes do campus nas palestras e nos workshops.		Sensibilizar as empresas para participação nos eventos; Articular com as Diretorias Sistêmicas e dos Campi.				
Riscos						
Falta de interesse dos alunos em participar dos eventos; baixa adesão das empresas locais.		Falta de infraestrutura e recursos humanos para a organização e realização de eventos; Falta de apoio dos demais segmentos institucionais envolvidos na mobilização dos estudantes; Baixa adesão das empresas parceiras;				
Indicador						
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO					
Nome/Sigla:	Número de palestras e workshops realizados					
Objeto de mensuração:	Número de palestras e workshops realizados					
Meta associada:	EXO4M3					
Fórmula de cálculo:	Quantidade de palestras e workshops ofertadas em 2019					
Fonte:	DIEMP					
Interpretação:	Número de palestras e workshops realizados por ano.					
Responsável pela coleta:	Diretoria de Extensão					
Objetivo 5: Implementar e consolidar a Política de Assistência Estudantil do Cefet/RJ.						
Meta	2020	2021	2022	2023	2024	
[EXO5M1] Aumentar gradativamente as ações prioritárias de assistência estudantil em alimentação, transporte e moradia.	Ver indicador	Ver indicador	Ver indicador	Ver indicador	Ver indicador	
Responsável						
DIREX						

Como					
Adotar as ações prioritárias estabelecidas na Política de Assistência Estudantil da Instituição; Criando programas que gerem editais visando a assistência total ao aluno possibilitando sua permanência; Articulando com as Diretorias Sistêmicas e dos Campi, bem como com os Conselhos competentes; Investir na automação dos processos de apoio a execução e gerenciamento das ações de Assistência Estudantil					
Riscos					
Descontinuidade das políticas públicas de fomento à assistência estudantil; Indisponibilidade orçamentária; Falta de recursos humanos; Ausência de estímulo a novas ideias e a existência de apegos burocráticos; Falta de apoio nas gerências descentralizadas.					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Quantidade de alunos que recebem alimentação				
Objeto de mensuração:	Quantidade de alunos que recebem alimentação de acordo com o preconizado pelo Programa nacional de Alimentação Escolar e a Política de Assistência Estudantil (ano base 2019)				
Meta associada:	EXO5M1				
Fórmula de cálculo:	$(\text{quantidade de alunos atendidos no ano}) - (\text{quantidade de alunos atendidos em 2019}) / (\text{quantidade de alunos atendidos em 2019})$				
Fonte:	DIREX/DEAC				
Interpretação:	Aumentar o quantitativo de alunos que recebem alimentação de acordo com o preconizado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Política de Assistência Estudantil.				
Responsável pela coleta:	DIREX				
Indicador 2					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Quantidade de alunos contemplados pelas bolsas ou auxílios para programas prioritários				
Objeto de mensuração:	Quantidade de alunos em vulnerabilidade socioeconômica contemplados com bolsas ou auxílios				
Meta associada:	EXO5M1				
Fórmula de cálculo:	$(\text{quantidade de alunos atendidos no ano}) - (\text{quantidade de alunos atendidos em 2019}) / (\text{quantidade de alunos atendidos em 2019})$				
Fonte:	DIREX/DEAC				
Interpretação:	Aumentar o quantitativo de bolsas ou auxílios, pelos programas prioritários para alunos que estejam em vulnerabilidade socioeconômica. Quanto maior o percentual, melhor.				
Responsável pela coleta:	DIREX				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO5M2] Implementar programas/atividades de promoção e prevenção em saúde física e mental, incluindo a prática de esportes e ampliando o acesso dos estudantes a atividades artístico culturais e de inclusão digital.	Ver indicador	Ver indicador	Ver indicador	Ver indicador	Ver indicador
Responsável					
DIREX					
Como					
Divulgando nos veículos de comunicação internos e externos; Articulando com as Diretorias Sistêmicas e dos Campi, bem como com os Conselhos competentes; Investir na automação dos processos de apoio a execução e gerenciamento das ações de assistência estudantil.					
Riscos					
Indisponibilidade orçamentária; Falta de recursos humanos; Ausência de estímulo a novas ideias e a existência de apegos burocráticos; Falta de apoio nas gerências descentralizadas; Impossibilidade de apoio operacional por parte dos parceiros externos.					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Quantidade de atividades de assistência estudantil executadas no sistema Cefet/RJ				
Objeto de mensuração:	Mede o quantitativo de ações, eventos ou práticas em saúde, esporte e cultura realizados nos campi do Cefet/RJ				
Meta associada:	EXO5M2				

Fórmula de cálculo:	Quantidade de ações em relação as metas estabelecidas em 2019
Fonte:	DIREX/DEAC
Interpretação:	Aumentar o quantitativo de alunos participantes nas ações estabelecidas em cada Campus
Responsável pela coleta:	DIREX

Indicador 2

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Quantidade de alunos com acesso à internet por Campus
Objeto de mensuração:	Mede o quantitativo de alunos com acesso à internet por Campus
Meta associada:	EXO5M2
Fórmula de cálculo:	Quantitativo de alunos atendidos, nos três turnos, com acesso à internet, por Campus (ano base 2019)
Fonte:	DIREX/DEAC
Interpretação:	Aumentar a proporção de computadores com acesso à internet disponíveis em relação ao quantitativo de alunos
Responsável pela coleta:	DIREX

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EXO5M3] Investir em ações que beneficiem estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e/ou com necessidades especiais procurando o equilíbrio entre recursos e objetivos institucionais, visando o melhor aproveitamento pedagógico das atividades desenvolvidas no âmbito do ensino no Cefet/RJ.	-2%	-4%	-6%	-8%	-10%

Responsável

DIREX

Como

Divulgando nos veículos de comunicação internos e externos;
Articulando com as Diretorias Sistêmicas e dos Campi, bem como com os Conselhos competentes;
Investir na automação dos processos de apoio a execução e gerenciamento das ações de assistência estudantil.

Riscos

Indisponibilidade orçamentária;
Falta de recursos humanos;
Ausência de estímulo a novas ideias e a existência de apegos burocráticos;
Falta de apoio nas gerências descentralizadas.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Índice de evasão dos alunos em vulnerabilidades socioeconômica e/ou com necessidades especiais.
Objeto de mensuração:	Mede o índice de evasão dos alunos em vulnerabilidades socioeconômica e/ou com necessidades especiais em relação ao ano base 2019 que foram atendidos pelos programas de assistência estudantil do Cefet/RJ
Meta associada:	EXO5M3
Fórmula de cálculo:	$(\text{quantidade de alunos atendidos no ano}) - (\text{quantidade de alunos atendidos em 2019}) / (\text{quantidade de alunos atendidos em 2019})$
Fonte:	DIREX/DEAC
Interpretação:	Reduzir o número de alunos evadidos por ano
Responsável pela coleta:	DIREX

Administração e Planejamento

Objetivo 1: Fomentar a integração dos diversos Planos Institucionais.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[APO1M1] Fornecer informações trimestralmente para acompanhamento periódico dos indicadores dos planos institucionais (PDI, PDTIC, PLS, etc.)	25%	50%	100%	100%	100%

Responsável

Todos os *campi* DIGES e DIRAP

Como

Desenvolver procedimento para coleta periódica de informações, pertinentes;
Designar grupo de trabalho de análise de integração dos planos institucionais;
Definir uma metodologia de análise;

Manter um banco de dados atualizado com as informações pertinentes; Preencher relatórios de divulgação das informações.	Executar e comunicar o relatório com informações.				
Riscos					
Falta de formulários/instrumentos para coleta dos dados padronizados; Demora no envio das informações; Dificuldade em manter as informações atualizadas.	Baixo engajamento dos membros do grupo de trabalho; Dificuldade de comunicação entre os membros do grupo de trabalho.				
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Produção de relatórios para acompanhamento dos Planos Institucionais (PRAPI)				
Objeto de mensuração:	Mede o nível de fornecimento de informações (através de relatórios bimestrais) para o acompanhamento dos indicadores dos planos institucionais próprios ou ministeriais aplicáveis ao Cefet/RJ. Os planos institucionais considerados para o cálculo do indicador são: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTIC), Plano de Carreira e Remuneração (PCR) e Plano Nacional de Educação (PNE).				
Meta associada:	APO1M1				
Fórmula de cálculo:	[Quantidade de relatórios trimestrais/(4X quantidade de planos institucionais)]*100				
Fonte:	Diretoria de Administração e Planejamento				
Interpretação:	O indicador varia de 0 a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor, indicando que foram produzidos relatórios bimestrais de acompanhamento para a totalidade dos planos institucionais.				
Responsável pela coleta:	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DIRAP				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[APO1M2] Realizar reuniões semestrais para análise de integração dos planos institucionais.	2	2	2	2	2
Responsável					
DIRAP					
Como					
Especificar e sensibilizar <i>stakeholders</i> ; Definir calendário de reuniões.					
Riscos					
Baixo engajamento dos <i>stakeholders</i> .					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Reuniões para acompanhamento dos Planos Institucionais (RAPI)				
Objeto de mensuração:	Mede a quantidade de reuniões realizadas no ano para a análise de integração dos planos institucionais				
Meta associada:	APO1M2				
Fórmula de cálculo:	RAPI = quantidade de reuniões realizadas no ano				
Fonte:	Diretoria de Administração e Planejamento				
Interpretação:	O indicador corresponde ao número de reuniões para a análise de integração dos planos institucionais realizadas no ano.				
Responsável pela coleta:	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DIRAP				
Objetivo 2: Aprimorar a gestão da DIRAP através da otimização dos processos internos.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[APO2M1] Tornar os processos administrativos eletrônicos até 2024.	20%	40%	60%	80%	100%
Responsável					
DIRAP					
Como					
Definir sistema; Definir metodologia e plano de implantação; Implantar sistema.					
Riscos					
Falta de pessoal disponível para implantação do sistema;					

Resistência à mudança por parte dos servidores; Baixo engajamento dos servidores; Falta de recursos.					
Indicador					
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO			
Nome/Sigla:	Índice de Processos Autuados Eletronicamente (IPA)				
Objeto de mensuração:	Mede a proporção de novos processos administrativos autuados de forma eletrônica (“natos digitais”) em relação aos processos autuados no ano.				
Meta associada:	APO2M1				
Fórmula de cálculo:	$(\text{Quantidade de processos administrativos nascidos digitais}/\text{quantidade de processos totais autuados no ano}) \times 100$				
Fonte:	Diretoria de Administração e Planejamento				
Interpretação:	O indicador varia de 0 a 100%. Quanto mais próximo de 100% melhor, indicando que a totalidade dos processos administrativos naquele ano foi autuada eletronicamente.				
Responsável pela coleta:	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DIRAP				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[APO2M2] Otimizar todos os fluxos de processos internos da DIRAP.	20%	40%	60%	80%	100%
Responsável					
DIRAP					
Como					
Planejar projeto e modelo de mapeamento e otimização definindo etapas, cronograma e responsáveis; Treinar servidores em modelagem de processos; Definir responsáveis e equipe de mapeamento; Disponibilizar recursos como <i>notebooks</i> e sala de reuniões; Definir modelo adequado para registro e divulgação dos fluxos mapeados e otimizados.					
Riscos					
Mudanças na legislação que afetem os fluxos já mapeados; Baixa disponibilidade de servidores para realização do trabalho; Dificuldade de acesso a recursos necessários para realização do trabalho (ex. <i>notebooks</i> , sala de reuniões); Baixo engajamento dos servidores.					
Indicador					
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO			
Nome/Sigla:	Otimização de Processos Mapeados (OPM)				
Objeto de mensuração:	Mede a proporção de processos organizacionais que foram otimizados após seu mapeamento				
Meta associada:	APO2M2				
Fórmula de cálculo:	$(\text{Quantidade total de fluxos de processos otimizados da DIRAP}/\text{quantidade total de fluxos de processos relevantes mapeados na DIRAP}) \times 100$				
Fonte:	Diretoria de Administração e Planejamento				
Interpretação:	O indicador varia de 0 a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor, indicando que todos os processos que foram mapeados foram objeto de otimização.				
Responsável pela coleta:	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DIRAP				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[APO2M3] Implantar sistema integrado de gestão até 2022.	60%	80%	100%	100%	100%
Responsável					
DIRAP					
Como					
Definir sistema; Definir metodologia e plano de implantação; Implantar sistema.					
Riscos					
Falta de pessoal;					

Resistência à mudança;
Baixo engajamento dos servidores;
Falta de recursos.

Indicador	
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Implantação de Sistema Eletrônico Integrado de Gestão (ISIG)
Objeto de mensuração:	Mede o progresso da implantação de um sistema eletrônico integrado de gestão no Cefet/RJ.
Meta associada:	APO2M3
Fórmula de cálculo:	(Número total de módulos implantados até o ano / número total de módulos contratados até o ano)*100
Fonte:	Diretoria de Administração e Planejamento
Interpretação:	O indicador varia de 0 a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor, indicando que a totalidade dos módulos adquiridos foi implantada.
Responsável pela coleta:	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DIRAP

Objetivo 3: Ampliar a sustentabilidade orçamentária.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[APO3M1] Ampliar para 9,5% a participação de recursos orçamentários provenientes de outras fontes até 2024.	5,5%	6,5%	7,5%	8,5%	9,5%

Responsável
DIRAP

Como
Desenvolver 1 plano de captação de recursos anual;
Treinar 100% da equipe da DIRAP para atuar com outras fontes de recursos até 2024;
Normatizar o relacionamento com Fundação de Apoio;
Aprovar autorização de apoio de duas Fundações de Apoio em 2020;
Executar plano de captação de recursos.

Riscos
Alterações legais representativas que criem obstáculos ao recebimento de recursos de outras fontes;
Dificuldades em treinar a equipe;
Desinteresse de Fundações de Apoio em apoiar o Cefet/RJ;
Não aprovação da autorização de apoio pelo grupo de apoio técnico MEC/MCTIC.

Indicador	
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Proporção de Recursos de Outras Fontes (PROF)
Objeto de mensuração:	Mede a proporção de recursos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) provenientes de outras fontes que não a fonte orçamentária 100 - Recursos Ordinários ("fonte Tesouro"), exceto para pagamento de pessoal.
Meta associada:	APO3M1
Fórmula de cálculo:	(Total de recursos de outras fontes no ano corrente/Recursos totais fonte Tesouro GND 3 e 4)*100 [base exercício de 2019, deflacionado pelo IPCA]
Fonte:	Diretoria de Administração e Planejamento
Interpretação:	O indicador pode variar de 0 a 100%. Quanto maior, menor a dependência orçamentária dos recursos ordinários consignados para o Cefet/RJ na LOA.
Responsável pela coleta:	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DIRAP

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[APO3M2] Desenvolver um Plano Plurianual de Prioridades Orçamentárias para Políticas do Cefet/RJ.	1	1	1	1	1

Responsável
DIRAP

Como

<p>Institucionalizar o Plano; Desenvolver metodologia; Definir os responsáveis e forma de divulgação do Plano; Desenvolver formas de avaliação da execução do Plano; Definir forma de articulação com o Plano Operativo Anual (POA) e demais planos institucionais; Executar o Plano.</p>						
Riscos						
<p>Falta de servidores e capacitação; Falta de engajamento das partes interessadas; Falta de consenso dos atores na definição de prioridades;</p>						
Indicador						
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Indicador de validação do Plano de Prioridades Orçamentárias (IPPO)					
Objeto de mensuração:	Existência de plano de prioridades orçamentárias que norteiem a execução orçamentária do Cefet/RJ anualmente.					
Meta associada:	APO3M2					
Fórmula de cálculo:	Quantidade de planos anuais de prioridades orçamentárias desenvolvidos no ano					
Fonte:	Diretoria de Administração e Planejamento					
Interpretação:	O indicador binário (0 ou 1) visa averiguar a produção do Plano Anual de prioridades orçamentárias.					
Responsável pela coleta:	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DIRAP					
Meta		2020	2021	2022	2023	2024
[APO3M3] Reduzir em 5% os custos fixos do Cefet/RJ em relação ao ano-base de 2019.		1%	2%	3%	4%	5%
Responsável						
DIRAP						
Como						
<p>Disponibilizar estudos para redução de custo fixo, evidenciando metodologia utilizada para viabilizar comparabilidade a longo prazo; Revisar os contratos de terceirização para otimização dos custos; Padronizar itens de compras recorrentes (criar listagem padrão); Melhorar a gestão de estoques de itens de consumo; Divulgar e executar ações acima.</p>						
Riscos						
<p>Aceleração da inflação; Surgimento não previsto ou imposições legais que aumentem o custo fixo; Falta de engajamento institucional para alcance do objetivo.</p>						
Indicador						
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Indicador de Redução do Custo Fixo (IRCF)					
Objeto de mensuração:	Mede a evolução da redução da proporção de recursos orçamentários destinados a despesas de custo fixo em relação ao ano-base de 2019.					
Meta associada:	APO3M3					
Fórmula de cálculo:	1- (Valor do Custo Fixo no ano corrente/Valor do Custo Fixo do exercício 2019)*100					
Fonte:	Diretoria de Administração e Planejamento					
Interpretação:	Quanto menor melhor. Quanto menor o comprometimento do orçamento com despesas de custo fixo, maior flexibilidade de alocação dos recursos orçamentários.					
Responsável pela coleta:	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DIRAP					
Objetivo 4: Promover o conceito de sustentabilidade ambiental nos processos de compras.						
Meta		2020	2021	2022	2023	2024
[APO4M1] Adequar todos os processos de compra aos critérios de sustentabilidade ambiental aplicáveis até 2024.		20%	40%	60%	80%	100%
Responsável						
Todos os <i>campi</i>		Diretorias sistêmicas				

Como	
Desenvolver a cultura de sustentabilidade nos processos organizacionais de forma a incorporar novas práticas na instituição; Sensibilizar toda a comunidade acadêmica no que tange ao aspecto ambiental; Identificação de todos os critérios de sustentabilidade ambiental; Criação de protocolos para elaboração de processos de compras.	Capacitar equipe; Definir responsáveis pelo acompanhamento, registro e divulgação da evolução da adequação; Elaborar manual de boas práticas em compras sustentáveis Aplicar adequação.
Riscos	
Baixo envolvimento dos servidores com a temática; Falta de conhecimento sobre os procedimentos.	Baixa disponibilidade de recursos para atividades relacionadas; Dificuldades em capacitar a equipe por falta de oferta de capacitação; Baixo engajamento de outros atores externos à DIRAP necessários à adequação; Dificuldades em encontrar fornecedores adaptados aos critérios estabelecidos.
Indicador	
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Indicador de Adequação de Aquisições Sustentáveis (IAAS)
Objeto de mensuração:	Mede a adequação dos procedimentos administrativos adotados nos processos de compra aos critérios de sustentabilidade ambiental
Meta associada:	[APO4M1]
Fórmula de cálculo:	(Total de processos de compras adequados autuados no ano/total de processos de compra aplicáveis autuados no ano)*100
Fonte:	Diretoria de Administração e Planejamento
Interpretação:	O indicador varia de 0 a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor, indicando ampliação da adequação da totalidade dos processos administrativos de compra autuados no ano (quando aplicável) aos critérios de sustentabilidade ambiental. Indicador cumulativo ao longo do período de vigência do PDI.
Responsável pela coleta:	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DIRAP

Governança					
Objetivo 1: Consolidar a Gestão de Riscos Institucional					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[GVO1M1] Executar a metodologia de Implantação da Gestão de Riscos do Cefet/RJ.	20%	40%	60%	80%	100%
Responsável					
Todos os <i>campi</i>	DIREG e Diretorias Sistêmicas				
Como					
Preencher e executar a planilha de Gestão de Riscos institucional; Levantamento das áreas do Cefet/RJ já treinadas; Garantir a participação de um representante do campus no CODIN; Apoiar a divulgação da Metodologia de Implantação da Gestão Riscos Institucional no campus.	Levantamento das áreas do Cefet/RJ já treinadas; Revisão do Mapeamento de Processos; Acompanhamento e Controle dos Processos por meio de inventário do fluxo de processos anual; Treinamento e Implantação da Gestão de Riscos no Sistema <i>multicampi</i> .				
Riscos					
Rotatividade dos servidores; Aposentadoria dos servidores engajados no assunto	Baixo engajamento dos membros do grupo de trabalho; Dificuldades de comunicação entre os membros do grupo de trabalho.				
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Percentual de áreas do Cefet/RJ treinadas que estão executando os passos da metodologia de implementação.				

Objeto de mensuração:	Mede o percentual de áreas do Cefet/RJ que foram treinadas e que estão executando os passos da metodologia de implementação da Gestão de Riscos do Cefet/RJ.
Meta associada:	GVO1M1
Fórmula de cálculo:	TATE/TAT
Fonte:	Setores do Cefet/RJ
Interpretação:	TAT = total de áreas treinadas executando TAT = total de áreas treinadas Quanto maior o percentual, melhor.
Responsável pela coleta:	Departamento de Desenvolvimento Institucional

Objetivo 2: Consolidar e Melhorar a Gestão de Mapeamento de processos no Cefet/RJ.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[GVO2M1] Revisar e melhorar o Mapeamento de processos nas atividades no Cefet/RJ.	10%	30%	50%	70%	100%

Responsável

Todos os <i>campi</i>	DIREG e Diretorias sistêmicas
-----------------------	-------------------------------

Como

Definir responsáveis e equipe de mapeamento; Disponibilizar recursos como <i>notebooks</i> e sala de reuniões; Levantamento de processos a serem mapeados de todos os setores.	Planejar projeto e modelo de mapeamento e otimização definindo etapas, cronograma e responsáveis; Levantamento de processos a serem mapeados de todos os setores; Treinar servidores em modelagem de processos; Definir responsáveis e equipe de mapeamento; Disponibilizar recursos como <i>notebooks</i> e sala de reuniões; Definir modelo adequado para registro e divulgação dos fluxos mapeados e otimizados.
--	--

Riscos

Mudanças na legislação que afetem os fluxos já mapeados; Baixa disponibilidade de servidores para realização do trabalho; Dificuldade de acesso a recursos necessários para realização do trabalho (ex. <i>notebooks</i> , sala de reuniões); Baixo engajamento dos servidores.	Mudanças na legislação que afetem os fluxos já mapeados; Baixa disponibilidade de servidores para realização do trabalho; Dificuldade de acesso a recursos necessários para realização do trabalho (ex. <i>notebooks</i> , sala de reuniões); Baixo engajamento dos servidores.
--	--

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Otimização de Processos Mapeados (OPM)
Objeto de mensuração:	Mede a proporção de processos organizacionais que foram otimizados após seu mapeamento
Meta associada:	[GVO2M1]
Fórmula de cálculo:	(Quantidade total de fluxos de processos otimizados/quantidade total de fluxos de processos relevantes mapeados)*100
Fonte:	Diretorias sistêmicas, Direção-geral e <i>Campi</i>
Interpretação:	O indicador varia de 0 a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor, indicando que todos os processos que foram mapeados foram objeto de otimização.
Responsável pela coleta:	Diretoria de Gestão Estratégica

Pessoas

Objetivo 1: Promover a melhoria das condições de Trabalho, Segurança e Saúde dos Trabalhadores no Cefet/RJ.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
------	------	------	------	------	------

[GPO1M1] Desenvolver os Programas de Avaliação e Gerenciamento de Riscos (PAGR).	10%	8%	10%	14%	8%
Responsável					
DIREG					
Como					
Elaborar os Programas de Avaliação e Gerenciamento de Riscos (PAGR); Iniciar a implantação dos Programas de Avaliação e Gerenciamento de Riscos (PAGR); Monitorar a implantação dos Programas de Avaliação e Gerenciamento de Riscos (PAGR).					
Riscos					
Aumento do número de demandas prioritárias do setor; Número insuficiente de servidores para execução da atividade.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[GPO1M2] Promover atividades de capacitação voltadas à saúde do trabalhador, com ênfase em segurança do trabalho e educação em saúde.	6%	11%	11%	11%	11%
Responsável					
DIREG					
Como					
Promover ações voltadas à educação em saúde; Promover ações em educação alimentar e nutricional; Promover treinamentos em saúde e segurança do trabalho; Promover incentivo a participação dos servidores na prática de atividades físicas.					
Riscos					
Aumento do número de demandas prioritárias do setor; Número insuficiente de servidores para execução da atividade.					
Meta Total	2020	2021	2022	2023	2024
Índice de Segurança e Saúde do Trabalhador (ISST)	16%	19%	21%	25%	19%
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Índice de Segurança e Saúde do Trabalhador (ISST)				
Objeto de mensuração:	Mede o nível de promoção de melhoria das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores				
Meta associada:	GPO1M1				
Fórmula de cálculo:	ISST _{anual} = (R / P)*100%				
Fonte:	DASPE				
Interpretação:	Sendo R o somatório dos percentuais de ações de promoção de melhoria das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores realizadas e P o somatório dos percentuais de ações de promoção de melhoria das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores planejadas para o período 2020-2024				
Responsável pela coleta:	DRH				
Observações:	O ISST totalizará 100% ao final dos 5 anos				
Objetivo 2: Reestruturar a gestão do Desenvolvimento de Pessoas para incrementar sua efetividade em relação às necessidades institucionais.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[GPO2M1] Aprimorar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas.	23%	10%	-	-	-
Responsável					
DIREG e DIGES					
Como					
Realizar Mapeamento de Competências; Realizar Diagnóstico de Competências; Aprimorar o instrumento de Levantamento de Necessidades de Capacitação; Aprimorar os processos e instrumentos de avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos e docentes.					
Riscos					

Insuficiência de servidores para execução da atividade.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[GPO2M2] Centralizar a gestão das capacitações institucionais e por centro de custo.	22%	6%	5%	-	-
Responsável					
DIREG					
Como					
Consolidar demandas de capacitação utilizando Diagnóstico de Competências, Avaliações de Desempenho (ADF e ADG) e Levantamento de Necessidades de Capacitação; Definir o processo de decisão sobre uso dos recursos de capacitação/ desenvolvimento.					
Riscos					
Insuficiência de servidores para execução da atividade.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[GPO2M3] Desenvolver e aprimorar programas de formação continuada, de educação formal, de qualidade de vida no trabalho e de desenvolvimento profissional em conformidade com os objetivos institucionais.	10%	10%	7%	3%	3%
Responsável					
DIREG e DIGES					
Como					
Reformular Programa de Educação Formal; Desenvolver Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; Desenvolver Programa de Formação Continuada em áreas críticas para o desenvolvimento institucional; Desenvolver Programa de Desenvolvimento Gerencial.					
Riscos					
Aumento do número de demandas prioritárias do setor; Número insuficiente de servidores para execução da atividade; Insuficiência de recursos financeiros.					
Meta Total	2020	2021	2022	2023	2024
Índice de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas (IGDP)	55%	26%	13%	3%	3%
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Índice de Capacitação e Qualificação (ICQ)				
Objeto de mensuração:	Mede o nível de consolidação das ações de capacitação e qualificação				
Meta associada:	GPO2M1				
Fórmula de cálculo:	$ICQ = (R / P) * 100\%$				
Fonte:	DICAP e CPPD				
Interpretação:	Sendo R o somatório dos percentuais de ações de consolidação de capacitação e qualificação realizadas e P o somatório dos percentuais de ações de capacitação e qualificação planejadas para o período 2020-2024				
Responsável pela coleta:	DRH				
Observações:	O ICQ totalizará 100% ao final dos 5 anos				
Objetivo 3: Estruturar modelo de gestão de pessoas que gere impactos positivos na qualidade do serviço prestado pela instituição.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[GPO3M1] Promover mecanismos de gestão participativa nos processos de tomada de decisão relativos à gestão de pessoas.	16,5%	16,5%	-	-	-
Responsável					
DIREG					
Como					

Compor corpo colegiado formalmente responsável por auxiliar a alta administração na tomada de decisões estratégicas relativas à gestão de pessoas, constituído por docentes e técnico-administrativos integrantes de diversas unidades organizacionais da instituição.

Riscos

Número insuficiente de servidores para execução da atividade;
Aumento do número de demandas prioritárias nos setores envolvidos.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[GPO3M2] Reestruturar os processos de trabalho do Departamento de Recursos Humanos.	16,5%	5,5%	4%	3%	3%

Responsável

Todos os *campi* DIREG

Como

Remodelar os processos de trabalho do DRH incluindo os *campi* na gestão de pessoas. Atualizar mapeamento de processos do DRH ; Remodelar os processos de trabalho do DRH incluindo os *campi* na gestão de pessoas; Capacitar servidores dos *campi* nas principais operações de RH

Riscos

Número insuficiente de servidores para execução da atividade;
Aumento do número de demandas prioritárias nos setores envolvidos. Número insuficiente de servidores para execução da atividade;
Aumento do número de demandas prioritárias nos setores envolvidos.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[GPO3M3] Estruturar o processo de Dimensionamento da Força de Trabalho.	7%	7%	7%	7%	7%

Responsável

DIREG

Como

Criar o Plano de Dimensionamento da Força de Trabalho.

Riscos

Número insuficiente de servidores para execução da atividade;
Aumento do número de demandas prioritárias nos setores envolvidos.

Meta Total	2020	2021	2022	2023	2024
Índice de Gestão de Pessoas (IGP)	40%	29%	11%	10%	10%

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Índice de Gestão de Pessoas (IGP)
Objeto de mensuração:	Mede o nível de estruturação do modelo de organização e Gestão de Pessoas
Meta associada:	GPO3M1
Fórmula de cálculo:	$IGP_{\text{Anual}} = (R / P) * 100\%$
Fonte:	DRH
Interpretação:	Sendo R o somatório dos percentuais de ações de estruturação do modelo de organização e Gestão de Pessoas realizadas e P o somatório dos percentuais de ações de estruturação do modelo de organização e Gestão de Pessoas planejadas para o período 2020-2024
Responsável pela coleta:	DRH
Observações:	O IGP totalizará 100% ao final dos 5 anos

Tecnologia da Informação

Objetivo 1: Expandir a infraestrutura e conectividade de TI

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[TIO1M1] Mapeamento dos ativos de redes	45%	60%	75%	90%	100%

Responsável

DIREG

Como					
1- Projeto de rede lógica - 40%; 2- Projeto da rede física - 30%; 3- Treinamento da Equipe - 10%; 4- Configuração dos equipamentos - 10%; 5- Teste, otimização e documentação do projeto -10%.					
Riscos					
1- Instabilidade da rede 2- Dificuldade de correção de falhas 3- Indisponibilidade do serviço 4- Impossibilidade de se ter uma visão ampla e gerencial da infraestrutura de TI					
Indicador					
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO			
Nome/Sigla:	PCPI - Percentual de conclusão do projeto				
Objeto de mensuração:	Mede o percentual de conclusão do projeto de estruturação da rede conforme modelo hierárquico em três camadas				
Meta associada:	TIO1M1				
Fórmula de cálculo:	$PCPI = \sum_{i=1}^n p$, onde n é o número de etapas do projeto, p o percentual de cada etapa concluída e $i = 1, \dots, n$				
Fonte:	DTINF				
Interpretação:	O indicador varia no intervalo contínuo de 0 a 100%				
Responsável pela coleta:	Comissão Temática de TI				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[TIO1M2] Modernizar e ampliar a cobertura de rede sem fio institucional	30%	45%	60%	75%	90%
Responsável					
DIREG					
Como					
1 - Mapear sinal do wifi na instituição - 5% 2 - Planejar redistribuição dos pontos de acesso existentes - 30% 3 - Instalar novos pontos para cobrir áreas de sombra e diminuir o número de usuários por AP - 15% 4 - Reestruturar redes wifi (SSIDs) existentes e padronizar - 20% 5 - Implantar a rede wifi eduroam em toda a instituição - 25% 6 - Implantar uma nova forma de acesso para os visitantes (via rede social por exemplo) - 10% 7 - Avaliar uma forma de gerência centralizada de APs alternativa ou gratuita -5%					
Riscos					
1 - Instabilidade ou inexistência de sinal wifi em alguns locais 2 - Mal aproveitamento dos APs existentes 3 - Excesso de usuários por AP 4 - Excesso de APs em alguns locais 5 - Dificuldades de acesso 6 - Falta de informação sobre o serviço 7 - Dependência de serviços ou equipamentos sem suporte					
Indicador					
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO			
Nome/Sigla:	PBAW - Percentual de conclusão do projeto de rede sem fio				
Objeto de mensuração:	Mede o percentual de conclusão do projeto de modernização e ampliação da cobertura de rede sem fio institucional				
Meta associada:	TIO1M2				
Fórmula de cálculo:	$PBAW = \sum_{i=1}^n p$, onde n é o número de etapas do projeto, p o percentual de cada etapa concluída e $i = 1, \dots, n$				
Fonte:	DTINF				
Interpretação:	O indicador varia no intervalo contínuo de 0 a 100%				
Responsável pela coleta:	Comissão Temática de TI				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[TIO1M3] Modernizar e ampliar a infraestrutura de datacenter	20%	40%	60%	80%	100%
Responsável					

DIREG						
Como						
1 - Instalação do gerador - 25% 2 - Melhorias na parte elétrica - 25% 3 - Implementar uma forma de refrigeração adequada para datacenter - 20% 4 - Fazer estrutura elétrica e divisória de <i>colocation</i> - 5% 5 - Implantar alta disponibilidade nos serviços críticos - 10% 6 - Fazer obras de melhoria (teto, janelas, porta) - 5% 7 - Implantar controle e vigilância de acesso - 2,5% 8 - Instalar sistemas de alarme/proteção contra incêndio - 2,5% 9 - Avaliar contratação de link de redundância - 5%						
Riscos						
1 - Interrupção de serviços sem planejamento 2 - Perda de dados da instituição 3 - Perda de equipamentos 4 - Menor disponibilidade de serviços 5 - Instabilidade ou parada da rede cabeada 6 - Instabilidade ou parada da rede wifi 7 - Deixar de atender projetos de pesquisa e extensão da instituição 8 - Demora ou não atendimento de incidentes a tempo						
Indicador						
Nº	DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:		PCDC - Percentual de conclusão do projeto de infraestrutura de data center				
Objeto de mensuração:		Mede o percentual de conclusão do projeto de modernização e ampliação da infraestrutura de datacenter				
Meta associada:		TIO1M3				
Fórmula de cálculo:		$PCDC = \sum_{i=1}^n p_i$, onde n é o número de etapas do projeto, p_i o percentual de cada etapa concluída e $i = 1, \dots, n$				
Fonte:		DTINF				
Interpretação:		O indicador varia no intervalo contínuo de 0 a 100%				
Responsável pela coleta:		Comissão Temática de TI				
Meta		2020	2021	2022	2023	2024
[TIO1M4] Modernizar e ampliar o cabeamento estruturado no campus Maracanã		20%	40%	60%	80%	100%
Responsável						
DIREG						
Como						
1 - Cabeamento do bloco B (550 pontos) - 22,3 %; 2 - Cabeamento do bloco E (700 pontos) - 28,3 %; 3 - Cabeamento do bloco H (150 pontos) - 6,1 %; 4 - Cabeamento do bloco I (70 pontos)- 2,9 %; 5 - Cabeamento do bloco L (100 pontos) - 4,0 %; 6 - Cabeamento do pavilhão I (250 pontos) - 10,1 %; 7 - Cabeamento do pavilhão II (70 pontos) - 2,9 %; 8 - Cabeamento do pavilhão III (80 pontos) - 3,2 %; 9 - Cabeamento do pavilhão IV (100 pontos) - 4,0 %; 10 - Cabeamento do pavilhão V (200 pontos) - 8,1 %; 11 - Cabeamento do pavilhão VI (150 pontos) - 6,1%; 12 - Cabeamento do CAE e Gráfica (50 pontos) - 2,0 %. OBS.: Em cada subitem de cabeamento está incluído projeto básico, realização da obra com infraestrutura, certificação dos pontos e documentação completa.						
Riscos						
1 - Falta de verba; 2 - Obras realizadas pela Prefeitura do Campus sem a comunicação, durante o projeto; 3 - Mudança de <i>layout</i> , durante ou após a execução do projeto.						
Indicador						
	DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				

Nome/Sigla:	PCCB – Percentual de conclusão do projeto de cabeamento estruturado
Objeto de mensuração:	Mede o percentual de conclusão do projeto de cabeamento estruturado no campus Maracanã.
Meta associada:	TIO2M1
Fórmula de cálculo:	$QSPD = \frac{\sum_{i=0}^n i}{n}$, onde n é o número de soluções implementadas e $i = 0, \dots, n$; A meta é $n \geq 10$
Fonte:	DTINF
Interpretação:	O indicador varia no intervalo contínuo de 0 a 100%
Responsável pela coleta:	Comissão Temática de TI

Objetivo 2: Promover o alinhamento das ações da área de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[TIO2M1] Prover soluções de TI para processos e comunicação	2	2	2	2	2

Responsável

DIREG

Como

- 1 - Definição das prioridades - 5%
- 2 - Levantamento de requisitos - 15%
- 3 - Elaboração do projeto (definindo cronograma, riscos, simulação de custos, possíveis aquisições e métricas de qualidade) - 10%
- 4 - Desenvolvimento e monitoramento do projeto - 50%
- 5 - Gestão de mudanças - 5%
- 6 - Testes e implementação - 5%
- 7 - Documentação - 5%
- 8 - Aceite - 5%

Riscos

- 1 - Evasão de pessoal
- 2 - Infraestrutura limitada e/ou ineficiente
- 3 - Surgimento de demandas não previstas com maior prioridade
- 4 - Feedback fora do prazo por parte do demandante

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	PCCB – Percentual de conclusão do projeto de cabeamento estruturado
Objeto de mensuração:	Mede o percentual de conclusão do projeto de cabeamento estruturado no campus Maracanã.
Meta associada:	TIO2M1
Fórmula de cálculo:	$QSPD = \frac{\sum_{i=0}^n i}{n}$, onde n é o número de soluções implementadas e $i = 0, \dots, n$; A meta é $n \geq 10$
Fonte:	DTINF
Interpretação:	O indicador varia no intervalo contínuo de 0 a 100%
Responsável pela coleta:	Comissão Temática de TI

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[TIO2M2] Capacitar os usuários nos serviços de TI	80	60	50	40	40

Responsável

DIREG

Como

- 1 - Levantamento das necessidades - 5%
- 2 - Planejamento do calendário de cursos - 5%
- 3 - Preparação dos conteúdos - 15%
- 4 - Aulas - 70%
- 5 - Avaliação - 5%

Riscos

- 1 - Falta de recursos financeiros;
- 2 - Falta de servidores capacitados para instrução.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	QSPD - Quantidade de soluções implementadas

Objeto de mensuração:	Mede a quantidade de soluções de TI implementadas para processos e comunicação				
Meta associada:	TIO1M4				
Fórmula de cálculo:	PCCB = , onde n é o número de etapas do projeto, p o percentual de cada etapa concluída e $i = 1, \dots, n$;				
Fonte:	DTINF				
Interpretação:	O indicador varia no intervalo inteiro de 0 a n				
Responsável pela coleta:	Comissão Temática de TI				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[TIO2M3] Incentivar o desenvolvimento de projetos de extensão e iniciação científica na área de TI para atender a demandas institucionais	2	2	2	2	2
Responsável					
DIREG					
Como					
1 - Levantamento das necessidades - 5% 2 - Seleção de projetos - 10% 3 - Seleção de bolsistas - 10% 4 - Monitoria - 70% 5 - Avaliação - 5%					
Riscos					
1 - Falta de servidores para orientar os bolsistas e projetos; 2 - Não aceitação do projeto para obtenção de bolsas; 3 - Evasão de aluno; 4 - Não finalização do projeto;					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	NPDD - Número de projetos desenvolvidos na área de TI				
Objeto de mensuração:	Mede o número de projetos desenvolvidos na área de TI para atender a demandas institucionais				
Meta associada:	TIO2M3				
Fórmula de cálculo:	NPDD = $\sum_{j=0}^n j$, onde n é o número de projetos desenvolvidos na área de TI e $j = 0, \dots, n$; Meta $n \geq 10$				
Fonte:	DTINF				
Interpretação:	O indicador varia no intervalo inteiro de 0 a n				
Responsável pela coleta:	Comissão Temática de TI				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[TIO2M4] Ampliar o número de licenças de softwares para ensino, pesquisa, extensão e gestão	40%	60%	70%	80%	90%
Responsável					
DIREG					
Como					
1-Elaborar novo mapeamento de laboratórios - 10% 2-Elaborar levantamento de demanda junto aos responsáveis. - 25% 3-Adquirir o software - 20% 4- Criar plano de ação de implantação - 35% 5 - Software para controle das licenças - 10%					
Riscos					
1-Uso de ferramentas defasadas. 2-Ausência de ferramenta adequada ao desenvolvimento das tarefas 3- Indisponibilidade dos softwares para instalação					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	PLSD - percentual de licenças de softwares existentes				
Objeto de mensuração:	Mede o percentual de licenças de softwares existentes na instituição				
Meta associada:	TIO2M4				
Fórmula de cálculo:	PLSD = $(100 * lic_atendidas) / total_lic$, onde $lic_atendidas$ é o número de licenças adquiridas e $total_lic$ é o				

	total de licenças necessárias para a instituição após levantamento realizado, ambas variáveis deverão ser inteiras.
Fonte:	DTINF
Interpretação:	O indicador varia no intervalo contínuo de 0 a 100
Responsável pela coleta:	Comissão Temática de TI

Objetivo 3: Adequar a gestão de TI às novas exigências de governança de TI

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[TIO3M1] Ampliar a colaboração do Cefet/RJ para o atendimento das metas da Estratégia Geral da Governança de TI (EGTI)	50%	55%	60%	65%	70%

Responsável

DIREG

Como

- 1- Levantamento das metas de TI- 20%;
- 2 - Elaboração do Plano de ação - 20%;
- 3 - Plano de divulgação- 20%.
- 4 - Execução das metas - 40%

Riscos

- 1 - Avaliação baixa do iGov TI pelo TCU;
- 2 - Não reconhecimento da maturidade de governança frente às outras instituições de ensino federal
- 3 - Dificuldade em posicionar a TI estrategicamente na instituição.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	PMPG – Percentual de atendimento de metas propostas pela EGTI
Objeto de mensuração:	Mede o percentual de metas propostas pela EGTI atendidas pelo Cefet/RJ
Meta associada:	TIO3M1
Fórmula de cálculo:	$PMPG = \frac{ma*100}{mti}$, onde <i>ma</i> é o número de metas alcançadas e <i>mti</i> é o número de metas propostas pela EGTI
Fonte:	DTINF
Interpretação:	O indicador varia no intervalo contínuo de 0 a <i>n</i>
Responsável pela coleta:	Comissão Temática de TI

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[TIO3M2] Aprimorar a qualidade dos serviços de TI com a implantação do PDTIC	50%	60%	70%	80%	90%

Responsável

DIREG

Como

- 1- Levantamento das métricas de qualidade de serviço e de experiência do usuário consideradas relevantes - 30%;
- 2- Elaboração e aplicação dos instrumentos de avaliação - 30%;
- 3- Medição do QoE (*Quality of Experience*), ou seja, o grau de satisfação dos usuários com os serviços de TI - 40%.

Riscos

- 1- Insatisfação com os serviços de TI oferecidos;
- 2- Perda de credibilidade nos serviços oferecidos.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	PNSG - Percentual do nível de satisfação com os serviços
Objeto de mensuração:	Mede o percentual do nível de satisfação com os serviços avaliados
Meta associada:	TIO3M2
Fórmula de cálculo:	$PMPG = \left(\frac{\sum_{j=0}^n sat}{n} * 100 \right) / 10$, onde <i>sat</i> é a nota de satisfação com os serviços avaliados e deve ser um número inteiro entre zero e dez; <i>n</i> é o total de serviços avaliados. OBS: o valor zero representa 0% de satisfação com os serviços avaliados e 10 representa 100%.
Fonte:	DTINF

Interpretação:	O indicador varia no intervalo contínuo de 0 a 100
Responsável pela coleta:	Comissão Temática de TI

Internacionalização

Objetivo 1: Ampliar a participação do Cefet/RJ no cenário internacional.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[INO1M1] Expandir convênios e acordos estimulando parcerias internacionais.	71	72	73	74	75

Responsável

DIREG

Como

- Manter e ampliar o escopo dos convênios e acordos de cooperação atualmente existentes;
- Estabelecer novos convênios e acordos de cooperação técnica com Instituições internacionais de reconhecido prestígio acadêmico;
- Estruturar um setor específico, sob a supervisão da ASCRI, para gerenciar e acompanhar convênios e acordos de cooperação internacional envolvendo o CEFET/RJ;
- Prospectar potenciais novos parceiros internacionais a partir das competências estabelecidas no CEFET/RJ.

Riscos

Redução do orçamento alocado para as atividades de internacionalização. Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de internacionalização

Indicador 1

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Convênios e acordos internacionais/CAI.
Objeto de mensuração:	Número de convênios e acordos internacionais.
Meta associada:	[INO1M1]
Fórmula de cálculo:	Número de convênios e acordos internacionais formalizados com o Cefet/RJ.
Fonte:	ASCRI
Interpretação:	Este indicador mede a quantidade de convênios e acordos internacionais.
Responsável pela coleta:	ASCRI

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[INO1M2] Aumentar a mobilidade de docentes e técnico-administrativos para o exterior.	16	20	24	28	32

Responsável

DIREG

Como

- Adotar ações previstas nos Planos de Capacitação de Docentes e Técnicos-Administrativos do CEFET/RJ, baseados na regulamentação interna para afastamento de servidores da Instituição, priorizando a capacitação realizada no exterior;
- Realizar um mapeamento das demandas de capacitação da Instituição visando planejar e estimular sua realização no exterior;
- Prover a contratação de substitutos para os docentes que forem fazer capacitação ou realização de missões de trabalho no exterior;
- Divulgar editais e mecanismos de financiamento para capacitação e mobilidade no exterior.

Riscos

Redução do orçamento alocado para as atividades de internacionalização. Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de internacionalização

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Servidores que realizaram mobilidade para o exterior/RME.
Objeto de mensuração:	Número de servidores (docentes e técnico-administrativos) que realizaram mobilidade para o exterior.
Meta associada:	[INO1M2]
Fórmula de cálculo:	Número de servidores (docentes e técnico-administrativos) que realizaram mobilidade para cursos de capacitação e missões de trabalho no exterior.
Fonte:	ASCRI

Interpretação:	Este indicador permite visualizar o número de servidores do Cefet/RJ em mobilidade.				
Responsável pela coleta:	ASCRI				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[INO1M3] Aumentar a participação do Cefet/RJ em eventos, projetos e associações internacionais.	18	26	34	44	54
Responsável					
DIREG					
Como					
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar e estimular a participação de representantes do CEFET/RJ em fóruns e redes interinstitucionais e internacionais relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão; Apoiar e financiar a organização, participação e filiação do CEFET/RJ em eventos e associações internacionais; Apoiar a participação em programas nacionais e internacionais de fomento à Internacionalização. 					
Riscos					
Redução do orçamento alocado para as atividades de internacionalização. Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de internacionalização					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Servidores que participaram de eventos no exterior/PEE.				
Objeto de mensuração:	Número de servidores (docentes e técnico-administrativos) que participaram de eventos no exterior.				
Meta associada:	[INO1M3]				
Fórmula de cálculo:	Número de servidores (docentes e técnico-administrativos) que participaram de eventos, projetos e associações internacionais no exterior.				
Fonte:	ASCRI				
Interpretação:	Este indicador mede a participação dos servidores do Cefet/RJ em eventos internacionais.				
Responsável pela coleta:	ASCRI				
Objetivo 2: Consolidar uma ambiência acadêmica capaz de promover e sustentar o processo de Internacionalização.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[INO2M1] Sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica em relação à internacionalização.	1	1	1	1	1
Responsável					
DIREG					
Como					
<ul style="list-style-type: none"> Promover eventos, discussões e debates em relação ao processo de Internacionalização; Criar a Semana da Internacionalização do CEFET/RJ reunindo atores internos e externos para troca de experiências e divulgação de oportunidades; Inserir nos currículos dos cursos temáticas relacionadas à multiculturalismo e multidiversidade. 					
Riscos					
Redução do orçamento alocado para as atividades de internacionalização. Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de internacionalização					
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Eventos realizados no Cefet/RJ voltados para a internacionalização/ERI.				
Objeto de mensuração:	Número de eventos realizados no Cefet/RJ voltados para internacionalização.				
Meta associada:	[INO2M1]				
Fórmula de cálculo:	Soma de eventos realizados no Cefet/RJ voltados para a internacionalização.				
Fonte:	DIREG, Diretorias sistêmicas e todos os <i>campi</i> .				
Interpretação:	Este indicador mostra a quantidade de eventos realizados para a divulgação de ações de internacionalização no Cefet/RJ.				
Responsável pela coleta:	ASCRI				
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[INO2M2] Estimular e ampliar a participação de docentes e discentes estrangeiros no Cefet/RJ.	54	58	62	66	70

Responsável
DIREG

Como

- Aumentar a oferta de disciplinas e de material didático em outros idiomas;
- Disponibilizar páginas dos cursos, manuais e demais documentos institucionais em outros idiomas;
- Ampliar convênios que permitam a dupla titulação de modo a atrair discentes estrangeiros;
- Estabelecer novos convênios e ampliar os existentes com instituições do exterior visando à realização de missões de trabalho e estudos no CEFET/RJ;
- Ofertar vagas para alunos estrangeiros em editais de processo de seleção para os cursos existentes.

Riscos

Redução do orçamento alocado para as atividades de internacionalização. Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de internacionalização

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Professores, pesquisador e alunos estrangeiros no Cefet/RJ/PPAE.
Objeto de mensuração:	Número de professores/pesquisadores estrangeiros no Cefet/RJ e número de alunos do exterior realizando cursos no Cefet/RJ
Meta associada:	[INO2M2]
Fórmula de cálculo:	Somatório do número de professores/pesquisadores estrangeiros e alunos do exterior no Cefet/RJ.
Fonte:	ASCRI
Interpretação:	Este indicador mostra o número de professores/pesquisadores e alunos estrangeiros no CEFET/RJ
Responsável pela coleta:	ASCRI

Objetivo 3: Formar recursos humanos preparados para atuação global

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[INO3M1] Ampliar a mobilidade de discentes para o exterior	144	148	152	158	166

Responsável

DIREG

Como

- Aumentar a participação ativa dos alunos do CEFET/RJ em instituições estrangeiras de reconhecido prestígio acadêmico;
- Estimular e preparar os docentes e discentes para a vivência no exterior.

Riscos

Redução do orçamento alocado para as atividades de internacionalização. Mudanças das políticas internas e externas de apoio às atividades de internacionalização

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Alunos em atividades no exterior/AAE.
Objeto de mensuração:	Número de alunos do Cefet/RJ em intercâmbio e em outras atividades no exterior.
Meta associada:	[INO3M1]
Fórmula de cálculo:	Número total de alunos do Cefet/RJ em intercâmbio e em outras atividades no exterior.
Fonte:	ASCRI
Interpretação:	Este indicador mostra o número de alunos do Cefet/RJ em intercâmbio e outras atividades no exterior.
Responsável pela coleta:	ASCRI

Infraestrutura: Arquivo

Objetivo 1: Atendimento às demandas referentes ao levantamento da produção documental, visando o processo de análise de documentos de arquivo e seu diagnóstico.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[AQO1M1] Propor a elaboração de uma política e um programa de gestão de documentos.	0%	5%	5%	10%	10%

Responsável

DIREG						
Como						
Diagnosticar a produção documental; Planejar o programa de gestão documental; Executar o planejamento do programa de gestão documental.						
Riscos						
Falta de pessoal para o desenvolvimento da ação; Restrição orçamentária.						
Indicador						
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:		Percentual de unidades organizacionais das Diretorias Sistêmicas atingidas pelo levantamento de gestão documental.				
Objeto de mensuração:	de	Mede o percentual de unidades organizacionais atingidas pelo levantamento da gestão documental.				
Meta associada:		AQO1M1				
Fórmula de cálculo:		Número de unidades organizacionais atingidas pelo levantamento da gestão documental / Número total de unidades organizacionais.				
Fonte:		Arquivo Campus Sede				
Interpretação:		Quanto maior o percentual apurado, melhor.				
Responsável pela coleta:	pela	Arquivo Geral				
Objetivo 2: Promover melhorias na estrutura física dos Arquivos do Sistema <i>Multicampi</i>						
Meta		2020	2021	2022	2023	2024
[AQO2M1] Disponibilização e reestruturação adequada de espaço físico para o Arquivo Geral e Arquivos Setoriais nos <i>Campi</i> .		3	2	1	1	1
Responsável						
DIREG						
Como						
Planejando junto aos setores responsáveis a reestruturação e disponibilização dos espaços físicos.						
Riscos						
Falta de engajamento institucional.						
Indicador						
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:		Quantitativo de disponibilização e/ou reestruturação do espaço físico dos Arquivos da Instituição				
Objeto de mensuração:	de	Mede o quantitativo de disponibilização e reestruturação do espaço físico dos Arquivos da Instituição				
Meta associada:		AQO2M1				
Fórmula de cálculo:		Número do espaço física de arquivos disponibilizados e/ou reestruturados				
Fonte:		Arquivo Campus Sede e Arquivos <i>Campi</i>				
Interpretação:		Quanto maior o resultado apurado, melhor.				
Responsável pela coleta:	pela	Arquivo Geral				

Infraestrutura: Biblioteca						
Objetivo 1: Consolidação do repositório institucional digital.						
Meta		2020	2021	2022	2023	2024
[BCO2M1] Consolidar o repositório institucional digital até 2024.		-	-	-	-	1
Responsável						
DIREG						
Como						
Reuniões periódicas, com atas, com a DTINF e DIPPG; Implementação do repositório.						
Riscos						
Falta de espaço no servidor institucional;						

Dificuldades operacionais ou técnicas para o lançamento do repositório.	
Indicador	
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Repositório institucional implementado
Objeto de mensuração:	Mede o nível de evolução do projeto
Meta associada:	BCO1M1
Fórmula de cálculo:	Quantidade de repositório institucional implementado.
Fonte:	Biblioteca
Interpretação:	
Responsável pela coleta:	Biblioteca Central.

Objetivo 2: Atualizar, garantir a segurança e expandir o acervo bibliográfico institucional.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[BCO2M1] Atender a projeção da evolução do acervo bibliográfico prevista no planejamento, atualização e segurança.	100%	100%	100%	100%	100%

Responsável

DIREG

Como

Adquirir os itens de acervo bibliográfico projetados para o ano;
Aquisição e manutenção de dispositivos de segurança.

Riscos

Contingenciamentos de recursos orçamentários;
Falência da empresa.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Acervo bibliográfico do Cefet/RJ
Objeto de mensuração:	Acervo bibliográfico (títulos, exemplares e periódicos) do acervo existente mais o que se pretende adquirir.
Meta associada:	BCO2M1
Fórmula de cálculo:	(Quantidade do acervo bibliográfico contabilizado no ano / pela quantidade do acervo bibliográfico projetado para o ano) * 100.
Fonte:	Biblioteca
Interpretação:	Mede o atingimento do projetado para o acervo bibliográfico
Responsável pela coleta:	Biblioteca Central e <i>campi</i>

Infraestrutura: Prefeitura

Objetivo 1: Elaboração de obras para permitir a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os ambientes do Cefet/RJ.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[PFO1M1] Atender às ações destinadas às obras de acessibilidade.	20%	40%	60%	80%	100%

Responsável

DIREG

Como

Executar o planejado no Plano Diretor de Obras do Cefet/RJ no que tange a acessibilidade.

Riscos

Restrições orçamentárias e técnicas para a execução das obras.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Obras de acessibilidade executadas
Objeto de mensuração:	Mede o nível de implantação das obras de acessibilidade nos ambientes do Cefet/RJ.

Meta associada:	PFO1M1
Fórmula de cálculo:	Considera a medição em percentual nas planilhas das obras= X/Y
Fonte:	Empresa Contratada / Prefeitura
Interpretação:	O percentual de obras executadas varia de acordo com a evolução dos serviços prestados. Inicial - 0% até final - 100%; X – representa o volume de obra medida na planilha. Y – representa o volume total de obra planejada. Quando maior o valor de X, maior será o percentual de obra executada.
Responsável pela coleta:	Prefeitura

Tema transversal: Sustentabilidade Ambiental

Objetivo 1: Fortalecer a sustentabilidade ambiental na instituição

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[SAO1M1] Atender aos eixos da A3P	3	4	5	6	7

Responsável

Todos os <i>campi</i>	DIGES
-----------------------	-------

Como

Preenchimento da planilha das ações sustentáveis relacionadas aos eixos temáticos da A3P: Compras e contratações sustentáveis; Economia e conservação de energia elétrica; Gerenciamento e uso sustentável de água e efluente; Gestão adequada de resíduos sólidos; Obras e construções sustentáveis; Deslocamento de pessoal e Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo.	Avaliação da eficiência no atendimento das ações sustentáveis relacionadas aos eixos temáticos da A3P, que se encontram na planilha das ações sustentáveis.
---	---

Riscos

Restrição de pessoal e orçamentária.	Restrição de pessoal e orçamentária.
--------------------------------------	--------------------------------------

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Quantidade de ações sustentáveis realizadas
Objeto de mensuração:	Quantidade de ações (eventos/ atividades/ oficinas/ workshops etc.) relacionados aos eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que ao todo são: Compras e contratações sustentáveis, Economia e conservação de energia elétrica, Gerenciamento e uso sustentável de água e efluente, Gestão adequada de resíduos sólidos, Obras e construções sustentáveis; Deslocamento de pessoal e Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo
Meta associada:	SAO1M1
Fórmula de cálculo:	Quantidade de ações realizadas
Fonte:	Comissão de Sustentabilidade Institucional
Interpretação:	Quanto maior a quantidade de eventos que visem atender aos eixos da A3P, melhor
Responsável pela coleta:	Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI) e a Comissão de Sustentabilidade Ambiental Institucional (COSAI).

Tema transversal: Direitos Humanos

Objetivo 1: Instituir e fortalecer uma Política de Ação Afirmativa institucional que contemple as populações negras, quilombolas, indígenas, imigrantes, LGBT, pessoas com deficiências, idosos e/ou mulheres

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[DHO1M1] Elaboração da Política de Ação Afirmativa até 2021 e Divulgação da Política através de eventos	25%	50%	68,75%	87,5%	100%

Responsável

Comitê do Pacto Universitário dos Direitos Humanos
--

Como

Elaboração de 50% da Política de Ação Afirmativa; Elaboração de 50% da Política de Ação Afirmativa; Divulgação da Política de Ação Afirmativa em 3 <i>campi</i> por meio de eventos e/ou reuniões; Divulgação da Política de Ação Afirmativa em 3 <i>campi</i> por meio de eventos e/ou reuniões;
--

Divulgação da Política de Ação Afirmativa em 2 *campi* por meio de eventos e/ou reuniões.

Riscos

Sobrecarga de trabalho;
Dissolução do Comitê de Direitos Humanos;
Resistência institucional para elaborar uma Política de Ação Afirmativa.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Índice de disseminação da Política de Ação Afirmativa
Objeto de mensuração:	Mede o nível de disseminação da Política de Ação Afirmativa do Cefet/RJ
Meta associada:	DHO1M1
Fórmula de cálculo:	Plano de trabalho realizado/ Plano de trabalho total para o período de 2020-2024
Fonte:	Comitê de Direitos Humanos do Cefet/RJ
Interpretação:	Percentual do plano de ação realizado. Quanto maior o percentual, melhor
Responsável pela coleta:	Comitê de Direitos Humanos do Cefet/RJ
Observações:	25% = elaboração de metade da Política de Ação Afirmativa 18,75% = realização de 03 eventos para divulgação da Política de Ação Afirmativa 12,5% = realização de 02 eventos para divulgação da Política de Ação Afirmativa Observação: Índice cumulativo

Objetivo 2: Garantir a discussão dos Direitos Humanos e da diversidade em atividades de ensino, pesquisa e extensão em parceria com os movimentos sociais e representações da sociedade civil

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[DHO2M1] Realização de eventos <i>multicampi</i>	1	1	1	1	1

Responsável

Comitê do Pacto Universitário dos Direitos Humanos

Como

Contatar os representantes dos movimentos sociais que poderão participar dos referidos eventos;
Planejar, organizar, divulgar e executar os eventos.

Riscos

Não participação dos movimentos e instituições sociais nos eventos;
Divulgação ineficiente;
Falta de articulação interna;
Dissolução do Comitê de Direitos Humanos;
Não participação de forma sistêmica (*multicampi*).

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Quantidade de eventos <i>multicampi</i> realizados
Objeto de mensuração:	Mede a quantidade de eventos <i>multicampi</i> sobre a temática Direitos Humanos realizados nos <i>campi</i> do Cefet/RJ
Meta associada:	DHO2M1
Fórmula de cálculo:	Quantidade de eventos <i>multicampi</i> realizados
Fonte:	Comitê de Direitos Humanos do Cefet/RJ
Interpretação:	Quantidade de eventos de Direitos Humanos realizados no Cefet/RJ
Responsável pela coleta:	Comitê de Direitos Humanos do Cefet/RJ

Tema transversal: Arte e Cultura

Objetivo 1: Instituir e fortalecer uma Política de Ação Afirmativa institucional que contemple as populações negras, quilombolas, indígenas, imigrantes, LGBT, pessoas com deficiências, idosos e/ou mulheres

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[DHO1M1] Elaboração da Política de Ação Afirmativa até 2021 e Divulgação da Política através de eventos	25%	50%	68,75%	87,5%	100%

Responsável

Comitê do Pacto Universitário dos Direitos Humanos

Como

Elaboração de 50% da Política de Ação Afirmativa;
 Elaboração de 50% da Política de Ação Afirmativa;
 Divulgação da Política de Ação Afirmativa em 3 *campi* por meio de eventos e/ou reuniões;
 Divulgação da Política de Ação Afirmativa em 3 *campi* por meio de eventos e/ou reuniões;
 Divulgação da Política de Ação Afirmativa em 2 *campi* por meio de eventos e/ou reuniões.

Riscos

Sobrecarga de trabalho;
 Dissolução do Comitê de Direitos Humanos;
 Resistência institucional para elaborar uma Política de Ação Afirmativa.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Índice de disseminação da Política de Ação Afirmativa
Objeto de mensuração:	Mede o nível de disseminação da Política de Ação Afirmativa do Cefet/RJ
Meta associada:	DHO1M1
Fórmula de cálculo:	Plano de trabalho realizado/ Plano de trabalho total para o período de 2020-2024
Fonte:	Comitê de Direitos Humanos do Cefet/RJ
Interpretação:	Percentual do plano de ação realizado. Quanto maior o percentual, melhor
Responsável pela coleta:	Comitê de Direitos Humanos do Cefet/RJ
Observações:	25% = elaboração de metade da Política de Ação Afirmativa 18,75% = realização de 03 eventos para divulgação da Política de Ação Afirmativa 12,5% = realização de 02 eventos para divulgação da Política de Ação Afirmativa Observação: Índice cumulativo

Objetivo 2: Garantir a discussão dos Direitos Humanos e da diversidade em atividades de ensino, pesquisa e extensão em parceria com os movimentos sociais e representações da sociedade civil

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[DHO2M1] Realização de eventos <i>multicampi</i>	1	1	1	1	1

Responsável

Comitê do Pacto Universitário dos Direitos Humanos

Como

Contatar os representantes dos movimentos sociais que poderão participar dos referidos eventos;
 Planejar, organizar, divulgar e executar os eventos.

Riscos

Não participação dos movimentos e instituições sociais nos eventos;
 Divulgação ineficiente;
 Falta de articulação interna;
 Dissolução do Comitê de Direitos Humanos;
 Não participação de forma sistêmica (*multicampi*).

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Quantidade de eventos <i>multicampi</i> realizados
Objeto de mensuração:	Mede a quantidade de eventos <i>multicampi</i> sobre a temática Direitos Humanos realizados nos <i>campi</i> do Cefet/RJ
Meta associada:	DHO2M1
Fórmula de cálculo:	Quantidade de eventos <i>multicampi</i> realizados
Fonte:	Comitê de Direitos Humanos do Cefet/RJ
Interpretação:	Quantidade de eventos de Direitos Humanos realizados no Cefet/RJ
Responsável pela coleta:	Comitê de Direitos Humanos do Cefet/RJ

Objetivo 1: Desenvolver, através da prática esportiva e atividades físico culturais, o respeito às diferenças, o senso de coletividade, a autonomia, a inclusão de todos e a educação integral.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EPO1M1] Participar de olimpíadas ou jogos universitários ou da rede.	1	1	1	1	1
Responsável					
Todos os <i>campi</i>		DIREN			
Como					
Incentivar a participação dos alunos e servidores da área de Educação Física em olimpíadas ou jogos universitários ou da rede.		Pensar e realizar os programas e atividades.			
Riscos					
Restrições orçamentárias; Falta de infraestrutura necessária para a prática de esportes; Falta de engajamento da comunidade acadêmica.		Restrições orçamentárias; Falta de infraestrutura necessária para a prática de esportes; Falta de engajamento da comunidade acadêmica.			
Indicador					
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO			
Nome/Sigla:	Quantidade de olimpíadas ou jogos universitários ou da rede que os alunos do Cefet/RJ participaram				
Objeto de mensuração:	Mede a quantidade de olimpíadas ou jogos universitários ou da rede que os alunos do Cefet/RJ participaram				
Meta associada:	EPO1M1				
Fórmula de cálculo:	Σx , onde x= quantidade de olimpíadas ou jogos universitários ou da rede que os alunos do Cefet/RJ participaram				
Fonte:	Coordenação de Educação Física				
Interpretação:	O indicador será calculado pelo somatório do número de olimpíadas ou jogos universitários ou da rede que os alunos do Cefet/RJ participaram. Assim sendo, quanto maior o valor do indicador melhor será o resultado alcançado.				
Responsável pela coleta:	Coordenação de Educação Física do Cefet/RJ				

Objetivo 2: Discutir cultura geral, cultura corporal, consciência corporal e práticas corporais.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[EPO2M1] Realizar eventos, palestras ou atividades similares no Cefet/RJ.	1	1	1	1	1
Responsável					
Todos os <i>campi</i>		DIREN			
Como					
Garantir a participação de representante do campus nas atividades institucionais realizadas sobre esporte.		Pensar e realizar os programas e atividades.			
Riscos					
Incompatibilidade de agendas; Restrições orçamentárias.		Restrições orçamentárias; Falta de infraestrutura necessária para a prática de esportes; Falta de engajamento da comunidade acadêmica.			
Indicador					
DETALHAMENTO		DESCRIÇÃO			
Nome/Sigla:	Quantidade de eventos, palestras ou atividades similares realizadas no Cefet/RJ				
Objeto de mensuração:	Mede a quantidade de eventos, palestras ou atividades similares realizadas no Cefet/RJ				
Meta associada:	EPO2M1				
Fórmula de cálculo:	Σx , onde x= quantidade de eventos, palestras ou atividades similares realizadas no Cefet/RJ				
Fonte:	Coordenação de Educação Física				
Interpretação:	O indicador será calculado pelo somatório do número de eventos, palestras ou atividades similares realizadas no Cefet/RJ. Assim sendo, quanto maior o indicador melhor é o resultado.				
Responsável pela coleta:	Coordenação de Educação Física				

Tema transversal: Comunicação Institucional

Objetivo 1: Solucionar desafios e problemas de comunicação, contribuindo, assim, para o fortalecimento da imagem da organização, o cumprimento da sua missão institucional e o relacionamento com seus públicos de interesse.

Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[CIO1M1] Melhorar o índice de satisfação do público com a comunicação institucional.	2%	2%	2%	2%	2%

Responsável

DIREG

Como

Gerenciar a imagem e a identidade institucionais:

identificar a atual imagem da marca Cefet/RJ com relação aos públicos prioritários;
colaborar com os gestores na definição de uma identidade institucional;
criar e produzir material para reposicionamento da marca (material promocional e padronização das fachadas de todos os *campi*);
realizar ações de capacitação da equipe (cursos e eventos).

Gerenciar o relacionamento com a mídia:

realizar *media training* para a diretoria;
aprimorar o *clipping* e sua avaliação;
atualizar o *mailing* de imprensa;
manter e atualizar o banco de fontes;
produzir e enviar *releases* e sugestões de pauta para a mídia;
realizar ações de capacitação da equipe (cursos e eventos).

Gerenciar a comunicação digital:

planejar e solicitar ao DTINF a criação de um formulário no *site* que direcione os *e-mails* para os setores responsáveis pelas informações;
definir rotina de monitoramento das redes sociais;
manter a produção de conteúdo para as mídias digitais;
zelar pelo cumprimento dos manuais publicados pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República e do Guia de Normas e Procedimentos Internos de Comunicação;
realizar ações de capacitação da equipe (cursos e eventos).

Gerenciar a comunicação interna e os projetos de relações públicas:

manter e aprimorar a Intranet;
manter e aprimorar o Projeto Medalhas;
criar o projeto “Direção Itinerante”, de visita aos diversos *campi* da instituição;
planejar e organizar eventos;
realizar ações de capacitação da equipe (cursos e eventos).

Reformular a sinalização dos *campi*:

visitar e mapear os *campi*;
gerar *layouts*;
produzir sinalização;
realizar ações de capacitação da equipe (cursos e eventos).

Manter a produção de conteúdo para os canais de comunicação institucionais contínuos e/ou regulares:

produzir e divulgar o informativo de notícias;
revisar e diagramar, semestralmente, a revista *Tecnologia & Cultura*;
planejar e solicitar ao DTINF a criação de um banco de imagens;
atender aos chamados recebidos por meio de publicações no *site*, na Intranet e nos *e-mails* institucionais e produção de material de programação visual;
realizar ações de capacitação da equipe (cursos e eventos).

Planejar e controlar a comunicação organizacional:

atualizar o Plano de Comunicação;
acompanhar o índice de satisfação com a comunicação institucional presente na “Pesquisa de autoavaliação institucional”;
atualizar o “Guia de normas e procedimentos internos de comunicação”;
realizar ações de capacitação da equipe (cursos e eventos).

Riscos

Gerenciar a imagem e a identidade institucionais:

identificação incorreta da imagem;
não colaboração dos gestores da instituição;
definição de uma identidade equivocada;

produção de material não condizente com a identidade;
 orçamento insuficiente para produção de material;
 problemas com o fornecedor do material;
 orçamento insuficiente;
 problemas com as empresas realizadoras dos cursos.

Gerenciar o relacionamento com a mídia:

impossibilidade ou não interesse da diretoria no treinamento;
 carência de servidores, devido a não reposição de cargos vagos;
 falta de adesão dos professores;
 falta de interesse da mídia nos conteúdos enviados;
 orçamento insuficiente;
 problemas com as empresas realizadoras dos cursos.

Gerenciar a comunicação digital:

impossibilidade de colaboração do DTINF;
 impossibilidade de utilização de ferramentas pagas;
 carência de servidores, devido à não reposição de cargos vagos;
 fim ou encolhimento das redes sociais atualmente utilizadas e surgimento de novas, ainda desconhecidas;
 não cumprimento das normas pelos servidores;
 mudanças frequentes das normas da SECOM;
 orçamento insuficiente;
 problemas com as empresas realizadoras dos cursos.

Gerenciar a comunicação interna e os projetos de relações públicas:

impossibilidade de colaboração do DTINF;
 orçamento insuficiente;
 impossibilidade ou não interesse do CODIR em realizar o projeto;
 impossibilidade ou não interesse das diretorias em participar do projeto;
 impossibilidade ou não interesse da direção em realizar os eventos;
 problemas com as empresas realizadoras dos cursos.

Reformular a sinalização dos campi:

impossibilidade de visitar os *campi in loco*;
 mudanças na infraestrutura dos *campi* após visita e estudos, alterando o planejamento da sinalização;
 orçamento insuficiente para produção de material;
 problemas com a produção, entrega ou instalação;
 fornecedor não cumprir o serviço;
 orçamento insuficiente;
 problemas com as empresas realizadoras dos cursos.

Manter a produção de conteúdo para os canais de comunicação institucionais contínuos e/ou regulares:

carência de servidores, devido à não reposição de cargos vagos;
 não recebimento dos artigos destinados à publicação na revista;
 problema técnicos no Sistema de Chamados e na rede;
 orçamento insuficiente;
 problemas com as empresas realizadoras dos cursos.

Planejar e controlar a comunicação organizacional:

carência de servidores, devido à não reposição de cargos vagos;
 falta de visão da comunicação como estratégica dentro da instituição;
 não realização da pesquisa ou não divulgação dos dados pela DIREN;
 orçamento insuficiente;
 problemas com as empresas realizadoras dos cursos.

Indicador

DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO
Nome/Sigla:	Índice de satisfação com a comunicação institucional
Objeto de mensuração:	Mede o nível de satisfação dos servidores (docentes e técnico-administrativos), alunos de graduação e alunos de pós-graduação com a comunicação institucional.
Meta associada:	[CIO1M1]
Fórmula de cálculo:	$100 \cdot S \cdot R$
Fonte:	Pesquisa de autoavaliação institucional
Interpretação:	O indicador varia no intervalo contínuo de 0 a 100%. Quanto mais próximo de 100, melhor. Onde S = número de respondentes satisfeitos com a comunicação institucional e R = número total de respondentes.

Responsável pela coleta:	Diretoria de Ensino (DIREN).
--------------------------	------------------------------

Tema transversal: Comunicação Científica					
Objetivo 1: Fortalecer a comunicação científica do CEFET/RJ.					
Meta	2020	2021	2022	2023	2024
[CCO1M1] Expandir o quantitativo de artigos internacionais publicados nas revistas do Cefet/RJ.	10%	15%	20%	25%	25%
Responsável					
Campus Nova Iguaçu		DIGES			
Como					
Capacitação para a atualização da plataforma da Revista Tecnologia e Cultura; Ampliar os veículos de divulgação da revista para a comunidade científica no Brasil; Atualizar e expandir o corpo editorial da revista visando sua internacionalização; Tornar a periodicidade da revista para quadrimestral; Ampliar os indexadores para a revista almejando uma melhor estratificação segundo os critérios da CAPES.		Ampliar os veículos de divulgação da revista para a comunidade científica no Brasil; Atualizar e expandir o corpo editorial da revista visando sua internacionalização; Ampliar os indexadores para a revista almejando uma melhor estratificação segundo os critérios da CAPES.			
Riscos					
Falta de pessoas com expertise em informática; Sobrecarregar o setor de comunicação do Cefet/RJ; Dificuldade para ter um corpo editorial mais amplo; Aumentar fluxo de artigos e não ter respaldo dos avaliadores; Critérios de avaliação da CAPES.		Dificuldade para ter um corpo editorial mais amplo; Aumentar fluxo de artigos e não ter respaldo dos avaliadores; Critérios de avaliação da CAPES.			
Indicador					
DETALHAMENTO	DESCRIÇÃO				
Nome/Sigla:	Percentual de artigos internacionais publicados anualmente				
Objeto de mensuração:	Quantidade de artigos internacionais publicados em relação ao quantitativo total de artigos publicados anualmente na Revista.				
Meta associada:	[CCO1M1]				
Fórmula de cálculo:	Percentual de artigos internacionais publicados anualmente				
Fonte:	Divisão de Editoração (DEDIT)				
Interpretação:	Indica a proporção de artigos internacionais publicados anualmente na Revista Tecnologia e Cultura..				
Responsável pela coleta:	Divisão de Editoração				

Sugestão de Codificação para utilização da DIRAP ou em Projetos que necessitem de referência do PDI 2020-2024

Para referenciar uma atividade de seu setor com algum objetivo do PDI 2020-2024, busque nos quadros acima o objetivo ou meta a ser relacionado, considerando a sequência de codificação:

CÓD. ÁREA + OBJETIVO + META

Exemplo: PI O1 M1

[Área de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, objetivo 1, meta 1]

Legenda das Macro Áreas:

EN – ENSINO; PI – PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO; EX – EXTENSÃO; AP – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO; GV – GOVERNANÇA; AC – ARTE & CULTURA; AQ – ARQUIVO GERAL; BC – BIBLIOTECA CENTRAL; PF – PREFEITURA; IN – INTERNACIONALIZAÇÃO; DH – DIREITOS HUMANOS; CI – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL; CC – COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA; EP – ESPORTES; GP – PESSOAS; TI – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; SA – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

4. PLANO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

Para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 – 2024, é indispensável que o Plano Pedagógico Institucional (PPI) esteja alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE), que foi oficializado pelo Ministério da Educação (MEC) e aprovado pela Lei nº 13.005/2014 para o decênio 2014-2014, determinando diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira nos próximos dez anos. O documento construído a partir de discussões e debates entre diversos setores da sociedade serviu como base para a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. Com a Emenda Constitucional nº 59/2009, o PNE passou a ser uma exigência constitucional — a cada dez anos, um novo documento será elaborado.

O Plano Nacional de Educação (PNE) em vigência (2014-2024) apresenta 20 metas para a Educação no Brasil. Dentre aquelas que farão parte na missão do Cefet/RJ, destacam-se: Metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade. Como área finalística do Cefet/RJ, algumas metas do PNE 2014-2024 (relacionadas aos níveis de ensino ofertados pela instituição) estão associadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 - 2024. O quadro a seguir resume os principais temas contemplados em nossas diretrizes.

Quadro 18 – Resumo das Metas PNE 2014-2024 associadas ao Cefet/RJ

Meta nacional (PNE 2014-2024)	Cefet/RJ
Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	Sistema de cotas
Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público	Educação Profissional Técnica na modalidade presencial e a distância
Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.	Assegurada a qualidade da oferta e expansão de vagas para o ensino superior
Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.	Aumento do número de mestres e doutores

<p>Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.</p>	<p>Novos Programas stricto sensu tanto mestrado quanto doutorado</p>
<p>Meta 18: assegurar, no prazo de 2(dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal</p>	<p>Plano de carreira a todos os servidores: docentes do magistério Superior, EBTT e técnicos administrativos</p>

4.1. Inserção Regional

O conceito inicial apresentado no Plano Pedagógico Institucional (PPI), de acordo com o Decreto nº 9.235/2017, deve ser a caracterização da região para a identificação de seu potencial de desenvolvimento para observância da inserção regional da instituição. No Cefet/RJ, enquanto Sistema Multicampi, a configuração da distribuição de seus cursos, tanto presencialmente, quanto EAD está distribuída da seguinte forma:

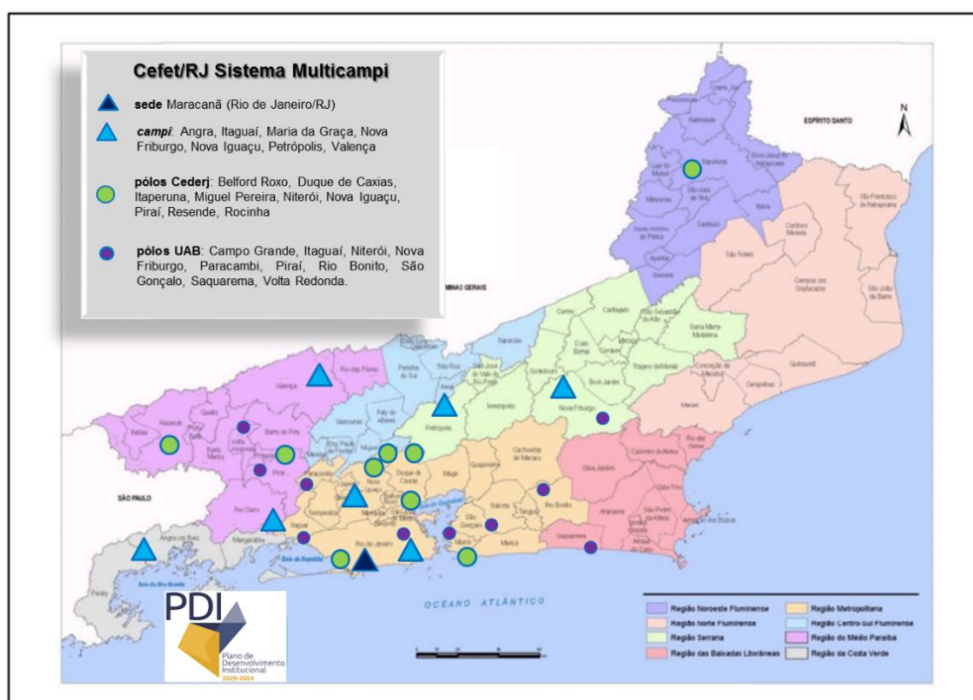


Figura 47- Adaptação Mapa do Estado Rio de Janeiro e Cefet/RJ Sistema Multicampi

Fonte: DIGES (2018)

4.1.1. Contextualização¹³

Baseando-se numa pesquisa que realizou uma análise dos dados obtidos na plataforma digital do IBGE em 2018, com exceção do município do Rio de Janeiro, todos os demais campi do Cefet/RJ localizados em outros municípios são a única opção de ensino público federal de ensino médio na região.

A taxa de escolarização para as crianças com faixa etária de 6-14 anos – público-alvo para o Ensino Médio no Cefet/RJ - na sua região de atuação é superior a 96%. No entanto, os resultados obtidos nas notas dos anos finais do ensino fundamental por estes estudantes no IDEB estão abaixo da média nacional de 4,7 apresentando um cenário, sobretudo dos estudantes advindos de ingresso por cota, que requer uma atenção especial no desenvolvimento do conteúdo escolar.

Há uma grande concentração de empresas na capital (194.495 empresas). No entanto, analisando o salário médio dos trabalhadores formais da capital (R\$ 4,1mil), apresenta-se um grande atrativo aos profissionais também nas regiões de Angra (R\$ 3,5mil) e Itaguaí (R\$ 3,3mil).

Outro aspecto observado nos dados do IBGE, relaciona-se à questão ambiental na região, onde o índice de arborização das vias públicas é maior na capital (70,5%) do que nas cidades do interior (26,6%; 36,1%; 38,3%; 57,9%; 38%; 47,7%), apresentando uma oportunidade de trabalho na área ambiental nos *campi* como contribuição à sociedade.

4.1.2. Cefet/RJ Sistema *Multicampi*

A implementação do Sistema *Multicampi*, no período 2005-2009, implicou em ações de organização administrativa orientada pelo Estatuto, aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.796, de 1º de novembro de 2005. Além disso, permitiu o permanente diálogo do Cefet/RJ com o MEC, com representantes dos governos estadual e municipal e com empresas públicas e privadas, visando à concretização de *campi* orientados pelo conceito de cidade-pólo, que, tendo como referência o conjunto de municípios em mesorregiões, que devem aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais (APLs), a possibilidade de parcerias e de infraestrutura existente.

Atualmente, o Cefet/RJ conta com sete *campi*, além do campus sede, localizado no bairro do Maracanã. A Instituição, ao final de 2019, ofertou vagas

¹³ Elaborado pela Diretoria de Gestão Estratégica para complementar informações do Plano Pedagógico Institucional (PPI) e compor exclusivamente o conteúdo do PDI 2020-2024.

em 32 cursos técnicos (distribuídos em 17 áreas, na modalidade presencial), 31 cursos de graduação (29 cursos na modalidade presencial e dois EAD, distribuídos em 18 áreas), 12 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (oito cursos de mestrado e quatro cursos de doutorado) e cinco cursos de pós-graduação *lato sensu* (quatro presenciais e um EAD).

Além do campus Maracanã que fica sediado na Avenida Maracanã, e que se estende ao campus 3, localizado na Rua General Canabarro, o sistema conta ainda com: (i) o campus de Nova Iguaçu, no bairro Santa Rita desse município da Baixada Fluminense (inaugurado no segundo semestre de 2003); (ii) com o campus de Maria da Graça, bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (inaugurado no primeiro semestre de 2006); com os *campi* de (iii) Nova Friburgo e (iv) Petrópolis (inaugurados no segundo semestre de 2008), ambos na região Serrana do estado; (v) o campus de Itaguaí, localizado na região metropolitana do Rio; (vi) o campus de Angra dos Reis, na Costa Verde do estado, inaugurados em 2010; e (vii) o campus de Valença, inaugurado no mesmo ano.

Deve se ressaltar que os cursos do Sistema Multicampi levam em consideração a demanda da região e a característica que a indústria, mercado de trabalho ou potencial de desenvolvimento da região apresenta. Por exemplo, alguns cursos que representam esta diretriz no Sistema Multicampi: (i) campus Angra, o curso de Engenharia Elétrica; (ii) campus Itaguaí, o curso técnico em Portos; (iii) campus Maria da Graça, os cursos técnicos de Automação Industrial e Sistemas de Energias Renováveis; (iv) campus Nova Iguaçu, os cursos de Engenharia de Produção e de Controle e Automação; (v) campi Nova Friburgo e Petrópolis, o curso de Turismo; (vi) campus Valença, o curso de Engenharia de Alimentos; e, (vii) a abertura do curso Línguas Estrangeiras Aplicadas a Negócios Internacionais (LEANI), único curso da área com nota 5 pela Avaliação do MEC, que se tornou um curso promissor na sede Maracanã.

Portanto, a garantia da identidade de atuação do Cefet/RJ, centrada no padrão de um ensino de qualidade e excelência, em harmonia com a diversidade de seus *campi*, exigiu discussões em torno da criação de condições de sustentabilidade no atendimento, além de mecanismos próprios desenvolvidos em cada um dos *campi*.

4.2. Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas pedagógicas da instituição

A filosofia orientadora da ação do Cefet/RJ como uma instituição educacional que assume o seu papel enquanto espaço público de formação humana, científica e tecnológica, compreende os seguintes princípios:

- Todos os servidores são responsáveis por esse espaço e nele se educam permanentemente;
- Os alunos são corresponsáveis por esse espaço e têm direito às ações educacionais qualificadas que cabe ao Cefet/RJ oferecer;
- A convivência, num mesmo espaço acadêmico, de cursos de diferentes níveis de ensino, com atividades de pesquisa e extensão que compõe a dimensão formadora dos profissionais preparados pelo Cefet/RJ (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores e outros bacharéis, docentes, mestres, doutores), ao mesmo tempo em que o desafia a avançar no campo da concepção e realização da educação tecnológica.

A filosofia institucional se expressa, ainda, nos princípios norteadores deste projeto pedagógico, documento construído com a participação dos segmentos da comunidade interna (servidores e alunos), representantes do segmento produtivo e outros membros da sociedade. Integram tais princípios:

- Defesa das condições garantidoras de qualidade para a educação pública viabilizada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em sua diversidade institucional;
- Reafirmação da identidade institucional vinculada à formação de profissionais de diferentes níveis no projeto de transformação de Centro Federal de Educação Tecnológica em Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro;
- Adoção de projetos de verticalização e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da educação básica à pós-graduação, como característica metodológica de formação na área tecnológica;
- Consolidação de políticas de ensino, pesquisa e extensão que, compromissadas com o desenvolvimento nacional e regional, a disseminação e produção de conhecimento, a formação de pessoas, e a responsabilidade social e ética, continuem a legitimar a atuação institucional junto à sociedade;
- Preservação e sustentação da autonomia institucional definida em lei;
- Aperfeiçoamento permanente dos processos de gestão democrática e descentralização gerencial nas instâncias acadêmicas e administrativas, mediante adoção de estruturas colegiadas, mecanismos de participação de todos os segmentos da comunidade interna, socialização de informações e transparência na utilização de recursos;
- Observância a aspectos inerentes ao caráter público e de identidade formadora da Instituição: valorização do ser humano e do trabalho; respeito à pluralidade e às divergências de ideias, sem discriminação de qualquer natureza; adesão à tecnologia a serviço da promoção do desenvolvimento humano; compromisso social; diálogo constante e

parcerias com instituições/entidades representativas da sociedade; responsabilidade funcional e ética.

4.3. Principais Políticas e Planos Pedagógicos Institucionais

O conjunto que integra a Política de Ensino, a Política de Extensão e a Política de Pesquisa constitui o que é considerado as principais políticas institucionais que norteiam as atividades desenvolvidas academicamente no Cefet/RJ.

4.3.1. Política de Ensino

O desenvolvimento das atividades de ensino do Cefet/RJ – cursos regulares de educação profissional técnica de nível médio, articulada e subsequente ao ensino médio e de graduação – é coordenado, planejado, avaliado e controlado no âmbito da Diretoria de Ensino (DIREN), em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de pesquisa e pós-graduação e de extensão.

Assim, a Diretoria de Ensino é responsável pela gestão das atividades de ensino de graduação e de educação profissional técnica de nível médio nos diferentes *campi* do Cefet/RJ, sempre visando alcançar a excelência no ensino em tais níveis, e proporcionando uma formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, permitindo excelente colocação no mercado de trabalho de seus egressos.

A DIREN também é responsável pelo Programa de Monitoria, que oferece bolsas do próprio Cefet/RJ para alunos do ensino técnico de nível médio e do ensino superior de todos os *campi*. Também esteve sob a responsabilidade dessa Diretoria de Ensino o Programa Jovens Talentos para a Ciência, com bolsas da Capes, e o Programa Ciência sem Fronteiras, com bolsas da Capes e do CNPq, ambos voltados para a graduação.

Entre os setores e núcleos vinculados à DIREN, estão: o DEDED (Departamento de Desenvolvimento Educacional), o NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais), o DERAC (Departamento de Administração e Registros Acadêmicos), a DIMED (Divisão de Mídias Educacionais), a DIPED (Divisão de Projetos Educacionais) e a COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação).

O NAPNE conta com uma equipe multidisciplinar que organiza e desenvolve ações e projetos institucionais inclusivos e voltados a alunos e servidores. A finalidade do NAPNE é preparar os diferentes setores da instituição

para trabalhar com a realidade da inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, buscando a quebra de barreiras físicas, educacionais e atitudinais no Cefet/RJ.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos do Cefet/RJ contemplam o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil dos concluintes e outras informações significativas referentes ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação.

A organização curricular dos cursos do ensino médio técnico é balizada pelas determinações legais presentes na Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e pelas Leis nº 10.870/2004, 12.061/2009 e 13.796/2019. Além disso, os cursos técnicos de nível médio, nas modalidades integrada e subsequente, possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 06/2012, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação de 31 de agosto de 2012, publicado no DOU de 04 de setembro de 2012.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e a articulação do conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura na concepção curricular por meio de eixos tecnológicos compostos por fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas são importantes iniciativas para a melhoria contínua no ensino juntamente com a Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Em relação ao ensino superior, os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação do Cefet/RJ (PPCs) são desenvolvidos com base no Estatuto e no regimento próprio da Instituição e nos dispositivos legais existentes. Além disso, com relação à constituição de comissões ou núcleos, são contempladas as exigências dos documentos a seguir: (i) Lei nº 10.861, de 20/12/2004, que em seu art.11 estabelece que cada Instituição deve constituir uma CPA (Comissão Própria de Avaliação) com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações; (ii) Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências.

Além disso, as demais políticas que compõem o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sustentam o Projeto Pedagógico

Institucional (PPI), que por sua vez deve sustentar a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

4.3.2. Política de Extensão

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, que define a política de extensão utilizada nas instituições de ensino superior, a extensão é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade.

Por conseguinte, a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Neste sentido, a Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico.

(...) Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2003, p.4).

Incluída essa atividade acadêmica nos objetivos institucionais, o Cefet/RJ, como instituição de ensino superior, vem desenvolvendo ações identificadas como de Extensão desde o início da década de 1990. Signatário do Plano Nacional de Extensão Universitária e membro do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), o Cefet/RJ tem exercido papel relevante na formulação de políticas de extensão. Além disso, o Cefet/RJ também é membro e fundador do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (FORPROEXT), vinculado à SETEC.

Pode-se afirmar que as atividades de extensão desenvolvidas no Cefet/RJ são peculiares, em virtude de sua origem e natureza no campo da educação tecnológica. Essa atuação se materializa em programas, projetos e cursos, produção tecnológica e publicação, utilizando recursos materiais e financeiros próprios, além de prestação de serviços.

Na trajetória de ações tipificadas como de Extensão, o Cefet/RJ vem desenvolvendo, consolidando e fortalecendo experiências exitosas, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a instituição e a sociedade.

Consoante à política e às diretrizes de ação da Diretoria de Extensão (DIREX), estabelecidas pela Resolução nº 21/2016, que normatiza as atividades de Extensão do Cefet/RJ, as ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social como *práxis* educativa, favorecem o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica, além de se constituir em forte instrumento de política de inclusão social.

É assim que vem se promovendo a nucleação de projetos e ações de extensão que se caracterizam por áreas temáticas e atuação em uma mesma linha programática, buscando o apoio de programas de fomento, especialmente o Programa de Bolsas de Extensão, e integrando os programas e projetos de Extensão ao plano pedagógico dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação.

De acordo com a Resolução nº 07 de 18/12/2018 (Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências), o Cefet/RJ se propõe a implementar a curricularização da Extensão em seus cursos regulares, levando em conta o cumprimento de 10% do total da carga horária curricular nos cursos de graduação e nos demais cursos regulares a inserção da produção e das ações extensionistas nos currículos dos cursos técnicos de nível médio e de Pós-Graduação do Cefet/RJ.

Desta forma, consoante com as Contribuições do FORPROEXT para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os objetivos da curricularização são:

- Garantir impacto na formação e protagonismo dos estudantes;
- Garantir interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, por meio dos cursos ofertados pela Rede, resignificando-os;
- Garantir a dimensão indissociável com o ensino e a pesquisa, portanto, a extensão como processo e princípio formativo e como metodologia;
- Garantir, prioritariamente, a extensão como metodologia, isto é, como atividades de extensão desenvolvidas nos componentes curriculares;
- Potencializar o impacto social e acadêmico dos cursos;
- Garantir formação e atuação transdisciplinar e interprofissional;
- Garantir ações de extensão de forma orgânica, permanente e articulada.

As ações de Extensão são executadas em alinhamento com as áreas temáticas definidas pelo FORPROEX como: Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos e Justiça e Cultura. Compreendendo que as referidas ações produzem e disseminam saberes contextualizados e acessíveis, apontando que:

- A instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível aos seus problemas no âmbito local, regional e nacional;
- A instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- O desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganham sentido quando observados sob a perspectiva da promoção humana;
- A superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de um profissional-cidadão capaz de aplicar - individual e coletivamente - o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico, social e ambiental do espaço em que vivem e atuam.

Como exemplo de ações extensionistas merecem destaque: o Programa Turma Cidadã, as Empresas Juniores e os times ENACTUS do Cefet/RJ ; as atividades da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) e eventos da área de Estágio e Emprego; a Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC) e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS) com seus núcleos atuantes nos campi.

4.3.2.1. Política de Assistência Estudantil

A proposta da Política de Assistência Estudantil do Cefet/RJ foi elaborada por um grupo *intercampi* e multiprofissional e encontra-se tramitando no Conselho Diretor, tendo como base as resoluções e princípios do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). São princípios desta política,

I - afirmação da educação como direito de todos e dever do Estado;

II - gratuidade e qualidade do ensino;

III - igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão com êxito;

IV - formação do cidadão histórico-crítico, baseada no desenvolvimento integral de estudantes, por meio do ensino, pesquisa e

extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país;

V - garantia de democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica;

VI - promoção e ampliação da formação integral de estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;

VII - orientação humanística e preparação para o exercício da cidadania;

VIII - defesa em favor da justiça social e dos direitos humanos e combate a todas as formas de preconceito, por meio de ações que promovam a convivência com a diversidade;

IX - pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade e autonomia como valores éticos centrais;

X - compromisso com a inclusão, acessibilidade e diversidade;

XI - apoio às formas de participação e organização estudantil;

XII - socialização das ações da Assistência Estudantil;

XIII - valorização das ações interdisciplinares;

XIV - divulgação da Política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos do Cefet/RJ , bem como dos critérios para seu acesso e dos recursos oferecidos pela Instituição.

São diretrizes da Política de Assistência Estudantil do Cefet/RJ :

I - defesa em favor da justiça social e dos direitos humanos e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física ou mental;

II – preservação e difusão dos valores éticos de liberdade, igualdade e democracia;

III - desenvolvimento de acompanhamento acadêmico, compreendendo ações de caráter pedagógico, psicológico e social numa perspectiva interdisciplinar;

IV - compreensão da Assistência Estudantil enquanto uma ação multiprofissional e interdisciplinar, de forma que atenda a todos os eixos propostos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em seu Decreto 7234/2010;

V - apoio aos estudos e pesquisas sobre questões relativas à Assistência Estudantil.

4.3.3. Política de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

A Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de pesquisa e pós-graduação nas diferentes unidades do Sistema Multicampi que compõem o Cefet/RJ. As políticas associadas a essas atividades estão em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e são discutidas no Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP).

O desenvolvimento da pesquisa leva em consideração o caráter público do Cefet/RJ e a busca de articulação com os diferentes níveis de ensino e com a extensão em todos os *campi*. Essa atividade foi sendo construída, de forma gradativa e consistente, a partir das competências institucionais, inserindo-se nas políticas de pesquisa e desenvolvimento do país. Tem como orientação a sustentabilidade global, abrangendo as dimensões sociais, culturais, econômicas, ambientais e outras. Focaliza sua atuação no desenvolvimento local e regional, sem negligenciar as demandas da nação.

O amadurecimento e crescimento da pesquisa na Instituição vêm se refletindo no aumento significativo da quantidade de grupos de pesquisa, de projetos desenvolvidos com financiamento de órgãos de fomento, de bolsistas com produtividade em pesquisa, de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, bem como, no crescimento expressivo da produção intelectual dos docentes.

Relações de pesquisa interinstitucionais também vêm sendo apoiadas e estimuladas. Durante o período 2010 - 2018, foram estabelecidos diversos convênios e parcerias com outras instituições nacionais e internacionais que, dentre outras ações, viabilizaram a presença de pesquisadores visitantes e de pesquisadores de pós-doutorado estrangeiros no Cefet/RJ, fortalecendo o processo de internacionalização.

O projeto de universidade deverá reafirmar a verticalização e a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, potencializando o engajamento de docentes e discentes da Instituição em projetos institucionais de pesquisa. De forma análoga, as Políticas de Pesquisa do Cefet/RJ devem ser estabelecidas de modo a apoiar e fomentar:

- O reconhecimento institucional das atividades de pesquisa;
- A consolidação dos grupos existentes e criação de novos grupos de pesquisa;
- A expansão e modernização da infraestrutura de pesquisa;
- A expansão do quantitativo de docentes e discentes dos diversos níveis de ensino atuando em atividades de pesquisa;
- A visibilidade externa das atividades de pesquisa e inovação;
- A internacionalização das atividades de pesquisa;
- A captação de recursos externos através de órgãos de fomento;

- A interação em redes de colaboração com outras instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo;
- A interação com a sociedade, promovendo a inovação, a produção do conhecimento e transferência das tecnologias geradas.

A integração da pesquisa e da pós-graduação com os diferentes níveis de ensino se dá primordialmente através dos projetos de pesquisa, dos grupos de pesquisa e dos diversos programas e cursos de pós-graduação existentes, dos quais participam docentes e discentes de todos os níveis.

Assim, com o intuito de consolidar e ampliar a pós-graduação no Cefet/RJ em atendimento às demandas nacionais, as Políticas de Pós-Graduação do Cefet/RJ devem ser estabelecidas de modo a apoiar e fomentar:

- A criação de novos programas e cursos de pós-graduação, *stricto e lato sensu*, através de ações de apoio à nucleação de grupos de pesquisadores com competência em áreas que apresentem demanda por formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, em consonância com as políticas nacionais;
- A consolidação dos programas de pós-graduação, através do aumento do conceito dos cursos e oferta de doutorado nos programas existentes;
- A expansão e modernização da infraestrutura para a pós-graduação;
- A expansão do quantitativo de docentes e discentes atuando em atividades de pós-graduação;
- A visibilidade externa das atividades de pós-graduação;
- A internacionalização das atividades relacionadas à pós-graduação;
- A captação de recursos externos através de órgãos de fomento;
- A interação em redes de colaboração com outras instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo;
- A contratação e capacitação de docentes para garantir a consolidação e a ampliação dos programas e cursos de pós-graduação.

4.4. Política de Internacionalização

A Assessoria de Convênios e Relações Internacionais – ASCRI, foi instituída por meio da Portaria/DG nº 1.477, de 02/10/2015, e se mantém subordinada à Direção-Geral. O setor recebia originalmente a denominação de Divisão de Cooperação Científico -Tecnológica (DCCIT), estando subordinado à DIREX. Em 1 de abril de 2005 foi transferido para a Direção-Geral.

A internacionalização pressupõe um compromisso articulado da IES que se relaciona com o exercício de uma liderança administrativa, promoção de estrutura e treinamento de recursos humanos. Além disso, ela também inclui currículo, currículo comum com IES estrangeiras e produção de aprendizagem, políticas e práticas universitárias voltadas à mobilidade e promoção de colaboração e parcerias, bem como a identificação de áreas de conhecimento e instituições que têm as melhores condições de alavancar a ciência brasileira a níveis internacionais. (CAPES)

Com a emergência de uma nova ordem mundial, a cooperação internacional deve ser regida pelo objetivo de dotar universidades e centros de pesquisa e empresas privadas de sofisticação, especialização e competitividade requeridas pela nova economia mundial.(Ministério das Relações Exteriores)

Em linhas gerais, cabe à Assessoria de Convênios e Relações Internacionais – ASCRI, no âmbito de suas competências, coordenar as atividades de cooperação internacional no âmbito do sistema Cefet/RJ, como também atuar visando à identificação das demandas voltadas à internacionalização em níveis de ensino, pesquisa e extensão, buscando a ampliação contínua de oportunidades ao público acadêmico, com base nos princípios, valores e metas institucionais.

Embora a história da internacionalização do Cefet/RJ tenha sido marcada por muitas outras ações, eventos e interações com instituições do exterior, algumas iniciativas e programas merecem ser destacados por sua repercussão na Instituição:

- **Programa Ciência Sem Fronteiras**, que proporcionou uma grande mobilidade de discentes para o exterior;
- **Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G)**, dando a oportunidade de estudantes de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico, pudessem realizar seus estudos de graduação na Instituição;
- **Bolsas institucionais do Programa de Auxílio ao Exterior (PAE)**, viabilizando o intercâmbio de alunos do Cefet/RJ para o exterior;
- **Programa de dupla titulação** para alunos de graduação dos cursos de Engenharia do Cefet/RJ
- **Bolsas para Professor Visitante Especial (PVE/CsF/CNPq)**, permitindo que pesquisadores seniores com liderança internacional viessem para o Cefet/RJ em missões anuais de trabalho;

- **Programa Nacional de Pós-Doutorado/Capes** (PNPD/Capes), permitindo que pesquisadores estrangeiros realizassem estágio pós-doutoral nos programas de pós-graduação *stricto sensu* do Cefet/RJ.

Toda essa dinâmica em prol da internacionalização tem contribuído para o aumento do número de convênios e acordos internacionais. Atualmente o Cefet/RJ possui acordos com instituições de diversos países das Américas, Europa, Ásia e África. Muitos docentes passaram a realizar doutoramento, pós-doutoramento e missões de trabalho em renomadas instituições do exterior.

Considerando-se o PDI e o Diagnóstico Situacional Online, foram estabelecidos quatro Eixos Estratégicos da ASCRI para o Plano Institucional de Internacionalização do Cefet/RJ:

- Ampliação da participação do Cefet/RJ no cenário internacional;
- Consolidação de ambiência acadêmica internacional;
- Ampliação da contribuição do Cefet/RJ para a produção e difusão do conhecimento no mundo;
- Formação de recursos humanos preparados para atuação global.

Considerando-se que o Plano de Internacionalização¹⁴ tem como princípio abranger toda a instituição, estão contemplados nesse documento: (i) as três dimensões: Ensino, Pesquisa e Extensão; (ii) os variados níveis de ensino: pós-graduação; graduação; médio e técnico; e (iii) todos os *campi* do Cefet/RJ.

INTERNACIONALIZAÇÃO NO CEFET/RJ		
Dimensões	Níveis de Ensino	Campi
ENSINO	Técnico integrado ao Médio Técnico Graduação Pós-Graduação	Maracanã
PESQUISA		Maria da Graça
EXTENSÃO		Nova Iguaçu
		Petrópolis
		Nova Friburgo
		Itaguaí
		Angra dos reis
		Valença

Figura 48 – Elementos envolvidos no Processo de Internacionalização do Cefet/RJ.

Fonte: ???

¹⁴ O Plano de Internacionalização do Cefet/RJ foi aprovado por meio da Resolução/CEPE nº 2, de 29/03/2018

Os projetos de internacionalização deverão ser elaborados de acordo com o estabelecido no Plano de Internacionalização, acompanhando a vigência do mesmo, e aprovados nos Conselhos pertinentes (CONEN, COPEP e CONEX). A elaboração e a execução dos editais específicos de internacionalização ficarão sob a responsabilidade das três diretorias (DIREN, DIREX, DIPPG), considerando os critérios relacionados à excelência acadêmica e ao impacto resultante da internacionalização para a instituição, visando atender as ações previstas neste plano.

A elaboração do Plano demandou inicialmente o levantamento do histórico de internacionalização do Cefet/RJ e de informações adicionais que subsidiassem a definição dos objetivos e estratégias a serem adotados, bem como, a elaboração de um diagnóstico institucional apresentando o cenário atual e os desafios do processo de Internacionalização.

Para a construção do Plano Institucional de Internacionalização do Cefet/RJ foi estabelecida uma comissão composta por representantes da Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI), Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) e das três Diretorias Sistêmicas diretamente relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, a saber: Diretoria de Ensino (DIREN); Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG); e Diretoria de Extensão (DIREX). A Comissão ficou responsável pela elaboração do documento e posterior submissão ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Quadro 19 – Principais marcos na Internacionalização do Cefet/RJ (PDI 2015-2019).

PRINCIPAIS MARCOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO Cefet/RJ		
no	Descrição	País (es)
015	Contrato de cooperação com a <i>Memorial University</i>	Canadá
	Memorando de Entendimento Cefet/RJ – <i>Limerick Institute of Technology</i>	Irlanda
	Acordo de cooperação com a <i>Università de Pisa</i>	Itália
	Acordo de cooperação com a <i>Université de La Rochelle</i>	França
	Acordo de cooperação com a <i>University of Wisconsin- Stout</i>	Estados Unidos
	Acordo de cooperação com a UTE – <i>Universidad Tecnológica Equinoccial de Ecuador</i>	Ecuador

	Memorando de Entendimento entre a Província de Jiangsu, Universidades de Macau e de países lusófonos	China Países lusófonos
	Memorando de entendimento entre o Cefet/RJ e a <i>Yangzhou University</i>	China
	Formação e participação na Rede <i>KICUnivAssist</i> composta por 15 universidades norte-americanas para encontros com estudantes visando intercâmbio	USA
	Acordo de cooperação com a <i>Universidad de Valladolid</i>	Espanha
016	Acordo de cooperação com o Instituto Politécnico de Portalegre	Portugal
	Acordo de cooperação com o <i>CCSF – City College of San Francisco</i>	USA
	Convênio assinado com a <i>Universidad de Chile</i>	Chile
	Acordo de cooperação com a UBA – Universidade de Buenos Aires	Argentina
	Início do Programa <i>Tuition Waiver</i> da <i>Saint Martin's University</i> para dois estudantes do Cefet/RJ por ano	USA
	Início do programa de dupla titulação com o Instituto Politécnico de Bragança, Portugal	Portugal
	Assinatura de Acordo entre a NASA e o Cefet/RJ para a participação de pesquisador visitante do Cefet/RJ no desenvolvimento de pesquisa no <i>AMES Research Center</i> durante o período de 1 ano	USA
2017	Primeira seleção para intercâmbio de alunos do Cefet/RJ através do Acordo das redes REARI-RJ e UTRECHT Network	Diversos
	Assinatura de convênio para colaboração em programas de pós-graduação entre o Cefet/RJ e o Instituto Politécnico de Santarém	Portugal
	Renovação do acordo de cooperação com a <i>Hochschule München</i>	Alemanha
	Memorando de entendimento com a Universidade Védica Maharishi para fins de intercâmbio e pesquisa acadêmica.	Holanda
	Submissão de proposta para projeto de mobilidade Erasmus Plus em parceria com universidades da Europa	Diversos
2018	Assinatura de convênio para colaboração em programas de pós-graduação entre o Cefet/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança	Portugal
	Assinatura em 2018 – no Cefet/RJ – do acordo de cooperação com a <i>Lutsk National Technical University</i>	Ucrânia

	Acordo de cooperação com a Universidad Nacional de Villa María	Argentina
	Acordo de cooperação com a Universidad de Chile	Chile
	Acordo de cooperação com a Universidad Tecnológica Metropolitana	Chile
	Acordo de cooperação com o Instituto Politécnico de Guarda	Portugal
	Acordo de cooperação com o Instituto Politécnico de Viseu	Portugal
	Acordo de cooperação com a University of Belgrade	Rússia
019	Acordo de cooperação com a Universidad Nacional de Mar del Plata	Argentina
	MOU com a Daulhousie University	Canadá
	Acordo de cooperação com a Fundación Universitaria del Área Andina	Colômbia
	Acordo de cooperação com a Universidad da Coruña	Espanha

Fonte: ??

4.4.1. Convênios e Acordos Internacionais

Atualmente o Cefet/RJ conta com 36 Acordos de Cooperação vigentes com EUA, Canadá, Portugal, Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália, Irlanda, Argentina, Chile, Equador, Ucrânia, além de Memorandos de Entendimento assinados com a China e países lusófonos.

Existem formalizados cinco acordos de dupla titulação com Portugal e que, por meio do Programa PEC-G, o Cefet/RJ recebe alunos oriundos de países em desenvolvimento, com os quais mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico. Além disso, a parceria com a Rede das Assessorias Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro (REARI), permite a instituição participar de acordos de cooperação com outras redes e instituições internacionais, como:

- *Utrecht Network* (32 universidades em 27 países da Europa);
- *British Columbia Council for International Education* (BCCIE - Canadá);
- *Association of Washington International Student Affairs* (AWISA - EUA);
- *International Relations Office Forum* (IRO - Polônia).

Estes convênios e acordos internacionais ocorrem por meio de:

- Mobilidade docente para capacitação e outras ações no exterior
- Mobilidade de docentes e pesquisadores estrangeiros para o Cefet/RJ
 - (i) Pesquisador Visitante Especial (PVE/CNPq)
 - (ii) Programa Nacional de Pós-Doutorado/Capes (PNPD/Capes)
- Mobilidade de alunos para o exterior e recepção de alunos estrangeiros
 - (i) Mobilidade Out: Ida de alunos para o exterior
 - (ii) Mobilidade In: Alunos recebidos do exterior

4.4.2. Governança da Política de Internacionalização

Dentro do contexto da Política de Internacionalização o instrumento a ser utilizado deverá ser o Plano Institucional de Internacionalização, documento este, com período de vigência de quatro anos, e que será executado de acordo com a regulamentação para seu acompanhamento e avaliação. Deverá ter regulamentação institucional estabelecida para estimular a internacionalização. A regulamentação deverá prever o estabelecimento de mecanismos para viabilizar o atendimento dos objetivos deste plano. Os critérios de seleção e de alocação de recursos devem utilizar indicadores baseados na excelência acadêmica e nos impactos positivos que serão gerados para a internacionalização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As ações previstas no plano serão acompanhadas pelo Comitê Gestor de Internacionalização formado por membros representantes indicados pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), pela Diretoria de Ensino (DIREN), pela Diretoria de Extensão (DIREX), pela Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) e pela Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI), de acordo com a seguinte composição: 2 membros da DIPPG, 2 membros da DIREN, 2 membros da DIREX, 1 membro da DIGES e 2 membros da ASCRI.

O Comitê Gestor de Internacionalização, sob a presidência da ASCRI, deverá zelar pela execução e avaliação deste plano, acompanhamento dos indicadores estabelecidos com a elaboração de relatórios anuais. A ASCRI também deverá ser o órgão responsável por centralizar todas as informações relacionadas ao processo de internacionalização do Cefet/RJ.

4.5. Plano de Ações Afirmativas e Responsabilidade Social

Ações afirmativas são atos ou medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com os objetivos de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, compensar perdas provocadas pela

discriminação e marginalização decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Em suma, ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado (FANTINI, 2014).

Na prática, as ações afirmativas são medidas tomadas que visam atribuir direitos iguais a grupos da sociedade que são oprimidos ou sofrem com as sequelas do passado de opressão. Ainda que o Brasil possua todos os direitos legais de igualdade para todos os cidadãos brasileiros, tais direitos não são cumpridos efetivamente em todas as camadas sociais. E devido ao não cumprimento dos direitos iguais a todos igualmente, as ações afirmativas são reconhecidas como necessárias. Portanto, as ações afirmativas, como os sistemas de cotas sociais e raciais nos vestibulares e concursos públicos, buscam equiparar a desigualdade social que, conseqüentemente, gera a desigualdade econômica.

Dissertação aponta que Lei de Cotas democratizou acesso ao Cefet/RJ

Fonte: Adaptado de Informativo Eletrônico – nº 25, Janeiro/Fevereiro de 2018



A implantação das cotas raciais e sociais alterou significativamente o perfil dos alunos do ensino médio integrado ao técnico do Cefet/RJ e fez surgir novos desafios para a instituição. Essa é a conclusão da dissertação “Políticas de ação afirmativa no ensino médio: um estudo de caso no Cefet Maracanã – Rio de Janeiro”, defendida por Ana Carolina Duarte de Souza no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ.

Os resultados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas com docentes e gestores do *campus* Maracanã. A pesquisa foi norteada pelo objetivo de aferir as percepções do grupo sobre a implantação, no período de 2013 a 2015, da Lei de Cotas, que destina 50% das vagas das instituições públicas federais de nível superior e médio a egressos de escolas públicas, seguindo critérios econômico-sociais e étnico-raciais.

Os docentes e gestores entrevistados consideram a mudança “um marco na história do Cefet/RJ”. Entretanto, avaliam que a comunidade acadêmica ainda carece de debate e sensibilização sobre as políticas de ação afirmativa. A discussão do tema ajudaria a enfrentar um dos problemas surgidos: a discriminação dos alunos cotistas por professores e outros estudantes. Entre os novos desafios institucionais, os entrevistados também ressaltam o aumento de reivindicações relacionadas às políticas de assistência estudantil (auxílio financeiro, bandeirão etc.) e a necessidade de reformulação das estratégias para auxiliar o aluno a superar problemas na aprendizagem.

Ana Carolina considera que a superação desses desafios consiste no próximo passo a ser dado pela instituição. Cabe, agora, aos gestores e demais atores sociais da instituição, criar mecanismos, agendas e debates para acolher esses alunos em suas especificidades”. A mestra em Educação espera que os resultados de sua pesquisa possam auxiliar no debate e no aperfeiçoamento desse processo de democratização do acesso ao ensino médio/técnico do Cefet/RJ.

Além do cumprimento das questões legais voltadas ao respeito e diversidade no Sistema Multicampi, a assinatura do Pacto Universitário de Direitos Humanos representou um divisor de águas na promoção do debate em prol de uma maior inclusão por parte da comunidade em relação às Ações Afirmativas e a Lei de Cotas. Um maior detalhamento será apresentado nos Temas Transversais: Direitos Humanos deste documento.

4.5.1. Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva¹⁵ descreve o movimento mundial pela educação inclusiva como sendo uma “ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” que impeça seu acesso, sua permanência e a conclusão de sua formação. Esse desafio educacional fundamenta-se na concepção da educação como um direito humano fundamental, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais (pessoas com deficiência - PCD, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) no ensino regular exige mudanças desde a reestruturação

¹⁵ Documento elaborado por um Grupo de Trabalho composto por integrantes do Ministério da Educação (MEC) em conjunto com a Secretaria de Educação Especial, nomeado pela Portaria Ministerial no 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no 948, de 9 de outubro de 2007.

física dos ambientes, até adaptações curriculares e metodológicas, que deverão ser articuladas pelos diversos setores acadêmicos.

Dessa forma, como parte das políticas públicas inclusivas de educação, foi desenvolvido o Programa TECNEP. Trata-se de uma ação coordenada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, cujo objetivo principal é a inserção das Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, cursos de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, integrados ainda com os segmentos comunitários locais.

Visando articular as ações em prol do atendimento qualitativo das PNEs no âmbito interno e externo das instituições federais de educação profissional e tecnológica, foram institucionalizados, por intermédio do Programa TECNEP, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).

O Cefet/RJ integra o grupo de instituições educacionais de orientação inclusiva. Assim, sob a Portaria Institucional nº 484, foi instituído o NAPNE Cefet/RJ em novembro de 2004. O NAPNE está, hoje, vinculado à DIREN e conta com uma equipe multidisciplinar que organiza e desenvolve ações e projetos institucionais inclusivos voltados a alunos e servidores, no sentido de:

- oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais e seus professores;
- implantar medidas de acessibilidade nos *campi* do Cefet/RJ, de forma a permitir o acesso das pessoas com necessidades especiais nos vários espaços acadêmicos;
- promover e debater sobre a inclusão escolar e a educação inclusiva no Cefet/RJ através de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- promover a aceitação da diversidade através da cultura da “educação por convivência”;
- trabalhar de forma articulada com as coordenadorias de cursos e disciplinas e com os demais departamentos que demandem ações voltadas para a inclusão de PNE;
- acompanhar as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso do processo educativo de qualidade aos alunos com necessidades especiais;
- fomentar a troca de experiências com instituições de ensino e outros setores públicos ou privados, para a discussão da temática educação inclusiva.

A finalidade do NAPNE é preparar os diferentes setores da instituição para trabalhar com a realidade da inclusão escolar dos alunos com necessidades

especiais, buscando a quebra de barreiras físicas, educacionais e atitudinais no Cefet/RJ.

Considerando esse processo como uma ação coletiva, que suscita a observação de diferentes atores em uma diversidade de cenários dentro do ensino, o NAPNE pretende levar o estudante do Cefet/RJ com necessidade especial a sentir a relação de pertencer, de fato, à escola e à comunidade, e a participar ativamente de todo esse processo, modificando o espaço de aprendizagem, com a criação de novas lógicas no contexto escolar e nas relações educativas como um todo.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

5.1. Apresentação

Neste capítulo será abordado como o Cefet/RJ está estruturado atualmente na sua área precípua, que é a sua organização didático-pedagógica. A instituição oferta cursos nos três níveis de ensino: técnico de nível médio, graduação e pós-graduação.

O desenvolvimento das atividades de ensino engloba os cursos regulares de educação profissional técnica e de graduação, cuja coordenação, planejamento e controle encontram-se no âmbito da Diretoria de Ensino (DIREN), que será objeto deste capítulo; enquanto os cursos de pós-graduação ficam a cargo da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), que também será apresentado em capítulo próprio.

De forma geral, os cursos oferecidos pelo Cefet/RJ nos seus oito *campi* são os seguintes:

I – Técnico integrado: Administração; Alimentos; Automação Industrial; Edificações; Eletrônica; Eletrotécnica; Enfermagem; Estradas; Informática; Manutenção Automotiva; Mecânica; Meteorologia; Química; Segurança do Trabalho; Telecomunicações; e Turismo;

II – Técnico Subsequente: Administração; Edificações; Eletrônica; Eletrotécnica; Suporte e Manutenção em Informática; Mecânica; Portos; Redes e Telecomunicações; Sistemas em Energias Renováveis; e Segurança do Trabalho;

III – Bacharelado: Administração; Ciência da Computação; Engenharia de Computação; Engenharia de Alimentos; Engenharia Ambiental; Engenharia Industrial de Controle e Automação; Engenharia Civil; Engenharia Eletrônica; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Engenharia Metalúrgica; Engenharia de Produção (também na modalidade EAD); Engenharia de Telecomunicações; Física; Informática; Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais; Sistemas de Informação; e Turismo;

IV – Licenciatura: Física;

V – Superior de Tecnologia: Gestão de Turismo (EAD)

VI – Pós-Graduação *Lato Sensu*: Ciência e Tecnologia Cervejeira; Educação Tecnológica (EAD – Universidade Aberta do Brasil); Educação, Tecnologia e suas Relações; Engenharia Mecânica com ênfase em Eficiência Energética; Mecatrônica; Relações Étnico-raciais e Educação; e Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação.

VII – Mestrado: Ciência da Computação (PPCIC – mestrado acadêmico); Ciência Tecnologia e Educação (PPCTE – mestrado acadêmico); Filosofia e Ensino (PPFEN – mestrado profissional); Engenharia Elétrica (PPEEL – mestrado acadêmico); Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais (PPEMM – mestrado acadêmico); Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO – mestrado acadêmico); Relações Étnico-Raciais (PPRER – mestrado acadêmico); e Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP – mestrado acadêmico).

VIII – Doutorado: Ciência Tecnologia e Educação (PPCTE – doutorado acadêmico); Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO – doutorado acadêmico); Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais (PPEMM – doutorado acadêmico); e Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO – doutorado acadêmico).

Quanto aos tipos de modalidade de Ensino, o Cefet/RJ oferece tanto cursos presenciais quanto cursos a distância (EAD) para graduação (parceria com Consórcio Cecierj/CEDERJ) e pós-graduação (parceria com Universidade Aberta do Brasil).

Considerando-se o PDI 2020 - 2024 e o diagnóstico institucional, foram estabelecidos cinco Eixos Estratégicos para o Plano Institucional das áreas finalísticas do Cefet/RJ: (i) melhora dos indicadores de titulação do corpo docente; (ii) ampliação e consolidação dos cursos nos três níveis de ensino; (iii) ampliação e consolidação das atividades de pesquisa e inovação; (iv) ampliação e consolidação das atividades de extensão; e (v) ampliação e consolidação da internacionalização.

I Encontro Intercampi de Educação Profissional (I EIEP, 2017)

Fonte: ASCOM, Portal Cefet/RJ, Notícias 26/12/2017.

Os Anais do I Encontro Intercampi de Educação Profissional (I EIEP) do Cefet/RJ estão disponíveis no formato de livro digital (e-book). “O ensino integrado em foco”. Segundo a Comissão Organizadora do evento, esse tema foi escolhido para o primeiro encontro por suscitar questões relevantes para o desenvolvimento da instituição. Além disso, conforme os organizadores, o encontro levantou aspectos fundamentais que caracterizam as práticas educacionais vivenciadas no Cefet/RJ na perspectiva do ensino integrado e também teve como objetivo contribuir para a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico para a Educação Profissional e Tecnológica da instituição.



Os Anais do I EIEP foram organizados por Cristiano Barbosa de Moura, Marta Maximo Pereira, Maicon Jeferson da Costa Azevedo e Mônica de Castro Britto Vilardo. A publicação pode ser acessada no endereço: ieip.weebly.com.

6. DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O desenvolvimento institucional ocupa um lugar de destaque no planejamento estratégico das instituições de nível superior (IES). Um número crescente de instituições toma medidas para fortalecer a relação entre as unidades que compõem o departamento de desenvolvimento institucional ao repensar o papel e a composição dos serviços para o desenvolvimento institucional com o objetivo de utilizar esse ambiente de maneira mais estratégica. Assim, o capítulo de Desenvolvimento Institucional deste PDI do Cefet/RJ considera as perspectivas e projeções específicas para as áreas de Ensino e Pesquisa no período de 2020 - 2024.

6.1. Políticas e Ações para a consolidação e criação de cursos

A consolidação dos cursos existentes e a criação de cursos novos dependem de diversos fatores associados a indicadores do corpo docente (como titulação, tamanho e produção científica, técnica, cultural e artística) e do corpo discente (desempenho no ENEM para os cursos técnicos de nível médio, do desempenho no ENADE para os cursos de graduação, da empregabilidade no mercado de trabalho), além da infraestrutura disponível de ensino, pesquisa e extensão.

Os dados apresentados no Plano Institucional de Capacitação Docente (PICD) mostram algumas situações de ameaça à consolidação dos colegiados, tais como: (1) colegiados com número reduzido de docentes; (2) colegiados com baixa titulação do corpo docentes; (3) colegiados com baixa produção científica, cultural, artística e tecnológica.

Os dados também mostram que indicadores elevados de capacitação docente de um colegiado não garantem uma atuação de excelência na sua missão de formação de recursos humanos de qualidade e de produção conhecimento. Alguns colegiados com alta titulação possuem baixa produção científica, cultural, artística e tecnológica, impactando negativamente a avaliação do curso pelo MEC. Nesse sentido, torna-se importante a aplicação de instrumentos de acompanhamento dos resultados decorrentes da capacitação.

Além de ações voltadas para incentivar e viabilizar a capacitação docente dos colegiados acadêmicos, a consolidação dos colegiados requer:

- priorizar a contratação de novos docentes em colegiados com número reduzido de docentes;

- implementar mecanismos de autoavaliação e planejamento nos colegiados através de comissões de acompanhamento;
- incentivar a produção científica, cultural, artística e tecnológica dos docentes;
- implementar mecanismos para a análise da eficiência do processo de transferência de conhecimento (aprendizagem);
- acompanhar e atualizar o projeto pedagógico do curso de modo a que esteja em consonância com as demandas da sociedade e do meio produtivo;
- implementar mecanismos para o acompanhamento dos egressos e levantamento das demandas da sociedade.

Portanto, a criação de cursos requer um planejamento junto às diretorias sistêmicas responsáveis e às diretorias dos *campi*. O projeto de criação do curso deve estar de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional vigente, atender às demandas da sociedade, e prever a disponibilidade dos recursos necessários como: (1) corpo docente; (2) infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão; e (3) recursos financeiros.

O processo de criação de cursos na instituição está regulamentado por meio dos seguintes documentos: Resolução nº 10/2016 do CODIR - Normas para Criação de Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação no âmbito do Cefet/RJ, inicialmente elaboradas pela Direção de Ensino e aprovadas no Conselho de Ensino (CONEN). Atendidos os dispositivos da legislação superior, o Projeto de Abertura de Curso (PAC) deverá estar em consonância com o PDI, o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e os regulamentos dos Conselhos Regionais, quando for o caso, atendendo as demandas locais e a Resolução nº 12/2017 do CODIR - Regulamento para Criação e Extinção de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Âmbito do Cefet/RJ. Os regulamentos preveem a análise dos recursos necessários para o funcionamento, o levantamento das demandas pelo curso junto à sociedade e aprovação nos conselhos pertinentes. O Projeto de Abertura de Curso (PAC) deve contemplar, entre outros itens, a adequação do curso as demandas do mercado de trabalho, grade curricular completa do curso, carga horária total do curso, infraestrutura disponível a ser implantada e corpo docente e técnico administrativo disponível a ser contratado para atender as necessidades do curso.

6.2. Diretoria de Ensino e sua organização no Sistema Multicampi

A Diretoria de Ensino (DIREN) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino técnico de nível médio e superior do Cefet/RJ.

A DIREN é composta por quatro departamentos, sendo dois de caráter sistêmicos e dois exclusivos da sede Maracanã:

- Sistêmicos:
 - Departamento de Desenvolvimento Educacional (DEDED),
 - Departamento de Administração e Registros Acadêmicos (DERAC).
- Exclusivos da sede Maracanã:
 - Departamento de Ensino Superior (DEPES)
 - Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET)

Além disso, tendo em vista o caráter sistêmico da DIREN, esta diretoria é ainda responsável por orientar e acompanhar as gerências acadêmicas dos *campi*.

Em resumo, o DEDED é o departamento responsável pelo suporte às atividades realizadas pela DIREN, bem como a gestão das atividades desenvolvidas pela Divisão de Mídia Educacional (DIMED) e pela Divisão de Projetos Educacionais (DIPED). O DERAC é responsável pela organização do processo de matrículas de modo geral, elaboração e expedição de documentação acadêmica dos alunos, atualização de dados no Sistema Acadêmico (SIE) e fornecimento de informações acadêmicas para alimentação dos sistemas do MEC. O DEPES é o departamento responsável pelo ensino superior (graduação) da sede Maracanã. O DEMET é responsável pelo ensino técnico de nível médio na sede Maracanã. As gerências acadêmicas dos *campi* são responsáveis tanto pelo ensino superior (graduação) e técnico de nível médio nos campi.

Todos os *campi* do sistema Cefet/RJ possuem um setor de apoio pedagógico composto por técnicos educacionais e pedagógicos. A Direção de Ensino conta com uma equipe pedagógica constituída por técnicos educacionais para suporte aos Projetos Pedagógicos dos cursos do Sistema Cefet/RJ, dentre outras atividades.

A DIREN ainda é responsável pela organização, divulgação e coordenação do Programa de Monitoria, que oferece bolsas do próprio Cefet/RJ para alunos do Ensino Médio/Técnico e Ensino Superior de todos os Campi, tendo como objetivos: (i) despertar no aluno o interesse pela carreira docente; (ii) estimular a interação e a cooperação entre os corpos docente e discente; (iii) intensificar valores fundamentais à formação acadêmica como responsabilidade e comprometimento; (iv) promover um aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, o Programa de Monitoria torna-se um instrumento estratégico importante para a permanência estudantil e para a formação acadêmica de qualidade.

6.2.1. Oferta de Cursos no Cefet/RJ

A seguir, é apresentado um panorama das matrículas em cursos técnico de nível médio e de graduação em todos os *campi* do Cefet/RJ no ano de 2018.

Tabela 1 – Matrículas dos cursos regulares EMT Multicampi 2018

MATRÍCULAS em cursos regulares oferecidos nos Campi do Cefet/RJ em 2018								
CURSOS		Campi						
		Campus sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Maria da Graça	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra dos Reis
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO								
Área profissional	Habilitação							
Construção Civil	Edificações	48						
	Edificações (Integrado)	69						
	Estradas (Integrado)	29						
Geomática	Meteorologia (Integrado)	31						
Controle e Processos Industriais	Sistemas de Energias Renováveis			20				
Gestão	Administração	75						
	Administração (Integrado)	33						
Indústria	Eletrônica	48						
	Eletrônica (Integrado)	57						
	Eletrotécnica	52						
	Eletrotécnica (Integrado)	62						
	Automação Industrial (Integrado)		36	30				
	Manutenção Automotiva (Integrado)			32				
	Mecânica	37					80	
	Mecânica (Integrado)	64					75	
Informática	Informática (Integrado)	65	37			39		
Saúde	Enfermagem (Integrado)		34					
	Segurança do Trabalho	70		15				
	Segurança do Trabalho (Integrado)	29		29				
	Telecomunicações	84						

Telecomunicações	Telecomunicações (Integrado)	30	34		34				
Turismo e Hospitalidade	Turismo (Integrado)	28							
Produção Alimentícia	Alimentos (Integrado)								32
Química	Química (Integrado)								30
Infraestrutura	Portos						66		
Total		911	141	267	34	39	141	80	62

Tabela 2 – Matrículas dos cursos regulares nível superior Multicampi 2018

MATRÍCULAS em cursos regulares oferecidos nos Campi do Cefet/RJ em 2018									
CURSOS		Campi							
		Campus sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Maria da Graça	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra dos Reis	Campus Valença
SUPERIORES DE TECNOLOGIA									
Área profissional	Habilitação								
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo					34			
Total						34			
MATRÍCULAS em cursos regulares oferecidos nos Campi do Cefet/RJ em 2018									
CURSOS		Campi							
		Campus sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Maria da Graça	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra dos Reis	Campus Valença
BACHARELADO									
Administração		89							49
Engenharia Ambiental		63							
Engenharia de Produção		103	60				66		
Engenharia Elétrica		65				66			
Engenharia Elétrica – Sistemas de Energia								44	
Engenharia Eletrônica		40							
Engenharia de Telecomunicações		37							
Engenharia Mecânica		105	54				76	54	
Engenharia de Controle e Automação		34	52						
Engenharia Civil		75							
Engenharia Metalúrgica								35	
Engenharia de Alimentos									21
Engenharia da Computação					62				

Ciência da Computação	87								
Sistemas de Informação			28		59				
Física	14								
Turismo				57					
Línguas Estrangeiras Aplicadas a Negociações Internacionais	42								
Total	754	166	28	119	125	142	133	70	
LICENCIATURA									
Física				55	32				
Total				55	32				

6.2.2. Projeção Anual de Vagas de ingressos PDI 2020-2024

As Comissões Temáticas e Locais realizaram uma projeção de vagas para os cursos técnico de nível médio, superior e pós-graduação, bem como para grupos de pesquisa e projetos de extensão nos campi do Cefet/RJ.

Tabela 3 – Projeção Anual de Vagas de ingresso dos cursos regulares EMT I

Projeção Anual de VAGAS DE INGRESSO nas séries iniciais dos cursos MÉDIO TÉCNICOS											
Campus Maracanã											
CURSOS		2020		2021		2022		2023		2024	
		Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Infraestrutura	Edificações	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Estradas	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Ambiente, Saúde e Segurança	Meteorologia	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Segurança do Trabalho	40	80	40	80	40	80	40	80	40	80
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Eletrotécnica	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Mecânica	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Informação e Comunicação	Informática	120	-	120	-	120	-	120	-	120	-
	Telecomunicações	40	80	40	80	40	80	40	80	40	80
Gestão e Negócios	Administração	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Turismo e Hospitalidade	Turismo e Entretenimento	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Subtotal		720	560	720	560	720	560	720	560	720	560
Total		1280		1280		1280		1280		1280	

Tabela 4 – Projeção Anual de Vagas de Ingressos dos cursos regulares EMT Multicampi

Projeção Anual de VAGAS DE INGRESSO nas séries iniciais dos cursos MÉDIO TÉCNICOS											
Campus Nova Iguaçu											
CURSOS		2020		2021		2022		2023		2024	
		Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Ambiente, Saúde e Segurança	Enfermagem	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
Informação e Comunicação	Informática	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
	Telecomunicações	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
Total		144	-	144	-	144	-	144	-	144	-
Campus Maria da Graça											
CURSOS		2020		2021		2022		2023		2024	
		Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Ambiente, Saúde e Segurança	Segurança do Trabalho (integrado)	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
	Segurança do Trabalho (subsequente)	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial (integrado)	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
	Manutenção Automotiva (integrado)	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
Controle e Processos Industriais	Energias Renováveis (subsequente)	-	30	-	30	-	30	-	30	-	30
Total		90	70	90	70	90	70	90	70	90	70
Campus Petrópolis											
CURSOS		2020		2021		2022		2023		2024	
		Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Informação e Comunicação	Telecomunicações - Ênfase em TV Digital	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo (integrado)	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
Total		72	-	72	-	72	-	72	-	72	-
Campus Nova Friburgo											

CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024		
	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Informação e Comunicação	Informática	20	-	20	-	20	-	20	-	20	-
Gestão e Negócios	Administração	20	-	20	-	20	-	20	-	20	-
Total		40	-	40	-	40	-	40	-	40	-

Tabela 5 – Projeção Anual de Vagas de Ingressos dos cursos regulares EMT Multicampi III

Projeção Anual de VAGAS DE INGRESSO nas séries iniciais dos cursos MÉDIO TÉCNICOS											
Campus Itaguaí											
CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024		
	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Gestão e Negócios	Logística	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
	Administração	-	-	20	-	20	-	20	-	20	-
Controle e Processos Industriais	Mecânica	80	-	40	-	20	-	20	-	20	-
	Metalurgia	-	-	20	-	20	-	20	-	20	-
Informação e Comunicação	Informática	-	-	-	-	20	-	20	-	20	80
Total		80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Campus Angra dos Reis											
CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024		
	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Controle e Processos Industriais	Mecânica	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Total		80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Campus Valença											
CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024		
	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Produção Alimentícia	Alimentos	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-

Química	Química	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
Total		60	-	60	-	60	-	60	-	60	-

Tabela 6 – Projeção Anual de Vagas de Ingressos dos cursos regulares de nível superior I

Projeção Anual de VAGAS DE INGRESSO nas séries iniciais dos cursos SUPERIORES											
Campus Maracanã											
CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024		
	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	
BACHARELADO											
Administração	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	
Ciência da Computação	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	
Engenharia Ambiental	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	
Engenharia de Produção	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	
Engenharia Elétrica	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
Engenharia Eletrônica	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
Engenharia de Telecomunicações	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
Engenharia Mecânica	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	
Engenharia de Controle e Automação	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
Engenharia Civil	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	
Física (integral)	20	-	20	-	20	-	20	-	20	-	
Línguas Estrangeiras Aplicadas a Negociações Internacionais	30	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
Total	750	-	760	-	760	-	760	-	760	-	
Campus Maria da Graça											
CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024		
	Integral	Notur	Integral	Notur	Integral	Notur	Integral	Notur	Integral	Notur	
BACHARELADO											
Sistemas de Informação	-	60	-	60	-	60	-	60	-	60	
Total	-	60	-	60	-	60	-	60	-	60	
Campus Nova Iguaçu											
CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024		
	Integral	Notur	Integral	Notur	Integral	Notur	Integral	Notur	Integral	Notur	
BACHARELADO											
Engenharia de Produção	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	
Engenharia Industrial de Controle e Automação	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	
Engenharia Mecânica	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	
Enfermagem	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	

Matemática Computacional	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Total	400	-	400	-	400	-	400	-	400	-
Campus Petrópolis										
CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024	
	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur
BACHARELADO										
Administração							80	-	80	-
Engenharia da Computação	70	-	70	-	70	-	70	-	70	-
Física									80	-
Turismo	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
Total	70	80	70	80	70	80	150	80	230	80
LICENCIATURA										
Física	-	60	-	60	-	60	-	60	-	60
Matemática	-	60	-	60	-	60	-	60	-	60
Total	-	120	-	120	-	120	-	120	-	120

Tabela 7 – Projeção Anual de Vagas de ingressos dos cursos regulares de nível superior II

Projeção Anual de VAGAS DE INGRESSO nas séries iniciais dos cursos SUPERIORES											
Campus Nova Friburgo											
CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024		
	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	
SUPERIORES DE TECNOLOGIA											
Eixo Tecnológico	Tecnólogo em										
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo		-	80	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	80	-	-	-	-	-	-	-	-	
BACHARELADO											
Sistemas de Informação	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	
Engenharia Elétrica	-	40	-	80	-	80	-	80	-	80	
Turismo		40		80		80		80		80	
Total	-	160	-	240	-	240	-	240	-	240	
LICENCIATURA											
Física	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	
Total	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	
Campus Itaguaí											
CURSOS	2020	2021	2022	2023	2024						

	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur
BACHARELADO										
Engenharia Mecânica	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
Engenharia de Produção	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Administração	-	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Total	80	80	160	80	160	80	160	80	160	80
Campus Angra dos Reis										
CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024	
	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur	Diur	Notur
BACHARELADO										
Engenharia Elétrica	70	-	70	-	70	-	70	-	70	-
Engenharia Materiais	44	-	44	-	44	-	44	-	44	-
Engenharia Mecânica	70	-	70	-	70	-	70	-	70	-
Engenharia Metalúrgica	44	-	44	-	44	-	44	-	44	-
Total	228	-	228	-	228	-	228	-	228	-
Campus Valença										
CURSOS	2020		2021		2022		2023		2024	
	Integ	Notur	Integ	Notur	Integ	Notur	Integ	Notur	Integ	Notur
BACHARELADO										
Engenharia de Alimentos	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
Administração	-	70	-	70	-	70	-	70	-	70
Total	50	70	50	70	50	70	50	70	50	70

Tabela 8 - Quadro de projeção da oferta anual de vagas de ingresso EAD I

Projeção Anual de VAGAS DE INGRESSO nas séries iniciais dos cursos EAD superiores					
CURSOS DE GRADUAÇÃO EAD	2020	2021	2022	2023	2024
Gestão de Turismo	250	250	250	250	250
Engenharia de Produção	400	400	400	400	400
Total	650	650	650	650	650

Fonte: Coord. TGT e BEP, EAD (2018)

Tabela 9 - Quadro de projeção da oferta anual de vagas de ingresso EAD II

Projeção Anual de VAGAS DE INGRESSO nas séries iniciais do curso EAD Pós (UAB)					
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EAD	2020	2021	2022	2023	2024
Educação Tecnológica (UAB)	0	300	0	300	0

Fonte: Coord. UAB (2018)

Tabela 10 – Projeção Anual de Vagas de Ingressos Programas de Pós-Graduação

Projeção anual de vagas de INGRESSO na Pós-Graduação (Stricto Sensu)						
Programa	Cursos	2020	2021	2022	2023	2024
Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO)*	Mestrado Acadêmico	20	20	20	20	20
	Doutorado Acadêmico	10	10	10	10	10
Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	Mestrado Acadêmico	20	20	20	20	20
	Doutorado Acadêmico	10	10	10	10	10
Engenharia Elétrica (PPEEL)	Mestrado Acadêmico	20	20	20	20	20
Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	Mestrado Acadêmico	20	20	20	20	20
	Doutorado Acadêmico	10	10	10	10	10
Relações Étnico-raciais (PPRER)	Mestrado Acadêmico	20	20	20	20	20
Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO)**	Doutorado Acadêmico	10	10	10	10	10
Filosofia e Ensino (PPFEN)**	Mestrado Profissional	20	20	20	20	20
Ciência da Computação (PPCIC)	Mestrado Acadêmico	20	20	20	20	20
Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP)	Mestrado Acadêmico	20	20	20	20	20

Fonte: DIPPG (2018)

Tabelas 11, 12 – Projeções anuais DIPPG

Projeção anual do número de grupos de pesquisa para o período 2020-2024					
GRUPOS	2020	2021	2022	2023	2024
		44	45	46	47

Projeção anual do número de docentes envolvidos nos grupos de pesquisa para o período 2020-2024					
DOCENTES	2020	2021	2022	2023	2024
		200	205	210	215
DISCENTES	2020	2021	2022	2023	2024
		220	230	240	250

Tabelas 13,14 – Projeções anuais DIREX

Projeção anual do número de Projetos de Extensão para o período 2020-2024					
PROJETOS DE EXTENSÃO	2020	2021	2022	2023	2024
		243	254	266	277

Projeção anual do número de docentes e discentes envolvidos nos Projetos de Extensão para o período 2020-2024					
DOCENTES	2020	2021	2022	2023	2024
	299	314	328	342	356
DISCENTES	2020	2021	2022	2023	2024
	742	778	813	848	884

7. PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO & INOVAÇÃO

7.1. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e sua organização no Sistema Multicampi

A Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de pesquisa e pós-graduação nas diferentes unidades do Sistema Multicampi que compõem o Cefet/RJ. O Departamento de Pesquisa (DEPEQ) e o Departamento de Pós-Graduação (DEPOG) coordenam as principais atividades que representam esta diretoria sistêmica.

7.2. Pesquisa

O Departamento de Pesquisa (DEPEQ), vinculado à DIPPG, apresenta caráter sistêmico e tem como finalidade incentivar, sistematizar, cadastrar, gerir e avaliar a atividade de pesquisa realizada na Instituição em todos os níveis de ensino. As ações do Departamento se concretizam através da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET).

Para o desenvolvimento de suas atividades, os docentes contam com laboratórios de pesquisa bem equipados, além da infraestrutura de apoio necessária. Nos últimos anos, os investimentos na pesquisa têm aumentado progressivamente através de recursos oriundos da própria Instituição, distribuídos mediante editais internos baseados em indicadores de qualidade e produtividade, bem como, de recursos oriundos de órgãos de fomento como FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

7.2.1. Características dos grupos de pesquisa

No final de 2018, havia 44 Grupos de Pesquisa do Cefet/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq, traduzindo a pluralidade de saberes que compõem a identidade institucional.

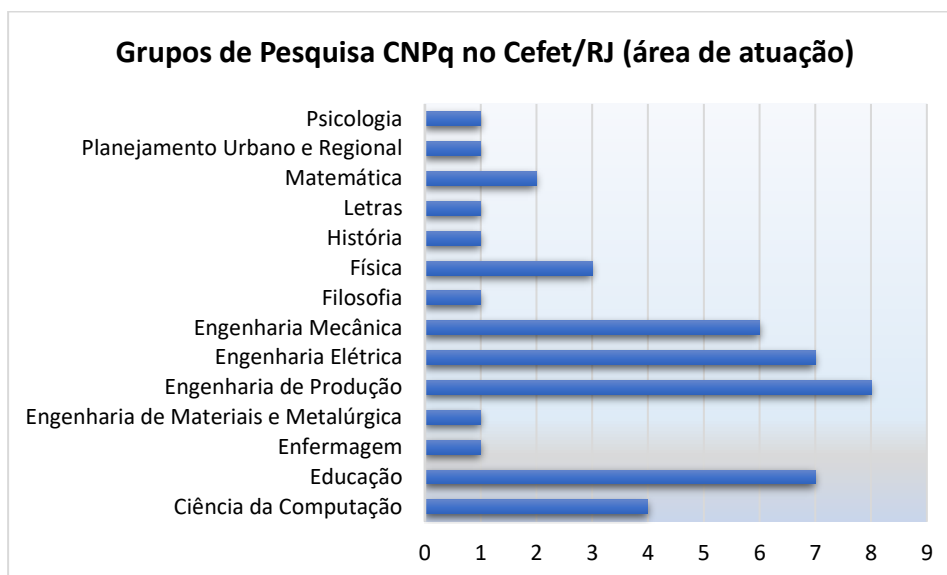


Gráfico 13 - Grupos de Pesquisa CNPq do Cefet/RJ por área de atuação

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Lattes (2018)

Tabela 16 - Consolidado sobre Grupos de Pesquisa CNPq do Cefet/RJ

Nº de docentes e discentes - Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq	
Grupos cadastrados	44
Docentes envolvidos	201
Discentes envolvidos	357

Fonte: DIPPG/COPET (2018)

Tabela 17 - Relação dos Grupos de Pesquisa CNPq do Cefet/RJ

Grupos de Pesquisa do Cefet/RJ cadastrados no CNPq	
Nome do Grupo	Área Predominante
Algoritmos, Complexidade e Modelagem Computacional	Ciências Exatas e da Terra
Automação	Engenharias
Ciência de Dados	Ciências Exatas e da Terra
Compósitos e Adesivos	Engenharias

Cooperação Tecnológica, Inovação e Desenvolvimento	Engenharias
CTS e Educação	Ciências Humanas
Desenvolvimento e Normalização da Produção	Engenharias
Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos	Ciências Sociais Aplicadas
Dispositivos e Sistemas Ópticos	Engenharias
Divulgação Científica: práticas de apropriação por docentes e discentes no ensino de ciências	Ciências Humanas
Educação em Ciências e Representações Sociais (EDUCIRS)	Ciências Humanas
EMMA - Estudos em Modelagem Matemática	Ciências Exatas e da Terra
Estudos de Prevenção de Riscos e Agravos à Saúde	Ciências da Saúde
Filosofia e Ensino	Ciências Humanas
Física Experimental e Aplicada	Ciências Exatas e da Terra
GAIC - Grupo de Automação, Instrumentação e Controle	Engenharias
GEOS - Gestão e Engenharia de Operações e Sistemas	Engenharias
Gestão da Tecnologia	Engenharias
Gestão do Conhecimento e da Inovação Tecnológica	Engenharias
Grupo de Empreendedorismo, Energia, Meio Ambiente e Tecnologia	Engenharias
Grupo de Física Teórica e Experimental	Ciências Exatas e da Terra
História e Filosofia da Ciência no Ensino	Ciências Humanas
História e Historiografia dos Intelectuais e das Políticas Públicas: América, Europa e África	Ciências Humanas
Informática na Educação	Ciência Exatas e da Terra
Integridade Estrutural	Engenharias
Interações Fundamentais	Ciências Exatas e da Terra
Laboratório de Aprendizagem	Engenharias
Matemática Aplicada à Física e à Engenharia	Matemática

Mecatrônica	Engenharias
Meio Ambiente e Eficiência Energética	Engenharias
Mineração de Dados	Ciência Exatas e da Terra
Mobility Systems Laboratory – MOB-LAB	Engenharias
Nanociência e Meio Ambiente	Engenharias
Novas Abordagens em Tecnologia e Educação	Ciências Humanas
Novas tecnologias aplicadas ao ensino de ciências e matemática	Ciências Humanas
Perspectivas Sociais em Ensino de Ciências	Ciências Humanas
Práticas Discursivas na Produção de Identidades Sociais: Fatores Humanos, Organizações e Trabalho	Ciências Humanas
Racismo, Discurso e Cinema Negro	Linguística, Letras e Artes
Redes Adaptativas e Processamento Inteligente	Engenharias
Sistemas e Estruturas Inteligentes	Engenharias
Teoria e Técnicas de Eletrônica	Engenharias
Transmissão Digital e Comunicações Eletrônicas	Engenharia Elétrica
Ultra-som	Engenharia de Materiais e Metalúrgica
Usinagem e Conformação Termo-mecânica	Engenharia Mecânica

Fonte: DIPPG/COPET, nov. 2018

7.2.2. Iniciação científica

Além dos docentes e dos discentes da pós-graduação, os alunos da graduação e do ensino médio-técnico também são incentivados a se engajarem nas atividades de pesquisa. Para tanto, são oferecidas bolsas de iniciação científica, financiadas pelo CNPq e pelo Cefet/RJ, através dos programas PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e PIBIC-EM (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio).

Tabela 18 - Tipos de Bolsa de iniciação científica

Nº de bolsas anual por tipo e órgão financiador		
Órgão financiador	Iniciação Científica - Graduação	Iniciação Científica – Ensino Médio
CNPq	38	15
Cefet/RJ	100	50
TOTAL	138	65

Fonte: DIPPG/COPET
(2018)

O ingresso nesses programas se dá mediante edital de seleção, e o acompanhamento e a avaliação dos programas são realizados por Comitês, sendo um Interno e outro Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento. Os resultados dos projetos de Iniciação Científica são apresentados pelos alunos nos Seminários de Iniciação Científica e Tecnológica do Cefet/RJ, evento anual promovido pela Instituição.

7.2.3. Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e a Política de Inovação

O Cefet/RJ, atento às demandas nacionais por desenvolvimento, que encontrem apoio em suas características institucionais de atuação na tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, vem acompanhando e contribuindo para a superação das limitações que mantém o Brasil um país de renda média e com grave problema distributivo.

Com a elevação da inovação à prioridade nacional e elemento que favorece o desenvolvimento brasileiro, as ações do Cefet/RJ foram se ampliando nesta área, a partir dos anos 2000. O tema ganhou culminância, no âmbito regulatório, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, que atualizou o tratamento dado aos temas de ciência, tecnologia e inovação na Constituição Federal de 1988.

O tratamento da inovação foi se tornando mais consolidado institucionalmente e, em 20 de outubro de 2008, dando cumprimento à Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação), o Cefet/RJ criou o seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado ao Departamento de Pesquisa (DEPEQ) na Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), cujo regulamento foi aprovado em 07 de agosto de 2009.

O NIT Cefet/RJ surgiu com a missão de estabelecer a proteção adequada das criações intelectuais geradas no âmbito da instituição, visando sua transferência ao setor produtivo e à sociedade, de modo a contribuir para o desenvolvimento tecnológico, social e cultural do estado do Rio de Janeiro e do país. No contexto do desenvolvimento de atividades voltadas à geração e à

oferta de novas tecnologias para a sociedade, foi aprovada a primeira Política de Inovação do Cefet/RJ, em 28 de agosto de 2015.

A partir da Lei nº 13.243/2016 e o Decreto nº 9.283/2018, constitui-se o novo marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Brasil, trazendo em seu bojo novas possibilidades de atuação para o Cefet/RJ. Neste sentido, é relevante destacar que houve reforço na importância conferida às políticas de inovação no âmbito das instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICT).

Para fazer frente aos novos desafios e possibilidades de atuação que se descortinam com a nova regulamentação nacional para a inovação, a Comissão de Inovação do Cefet/RJ iniciou as tratativas para a atualização da Política de Inovação, capaz de permitir o tratamento dinâmico dos temas que integram atividades, tais como: o desenvolvimento de estudos no campo da Propriedade Intelectual; os estudos e estratégias para a transferência da inovação gerada em ICT; a promoção e o acompanhamento do relacionamento do Cefet com empresas; a divulgação interna do tema inovação.

Outras atribuições incluem a negociação e gestão de acordos de transferência de tecnologias oriundas do Cefet/RJ, sua possível representação pública no âmbito da política de inovação, além da prestação de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O momento é de reflexão e de busca de novas soluções e competências com a finalidade de apoiar a implementação e gestão da política de inovação do Cefet/RJ de acordo com a nova legislação.

Desta forma, através da atuação em atividades que promovam a inovação no meio produtivo, nos próximos anos, o Cefet/RJ tem a oportunidade de perseguir a ampliação de sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país nas regiões em que se insere. Tendo em vista a importância da sensibilização institucional para o tema e a demanda por ações articuladas que perpassam o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão administrativa, a inovação emerge como tema fundamental neste PDI.

7.3. Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu

O Departamento de Pós-Graduação (DEPOG), criado em 2017, é o órgão responsável pela execução da política de pós-graduação, *stricto* e *lato sensu*, estabelecida pela DIPPG, em consonância com o PDI.

A gestão dos programas de pós-graduação *stricto sensu* é feita pelas coordenadorias dos programas, cujo coordenador é eleito pelos respectivos colegiados. Os programas atendem às diretrizes estabelecidas pela Capes e

seguem o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Cefet/RJ e as normas específicas de cada programa.

A gestão dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, por sua vez, é feita pela Coordenadoria Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (CGLAT), que tem por objetivo executar a política de pós-graduação estabelecida para esses cursos nacionalmente e no âmbito da Instituição. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* seguem regulamento próprio e, independente da CGLAT, cada curso tem um coordenador responsável. A aprovação dos cursos segue tramitação que envolve um edital anual para submissão de propostas.

Seguindo os mesmos princípios das atividades de pesquisa, o ensino de pós-graduação *stricto sensu* orienta-se pelo que preconizam as políticas públicas e se encontra alinhado com os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), formando recursos humanos qualificados para atuar nos meios acadêmico, empresarial e governamental. No que tange à pós-graduação *lato sensu*, busca-se atender as demandas da sociedade, em consonância com a vocação institucional e com a concepção de educação tecnológica defendida pela Instituição.

A Instituição entende a importância da internacionalização das suas atividades de pesquisa, e por isso, durante o período do PDI vigente (2015-2019), foram desenvolvidos esforços, que resultaram no estabelecimento de parcerias e convênios com instituições estrangeiras e na aprovação de projetos de pesquisa em órgãos de fomento que viabilizaram a presença de pesquisadores visitantes estrangeiros na Instituição. Também foram realizados esforços para viabilizar a seleção de pesquisadores de pós-doutorado estrangeiros para atuarem junto aos programas de pós-graduação do Cefet/RJ.

7.3.1. Programas de Pós-Graduação

Atualmente, o Cefet/RJ possui oito programas de pós-graduação *stricto sensu*, que oferecem um total de 12 cursos, sendo 4 doutorados, 7 mestrados acadêmicos e 1 mestrado profissional. Em 2019, também estavam em andamento 5 cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo 4 presenciais e 1 na modalidade a distância (EAD), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), todos gratuitos.

Tabela 19 - Matrícula dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* do Cefet/RJ

MATRÍCULAS dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em 2018

Programa	Cursos	Início	Áreas de concentração	Área Básica	Matrículas em 2018
Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO)*	Mestrado Acadêmico	1992	Tecnologia, Gestão e Inovação	Engenharia de Produção	39
	Doutorado Acadêmico	2016			30
Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	Mestrado Acadêmico	2008	Tecnologia e Desenvolvimento de Materiais	Engenharia Mecânica	47
	Doutorado Acadêmico	2016			33
Engenharia Elétrica (PPEEL)	Mestrado Acadêmico	2009	Sistemas Eletrônicos Industriais	Engenharia Elétrica	24
Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	Mestrado Acadêmico	2010	Ciência, Tecnologia e Educação	Ensino de Ciências e Matemática	30
	Doutorado Acadêmico	2013			35
Relações Étnico-raciais (PPRER)	Mestrado Acadêmico	2011	Relações Étnico-raciais	Sociais e Humanidades	57
Instrumentação e Ótica Aplicada (PPGIO)**	Doutorado Acadêmico	2015	Instrumentação e Fotônica	Engenharia Elétrica	16
Filosofia e Ensino (PPFEN)**	Mestrado Profissional	2015	Filosofia e Ensino de Filosofia	Filosofia	38
Ciência da Computação (PPCIC)	Mestrado Acadêmico	2016	Ciência da Computação	Ciência da Computação	43
Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP)	Mestrado Acadêmico	2019	Gestão de Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Regional	Planejamento Urbano e Regional / Demografia	N/A

Fonte: DIPPG (2018)

Não obstante, deve-se ressaltar que para o desenvolvimento das atividades de Pós-Graduação, os Programas e Grupos de Pesquisa também contam com laboratórios de pesquisa, exclusivos e dedicados para as necessidades específicas de algumas áreas. Em seguida, são apresentados dois marcos considerados relevantes na Pós-Graduação do Cefet/RJ:

Primeira defesa de mestrado no Cefet/RJ completará 25 anos em 2020

Em 2020, a primeira defesa de mestrado no Cefet/RJ completará 25 anos. O Programa de Pós-Graduação em Tecnologia lavrava em ata a defesa de Walker Andrade da Silva Filho, em 1995 do trabalho, intitulado “Estudo da fragilização ao revenido de metal de solda de aço 2,25Cr – 1Mo”, está arquivado na biblioteca do Cefet/RJ. Desde então, o Cefet/RJ tem registrado uma ampliação significativa na oferta de vagas na pós-graduação *stricto sensu*.

No período do PDI 2015-2019, o Cefet/RJ concede primeiro título de doutor

Em 2017, o Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação concedeu o primeiro título de doutor pelo Cefet/RJ. O professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) Roberto Dalmo defendeu a tese intitulada “A formação de professores de Ciências em uma perspectiva de educação em Direitos Humanos”. A abordagem foi realizada a partir da

pesquisa-ação, metodologia que possibilita ao pesquisador intervir em uma problemática social, tendo em vista sua transformação. A motivação surgiu da história de vida do pesquisador. Dalmo lecionou no ensino médio e, durante a experiência, enfrentou situações para as quais não se sentia preparado. Anos mais tarde, como docente do ensino superior, viu a oportunidade não só de refletir sobre o assunto, como também de promover mudanças na formação de novos educadores, preparando-os para lidar com questões relacionadas aos Direitos Humanos.

Além disso, é importante ressaltar que a DIPPG está inserida nas discussões do FOPROP (Fórum dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação) e do COPROPI (Colégio de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação) das IFES da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), além de outros importantes órgãos, como apresentado a seguir:

Diretor científico da ABEPRO é docente do Cefet/RJ

O Cefet/RJ integra a diretoria da Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO). O docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Rafael Barbastafeno, é responsável pela Diretoria Científica desde 2016. A Diretoria Científica é responsável pelas atividades acadêmicas da ABEPRO. Suas atribuições incluem a coordenação das atividades do núcleo editorial, responsável pela publicação e distribuição de livros e revistas, e a realização do Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Engenharia de Produção (Encep) e do Encontro Nacional de Engenharia de Produção (Enegep). De acordo com o diretor científico, além de primar pelo fortalecimento dessas atividades, a gestão busca uma maior aproximação com entidades internacionais.

A ABEPRO representa docentes, profissionais e alunos de Engenharia de Produção. A associação atua há mais de 20 anos, tendo, como principais funções, esclarecer o papel do engenheiro de produção na sociedade e no mercado; fazer a interlocução entre a categoria e instituições governamentais, entidades privadas e organizações não governamentais ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão na área de Engenharia de Produção.

Professora do Cefet/RJ é eleita presidente de entidade internacional

Em 2017, a professora Andreia Guerra, do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE), líder do Núcleo de Investigação em Ensino, História da Ciência e Cultura do Cefet/RJ, foi eleita presidente do International History, Philosophy and Science Teaching Group (IHPST), a mais importante organização internacional na área do Ensino de História e Filosofia da Ciência. “Essa eleição representa mais um passo no processo de internacionalização do PPCTE e está vinculada à premissa de internacionalizar a pesquisa e a pós-graduação do Cefet/RJ”, enfatiza a professora. Essa é a primeira vez que a presidência do IHPST é ocupada por um representante fora do eixo Europa-Estados Unidos.

A integração da pesquisa, inovação e pós-graduação na DIPPG também compreende uma série de atividades e eventos, promovidos ao longo dos períodos letivos, proporcionando aos seus estudantes uma oportunidade para intercâmbio com cientistas internacionais e pesquisadores das mais diversas áreas, bem como a inserção no cenário internacional e a projeção de novos talentos nas Ciências, Humanidades, Tecnologias e Educação.

Equipe do Cefet/RJ e UFRJ vencem a competição internacional Invent for the Planet 2019

Equipe composta por estudantes de graduação e de pós-graduação do Cefet/RJ e da UFRJ ficou em primeiro lugar na competição internacional Invent for the Planet 2019, que aconteceu nos dias 23 e 24 de abril nos Estados Unidos. A equipe brasileira, batizada com o nome de Tupã, foi a única do hemisfério sul selecionada como Global Top Five para a etapa final e concorreu com outras quatro equipes dos Estados Unidos, da Grécia e do Reino Unido.

Conferência Internacional sobre Ensino da Ciência no Cefet/RJ (IHPST 2015)

Fonte: Adaptado de ASCOM, Informativo Eletrônico nº 07, julho de 2015.

Em 2015, pesquisadores de 22 países apresentaram 115 trabalhos acadêmicos durante a XIII Conferência Internacional sobre História, Filosofia e Ensino da Ciência (13th Biennial IHPST Conference), que aconteceu no Cefet/RJ.

A conferência, considerada uma das mais importantes da área de História, Filosofia e Ensino de Ciências, acontece a cada dois anos e foi organizada pelo “The International Group of History, Philosophy and Science Teaching” (IHPST), grupo fundado em 1987. O principal objetivo do IHPST é o aperfeiçoamento do ensino da Ciência e da Matemática nas escolas e universidades e, pela primeira vez, o evento aconteceu fora do eixo Europa-Canadá-Estados Unidos.



Pesquisadores vindos da Argentina, Colômbia, Chile, México, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Portugal, Espanha, Inglaterra, Grécia, Irlanda, Dinamarca, Suécia, Bélgica, Turquia, Líbano, Israel, Arábia Saudita, China e Coreia do Sul, além dos brasileiros, também apresentaram trabalhos. Com múltiplas perspectivas teóricas, essas pesquisas discutiram como a História e Filosofia da Ciência se relacionam com as questões curriculares e pedagógicas presentes no processo de ensino-aprendizagem das ciências e da Matemática.

Os professores Marco Braga e Andreia Guerra, do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) do Cefet/RJ, foram os responsáveis pela organização do evento. Doutor em Engenharia de Produção pela UFRJ, Braga ressaltou que a realização da “13th Biennial IHPST Conference” no Rio de Janeiro marcou a importância do Cefet/RJ no

cenário internacional das pesquisas na área de História e Filosofia da Ciência no Ensino. “Para nós, foi uma honra receber grupos de pesquisas de diversos países e uma oportunidade única para o Cefet/RJ ter sido o local escolhido para sediar o mais importante evento da área”, enfatizou o professor.

Evento no Museu do Amanhã reúne Ciência e Arte para as inovações do futuro

Fonte: Adaptado de ASCOM, Informativo Eletrônico, nº 25, jan/fev de 2018

Durante seis dias, alunos e professores do Cefet/RJ, junto com outros integrantes da UFRJ, da PUC-Rio e da Willem de Kooning Academy da Holanda, vivenciaram o diálogo entre a Ciência e a Arte no Museu do Amanhã. O evento Superfícies respiráveis – sistemas fotossintéticos autônomos, realizado no Laboratório de Atividades do Amanhã do museu, contou com uma série de atividades e oficinas visando discutir como designers e artistas em conjunto com cientistas e engenheiros podem propor um futuro inovador.

Apoiado pelo Consulado Geral dos Países Baixos e coordenado pelo pesquisador e artista Ivan Henriques, o evento aconteceu entre os dias 23 e 28 de fevereiro e teve a participação de alunos de doutorado, mestrado e graduação de diversas áreas do conhecimento, como Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Artes e Design. Segundo o diretor de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG) do Cefet/RJ, Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco, o evento foi bastante impactante para a formação dos alunos envolvidos. Os trabalhos desenvolvidos ao longo de quase uma semana foram centrados em conceitos de design e meio ambiente, bem como na utilização de materiais inteligentes como elementos atuadores dos protótipos.



“O desafio obrigou os alunos a ‘pensarem fora da caixa’, fora do conforto da sua área de atuação, buscando soluções inovadoras envolvendo a integração das diferentes áreas; a interação com alunos de outra nacionalidade e com outra cultura também tornou o processo mais rico”, avalia Pedro Pacheco. Para o diretor de Pesquisa e Pós-graduação, experiências desse tipo são fundamentais para a formação do aluno. “Quando for atuar como profissional, terá que lidar com questões multidisciplinares, envolvendo outros profissionais de outras áreas e, em um mundo cada vez mais globalizado, de outras nacionalidades e culturas”, ressalta. Além disso, enfatiza Pacheco, cada vez mais, “enfoques multidisciplinares, multiculturais, internacionais são essenciais para a produção de ciência e tecnologia de qualidade e que gere impacto na sociedade”.

Professor do Departamento de Disciplinas Básicas e Gerais do Cefet/RJ e também dos departamentos de Engenharia Elétrica e de Engenharia Mecânica, Leydervan de Souza Xavier considera que o evento trouxe a oportunidade de diálogo “entre áreas de conhecimento que costumam ter visões específicas que nem sempre constroem interfaces”. Segundo ele, a Ciência

e a Arte possuem modos de trabalhar muito diferentes e o evento no Museu do Amanhã, inserido em uma parceria mais ampla com a universidade holandesa, foi uma excelente oportunidade de aprendizagem para pesquisadores, professores e alunos dessas duas áreas de conhecimento. “Foi um exercício muito especial, no qual se reuniu a liberdade criativa da Arte com a Ciência, que trabalha com o enfrentamento de restrições objetivas”, avalia o professor.

8. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

A educação a distância (EAD) é uma modalidade de educação que se utiliza de tecnologia como aliada e intermediária para existir de forma eficaz e impactar de maneira positiva os alunos envolvidos. Na EAD, os alunos, professores e tutores interagem entre si a partir de uma plataforma online para cursos que possibilita esse diálogo. Neste caso, ambos os envolvidos neste processo estão separados pelo tempo e pelo espaço, ou seja, podem estar geograficamente distantes e acessar a plataforma em períodos de tempos diferentes, visto que estas questões são supridas através de um ambiente virtual de aprendizagem para tal, sem a necessidade da presença física, contando apenas com o acesso à Internet.

O marco histórico da Educação a Distância no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet/RJ), deu-se, em 1996, com o curso a distância de Especialização em Didática Aplicada à Educação Tecnológica financiado pela então Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC), atual Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). O curso foi avaliado com êxito na formação dos alunos e recomendado sua expansão. Mas, ocorreu descontinuidade na política pública decorrente da mudança de governo.

8.1. Parcerias na Educação a Distância

Essa trajetória foi retomada em 2005, com o surgimento da política pública denominada Universidade do Brasil (UAB), quando, então, o Cefet/RJ se inseriu no rol das universidades públicas que aderiram à proposta. Em 2006, o Cefet/RJ integra o Consórcio CEDERJ/Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro.

Em convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Cefet/RJ passou a oferecer também o curso de Especialização em Educação Tecnológica. Ao longo dos anos seguintes, foram disponibilizados os cursos curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (2012) e de Bacharelado em Engenharia de Produção (2015), este último em convênio com Universidade Federal Fluminense (UFF).



Figura 49 - Parcerias na modalidade EAD do Cefet/RJ

Existe ainda a previsão de abertura de edital interno para o curso de especialização em Educação, Tecnologia e suas Relações que será iniciado no primeiro semestre de 2019 e concluído em 2021. Este último é uma iniciativa do próprio Cefet/RJ, numa parceria multinível de ensino, sem convênios externos.

8.1.1. Sistema UAB

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de educação a distância em localidades estratégicas.

Assim, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as instituições públicas de ensino superior. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva-se o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

A meta prioritária do Sistema UAB é contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, e por isso, as ofertas de vagas são prioritariamente voltadas para a formação inicial de professores da educação básica.

8.1.2. Consórcio Cederj

Criado em 2000, com o objetivo de levar educação superior, gratuita e de qualidade a todo o Estado do Rio de Janeiro, o Consórcio Cederj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) é formado por oito instituições públicas de ensino superior: Cefet/RJ, IFF, UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO, e conta atualmente com mais de 45 mil alunos matriculados em seus 15 cursos de graduação a distância.

Ao implementar a metodologia de educação a distância, o Consórcio Cederj permite o acesso ao ensino daqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula. Nossos cursos de graduação a distância permitem que o aluno estude no local e horário de sua preferência, seguindo um cronograma. Para isso, ele conta com material didático especialmente elaborado, além do apoio de tutoria presencial, nos próprios polos, e a distância, por telefone (0800) ou pela internet. Não há aulas presenciais diárias, mas algumas disciplinas exigem um número mínimo de presença no polo para a execução das aulas práticas de laboratório, trabalho de campo, trabalhos em grupo, além dos estágios curriculares obrigatórios.

O Cefet/RJ tem como compromisso a ampliação dos cursos de educação superior a todo o Estado do Rio de Janeiro, ofertando assim cursos de graduação por meio da modalidade formativa que associa tecnologias da educação a distância àquelas atividades de ensino-aprendizagem presenciais. O Consórcio Cederj é o responsável pelo lançamento do edital tanto para vestibular, quanto para seleção de bolsa de coordenadores de disciplina e tutorias. Os coordenadores de curso e disciplina deverão ser obrigatoriamente servidores públicos de uma das instituições conveniadas do Consórcio Cederj. O pagamento das bolsas é fornecido pela Fundação Cecierj (criada por Lei Complementar nº 103, de 18 de março de 2002, do Estado do Rio de Janeiro), responsável pelas atividades administrativas do Consórcio Cecierj.

8.2. Abrangência geográfica e Relação de polos EAD

A seguir, são apresentados os polos que atendem os cursos de educação a distância.

Tabela 20 - Polos que ofertam o curso EAD BEP

**BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (BEP) EAD
CEDERJ**

POLOS	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE
Belford Roxo	Município de Belford Roxo	40 vagas
Campo Grande	Município de Campo Grande	40 vagas
Itaperuna	Município de Itaperuna	40 vagas
Piraí	Município de Barra do Piraí	40 vagas
Resende	Município de Resende	40 vagas

Fonte: Coordenação BEP (2018)

Tabela 21 - Polos que ofertam o curso EAD TGT

SUPERIOR EM TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO (TGT) EAD CEDERJ		
POLOS	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE
Rocinha	Município do Rio de Janeiro	50 vagas
Duque de Caxias	Município de Duque de Caxias	50 vagas
Nova Iguaçu	Município de Nova Iguaçu	50 vagas
Niterói	Município de Niterói	50 vagas
Miguel Pereira	Município de Miguel Pereira	50 vagas

Fonte: Coordenação TGT (2018)

Tabela 22 - Polos que ofertam o curso de EAD de especialização em Educação Tecnológica

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - EAD UAB		
POLOS	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE
Campo Grande	Município do Rio de Janeiro	30 vagas
Itaguaí	Município de Itaguaí	30 vagas
Niterói	Município de Niterói	30 vagas
Nova Friburgo	Município de Nova Friburgo	30 vagas
Paracambi	Município de Paracambi	30 vagas
Piraí	Município de Barra do Piraí	30 vagas
Rio Bonito	Município de Rio Bonito	30 vagas
São Gonçalo	Município de São Gonçalo	30 vagas
Saquarema	Município de Saquarema	30 vagas
Volta Redonda	Município de Volta Redonda	30 vagas

Fonte: DIPED (2018)

8.3. Infraestrutura física, TI e de pessoal projetada para a sede e polos

A contratação de coordenadores de disciplinas e tutores que atuam no curso de BPE e TGT é feita pela Fundação Cecierj, conforme acordo pactuado

entre as Instituições integrantes do Consórcio Cederj. Da mesma maneira, é responsabilidade da Fundação Cecierj providenciar infraestrutura física e tecnológica aos Polos.

No caso do curso de especialização em Educação Tecnológica, a contratação de coordenadores de disciplina e de tutores que atuam no curso é feita por edital lançado pelo Cefet/RJ. O Cefet/RJ contará com a parceria da Fundação Cecierj para providenciar infraestrutura física e tecnológica nos Polos para os encontros presenciais e avaliações. Em relação aos investimentos demandados do Cefet/RJ, a sede Maracanã dará suporte às questões pedagógicas, metodológicas pela DIPED e administrativas pela CGLAT.

Em relação aos investimentos do TGT, destaca-se a estruturação do laboratório de Turismo composta por geladeira, bebedouro, ar condicionado, quinze poltronas giratórias sem braço, uma mesa para reuniões; além da instalação de um sistema de videoconferência e dois apresentadores de slides laser infravermelho.

No Campus 3 desta Instituição estão localizadas duas salas do curso BEP, uma sala e um laboratório do cursos TGT: duas salas destinadas ao funcionamento da secretaria de cada curso, composta por três computadores e cinco armários; duas salas de tutoria, composta por cinco computadores (cada uma das salas) com acesso à internet, onde os tutores a distância realizam suas atividades; o laboratório de Turismo possui dez computadores e também projetores multimídia.

Os alunos do curso têm acesso livre às bibliotecas do Cefet/RJ, além disso, o consórcio prevê que os Polos apresentem laboratórios próprios, utilizados para ministrar as disciplinas específicas do curso nas áreas de informática, física e química.

8.4. Descrição das metodologias e das tecnologias adotadas

O curso BEP é semipresencial com atividades que são obrigatórias e que estão estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, como as práticas de laboratório de física, química e informática, cumprindo o disposto na Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002, que estabelece as diretrizes curriculares dos cursos de Engenharia. Nas outras disciplinas de conteúdos básicos e específicos, são previstas atividades práticas (avaliativas ou não), que são colocadas na plataforma do curso. Neste caso, os professores têm autonomia para definir quais conteúdos precisam dessas atividades práticas. São realizadas, em datas previamente agendadas, as atividades presenciais obrigatórias e todas as provas, as quais, em sua maioria, ocorrem aos sábados e domingos. As atividades de Estágio Supervisionado dos alunos do curso são presenciais, obrigatórias e serão realizadas em unidades conveniadas,

escolhidas a partir de critérios estabelecidos pelas coordenações de estágio, seguindo as regras da UFF.

Os projetos finais do BEP serão desenvolvidos dando prioridade para o estudo de um problema prático, específico da engenharia de produção, de forma análoga ao curso TGT com casos práticos de Gestão de Turismo. Quanto às metodologias de ensino, a plataforma disponibiliza um conjunto de ferramentas como fóruns, vídeos elaborados pelo professor ou outros, que permitam uma interação no processo de aprendizagem, assim como acesso a exemplos de prática empresarial. A ferramenta mais utilizada na interação entre todos os elementos (professores, tutores, discentes) são os fóruns utilizados para discussões sobre determinados problemas relacionados com as disciplinas, mas que precisam de análise críticas, reflexões e aplicações práticas.

O curso de TGT oferece aos alunos uma plataforma Moodle com diversos recursos (fóruns, chats, upload e download de material didático, dentre outros). Além disso, o aluno recebe semestralmente material didático referente a cada disciplina, assim como o conteúdo programático.

O processo de aprendizagem no seu sentido mais amplo do TGT conta com visita técnica docente semestral nos Polos e aulas inaugurais de modo a possibilitar que o aluno tenha contato com professores de diferentes disciplinas. A cada semestre são realizadas duas avaliações a distância e duas avaliações presenciais: a primeira modalidade é enviada pelo *link* através da plataforma e tem peso de 20% da nota em cada etapa; a segunda modalidade com peso 80% são provas feitas nos Polos de origem da matrícula. Após essas duas etapas, caso o aluno não consiga alcançar a média final 6,0, terá direito a uma outra chance através da avaliação presencial (AP3), onde deverá alcançar o mínimo de 5,0 para aprovação.

Para ambos os cursos, os tutores a distância trabalham diretamente na plataforma de ensino, ajudando os professores coordenadores na correção e vistas de prova, assim como no esclarecimento de dúvidas que são postadas ou que de forma direta são enviadas à tutoria presencial pela sala de tutoria. Esta sala ocupa um espaço físico no local onde o curso é coordenado (neste caso, o Campus 3 da sede Maracanã).

As disciplinas dos períodos iniciais contam com tutores presenciais que atuam diretamente nos Polos (geralmente até o quinto período e em função da quantidade de alunos inscritos na disciplina). Acima do quinto período a figura do tutor presencial será mantida naquelas disciplinas que se justifique (porque precisam de atividades práticas ou tem características específicas com as disciplinas do projeto final).

Por se tratar de uma modalidade de ensino a distância, o curso se fundamenta na utilização de tecnologias de informação e comunicação. Existe uma plataforma (Moodle) com acesso aos alunos, professores e tutores gerida

diretamente do Polo Cederj onde são colocadas as aulas, as atividades práticas e avaliativas.

Para as disciplinas específicas do curso as atividades avaliativas são postadas pelos alunos na plataforma, depois de corrigidas há um feedback para que os alunos consigam visualizar os erros. Existe uma área para colocar mensagens para todos os alunos e mediante a ferramenta de fóruns pode-se interagir. Para cada disciplina e para a coordenação do curso existe uma sala de tutoria onde os alunos postam dúvidas e problemas que são respondidos por tutores, coordenadores de disciplina ou coordenadores do curso, quando necessário.

O curso de Especialização em Educação Tecnológica oferece aos alunos uma plataforma Moodle com diversos recursos (fóruns, chats, *upload* e *download* de material didático, dentre outros). Além disso, o aluno recebe semestralmente material didático em PDF para download referente a cada disciplina, assim como o conteúdo programático. O curso é oferecido a distância, na modalidade semipresencial, sob a coordenação do Cefet/RJ, em 450h incluindo os momentos a distância, oficinas e provas presenciais, e a monografia assim distribuídos: 300h destinadas ao estudo dos módulos; 70h de oficinas presenciais e 80h de elaboração de monografia. A visualização é feita pela Web através da plataforma Moodle. Os módulos contemplados são: Educação Tecnológica; Tecnologias da Comunicação e Informação (TCI); Ciência, Tecnologia e Saúde (CTS); Currículo e Avaliação; Didática e Metodologia da Pesquisa.

O sistema de avaliação no curso de Especialização em Educação Tecnológica funciona da seguinte forma:

- Participação em fóruns, chats e *wikis* (avaliadas pelo tutor a distância): sua finalidade é avaliar as competências desenvolvidas pelos cursistas durante do estudo do módulo; cada participação do aluno nesses ambientes coletivos de aprendizagem será avaliada e pontuada de acordo com o nível de aprofundamento das colocações e adequação da natureza da atividade proposta. O cursista deverá obter na média aritmética simples das notas das participações, a nota 7,0.
- Atividades finais de aula de cada módulo (corrigidas pelo tutor a distância): sua finalidade é avaliar as competências desenvolvidas pelos cursistas ao final do estudo do módulo; serão realizadas após o estudo de cada aula, encaminhadas pela plataforma ao tutor a distância para correção e valoração. O cursista deverá obter na média aritmética simples das notas das atividades, a nota 7,0.
- Prova presencial referente a cada módulo (corrigida pelo tutor a distância, com apoio dos professores do módulo): Essa prova tem por finalidade avaliar de forma presencial o cursista e será revisada ao final de cada módulo de acordo com o cronograma de atividades postado na

plataforma; será feita conjuntamente em momento presencial, mediado pelos professores dos módulos ou outros especialistas, com a finalidade de sanar eventuais dúvidas. O cursista poderá consultar as aulas do módulo na versão digital (*off-line*), bem como as suas anotações pessoais. O módulo Metodologia da Pesquisa não terá prova presencial, mas será avaliado por meio das atividades e da elaboração de uma proposta de pesquisa, que deve ter em vista o desenvolvimento do trabalho monográfico.

- Ficha de autoavaliação do cursista (referente a cada módulo e disponibilizada na plataforma): deverá ser preenchida pelo cursista ao fim de cada módulo e refere-se ao grau de participação e aproveitamento do aluno nesta etapa do curso.
- Monografia com apresentação presencial ao fim do curso: a monografia tem por finalidade sistematizar o conhecimento construído ao longo dos estudos, na perspectiva de formular proposta que reflita uma mudança em sua prática docente. Todos os cursistas receberão orientações de professores para elaboração desse trabalho monográfico, devendo fazer uma apresentação presencial do mesmo. Na hipótese de não alcançar a nota 7,0 na monografia, o aluno deverá fazer todos os ajustes recomendados pela banca examinadora num prazo de até dois meses.

9. GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas, como uma associação de políticas, práticas, técnicas e métodos com objetivo de alinhar expectativas da organização e das pessoas, potencializando o desempenho profissional de seus colaboradores e, por consequência, o desempenho institucional, pressupõe, para uma atuação estratégica, o estabelecimento de objetivos e metas, de curto a longo prazo, para nortear as formas de atuação institucional mais adequadas à sua concretização.

Entretanto, a atuação das áreas responsáveis pela gestão de pessoal no âmbito das organizações públicas brasileiras ainda é predominantemente circunscrita a atividades relacionadas ao processamento de folha de pagamento, benefícios de aposentadoria e afins, à proposição de normas, regras e regulamentos e ao desenvolvimento de ações pontuais de treinamento/capacitação¹⁶. Este trabalho é prioritariamente reativo a demandas internas (de setores ou servidores) e externas (normatizações, legislações), quando poderia ser propositivo, favorecendo o cumprimento da missão institucional, o desenvolvimento e valorização dos servidores e, por consequência, a melhor prestação de serviços à sociedade.

Buscando transpor esse quadro, o Cefet/RJ se propõe a realizar a transição da administração de pessoal para um modelo de Gestão Estratégica de Pessoas, propondo a convergência, para o PDI 2020-2024, das seguintes iniciativas para a área:

- A reestruturação dos processos de trabalho do Departamento de Recursos Humanos, buscando maior articulação entre as Divisões internas e entre o Departamento e outros setores da instituição;
- A criação de mecanismos de gestão participativa nos processos de tomada de decisão relativos à gestão de pessoas, amadurecendo a gestão democrática e a construção coletiva das propostas para a área;
- A reestruturação da política interna de capacitação, a fim de atender com maior efetividade e equidade aos servidores Técnico-Administrativos em Educação e Docentes;
- O Dimensionamento da Força de Trabalho, com vistas à otimização e adequação do quadro de servidores ao trabalho a ser desenvolvido;

¹⁶ CAMÕES, MRS; PANTOJA, MJ; BERGUE, ST (Org). Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

- A promoção da melhoria das condições de Trabalho, Segurança e Saúde dos Trabalhadores no Cefet/RJ.

Ademais, as políticas internas de gestão de pessoas do Cefet/RJ permanecerá assentada nas Diretrizes Nacionais definidas pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, do Ministério da Educação, bem como respondendo também às políticas de pessoal estabelecidas por meio de Resoluções e aprovadas pelos Conselhos Superiores desta Instituição. O recrutamento de pessoal é feito por meio de Concurso Público composto por Provas e Títulos, observando as especificidades do cargo a ser provido.

9.1. Departamento de Gestão de Pessoas e organização geral no Sistema Multicampi

O Departamento de Recursos Humanos (DRH) do Cefet/RJ está dividido em seis principais áreas: Divisão de Cadastro (DICAD); Divisão de Legislação e Normas (DILEN); Divisão de Movimentação e Lotação (DIMOV); Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP); Divisão de Atenção à Saúde e Perícia (DASPE); Divisão de Pagamento (DIPAG).

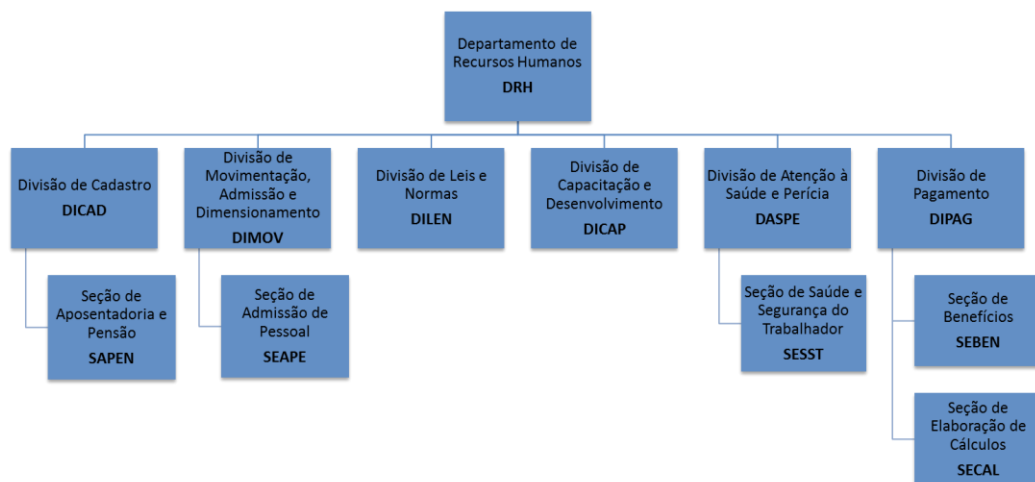


Figura 50 – Estrutura organizacional do DRH do Cefet/RJ

Fonte: DRH (2019)

9.2. Composição do quadro de servidores

A composição do Quadro de Pessoal do Cefet/RJ passa por importante alteração em 2014, após a publicação do Decreto 8.260, de 29 de maio de 2014, que dispunha sobre o banco de professor-equivalente do ensino básico, técnico e tecnológico e sobre o quadro de lotação dos cargos dos níveis de classificação C, D e E integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos

em Educação. O aproveitamento desse banco foi feito em sua totalidade, buscando a constituição de um quadro de recursos humanos que, em termos quantitativos e de perfil, tanto docente quanto técnico-administrativo, respondesse às diretrizes de ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades do Cefet/RJ.

9.2.1. Composição e evolução do corpo docente

O corpo docente do Cefet/RJ é constituído por integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, composto pelas carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Em novembro de 2018, o quantitativo global de servidores do quadro permanente institucional estava constituído da seguinte forma:

Tabelas 23, 24, 25 - Informações sobre perfil corpo docente DRH.

Docentes por titulação e carreira						
Carreira Titulação	Mag. Superior		Mag. EBTT		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doutorado	73	78,49	257	32,74	330	37,59
Mestrado	16	17,20	444	56,56	460	52,39
Especialização/Aperfeiçoamento	3	3,23	59	7,52	62	7,06
Graduação	1	1,08	25	3,18	26	2,96
TOTAL	93	100	785	100	878	100

Fonte: DRH/DIMOV, jul./2018.

Docentes por regime de trabalho						
Carreira Regime de trabalho	Mag. Superior		Mag. EBTT		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dedicação exclusiva	87	93,55	730	92,99	817	93,05
40 horas (tempo integral)	2	2,15	10	1,28	12	1,37
20 horas (tempo parcial)	4	4,30	45	5,73	49	5,58
TOTAL	93	100	785	100	878	100

Fonte: DRH/DIMOV, jul./2018.

Docentes por <i>campus</i> de lotação e carreira						
Carreira <i>Campus</i> de lotação	Mag. Superior		Mag. EBTT		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>Campus</i> Maracanã	77	84,6	375	48,26	452	51,48
<i>Campus</i> Nova Iguaçu	13	14,4	83	10,68	96	11,05
<i>Campus</i> Maria da Graça	0	0	44	5,66	44	5,07
<i>Campus</i> Petrópolis	1	1	65	8,37	66	7,60
<i>Campus</i> Nova Friburgo	0	0	61	7,85	61	7,03
<i>Campus</i> Itaguaí	0	0	64	8,24	64	7,37
<i>Campus</i> Angra dos Reis	0	0	49	6,31	49	5,65
<i>Campus</i> Valença	0	0	46	5,92	46	5,30
TOTAL	91	100	777	100	878	100

Fonte: DRH/DIMOV, dez./2018

Para fins de composição do Corpo Docente, são levadas em consideração exigências de formação, titulação e regime de trabalho correspondentes às instituições universitárias. Reafirmam-se, aqui, os referenciais de verticalização do ensino e de integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma que os docentes das duas carreiras atuam nos cursos de diferentes níveis educacionais e são incentivados a desenvolver atividades de pesquisa e extensão em todos os níveis.

9.2.1.1 Docentes e Tutores dos Cursos EAD

É necessário destacar à parte, o quadro de docentes e tutores dos cursos EAD, pois há dois cenários específicos: (i) coordenadores de curso e de disciplina de EAD Cederj são necessariamente servidores do Cefet/RJ ou de alguma instituição conveniada Cederj; (ii) tutores presenciais e a distância do Cederj que são selecionados por meio de edital e não precisam ter vínculo empregatício com a instituição.

Tabela 26 - Quantitativo de docentes e tutores EAD

	Docentes Cefet/RJ	Docente externo	Tutores
Tecnólogo em Gestão de Turismo	26	17* ¹	48* ²
Engenharia de Produção	17	-	25
UAB	-	-	10

*¹docentes oriundos do quadro permanente das instituições integrantes do Consórcio CEDERJ.

*² 14 tutores a distância e 34 presenciais.

Fonte: ???

Tabela 27 - Quantitativo de docentes e tutores EAD por titulação*³.

		Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação
Tecnólogo em Gestão de Turismo	Docentes	31	12	-	-
	Tutores	2	18	21	7
Engenharia de Produção	Docentes	15	2	-	-
	Tutores	3	11	6	5
UAB	Docentes	-	-	-	-
	Tutores	3	6	1	-

*³ a titulação mínima exigida para tutores é graduação e para os docentes é mestrado.

Fonte: ???

Tabela 28 - Quantitativo de docentes e tutores EAD por regime de trabalho.

	Docentes		Tutores	
	Integral	Outro	A distância	Presencial
Tecnólogo em Gestão de Turismo	43	-	10	6
Engenharia de Produção	17	-	* ⁴	

Fonte: ???

9.2.1.2. Critérios de seleção, contratação e substituição docente

A manutenção de um corpo docente altamente qualificado requer que a Instituição adote políticas integradas voltadas para atender as demandas de capacitação do quadro docente existente e para realizar a contratação de novos docentes que possam contribuir para o desenvolvimento do Cefet/RJ.

Os princípios básicos, que têm norteado a contratação de novos docentes, consideram: as normas estabelecidas pelos órgãos oficiais de avaliação das instituições do Ministério da Educação; as diretrizes apontadas pelo Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do próprio Cefet/RJ. No processo de contratação, os colegiados devem apresentar à Diretoria de Ensino (DIREN) e à Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG) as demandas de contratação de docentes, as quais devem respeitar os indicadores mínimos de titulação de modo a garantir excelência de acordo com os indicadores estabelecidos pelos órgãos de avaliação.

É importante que a atuação do docente na pesquisa e na extensão seja enfatizada nos editais de contratação docente, valorizando a produção qualificada supracitada e abrindo novas frentes e possibilidades de trabalho acadêmico. É fundamental que a Instituição desenvolva esforços de modo a atender as demandas de contratação de docentes doutores com produção científica/tecnológica/artística/cultural qualificada, com o objetivo de atender as necessidades dos diversos níveis de ensino e, ao mesmo tempo, permitir a consolidação dos programas de pós-graduação existentes e a criação de novos. Nesse sentido, devem ser elaborados editais onde a titulação e a produção científica/tecnológica/artística/cultural qualificada sejam privilegiados.

9.2.1.2.1. Levantamento de Necessidades

O procedimento para seleção e contratação de docentes tem sua origem nos colegiados, isto é, cada Departamento Acadêmico, Coordenação de Curso Técnico ou Coordenação de Disciplina realiza um levantamento de suas necessidades, estabelecendo o perfil (formação) mínimo a ser exigido para a ocupação de cada vaga e indicando os docentes que comporão a banca examinadora.

Esse levantamento é repassado ao Departamento de Ensino correspondente, que, em reunião do Conselho de Dirigentes, após análise

critérioria sobre as necessidades e as prioridades, elabora o quadro das vagas que serão ofertadas, obedecendo à disponibilidade de vagas existentes. Cabe ressaltar que tal levantamento deve ser feito com o prazo mínimo de 1 ano de antecedência, levando-se em consideração a necessidade de solicitação prévia de orçamento específico ao Ministério da Educação.

9.2.1.2.1.1. Elaboração de Edital e Realização do Concurso

O quadro de vagas elaborado no Conselho de Dirigentes¹⁷ é, então, encaminhado pelo Diretor-Geral à Coordenação de Concursos (CCONC), que se encarrega de elaborar o edital do concurso. Esse edital é elaborado em função das normas que regerão o certame, mas obedecendo aos diplomas legais que abrangem o assunto, tais como: a Constituição Federal, a Lei nº 8.112/1990 e suas alterações, a Lei nº 9.784/1999 e suas alterações, o Decreto Presidencial nº 6.593/2008, o Decreto Presidencial nº 6.944/2009 e a Lei nº 12.772/2012, com alterações dadas pela Lei nº 12863/2013.

Em função da natureza da vaga a ser ofertada, a Coordenação de Concursos pode dar início a um Processo Seletivo Simplificado ou a um Concurso Público conforme as considerações estabelecidas por lei e pelo regimento interno. Geralmente, deve-se prestar uma Prova Escrita de Conhecimentos Gerais/Específicos sobre a área desejada; Prova de Títulos e Prova Didática ou Prova de Aula.

9.2.1.3. Procedimentos para substituição docente

A Lei nº 8.745, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 1993, prevê em seu art. 2º, § 1º, inciso II, incluído pela Lei nº 12.425/2011, que a contratação de professor substituto poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de afastamento ou licença, na forma do regulamento.

Nesse sentido, foi publicado, no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2014, o Decreto nº 8.260, que dispõe sobre o banco de professor-equivalente do ensino básico, técnico e tecnológico – BPEq – EBTT para as unidades de ensino básico e técnico vinculadas às universidades federais e para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e Colégio Pedro II.

A criação do banco tem por objetivo fornecer mecanismos necessários para efetuar a reposição das vacâncias de forma automática, semelhantemente ao que foi concedido às universidades federais, mediante os Decretos nº 7.485/2011 e 7.232/2010, e aos Institutos Federais, por meio do Decreto nº

¹⁷ Diretorias Sistêmicas e Diretores dos Campi

7.312/2010. É necessário destacar que este banco não ocorre com o Magistério Superior.

Em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 8.260/2014, o banco de professor-equivalente é calculado utilizando como referência para cada professor-equivalente o professor do ensino básico, técnico e tecnológico, classe DI, nível 1, com regime de trabalho de quarenta horas semanais e retribuição por titulação no nível de mestrado, que corresponderá ao fator um inteiro.

Em síntese, nos moldes dos incisos II a V do mesmo art. 4º, o banco em questão é calculado a partir da multiplicação da quantidade de professores em cada regime de trabalho, tanto os docentes efetivos como os contratados, pelos fatores constantes do quadro a seguir:

Tabela 29 - Fator de equivalência carreira: Professor.

Cargo/Contrato	Carga horária/ Regime de trabalho	Fator de equivalência
Professor do EBTT efetivo	Dedicação Exclusiva	1,59
Professor do EBTT efetivo	40 horas	1,00
Professor do EBTT efetivo	20 horas	0,67
Professor substituto e	40 horas	1,00
Professor substituto e	20 horas	0,67

Os procedimentos para substituição definitiva dos professores do quadro do Cefet/RJ são efetuados por meio de nomeações, após a devida realização de concurso público. Havendo urgência na ocupação de vaga e não havendo concurso público em vigência, é facultado o preenchimento da vaga através de redistribuição e aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, quando o concurso público atender à demanda e aos requisitos exigidos pelo Cefet/RJ.

A substituição de professor do Cefet/RJ, quando afastado mediante previsão legal, como afastamento para curso de pós-graduação, licença médica superior a 60 (sessenta) dias, licença para tratar de assuntos particulares, ocupação em cargo de direção em nível CD-3 ou CD-2, entre outras na forma da lei, é realizada mediante processo seletivo para professor substituto na forma da Lei nº 8.745/2003 e suas alterações posteriores.

9.2.2. Composição do corpo técnico-administrativo

O Corpo Técnico-Administrativo do Cefet/RJ é composto pelos servidores de nível fundamental, médio e superior, permanentes, que têm sob sua

responsabilidade a execução das atividades técnicas e de apoio administrativo necessárias ao bom funcionamento da Instituição.

O ingresso nos cargos técnico-administrativos ocorrerá no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação por concurso público de provas, sendo observada rigorosamente a escolaridade exigida para cada nível de classificação, conforme estabelecido em Lei.

Passado o período de maior aproveitamento do quadro de lotação dos cargos dos níveis de classificação C, D e E integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, publicado no Decreto 8.260, de 29 de maio de 2014, houve um aumento residual no quantitativo das vagas ocupadas entre 2015 e 2019, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 30 – Vagas de técnicos-administrativos em 2015 e 2019.

VAGAS DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS NO Cefet/RJ						
Nível de Classificação	Quantitativo de vagas					
	Vagas Ocupadas		Vagas Não Ocupadas		Vagas Disponíveis	
	2015	2019	2015	2019	2015	2019
A	-	-	-	-	-	-
B	1	1	-	-	1	1
C	1 09	1 12	9	4	1 18	1 16
D	2 80	2 82	1 7	2 5	2 97	3 07
E	2 22	2 26	1 6	1 8	2 38	2 44
TOTAL	6 12	6 21	4 2	4 7	6 54	6 68

Fonte: DRH/DIMOV Janeiro/2019

9.3. Plano de Carreira Docente

No caso dos docentes, o quadro era constituído pelos integrantes das carreiras de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério

Superior, ambas com os seguintes regimes de trabalho: tempo parcial, tempo integral e dedicação exclusiva. Com o advento da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ficou estabelecido, a partir de 1º de março de 2013, o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, composto pelas carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, estruturando-se, assim, um novo plano de carreira e cargos.

O atual Plano de Carreira Docente foi instituído pela Lei nº 12.772/2012, que unificou os Planos de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior, ambas com os regimes de trabalho em tempo parcial, tempo integral e dedicação exclusiva, no Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Na mesma lei, ficou estabelecido também que o desenvolvimento das Carreira de Magistério Federal dar-se-ia mediante progressão funcional e promoção.

A Progressão consiste na passagem do Docente para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, cumprido o interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho.

A Promoção é a passagem do Docente de uma classe para outra subsequente, cumprido o interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e atendidas condições adicionais específicas para algumas classes.

No Cefet/RJ, a avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção funcional de docentes está regulamentada pelas Resoluções CEPE nº 01/2010 e CODIR nº 09/2014.

Integra também o Plano de Carreira Docente o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), direito previsto para a carreira do Magistério Federal de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com base no art. 18 da lei 12.772/2012, que permite a percepção de Retribuição de Titulação equivalente à Especialização, Mestrado e Doutorado, sem o referido título.

A equivalência do RSC com a titulação ocorre em 3 níveis:

- Diploma de graduação somado ao RSC-I equivale à titulação de especialização;
- Diploma de pós-graduação *lato sensu* somado ao RSC-II equivale a mestrado; e
- Diploma de Mestre somado ao RSC-III equivale a doutorado.

Os procedimentos e normas gerais para a concessão do RSC são estabelecidas pela Resolução nº 1/2014, do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC), instituído pelo MEC, a partir da qual cada Instituição Federal de Ensino elaborou seu regulamento

interno. No CEFET/RJ, o processo de Reconhecimento de Saberes e Competências foi regulamentado pela Resolução CODIR nº 11/2014, revisada e substituída pela Resolução CODIR nº 39/2015;

9.3.1. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é uma Comissão de assessoramento ao colegiado competente ou ao dirigente máximo da instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da Política de Pessoal Docente no que tange a:

- Dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades;
- Contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;
- Alteração do regime de trabalho docente;
- Avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;
- Solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- Liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

Os membros da CPPD são eleitos por seus pares, de acordo com o Art. 26 da Lei nº 12.772/2012 e a Lei nº 12.863/ 2013. No Cefet/RJ, a composição e atividade da CPPD do Cefet/RJ foi regulamentada pela Resolução CODIR 24, de 13/12/2013, segundo a qual a CPPD é constituída por um Comitê Central sediado na unidade sede (Maracanã) e de Núcleos Permanentes de Pessoal Docente (NPPDs) nas demais unidades de ensino. O Comitê Central é formado por três representantes da carreira do Magistério Superior (MS) e três do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Os Núcleos são compostos por um representante de cada carreira (MS e EBTT), quando existir mais de uma.

9.4. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

As portarias MEC nº 2.519, de 15 de julho de 2005, e nº 2.562, de 21 de julho de 2005, instituíram a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação do Cefet/RJ, comissão responsável pelo assessoramento para implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação na instituição.

As ações de competência da CISPCTAE compreendem:

- Acompanhar a implantação do Plano de Carreira em todas as etapas, bem como o trabalho da Comissão de Enquadramento;

- Auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação;
- Fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira no âmbito do Cefet/RJ;
- propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação;
- Apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas.
- avaliar, anualmente, as propostas de lotação do Cefet/RJ, conforme o inciso I do § 1º do art. 24 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do Cefet/RJ proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram;
- examinar os casos omissos referentes ao plano de carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão.

9.5. Planos de Capacitação

No Cefet/RJ, a capacitação docente e técnico-administrativa era planejada, executada e gerida, até 2019, por diferentes setores da instituição, resultando em planos de capacitação com periodicidade e abrangência distintas para as duas categorias profissionais.

Em 28 de agosto de 2019, foi promulgado o Decreto 9.991, que instituiu uma nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), reconfigurando a gestão das necessidades e ações de desenvolvimento na administração pública federal, até aquele momento baseada no Decreto 5.707, de 2006, então revogado.

Pelo Decreto 5.707, de 2006, a PNDP dispunha de 3 instrumentos: o plano anual de capacitação, o relatório de execução do plano anual de capacitação e o sistema de gestão por competência, dos quais o Cefet/RJ executava os dois primeiros, mas ainda não havia avançado na adoção do sistema de gestão por competências.

O Plano Anual de Capacitação era o instrumento de apoio que reunia e integrava as ações de capacitação, desenvolvimento e educação para servidores técnico-administrativos de cada ano e seu planejamento e execução era circunscrito ao âmbito institucional. Sobre ele, também se prestava a relatoria de execução anual. No Cefet-RJ, o PAC era elaborado com base no Levantamento de Necessidades de Capacitação, pesquisa realizada anualmente com o objetivo de identificar demandas e orientar o planejamento das ações e programas de capacitação do ano subsequente para servidores técnico-administrativos.

A Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP), do Departamento de Recursos Humanos, era a responsável pelas atividades relacionadas à capacitação institucional dos servidores técnico-administrativos do Cefet/RJ, o que envolvia o mencionado Levantamento de Necessidades de Capacitação, a realização da Avaliação de Desempenho, a elaboração do Plano Anual de Capacitação, a contratação de cursos e as propostas de regulamentação da capacitação e qualificação de servidores técnico-administrativos na instituição. A operacionalização administrativa das ações de capacitação envolvia a CIS/PCCTAE e a Diretoria de Administração e Planejamento.

Já a Capacitação Docente, regulamentada institucionalmente em 2015, através da Resolução CEPE nº 25/2015, era gerida, até 2019, pela Comissão Gestora do Plano Institucional de Capacitação Docente (CG-PICD), assessorado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). O PICD era o instrumento para a consecução da Política de Capacitação Docente do Cefet/RJ, com vigência de 5 anos e atualização anual.

A elaboração do PICD é baseada nos Planos de Capacitação Docente dos Colegiados Acadêmicos (PCDCAs), com a mesma vigência do PICD, de 5 anos com atualização anual. Os PCDCAs eram encaminhados à Comissão Gestora após análise e aprovação pelo conselho imediatamente superior a cada Colegiado Acadêmico e a operacionalização administrativa do PICD envolvia DRH, CPPD e Diretoria de Administração e Planejamento, com as respectivas competências.

A partir do Decreto 9.991, é instituído um instrumento único para apresentação das necessidades e planejamento de ações de desenvolvimento institucional, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), elaborado anualmente para vigorar na vigência seguinte e que exige a aprovação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) para ser executado. O PDP de cada ano passa a ser analisado e autorizado a partir do Relatório Anual de Execução do PDP do ano anterior, podendo receber recomendações e alterações do órgão central do SIPEC, através de manifestação técnica, para a realização de ajustes e posterior aprovação.

Desta forma, está sendo iniciado ainda em 2019 um trabalho coletivo envolvendo DRH, CIS/PCCTAE, CPPD, Comissão Gestora do PICD e Diretorias de Ensino e de Administração e Planejamento para a construção de uma política de capacitação unificada para as duas categorias, Docente e Técnico-Administrativa em Educação, com a revisão das diretrizes e normativas internas para a área, bem como a redefinição e padronização de processos com o objetivo de reestruturar a gestão da capacitação institucional para o período de vigência do PDI 2020-2024.

9.5.1. Plano Institucional de Capacitação Docente

Considerando a necessidade supracitada de reestruturação da Gestão da Capacitação e de revisão e unificação das diretrizes para as duas carreiras, o grupo de trabalho a ser constituído para essa finalidade buscará o maior aproveitamento possível dos instrumentos desenvolvidos e resultados alcançados, no sentido de garantir a adequação às normas vigentes e melhores práticas, mas reduzindo o impacto sobre os trabalhos já desenvolvidos.

Dentre os instrumentos que direcionam as atividades de ensino, pesquisa e extensão e fornecem subsídios para o estabelecimento de políticas institucionais, entre elas a de capacitação docente, estão o Regulamento da Avaliação de Desempenho Para Fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos docentes do Cefet/RJ, acompanhado da planilha do Relatório de Atividades Docentes (RAD) e o Plano de Trabalho Docente. O regulamento, homologado pela Resolução CODIR no 24/2010 e alterado pelas Resoluções CODIR nº 09/2014 e 14/2017, estabelece indicadores mínimos para

progressão baseados em uma métrica associada às 3 atividades-fim da Instituição: Ensino, Pesquisa e Extensão, além de atividades complementares como as administrativas, representação em órgãos científicos e cursos de capacitação (capacitação técnica, pós-graduação lato sensu, mestrado, doutorado, pós-doutorado).

O segundo instrumento, o Plano de Trabalho Docente, cujas diretrizes estão estabelecidas na Resolução CODIR nº 14/2011, relaciona as atividades a serem desenvolvidas pelo docente durante o ano/período letivo, com a respectiva atribuição de carga horária baseada nos indicadores estabelecidos no RAD para progressão. O plano de trabalho, elaborado pelo docente antes do início de cada ano/período letivo, é submetido à aprovação do Chefe de Departamento e, ao final de cada ano/período letivo, os docentes preenchem relatório no qual indicam as atividades realizadas face ao Plano de Trabalho. As chefias imediatas dos colegiados competentes avaliam as atividades desenvolvidas pelo docente nos termos do RAD, considerando o teor do Plano de Trabalho e reportam o resultado ao docente.

Além desses elementos, a política unificada de capacitação institucional a ser construída receberá importantes aportes do Plano Institucional de Capacitação Docente (PICD), como a estimativa para a titulação do corpo docente da instituição para os próximos 4 anos, bem como o mapeamento dos pontos fortes e fragilidades dos colegiados, *campi* e da Instituição em termos da titulação e outros indicadores associados; e do PLANFOR, Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes do Cefet/RJ para o período de 2014 a 2018, instituído pela CAPES para promover a qualificação dos docentes em nível de doutorado.

O PLANFOR foi um instrumento de planejamento e gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) instituído pela CAPES, através de editais, para promover a qualificação dos docentes em nível de doutorado, com o objetivo de consolidar os programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPGSS) e os grupos de pesquisa existentes, criar novos programas e novos grupos de pesquisa, além de fomentar a cooperação acadêmica entre as instituições envolvidas. O PLANFOR do Cefet/RJ foi elaborado tomando como

base um diagnóstico da titulação do corpo docente nos diversos *campi* do Cefet/RJ, as demandas de capacitação e as áreas estratégicas para a Instituição em relação à criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Assim, o Cefet/RJ reafirma seu objetivo de tornar-se centro de excelência na produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico, através de uma política de capacitação destinada a formar recursos humanos de alto nível.

Quadro 20 – Mapeamento da titulação docente PCDC do Cefet/RJ por *campus* em 2018.

Titulação Atual Cefet/RJ 2018									
T	832								
Campus	Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total
	total	%	total	%	total	%	total	%	
Angra dos Reis	7	0,3	7	0,1	75	7,45	7	6,17	7
Itaguaí	3	0,6	4	0,9	75	3,97	3	6,51	3
Maracanã	10	0,5	6	0,8	75	2,68	97	8,05	10
Maria da Graça	6	0,4	8	0,7	75	0,87	2	6,09	6
Nova Friburgo	1	0,0	2	0,3	75	2,46	7	4,26	1
Nova Iguaçu	4	0,2	9	0,3	75	1,49	8	1,06	4
Petrópolis	6	0,0	1	0,0	75	6,97	5	3,03	6
Valença	5	0,0	4	0,2	75	3,33	0	4,44	5

Total	0	,2%	3	,4%	94	7,4%	77	5%	32	8
-------	---	-----	---	-----	----	------	----	----	----	---

Fonte: PICD (2018)

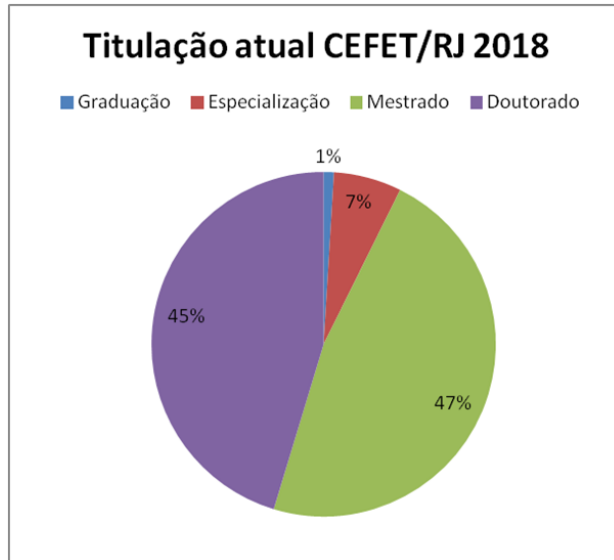


Gráfico 14 - Titulação do corpo docente PCDCA do Cefet/RJ em 2018.

Fonte: PICD (2018)

Com as informações coletadas nos Planos de Capacitação Docente dos Colegiados Acadêmicos (PCDCAs), foi possível quantificar as capacitações realizadas nos últimos 4 anos, bem como as atividades realizadas pelos docentes referentes aos conhecimentos adquiridos na capacitação.

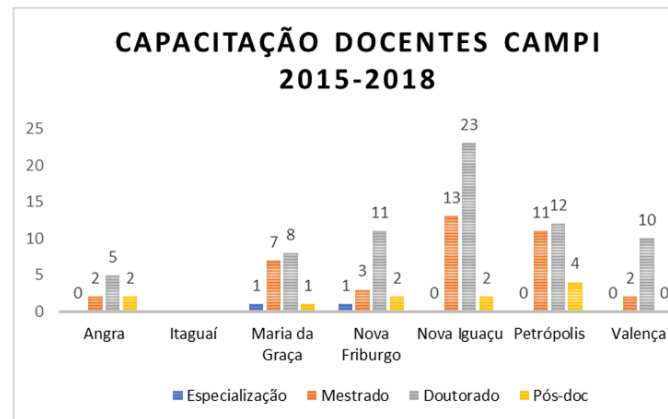
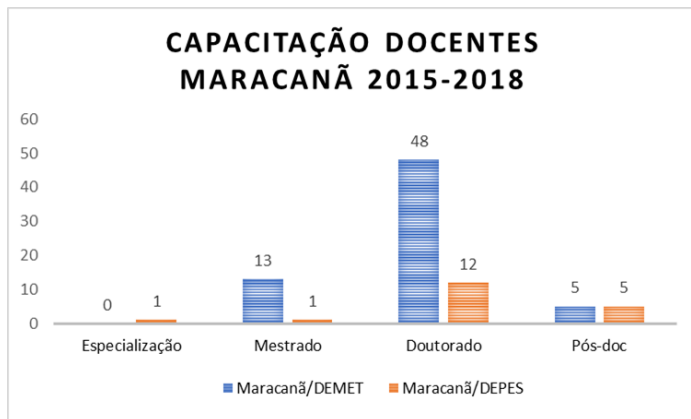


Figura 52 - Gráficos de Capacitação Docente no Sistema Multicampi

Fonte: PICD (2018)

Teses de docentes do Cefet/RJ recebem menção honrosa

As teses doutorais “Negociações com o armário: homossexualidade e estigma em narrativas de história de vida”, de autoria do professor do campus Maracanã Leandro Cristóvão, e “Integração de informação linguística e gráfica na compreensão multimodal de gráficos estatísticos”, defendida pela docente e diretora do campus Nova Iguaçu Luane Fragoso, receberam menção honrosa no Prêmio CTCH de Teses 2017. O Prêmio CTCH de Teses é concedido pelo Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.



9.5.2. Plano Institucional de Capacitação dos servidores técnico-administrativos

Conforme já abordado, a instituição da nova PNDP, acompanhada dos respectivos instrumentos para gestão do desenvolvimento, como o PDP, introduziu a necessidade de operar mudanças imediatas nas práticas e normativas institucionais, visando a adequação à política ora vigente. O Departamento de Recursos Humanos, responsável pelas adequações necessárias, através da Divisão de Capacitação e Desenvolvimento, realizou ações imediatas para atendimento das condições e prazos estabelecidos na política, mas também propôs para o PDI objetivos, metas e plano de ação que conduzam a instituição à adoção de melhores práticas para a gestão do desenvolvimento de pessoas, alinhada a um modelo de gestão de pessoas que promova o alcance da missão e dos objetivos institucionais.

Entre as ações imediatas já realizadas pela DICAP estão:

1. O mapeamento de necessidades para planejar as ações de desenvolvimento que comporiam o PDP 2020. Para tanto, desenvolveu o Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento (LND) 2020, pesquisa realizada de 30/09/2019 a 07/10/2019, através de formulário eletrônico disponível a todos os servidores da instituição, já adequado para o fornecimento dos dados requeridos pelo sistema SIPEC de cadastramento do PDP, com o objetivo de identificar as demandas de desenvolvimento apontadas pelos servidores. As 335 respostas a essa pesquisa foram consolidadas e agrupadas em necessidades, cadastradas no sistema SIPEC e enviadas em 15/10/2019 para composição do PDP 2020.
2. Adequação das normativas internas: Em 04/10/2019, foi publicada a Resolução CODIR nº 46/2019, aprovando o Regulamento de Qualificação e Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação do Cefet/RJ com a adequação provisória de seus termos à nova PNDP até que seja finalizado o trabalho que unificará a política unificada de capacitação institucional, com definição de diretrizes e regulamentação própria.
3. Processo Seletivo Classificatório para garantir a continuidade dos Afastamentos para Qualificação em 2019. Foi iniciado em 23/10/2019 o primeiro Processo Seletivo Classificatório para concessão de Afastamentos para Qualificação a Servidores Técnico-Administrativos em Educação do Cefet/RJ

9.6. Programas de Saúde

A Divisão de Atenção à Saúde e Perícias – DASPE – é o setor responsável por atender as demandas relacionadas à saúde do trabalhador, especialmente naquilo que diz respeito ao processo saúde-doença no trabalho. Embora não seja o foco das suas ações, ocorrem no setor atendimentos pontuais de emergência a trabalhadores e estudantes. Reforça-se, no entanto, que a centralidade do trabalho da equipe está no atendimento e acompanhamento dos trabalhadores através de perícias, exames admissionais, periódicos e atividades de educação e promoção da saúde.

É imperativo destacar que nos últimos anos, com a adoção da Política de Saúde do Trabalhador, o governo federal altera o modelo até então instituído, marcado pela hibridez dos paradigmas da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional e direciona suas ações e concepções para a lógica da Saúde do Trabalhador, na qual se torna central a categoria processo de trabalho. Dessa forma, o eixo desloca-se do indivíduo e alcança o ambiente de trabalho, inclusive às relações interpessoais. E para dar conta de toda a complexidade desse processo, há a inserção de diferentes categorias profissionais, formando equipes multiprofissionais. Atualmente a equipe multiprofissional da DASPE é composta por Assistentes Sociais, Dentistas, Médicos, Nutricionistas, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Técnicos de Segurança do Trabalho.

Sendo assim, a instauração do modelo do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), vem corresponder e dar corpo ao novo padrão assumido pelo governo federal na forma como interpretam e lidam com a saúde dos trabalhadores desta esfera. Atualmente são atendidos nesta Unidade os servidores do CEFET-RJ e outros Órgãos da esfera federal que não possuem unidade SIASS própria (FBN; INPI; ANS; INES; ICMBio; ANTAQ; ANAC; Museu do Índio; PRF; IBAMA; ANTT; FUNAI; ANATEL; IPHAM; INSS; SRTE; MAPA; MF; MC; ANCINE e alguns IFs).

Os quadros nº 1 e nº 2 permitem visualizar os indicadores das licenças e afastamentos dos servidores do CEFET/RJ, por motivo de saúde e por acidente de trabalho ocorridos de 2015 a agosto de 2019.

Quadro 1: Afastamento por motivo de doença

Motivo	% de afastamentos/CID – 2015-2019 (n=939)
Transtornos mentais e comportamentais	22%
Outros	14%
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	13%
Doenças do aparelho respiratório	12%

Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.	8%
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	7%
Doenças do aparelho digestivo.	7%
Doenças do aparelho circulatório.	6%
Doenças do olho e anexos e Doenças do ouvido e da apófise mastoide.	6%
Algumas doenças infecciosas e parasitárias.	3%
Doenças do aparelho geniturinário	2%
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	1%
Gravidez, parto e puerpério.	1%

Fonte: SIASS

Quadro 2: Afastamento por acidente de trabalho

Motivo	Nº de registos de acidente de trabalho
2015	0
2016	5
2017	5
2018	5
2019 (até agosto)	4

Fonte: SIASS

Através do diagnóstico dos afastamentos relacionados acima e com o intuito de mitigar os riscos ambientais e ocupacionais que possam estar presentes nos locais de trabalhos, é observada a importância de viabilizar a expansão das ações programáticas voltadas à segurança e saúde do trabalhador na instituição, tais como:

- Implantação do Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos (PAGR).

O PAGR tem por objetivo planejar, implantar e avaliar intervenções que reduzam os riscos ou agravos à saúde do servidor. O programa possibilitará detectar, conhecer, pesquisar, analisar e monitorar os fatores determinantes e condicionantes da saúde relacionados aos ambientes e processos de trabalho.

- Promover atividades de capacitação voltadas à saúde do trabalhador, com ênfase em segurança do trabalho e educação em saúde, como: ações voltadas à educação em saúde, ações em educação alimentar e nutricional, treinamentos em saúde e segurança do trabalho, ações de incentivo à participação dos servidores na prática de atividades físicas.

10. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

“As escolas industriais e técnicas da rede federal do Ministério da Educação não mais constituiriam, daí por diante um sistema de Estabelecimentos uniformes, com organização e cursos idênticos, subordinados rigidamente a um órgão central, a Diretoria do Ensino Industrial, porém teriam autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, com personalidade jurídica própria”. Decreto 47.038 de 16 de outubro de 1959. (SUCKOW, pág. 52- 1986- 2º vol. Editora SENAI)

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ, com sede na cidade do Rio de Janeiro e atuação em todo o Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e pela Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004, pertencente ao Sistema Federal de Ensino, conforme Decreto nº 5.225, de 1º de outubro de 2004, é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, detendo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

10.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional reflete a forma como são estabelecidas as relações entre os níveis hierárquicos e as diferentes atividades executadas de uma instituição. O Estatuto vigente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), aprovado na Portaria nº 3.796, de 1º de novembro de 2005, define como seus princípios norteadores:

- i) a manutenção da unidade de administração e patrimônio;
- ii) a flexibilidade de ensino, pesquisa e extensão ajustável às condições circunstanciais da vida socioeconômica da comunidade;
- iii) a estrutura orgânica que lhe permita manter-se fiel aos princípios fundamentais de planejamento, coordenação, descentralização pela delegação de competência e o indispensável controle;
- iv) o desenvolvimento de educação continuada, integrando nível médio e superior, através da oferta de cursos, projetos e programas no âmbito de ensino, pesquisa e extensão.

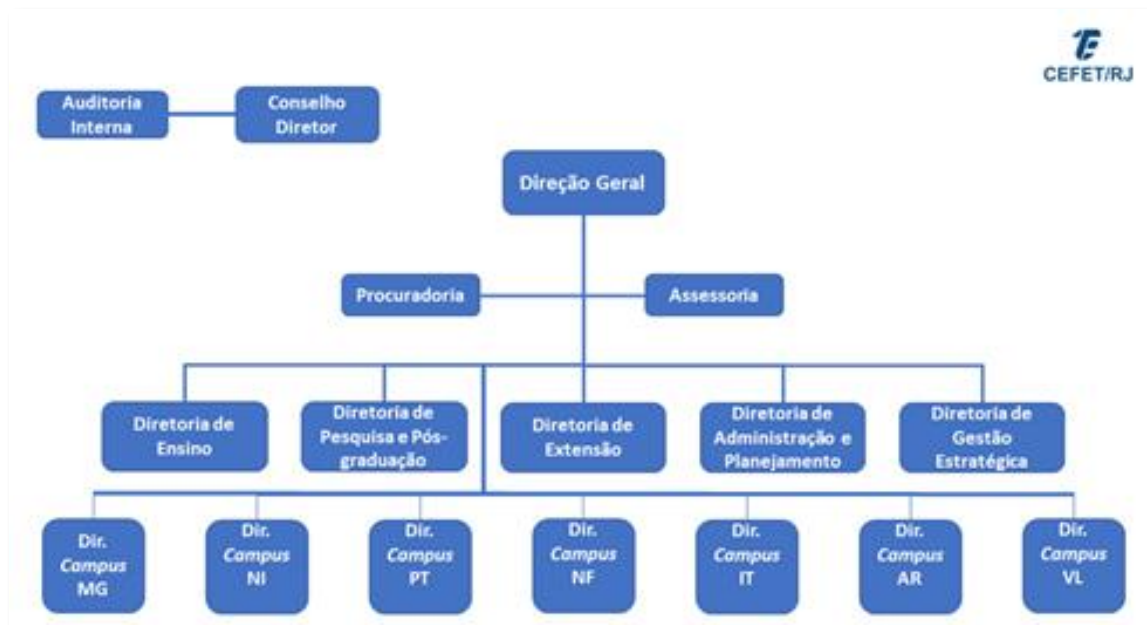


Figura 53 - Organograma do Cefet/RJ Sistema Multicampi

10.1.1. Órgãos Colegiados, Executivos e de Apoio

A estrutura deve ratificar o caráter flexível e sistêmico pretendido pela instituição, refletindo a composição das instâncias de decisões administrativas e suas diferentes relações, e, mais do que isso, demonstrar a maneira pela qual o Centro Federal se articula para responder às necessidades acadêmicas, institucionais e da sociedade perante os desafios diante dele colocados.

Atualmente, a estrutura organizacional do Cefet/RJ apresenta a seguinte composição: (I) Órgão colegiado máximo: Conselho Diretor (CODIR); (II) Órgãos executivos: (i) Direção-Geral (DIREG): (a) Vice-Direção-Geral; (b) Assessorias Especiais; (c) Gabinete (GABIN); (ii) Diretorias sistêmicas: (a) Diretoria de Ensino (DIREN); (b) Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG); (c) Diretoria de Extensão (DIREX); (d) Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP); (e) Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES); (iii) Diretorias dos *campi*; (III) Órgão de Controle: Auditoria Interna (AUDIN).

10.1.1.1. Órgãos colegiados: competência e composição

Esta seção destina-se a fornecer, de maneira sucinta, informações relativas à atuação, competência e composição dos órgãos colegiados supracitados. Em outras palavras, abordará a estrutura de governança do Cefet/RJ. Em nível sistêmico, compõem instâncias de decisão colegiada:

- Conselho Diretor (CODIR);

- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);
- Conselho de Ensino (CONEN);
- Conselho de Pesquisa e Pós-graduação (COPEP);
- Conselho de Extensão (CONEX).

O Conselho Diretor (CODIR) constitui órgão deliberativo e consultivo da administração superior do Cefet/RJ. Ao CODIR compete, entre outras atribuições definidas no Estatuto do Centro Federal, estabelecer uma política geral deste, deliberando sobre planos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão, por meio de resoluções. Ademais, o Conselho configura instância máxima recursal da instituição.

Integrado por dez membros, todos nomeados pelo ministro de Estado da Educação, tem como presidente o Diretor-Geral e, ademais, representação dos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico e do magistério superior, dos servidores técnico-administrativos, dos discentes e do Ministério da Educação, da Federação da Indústria, da Federação do Comércio, da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca, e dos ex-alunos.

Abaixo dele, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é um órgão colegiado autônomo, ao qual compete deliberar e normatizar no que concerne às atividades acadêmicas do Centro, cabendo-lhe, entre outras atribuições, elaborar e encaminhar a Política Institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvidas as propostas dos respectivos conselhos especializados, para homologação do Conselho Diretor. O CEPE também funciona como câmara recursal dos conselhos temáticos existentes (Ensino, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão).

Integram o CEPE: o Diretor-Geral, que o preside; os diretores sistêmicos; os diretores dos campi; representantes do Conselho de Ensino, do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação e do Conselho de Extensão, eleitos por seus pares, e representantes discentes desses Conselhos; representantes dos docentes e dos técnico-administrativos, eleitos pela comunidade interna.

Compondo os conselhos especializados, abaixo do CEPE, há o Conselho de Ensino (CONEN), o Conselho de Pesquisa e Pós-graduação (COPEP) e o Conselho de Extensão (CONEX).

O Conselho de Ensino (CONEN) é o órgão consultivo e deliberativo da Direção de Ensino para a definição das diretrizes da política educacional para o ensino de graduação e técnico de nível médio. O Conselho de Pesquisa e Pós-graduação (COPEP) constitui o órgão consultivo, deliberativo e normativo para o ensino de pós-graduação em assuntos de natureza acadêmica e de pesquisa. Ao Conselho de Extensão (CONEX), órgão sistêmico, normativo, deliberativo e consultivo dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do

Conselho Diretor (CODIR), cabe estabelecer políticas de desenvolvimento das atividades de extensão do Sistema Cefet/RJ.

Em cada campus, compõem instâncias de decisão colegiada o Conselho do campus (CONPUS) como instância máxima local, seguida das Coordenações de Curso, dos Departamentos Acadêmicos e das Coordenadorias de Programas de Pós-graduação. A esses colegiados compete a coordenação didática de cada curso – de ensino médio e educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação –, cabendo-lhes, entre outras atribuições: orientar e coordenar as atividades do curso, propondo aos competentes departamentos a indicação ou substituição de docentes; elaborar o currículo do curso, com indicação de ementas, créditos e pré-requisitos das atividades acadêmicas curriculares que o compõem, e referendar os programas dessas atividades; decidir questões relacionadas à matrícula, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida a legislação pertinente; além de coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso.

10.1.1.2. Órgãos executivos

A organização dos órgãos executivos do Cefet/RJ está estruturada da seguinte forma:

- Direção-Geral: Responsável pela direção administrativa e pelas políticas internas e externas do Centro Federal.
- Diretoria de Ensino: Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividades de apoio e desenvolvimento do ensino em consonância com as Diretorias de Pesquisa e Pós-graduação e Extensão, visto ser uma área fim da instituição.
- Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação: Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e de pós-graduação, em consonância com as Diretorias de Ensino e Extensão, visto ser uma área fim da instituição.
- Diretoria de Extensão: Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividades de apoio e desenvolvimento relativas às ações de extensão da instituição, em consonância com as Diretorias de Ensino e de Pesquisa e Pós-graduação, visto ser uma área fim da instituição.
- Diretoria de Administração e Planejamento: Prover e executar as atividades relacionadas à administração de pessoal e, ainda, ao planejamento orçamentário e execução financeira e contábil do órgão.
- Diretoria de Gestão Estratégica: Coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como acompanhar a execução dos

planos e projetos, e ainda fornecer as informações relativas ao desempenho do Centro Federal.

- Diretoria dos campi: Buscar a promoção das ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos campi.

Além disso, considera-se como função de aconselhamento na estrutura institucional executiva:

- Procuradoria (Assessoria Jurídica): A Procuradoria Federal, junto ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), no Rio de Janeiro, é um órgão vinculado à Procuradoria Geral Federal – Advocacia Geral da União e presta assessoria e consultoria sobre assuntos inerentes às atividades da instituição, além de atuar na representação judicial e extrajudicial do Centro.
- Auditoria Interna (representante dos Órgãos de controle): Verificar o desempenho da gestão institucional visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos, emitindo pareceres prévios relativos à prestação de contas anual da instituição, bem como de tomada de contas especiais.

10.1.1.3. Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas do Cefet/RJ são unidades de natureza técnica, voltadas ao desenvolvimento de serviços especiais, com estrutura administrativa própria, podendo colaborar em programas de ensino, pesquisa, e extensão dando suporte às atividades acadêmicas regulares. São eles:

- Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI);
- Arquivo Geral;
- Gabinete da Direção-Geral;
- Sistema de Bibliotecas;
- Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF);
- Divisão de Mídias Educacionais (DIMED);
- Divisão de Apoio Pedagógico (DIAPE);
- Setor Gráfico.

10.1.2. Rol de Responsáveis

A Direção-Geral, o cargo de sua substituição direta, vice Direção-Geral, e os demais cargos de substituição (indireta), que são compostos pelas diretorias sistêmicas: DIREN, DIPPG, DIREX, DIRAP e DIGES, compõem o Rol de

Responsáveis, na Prestação de Contas Anual realizada ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Esta atribuição permite, na ausência do Diretor-Geral e do vice-Diretor, que os diretores sistêmicos possam ser delegados por meio de procuração, a responder institucionalmente, mantendo a celeridade dos processos administrativos.

10.2. Política de Gestão

A Política de Gestão compreende a intencionalidade da Instituição em alcançar os objetivos institucionais traçados, respeitando os princípios constitucionais e estatutários que regem o Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca enquanto entidade da Administração Pública. Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) assume a sua missão de planejar, conduzir e integrar projetos e programas institucionais por meio de ações coordenadas que se reforcem mutuamente em prol dos objetivos comuns à toda comunidade.

Compreende o exercício da gestão do Cefet/RJ como um processo dinâmico e sistêmico, orientado por seu compromisso social de contribuir com formação profissional e cidadã de seus alunos, bem como para o desenvolvimento social, cultural, tecnológico e econômico de seu entorno, fortalecendo a relação de interdependência entre os campi sem perder o foco na unidade institucional, em sua missão, no seu plano de desenvolvimento, na sustentabilidade ambiental institucional, na transparência e na ética.

Reconhece, também, que os servidores do Cefet/RJ são cidadãos no exercício da vocação pública e que somente por meio de sua colaboração o Plano de Desenvolvimento Institucional pode se tornar um retrato do seu perfil institucional. Por conseguinte, a Política de Gestão prevê a promoção de uma cultura de excelência que valorize, apoie, desenvolva e retenha os talentos dos servidores desta instituição, estimulando o seu comprometimento contínuo.

Além disso, respeitando os princípios da economicidade e da eficiência, busca-se atingir a utilização inteligente dos recursos institucionais, sejam estes econômicos, materiais ou imateriais, de forma a garantir sua melhor aplicação, preservando, ainda, o interesse da sociedade em ter uma educação superior de qualidade e um ambiente sustentável.

Ademais, cabe ressaltar a relevância da temática da Avaliação institucional, como uma ferramenta que viabiliza o diagnóstico do Cefet/RJ numa perspectiva colaborativa de retroalimentação do planejamento institucional. Não obstante, os princípios norteadores da Política de Gestão Institucional são:

- *Democracia institucional*, entendida como o respeito às decisões colegiadas e à garantia de espaços de expressão e participação da Comunidade nas questões institucionais;

- *Descentralização da decisão*, percebida na delegação e concessão de autonomia às diretorias sistêmicas, aos campi e demais órgãos na tomada de decisão, obedecendo aos princípios que regem a Administração Pública e mantendo a Unidade Institucional regida pela lei de criação do Cefet/RJ;
- *Integração local, regional e nacional*, promovida por meio da realização de ações permanentes articuladas com atores estratégicos relevantes, direcionando esforços na formação de profissionais-cidadãos e na produção de conhecimentos, que estejam comprometidos com o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentáveis;
- *Gestão Estratégica Participativa*, compreendida como o processo em que o Cefet/RJ, por meio de seus diversos atores articulados solidariamente, realiza uma autoavaliação, identifica suas forças e fragilidades, define o futuro desejado e cria planos de ações, organizando-se para alcançá-lo;
- *O reconhecimento da Avaliação Institucional* como um processo contínuo de monitoramento sistemático da evolução institucional rumo ao futuro desejado, com vistas à adoção dos ajustes situacionais necessários;
- *Transparência no orçamento e nos atos de gestão*, entendidos como a garantia do conhecimento da composição da matriz orçamentária anual, da sua respectiva distribuição e execução orçamentária, da consolidação de sua estrutura organizacional e composição de seu quadro de servidores;
- *Acesso à Informação Pública*, por meio da divulgação das ações e serviços da gestão, garantindo o direito fundamental dos cidadãos ao acesso às informações públicas.

10.3. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

Como instituição integrante da rede de educação superior, o Cefet/RJ participa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, sendo submetido a três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos: Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES); Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

A Avaliação das Instituições de Educação Superior se desenvolve em duas etapas principais: a autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) – e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Inep.

Os cursos ofertados na modalidade EAD, além das avaliações previstas no SINAES, são submetidos a avaliações específicas através do consórcio Cederj (graduação) e do programa eTec.

10.3.1. Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) foi constituída pela primeira vez em 2004, considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).



Figura 54 - Logotipo da Comissão Própria de Avaliação do Cefet/RJ
Fonte: Site Cefet/RJ

A CPA é formada por docentes, discentes, técnico-administrativos e por um membro representante da sociedade civil. A composição da CPA representa o Sistema *Multicampi*, compreendendo: membros da sede Maracanã (cinco docentes do ensino superior, um discente e um técnico-administrativo) e membros dos *campi* com ensino superior (um docente do ensino superior, um discente e um técnico-administrativo).

10.3.2. Processo de Auto-Avaliação Institucional

De acordo com as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, fornecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos:

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da

instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (CONAES, 2004, p.5).

Assim, a autoavaliação ajuda a identificar as fragilidades e potencialidades da instituição em suas dez dimensões previstas por lei, tornando-se um importante instrumento para tomada de decisões. O relatório produzido a partir de tal instrumento deve conter análises, críticas e sugestões¹⁸.

A Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, baseada no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria nº 92/2014), nos estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) 2013 propõe ajustes no roteiro proposto inicialmente. Segundo essa Nota Técnica (2014, p. 2):

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento (CONAES, 2014, p.2).

Nesta nova versão do relatório, as dez dimensões avaliadas são dispostas em cinco eixos. O relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, contempla as seguintes partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise.

¹⁸ Para maiores informações e detalhes sobre a CPA e Avaliação Institucional, vide Relatórios da AutoAvaliação Institucional nos últimos anos.

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: TEMAS E DIMENSÕES AVALIADAS (CPA)	
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	DIMENSÃO 8: Planejamento e Avaliação
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	DIMENSÃO 1: Missão e PDI
	DIMENSÃO 3: Responsabilidade Social
POLÍTICAS ACADÊMICAS	DIMENSÃO 2: Política Ensino, Pesquisa & Pós, Extensão
	DIMENSÃO 4: Comunicação com a Sociedade
	DIMENSÃO 9: Política de Atendimento aos Estudantes
POLÍTICAS DE GESTÃO	DIMENSÃO 5: Políticas de Pessoal
	DIMENSÃO 6: Organização e Gestão da instituição
	DIMENSÃO 10: Sustentabilidade Financeira
INFRAESTRUTURA FÍSICA	DIMENSÃO 7: Infraestrutura Física

Figura 55 - Eixos de trabalho e dimensões avaliadas
Fonte: CPA (2018)

Para promover o processo de autoavaliação institucional, a CPA segue um cronograma de atividades, considerando as diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior, as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições fornecidas pela CONAES, e levando em conta a missão e os objetivos da instituição. Portanto, a autoavaliação institucional compreende três etapas básicas: (I) preparação, (II) desenvolvimento e (III) consolidação. Considerando esse contexto, são previstas as seguintes atividades: (i) Elaboração do planejamento; (ii) Atualização dos instrumentos de coleta; (iii) Sensibilização da comunidade; (iv) Aplicação dos instrumentos de pesquisa; (v) Coleta de dados; (vi) Processamento de dados; (vii) Análise dos dados; (viii) Elaboração e entrega do relatório final ao CODIR e INEP; (ix) Divulgação dos resultados à comunidade.

A metodologia da Autoavaliação Institucional proposta pela CPA buscou articular as diretrizes para avaliação e as orientações gerais para a implementação do processo autoavaliativo estabelecidas pela CONAES, associadas com a missão do Cefet/RJ, o PDI vigente, a identidade da instituição e a sua cultura de avaliação. A autoavaliação utiliza as dez dimensões previstas pela Lei nº 10.861/2004 utilizando-se vários procedimentos metodológicos, dentre os quais se destacam: reuniões sistemáticas, pesquisa documental, elaboração de questionários, entrevistas, assim como outros procedimentos utilizados nos estudos especiais.

Os questionários – disponibilizados de forma online voluntária – abrangem as dez dimensões previstas. Tais instrumentos foram elaborados de forma

diferenciada, considerando os principais atores do processo: discentes, docentes e técnico-administrativos. Para a sua divulgação extensiva, são utilizados instrumentos de sensibilização tais como: *e-mails*, chamadas no *site* da instituição, apoio de órgãos colegiados. Além das ações de sensibilização planejadas e realizadas pela CPA, cada membro da comissão age como um multiplicador, procurando sensibilizar o maior número possível de participantes do processo.

Considerando que todas as diretrizes e orientações da CONAES estão voltadas para a autoavaliação de instituições de ensino superior (IES), decidiu-se focar a avaliação interna do Cefet/RJ também somente no ensino superior. Uma vez dadas as características de verticalização do ensino do Cefet/RJ, que apresenta, além do ensino superior, ensino médio e técnico, muitas vezes é necessário relacionar tal avaliação com o restante da instituição. No entanto, não se pode esquecer que há espaços comuns compartilhados por alunos de diversos níveis, sejam eles de lazer, laboratórios, biblioteca, entre outros. É isso que torna o Cefet/RJ uma entidade peculiar em relação às demais instituições de ensino superior.

A população, ou sujeitos participantes do processo de autoavaliação que devem ser observados na análise, são todos os que compõem a comunidade acadêmica e atuam, de uma forma ou de outra, no ensino superior. Assim, para simplificar, o termo “comunidade acadêmica” é usado para representar o corpo docente que atua no ensino superior, assim como a relação do corpo discente do ensino superior e o corpo técnico-administrativo do Cefet/RJ neste relatório. A análise realizada pela CPA envolve todos os *campi* com curso superior, que possuam pelo menos um ano de sua criação.

10.4. Diretoria de Gestão Estratégica e sua organização no Sistema Multicampi

Os modelos de gestão de desempenho destinados a implementar a estratégia da organização devem ser capazes de traduzi-la para todos os níveis da instituição, tornando-a capaz de atuar de forma efetiva e consciente em prol da realização dos objetivos definidos. A implementação da estratégia exige que unidades e servidores estejam alinhados e comprometidos com o referencial estratégico institucional.

Sendo, assim, a função precípua da Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), conforme art. 22 do Estatuto do Cefet/RJ é “ser órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do Cefet/RJ”.



Figura 56 - Cefet/RJ membro do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do RJ

Fonte: Acervo institucional.

As preocupações relacionadas às particularidades de gestão de organizações públicas têm assumido relevância no campo dos estudos em Administração. A Administração Pública, por sua vez, enquanto campo de desenvolvimento teórico-conceitual e empírico assume destaque e importância, na medida em que suas dinamicidades e especificidades se refletem em contextos econômicos e sociais distintos. O debate entre diferentes perspectivas leva a uma série de questionamentos acerca da efetividade da adoção de modelos gerenciais no setor público, dentre as quais se destaca: quais seriam as possibilidades de construção de estratégias na Administração Pública? (BORGES, 2008, p.81).

Construir a estratégica, significa criar ou estreitar relacionamentos com os diversos stakeholders do Cefet/RJ, sejam estes internos – com as diretorias sistêmicas e diretorias dos campi – seja com os parceiros externos, de outras IES como Fóruns da Andifes e Conif, ou do governo do estado do Rio de Janeiro, como os membros do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do RJ (Alerj).

O Planejamento Estratégico caracteriza-se por um processo de inteligência organizacional, que permite a reflexão sobre o que já aconteceu, o que está acontecendo e o que pode acontecer dentro do cenário competitivo em que uma empresa está inserida e sobre seu próprio desempenho nesse contexto. Ele dá condições para a decisão sobre a aplicação racional dos recursos, sempre escassos, disponíveis em uma organização a partir do estabelecimento de uma visão clara de futuro (BRASIL, Portal da Estratégia,

2018). O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o planejamento estratégico do Cefet/RJ para o cenário dos próximos cinco anos.

A equipe da Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) é composta pelos seguintes órgãos: Departamento de Desenvolvimento Institucional (DEDIN); Divisão de Estratégia para a Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI); Divisão de Editoração (DEDIT); Seção de Gestão Estratégica (SEGES). A seguir são apresentadas algumas iniciativas da DIGES: Prestação de Contas Anual – Relatório de Gestão (TCU); Governança, Riscos e Controles; Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS); Política de Gestão Ambiental; Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

10.4.1. Prestação de Contas Anual – Relatório de Gestão (TCU)

Anualmente, a DIGES é a responsável por assessorar e organizar o documento consolidado para Prestação de Contas Anual ao TCU, conhecido como Relatório de Gestão (RG), devendo levar em consideração algumas premissas, como as relacionadas a seguir:

Quadro 21 – Diretrizes para elaboração do Relatório de Gestão (TCU, 2018)

Diretrizes para elaboração do relatório de gestão
<p>Abordagem estratégica: o relatório deve oferecer uma visão da estratégia da unidade prestadora de contas (UPC) e como essa se relaciona com a capacidade da UPC de alcançar seus objetivos no curto, médio e longo prazos, bem como o uso que faz de seus recursos;</p>
<p>Conectividade da informação: o relatório deve mostrar uma visão integrada da combinação, da inter-relação e da dependência entre os fatores que afetam a capacidade de a UPC alcançar os seus objetivos ao longo do tempo;</p>
<p>Relações com partes interessadas: o relatório deve prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a UPC mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a UPC entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades;</p>
<p>Materialidade: o relatório deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade da UPC de alcançar seus objetivos no curto, médio e longo prazos;</p>

Concisão: o relatório deve ser conciso, ou seja, o texto não deve ser mais extenso do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões;

Confiabilidade e completude: o relatório deve abranger todos os temas materiais, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada e isento de erros significativos;

Coerência e comparabilidade: o relatório deve apresentar informações em bases coerentes ao longo do tempo, de maneira a permitir um acompanhamento das séries históricas da UPC, bem como uma comparação com outras unidades de natureza similar;

Clareza: o relatório deve fazer uso de linguagem simples e de imagens visuais eficazes para transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis, além de fazer uma distinção clara entre os problemas enfrentados e os resultados alcançados pela UPC no exercício daqueles previstos para o futuro.

Deve-se ressaltar a importância da participação da alta administração na elaboração do relatório de gestão, uma vez que grande parte das informações demandadas se referem a questões de estratégia e resultados da gestão.

Sobre a forma de encaminhamento do Relatório de Gestão de 2018, por exemplo, deverá ser enviado pelo Sistema e-Contas do TCU em arquivo único, com tamanho máximo de 50Mb, razão pela qual a unidade prestadora de contas (UPC) deve atentar para esse limite ao elaborar seu relatório. Além do relatório de gestão, as unidades deverão encaminhar também peças referentes ao rol de responsáveis, declarações, pareceres e informações suplementares, conforme for disposto no Sistema e-Contas.

10.4.2. Governança, Riscos e Controles

A Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) é a responsável pela implementação da Gestão de Riscos Institucional. A Política de Gestão de Riscos do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ foi aprovada por meio da Resolução nº 44/2017, de 08 de dezembro de 2018.

De acordo com o seu art. 6º, a Política de Gestão de Riscos tem como premissas o alinhamento à estratégia, ao PDI vigente, assim como, a sistematização, o comprometimento dos gestores e a integração aos processos organizacionais e à tomada de decisões baseados no PPA - Plano Plurianual e no PNE - Plano Nacional de Educação vigentes. São objetivos da Política de Gestão de Riscos do Cefet/RJ:

- I - Estabelecer conceitos, diretrizes, atribuições e responsabilidades do processo da implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito desta instituição;
- II – Orientar a identificação, a avaliação, o monitoramento e a comunicação dos riscos institucionais;
- III – Aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos organizacionais, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis, sustentabilizando as operações e o cumprimento da missão institucional;
- IV- Agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos.

Quadro 22 - Diretrizes para tratamento de riscos no Cefet/RJ.

Nível de Risco	Descrição	Diretriz para Resposta
EXTREMO	Indica um nível de risco absolutamente inaceitável, muito além do apetite a risco da organização.	Qualquer risco encontrado nessa área deve ter uma resposta imediata. Admite-se postergar o tratamento somente mediante parecer do Diretor-Geral do Cefet-RJ e, na sua ausência ou impedimento, pelo seu Substituto Legal.
ALTO	Indica um nível de risco inaceitável, além do apetite a risco da organização.	Qualquer risco encontrado nessa área deve ter uma resposta em um curto intervalo de tempo definido pelos Diretores Sistêmicos ou das Unidades e somente ambos ou seus superiores podem postergar o tratamento.
MÉDIO	Indica um nível de risco aceitável, dentro do apetite a risco da organização.	Não se faz necessário tomar medidas especiais de tratamento, exceto manter os controles já existentes.
BAIXO	Indica um nível de risco muito baixo, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas.	Os riscos considerados baixos poderão ser apenas monitorados e suas oportunidades exploradas de acordo com o contexto estabelecido.

Fonte: Política de Gestão de Riscos do Cefet/RJ

A Política de Gestão de Riscos é de responsabilidade da instituição e parte integrante de todos os processos institucionais, sendo exercida de forma compartilhada por gestores, servidores, unidades, conselhos, comitês setoriais e comissões. Em seu escopo de gestão, será integrada ao planejamento estratégico, processos e políticas institucionais, na medida em que, adota a persecução dos objetivos da Instituição e utiliza os métodos elencados a seguir. O processo de Avaliação de Riscos será composto das seguintes fases:

- I. Estabelecimento do contexto - dispõe sobre a definição dos parâmetros externos e internos essenciais à execução de seus objetivos. Todos os níveis da organização devem ter objetivos fixados e comunicados, sendo necessária a explicitação de

objetivos claros, alinhados à missão e a visão da organização, a fim de permitir a identificação de eventos;

- II. Identificação dos riscos - envolve o reconhecimento e a descrição dos eventos críticos que possam impactar na consecução dos objetivos. Os riscos podem ser classificados em: operacionais, legais, financeiros ou de imagem;
- III. Análise dos riscos: refere-se à determinação da probabilidade e impacto dos eventos críticos que possam causar efeitos nos objetivos;
- IV. Avaliação dos riscos - tem por finalidade a análise quantitativa e qualitativa que definirá os riscos a serem tratados e sua ordem de priorização através do nível de risco identificado pela matriz de riscos;
- V. Tratamento dos riscos - consiste na identificação e seleção dos meios (ações) destinados a fornecer novos controles ou aprimorar os já existentes. As ações constituirão em evitar, reduzir, aceitar ou compartilhar os riscos;
- VI. Monitoramento e análise crítica - tratam da revisão e análise periódica da gestão de riscos, objetivando o aprimoramento contínuo da instituição. No processo de monitoramento, deve-se acompanhar o desempenho dos indicadores de riscos, supervisionar a implantação e manutenção dos planos de ação e verificar o alcance das metas estabelecidas;
- VII. Comunicação e consulta - fluxo de informações entre as partes envolvidas no processo de gestão de riscos, a fim de assegurar a compreensão necessária à tomada de decisão envolvendo riscos.

Quadro 23 - Matriz de Riscos Probabilidade x Impacto

ANÁLISE DOS RISCOS		PROBABILIDADE				
		Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
IMPACTO	Muito alto	MÉDIO	ALTO	EXTREMO	EXTREMO	EXTREMO
	Alto	MÉDIO	ALTO	ALTO	EXTREMO	EXTREMO
	Médio	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	ALTO	EXTREMO
	Baixo	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	ALTO
	Muito baixo	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO

Fonte: Política de Gestão de Riscos do Cefet/RJ

Em relação à escala de Probabilidade na Gestão de Riscos do Cefet/RJ, são considerados:

- Muito Alta: evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidentes mesmo para quem conhece pouco o processo.
- Alta: evento casual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte de gestores e operadores do processo.
- Médio: evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.
- Baixa: evento casual, inesperado. Muito embora raro, há históricos de ocorrência conhecido por parte de gestores e operadores do processo.
- Muito Baixa: evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo.

Em relação à escala de Impacto na Gestão de Riscos do Cefet/RJ, são considerados:

- Muito Alta: Capaz de impedir alcance
- Alta: Torna improvável
- Médio: Torna incerto
- Baixo: Torna duvidoso seu atingimento
- Muito Baixo: Não afeta os objetivos

Na inexistência de processos mapeados, é importante que estes sejam realizados antes da fase de identificação dos riscos, a fim de proporcionar uma identificação apropriada dos riscos. A ação de aceitar os riscos apenas poderá ser tomada mediante parecer pelo Diretor-Geral do Cefet/RJ e, na sua ausência ou impedimento, pelo seu Substituto Legal. Relativo aos setores responsáveis pela Gestão de Risco, temos como:

- I. primeira linha: os Departamentos, as Coordenações, as Seções e os Agentes Públicos, ou seja, aqueles que lidam diretamente com o processo e que têm como incumbência implementar ações preventivas para resolver deficiências em processos e controles;
- II. segunda linha: o Diretor-Geral, os Diretores Sistêmicos e os Diretores das unidades descentralizadas do Cefet/RJ, a quem a primeira linha de defesa está subordinada e que têm como atribuição determinar as direções e apoiar a primeira linha;
- III. terceira linha: onde se encontra a Auditoria Interna que deve promover avaliações independentes dos controles internos.

O processo de gestão de riscos será efetivado em ciclos periódicos, preferencialmente plurianuais, acompanhando-se a aprovação do PDI 2020-2024 para o exercício e também, sempre que mudanças nos ambientes interno e externo dificultarem o alcance dos objetivos institucionais. Ademais, uma nova matriz de riscos será realizada sempre que um fato superveniente influencie no nível da probabilidade ou do impacto definidos anteriormente, alterando o nível dos riscos e conseqüentemente as suas diretrizes de respostas.

10.4.3. Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

O acesso à informação contribui para aumentar a eficiência do Poder Público, diminuir a corrupção e elevar a participação social. Assim, o acesso à informação é um direito do cidadão e dever do Estado. Todos os entes dos Três Poderes e de todas as esferas do governo estão sujeitos à Lei nº12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Todas as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas. O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do poder Executivo Federal.

No Cefet/RJ, o órgão que atua para garantir a transparência e acesso à informação ao cidadão (SIC) é a Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) por meio da Seção de Informação ao Cidadão (SESIC).

10.4.4. Política de Gestão Ambiental

A Política de Sustentabilidade Ambiental do Cefet/RJ – um conjunto de princípios, objetivos e instrumentos de gestão ambiental – aprovada pelo Conselho Diretor por meio da Resolução nº 44, publicada no dia 14 de setembro de 2018, é o resultado do trabalho desenvolvido pela Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI) e pelo Comitê de Sustentabilidade Ambiental Institucional (COSAI).

A Política de Sustentabilidade Ambiental surge para orientar ações sustentáveis nos *campi* do Cefet/RJ e tem como objetivo promover uma gestão ambiental integrada. Neste sentido, visa adotar padrões sustentáveis de produção e de consumo, além de estimular as ações de Educação Ambiental. O documento foi norteador para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

10.4.5. Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

A Diretoria de Gestão Estratégica, por meio da Divisão de Estratégia para a Sustentabilidade Ambiental (DISAI) é a responsável pela elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). A DISAI por meio do Comitê de Sustentabilidade Institucional (COSAI) coletou os dados e informações para organização do PLS.

O Plano de Gestão Ambiental do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ foi aprovada por meio da Resolução/CODIR nº 56/2018, de 23/11/2018. O Plano de Gestão de Logística Sustentável do Cefet/RJ tem por objetivo geral consolidar e aprimorar as práticas sustentáveis em andamento e também ser uma ferramenta de planejamento para novas ações, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, contribuindo assim para o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Essas práticas devem estar voltadas para os seguintes eixos temáticos: compras e contratações; economia e conservação de energia; uso sustentável de água e efluentes; gestão de resíduos sólidos; obras e construções sustentáveis; deslocamento pessoal e qualidade de vida no ambiente de estudo e de trabalho. Parte do conteúdo do PLS do Cefet/RJ serão apresentados na seção Temas Transversais: Sustentabilidade Ambiental.

10.4.6. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa da administração pública de responsabilidade socioambiental do Ministério do Meio Ambiente. O programa tem sido implementado em mais de 300 órgãos públicos das três instâncias, federal, estadual e municipal, e nos mais diversos setores - incluindo bancos, instituições judiciárias, militares e universidades (MMA, 2017).

O programa A3P adiciona aos procedimentos tradicionais da administração pública os elementos socioambientais, exatamente aqueles que são exigidos pela modernidade, onde se busca economia, eficiência e sustentabilidade. Os eixos temáticos ou linhas de atuação da A3P nas instituições de ensino superior são: (i) Uso dos recursos naturais e bens públicos; (ii) Gestão de resíduos sólidos e efluentes gerados; (iii) Contratações sustentáveis; (iv) Qualidade de vida no ambiente de trabalho e de estudo; (v) Sensibilização e capacitação dos servidores; e (vi) Obras públicas sustentáveis.

O Termo de Adesão da A3P assinado pelo Diretor-Geral, foi publicado no Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 2018, (DOU, Seção 3, n.19, p. 95).



Figura 57 - Termo de Adesão A3P do Cefet/RJ
Fonte: Acervo institucional.

11. EXTENSÃO

O desenvolvimento de relações entre Cefet/RJ e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, supera, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de parceria aliança com movimentos, setores e organizações sociais, produzindo em interação com a sociedade, um conhecimento novo em prol da superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

Esse objetivo pressupõe uma ação de mão dupla: os atores sociais que participam da ação, sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não-estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se vincula, também contribuem com a produção do conhecimento. Eles também oferecem ao Cefet/RJ os saberes construídos colaborativamente, seja em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária.

Para que a interação dialógica contribua nas direções indicadas é necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores 'não-acadêmicos' em sua produção e difusão. São necessárias também a apropriação e a democratização da autoria dos atores sociais, assim como sua participação efetiva em ações desenvolvidas nos espaços do Cefet/RJ.

As atividades de Extensão e Assistência Estudantil no Cefet/RJ ficam a cargo da Diretoria de Extensão (DIREX), que contempla de maneira geral o seguinte escopo: programas, projetos, cursos (atualização, qualificação profissional, aperfeiçoamento, educação continuada); eventos (apoio na realização de congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, feiras, eventos esportivos, campanhas, apresentações artísticas); prestação de serviços, produção e publicação (de material impresso e multimídia); organização de outros produtos acadêmicos, voltados às áreas temáticas de Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos, Justiça e Cultura.

11.1. Diretoria de Extensão e sua organização no Sistema Multicampi

A Diretoria de Extensão (DIREX) está organizada pelos seus órgãos diretamente subordinados como: Departamento de Assuntos Comunitários (DEAC), Divisão de Apoio Administrativo (DIVAD), Divisão de Integração

Empresarial (DIEMP), Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC) e, Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS).

O DEAC, por sua vez é composto pela Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) e Coordenadoria de Extensão (COEXT). Há ainda, na sua estrutura sistêmica, três iniciativas de protagonismo estudantil, as quais estão oficialmente consideradas na sua estrutura como staff de apoio.

11.2. Extensão

A partir da nucleação de projetos e ações de extensão conforme as respectivas áreas temáticas e de atuação em uma mesma linha programática, busca-se o apoio de programas de fomento, especialmente o Programa de Bolsas de Extensão, e integram-se os projetos e programas de extensão ao plano pedagógico dos cursos de graduação e técnicos, em um processo de complementaridade curricular.

11.2.1. Atividades de Extensão

As atividades de Extensão constituem uma contribuição relevante à formação do estudante, seja pela ampliação das referências que ensejam, seja pelo contato direto com as questões contemporâneas críticas.

Para que esses instrumentos imprimam qualidade à formação do estudante, as ações extensionistas devem propor projetos alinhados de forma indissociável ao PPI, que explicitem três elementos essenciais:

- (i) a designação do servidor orientador;
- (ii) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos;
- (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante.

A qualificação da formação do estudante, por meio de seu envolvimento em atividades extensionistas, depende também, no âmbito interno do Cefet/RJ, de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento das ações extensionistas com os colegiados dos cursos médio-técnicos, da gestão acadêmica da graduação e da pós-graduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de Extensão e da legislação vigente.

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão. O próprio Cefet/RJ, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada.

11.2.1.1. Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX)

Evento anual do Cefet/RJ, coordenado pelo Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC) que integra as áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizado simultaneamente em todos os *campi* e tem como objetivo principal expor e apresentar os resultados desenvolvidos através dos programas, projetos, estudos e pesquisas, divulgando para a sociedade em geral as ações extensionistas da instituição e de seus parceiros. Fazem parte ainda do evento um ciclo multidisciplinar, com a realização de palestras, minicursos e debates, nos quais são franqueadas a presença e a participação do público interno e externo.



Figura 54 - Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX 2015-2018)

11.2.1.2. Eventos de Estágio e Emprego

Eventos realizados e coordenados pela Divisão de Integração Empresarial (DIEMP), com a presença de empresas nacionais e multinacionais e seus profissionais técnicos e de recursos humanos, que palestram sobre as tendências de mercado imediatas, expondo as consequentes exigências profissionais e as possibilidades concretas de inserção em determinado ramo de atividade. Os eventos são realizados com a presença dos docentes do Cefet/RJ por meio de ciclos de debates que permitem a atualização dos conteúdos acadêmicos ministrados.

11.2.1.3. Atividades de Estágio

O Cefet/RJ, atendendo a Lei no 11.788 de 25 de setembro de 2008, que define o estágio como um ato educativo escolar supervisionado, realiza dentro da competência da sua Diretoria de Extensão (DIREX), todas as atividades relacionadas ao estágio obrigatório e não obrigatório, por meio da Divisão de Integração Empresarial (DIEMP). Sendo uma atividade curricular de fundamental importância para a formação de todos os níveis de ensino e desenvolvida no ambiente de trabalho, visa à preparação do aluno para o mundo produtivo.

O estágio faz parte do projeto pedagógico dos cursos regulares, compondo o itinerário formativo do estudante. Ou seja, em todos os cursos de formação técnica de nível médio (integrado e subsequente), há a obrigatoriedade de completar o número de horas em prática profissional que compõem a matriz curricular de cada curso específico. Apesar de ser uma prática obrigatória, representa também uma importante fase da formação do aluno, tendo em vista ser uma atividade de complementação ao processo pedagógico – suas atividades compatíveis com seu desenvolvimento educacional.

A interação do discente com os demais profissionais em um ambiente de trabalho real traz inúmeras possibilidades, incluindo a iniciação de sua atuação no campo do trabalho. Fatores primordiais para a formação do discente, como a importância do trabalho em equipe, responsabilidade de uma atuação profissional correta e ética e as dimensões de sua atuação crítica, completam a formação deste aluno para a sociedade e para o trabalho. Desta forma, considera-se como partes integrantes da relação do estágio: a) o estudante; b) a parte concedente; c) a instituição de ensino.

Cada um dos integrantes, dentro de suas competências, são signatários do Convênio para Concessão de Estágio e do Termo de Compromisso de Estágio. A instituição conta também com a possibilidade de intervenção de agentes de integração, na figura de “auxiliar”, na parceria com as empresas concedentes de oportunidades de estágio.

Nesse contexto, o Cefet/RJ mantém parcerias com as empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de trainee e empregos para egressos da instituição. Com o objetivo de expandir e de desenvolver as atividades do estágio e do relacionamento empresarial, estão sendo estruturados núcleos descentralizados nos campi da instituição, com a capacitação de servidores que, dentro da proposta estabelecida, atuarão também na prospecção de novas parcerias com empresas da região.

11.2.1.4. Acompanhamento de Egressos

O trabalho com Egressos foi motivado por um dos objetivos do PDI 2015-2019 que tinha como meta uma aproximação com os egressos e a partir daí, realizada uma Pesquisa com Egressos por meio do Departamento de Desenvolvimento Institucional (DEDIN). Em novembro de 2018, foi realizado um encontro com 10 egressos no Cefet/RJ campus sede Maracanã, realizando dinâmicas de grupos com um egresso especialista em Gestão de Pessoas, palestra e outras atividades, estimulando os participantes a interagir e a compartilhar as suas experiências.



Figura 65 - Projeto com Egressos (DIGES e DEDIN, 2018)

O Cefet/RJ possui servidores que são egressos de seus cursos nas mais diversas áreas e funções, tais como: o vice-diretor geral, Maurício Motta; a diretora de Ensino, Gisele Vieira; a antiga diretora de Gestão Estratégica, Úrsula Maruyama; o substituto da Diretoria de Ensino, Manuel Joaquim Lourenço; o chefe do Departamento de Ensino Superior, Bernardo Gomes; a chefe do Departamento de Desenvolvimento Institucional, Priscila Paiva; o coordenador e

vice-coordenador do curso de Administração, Rafael Ferrara e Alexandre Ali Guimarães respectivamente, dentre outros que fizeram parte de diversos momentos da história desta instituição.

O chefe do Departamento de Ensino Médio Técnico, José Cláudio Guimarães e o professor Sidney Teylor, foram professores de alguns destes egressos, que recordam com grande carinho e saudosismo o período discente. Além dos servidores, egressos já atuaram como colaboradores voluntários em projetos específicos, como a engenheira elétrica Alessandra Regina da Silva, com Mapeamento de Processos e levantamento técnico do datacenter; o administrador Tauan Ferreira, que colaborou na construção o website do PDI 2020-2024.

Outra iniciativa que conta a história de nossa instituição por meio de relatos dos egressos, realizada em dezembro de 2018, lançamento do livro “A escola que mudou a minha vida: uma história de vida, pertencimento, afeto, formação humana e profissional”, além do lançamento do Dia do egresso “11 de agosto”.

O livro conta a história dos 100 anos do Cefet/RJ e dos 30 anos da Associação dos Ex-alunos do Cefet/RJ e ETN (AEA-CefetN), trazendo depoimentos de 58 ex-alunos que estudaram na instituição desde a década de 1930. O livro foi produzido por iniciativa da ETN (AEA-CefetN) e do Laboratório de História da Ciência do Departamento de Pós-graduação do Cefet/RJ , através dos professores Renilda Barreto, Tereza Fachada e Samuel Oliveira.

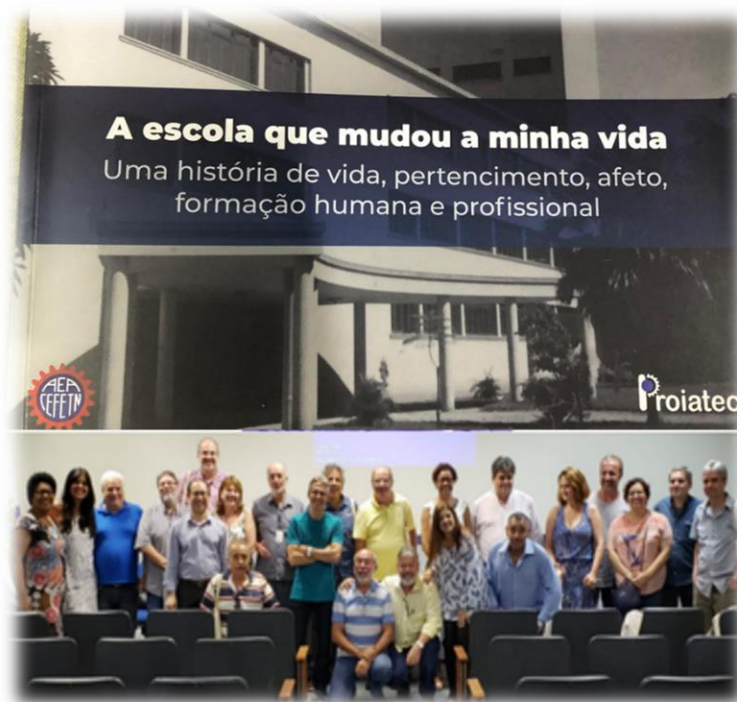


Figura 66 - Encontro com Egressos das Engenharias da década de 1980 (DIREN, 2018)

Ressaltamos que a Associação de Ex-Alunos do Cefet/RJ e ETN (AEA-CefetN) têm como objetivos junto ao Cefet/RJ e a sociedade:

- Apoiar os alunos do Cefet/RJ em suas atividades de formação e extensão.
- Realizar parcerias estratégicas incentivando os alunos para as práticas de desenvolvimento de tecnologia e inovação também por meio de atuação em incubadoras e *startups*.
- Orientar alunos do Cefet/RJ para o mercado de trabalho através de indicações de oportunidades, palestras e seminários com os egressos atuantes em diversas organizações.
- Criar e desenvolver um canal de comunicação permanente entre os egressos, alunos e professores com as empresas e entidades profissionais, com o intuito de fortalecer a Educação Profissional em nosso país.
- Desenvolver projetos de cursos complementares, capacitações e treinamentos visando especialização de profissionais qualificados para o mercado de trabalho.

A instituição AEA-CefetN entende que por meio do canal de comunicação permanente com os egressos é possível resgatar parte significativa da memória do Cefet/RJ. Esse relacionamento com os egressos permite auxiliar nas diretrizes internas e na avaliação da qualidade dos cursos, apoiando o Cefet/RJ a cumprir sua missão institucional e a atender as novas exigências e demandas de formação profissional para o atual mercado produtivo em transformação.

Ao intensificar o relacionamento com os egressos a AEA-CefetN propõe algumas ações:

- Estabelecer programações de palestras com egressos, cerimônias com premiações e placas comemorativas dos registros de memória da instituição.
- Informar o que está acontecendo no Cefet/RJ, como cursos, ações, eventos e pesquisas apoiando o retorno dos egressos para o Cefet/RJ através de cursos de graduação, pós-graduação, extensão e capacitação.
- Possibilitar a apresentação de projetos, trabalhos e ações relevantes dos egressos que contribuíram e ainda contribuem para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico de nossa sociedade.
- Valorizar os egressos, promovendo confraternizações e o reencontro de turmas formadas.
- Fortalecer a sustentabilidade financeira do Cefet/RJ com o estímulo à captação de recursos financeiros externos com a mobilização dos egressos.
- Promover a troca de conhecimentos, revertendo as experiências exitosas dos egressos em práticas e inovações em ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, a Diretoria de Ensino (DIREN) organizou um encontro com os egressos das turmas de Engenharia do Cefet/RJ da década de 1980, reunindo mais de 30 egressos em dezembro de 2018. As mulheres desta turma relembrou os desafios para atuarem como líderes numa escola predominantemente masculina.

Alguns dos benefícios do egresso do Cefet/RJ : livre acesso aos campi do Cefet/RJ , bem como a possibilidade de empréstimo de livros no Sistema de Bibliotecas Multicampi; participação nos eventos divulgados pelo portal eletrônico: seminários, workshops, fóruns, entre outros.

11.2.2. Protagonismo Estudantil: iniciativas pioneiras

Falar de protagonismo estudantil significa dar voz às próprias pessoas que estão estudando. É transformar a educação em algo inovador, como tudo no século XXI. Seja com a simples criação de oportunidades para que os alunos desenvolvam seus próprios projetos, seja com um sistema totalmente democrático, são experiências que buscam estimular e fortalecer a autonomia dos alunos, tornando-os mais ativos e responsáveis no processo de aprendizagem.

11.2.2.1. Empresas Juniores

Organizadas como associações civis sem fins lucrativos, com o objetivo de fomentar o aprendizado prático, formadas exclusivamente por alunos do ensino superior do Cefet/RJ , que realizam projetos e prestam serviços em suas áreas, principalmente para micro e pequenas empresas. A iniciativa encontra-se em franca expansão no Sistema Cefet/RJ , contando atualmente com as seguintes Empresas Juniores:

- Campus Maracanã: Cefet Jr Consultoria
- Campus Nova Iguaçu: ONIX Jr Consultoria
- Campus Itaguaí: OTIMIZE Cefet Jr Consultoria

11.2.2.2. Enactus

Oriunda da iniciativa conhecida como SIFE (Students in Free Enterprise) formada voluntariamente, por estudantes e professores da graduação,

proporciona a oportunidade de desenvolver o trabalho em equipe, a liderança e as habilidades de comunicação, praticando e ensinando os princípios da livre iniciativa. No Cefet/RJ desde 2002, os projetos socioempresariais, são aplicados conceitos de negócios que melhorem a qualidade e o padrão de vida de uma comunidade em necessidade, fazendo-a atingir o sucesso profissional e a sustentabilidade.

Atualmente vinculada à Enactus World, organização internacional sem fins lucrativos que trabalha com líderes empresariais e profissionais do ensino superior. Presente em mais de 1.500 universidades, em 39 países, e com mais de 42.000 estudantes participando efetivamente do programa, mobiliza estudantes universitários a fazer a diferença em suas comunidades, desenvolvendo, assim, as habilidades necessárias para se tornarem líderes empresariais socialmente responsáveis.

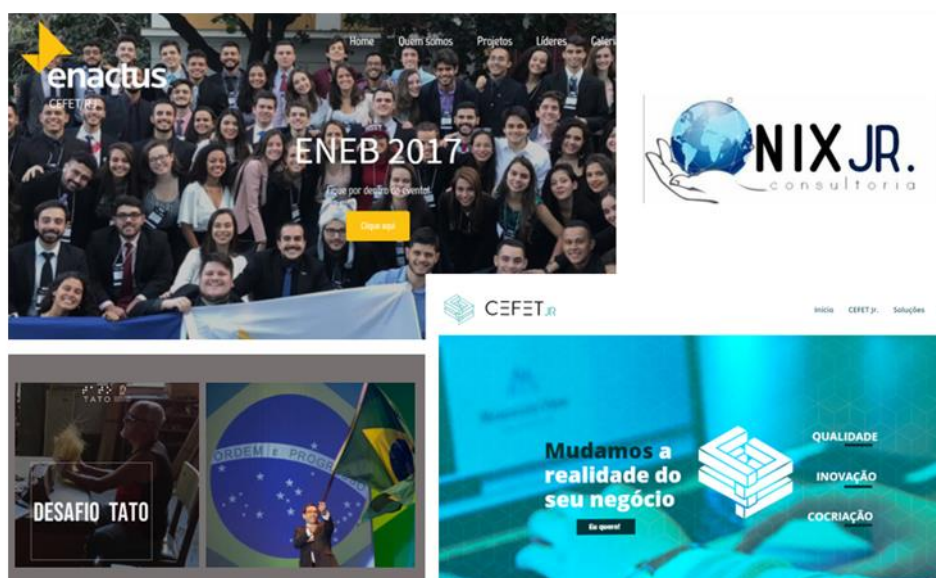


Figura 55 - Enactus, CefetJr (sede Maracanã) e Ônix (campus Nova Iguaçu)

11.2.2.3. Programa Turma Cidadã

O objetivo do Programa Turma Cidadã é implantar uma cultura de responsabilidade social, pessoal e ambiental na comunidade do Cefet/RJ, com ações internas e externas, de dimensão nacional e internacional. A ideia central, iniciada com a orientação do professor pioneiro e patrono Silvino Netto, se baseia na conscientização dos estudantes e professores da instituição, com diversos

projetos, como um curso de capacitação para o serviço voluntário com eventos de cidadania e voluntariado.



Figura 56 - Protagonismo Estudantil: Turma Cidadã

11.2.2.4. Apoio a outras iniciativas de protagonismo estudantil

Atualmente, pode-se perceber o surgimento e consolidação de muitas outras iniciativas discentes pelo Sistema Multicampi que são igualmente merecedoras de reconhecimento e apoio. Algumas são iniciadas em prol de projetos de disciplinas ou cursos (Ensino) voltadas a competições ou objetivos específicos, outras de projetos PIBIC ou PIBIC-EM (Pesquisa), e ainda as que são resultados de projetos de Extensão. Embora não sejam consideradas na estrutura da DIREX, estes projetos merecem destaque no PDI 2020-2024 por sua importante contribuição à formação dos jovens cefetianos.

a) Equipe Venturi (Aerodesign)

O projeto SAE Brasil AeroDesign é um desafio lançado aos estudantes de Engenharia que tem como principal objetivo propiciar a difusão e o intercâmbio de técnicas e conhecimentos de Engenharia Aeronáutica. Os alunos que participam da Competição SAE BRASIL Aerodesign devem formar equipes que representarão a Instituição de Ensino Superior a que estão ligados.

As avaliações e classificação das equipes são realizadas em duas etapas: Competição de Projeto e Competição de Vôo, onde os projetos são avaliados comparativamente por engenheiros da indústria aeronáutica, com base na concepção e desempenho dos projetos.



Figura 57 - SAE Brasil de Aerodesign: Equipe Venturi

A Equipe Venturi é formada por alunos de diferentes cursos de engenharia do Cefet/RJ sede Maracanã, tendo como objetivo a construção de uma aeronave para ingressar na competição anual SAE Brasil de Aerodesign. Na equipe os alunos são submetidos a desafios diários, gerando assim a necessidade de desenvolvimento constante, tanto profissional quanto social.

b) Equipe Mud Runner (Baja)

O projeto Baja SAE foi criado na Universidade da Carolina do Sul, Estados Unidos, tendo a sua primeira competição realizada em 1976. Em 1991 foram iniciadas as atividades da SAE BRASIL, que, em 1994, lançava o Projeto Baja SAE BRASIL. Já o ano seguinte, em 1995, era realizada a primeira competição nacional, na cidade de São Paulo. Desde 1997 a SAE BRASIL também apoia a realização de eventos regionais do Baja SAE BRASIL, através de suas Seções Regionais. A Equipe Mud Runner vem se destacando nessa competição, tendo sido classificada em primeiro colocado geral na última competição dessa modalidade.



Figura 58 - Projeto Baja SAE: Equipe Mud Runner

A Mud Runner é a equipe da sede Maracanã que representa o Cefet-RJ no programa Baja SAE BRASIL. Esse programa consiste em um desafio lançado aos estudantes de engenharia que oferece a chance de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, visando incrementar sua preparação para o mercado de trabalho. Ao participar do programa Baja SAE, os membros se envolvem com um caso real de desenvolvimento de um veículo off road, desde sua concepção, projeto detalhado, construção e testes.

c) Fórmula SAE: Equipe Alpha (sede Maracanã) e Equipe Satirus (campus Nova Iguaçu)

O conceito por trás da Formula SAE é uma companhia industrial fictícia que contratou um time estudantil para desenvolver um pequeno carro de Fórmula 1 nas categorias de Carro elétrico e Combustão.

A competição Fórmula SAE BRASIL, assim como as outras provas promovidas pela entidade, tem como objetivo propiciar aos estudantes de Engenharia a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolvendo um projeto completo e construindo um carro tipo Fórmula. Os trabalhos são realizados em grupo. Criada em 2004, a Fórmula SAE BRASIL envolveu mais de 1030 inscritos em 2017, número que cresce significativamente a cada ano. As equipes melhor classificadas ganham o direito de representar o Brasil em duas competições internacionais realizadas nos EUA. No Cefet/RJ, são conhecidas as iniciativas da Equipe Alpha (sede Maracanã) e da Equipe Sátirus (campus Nova Iguaçu).



Figura 59 - Protagonismo Estudantil: Equipe Alpha

A Alpha, equipe de Fórmula SAE do Cefet/RJ , criada em 2013, é formada por alunos de diversos cursos de Engenharia do campus sede Maracanã, começou como um pequeno grupo de estudos, e hoje, já desenvolvendo palestras, visando que cada aluno acredite no seu potencial e na sua capacidade de desenvolver coisas novas, tendo foco, organização e determinação. A Equipe Alpha tem como missão estimular o crescimento pessoal e profissional dos alunos através de um aprendizado diferenciado, de modo a formar profissionais de excelência para a sociedade (Homenagem *in memoriam* ao professor José Paulo Vogel, patrono desta equipe).



Figura 60 - Protagonismo Estudantil: Equipe Reis do Sol

A Equipe Sátirus de Fórmula SAE, fundada em 2016, é um grupo estudantil do Cefet-RJ campus Nova Iguaçu, responsável pelo desenvolvimento de um projeto do veículo tipo formula.

d) Desafio Solar Brasil: Equipe SmartCefet (campus Itaguaí) e Equipe Rei do Sol (campus Angra)

O Desafio Solar Brasil (DSB) é um rali de barcos movidos à energia solar que visa estimular o desenvolvimento de tecnologias para fontes limpas de energias alternativas, bem como divulgar o potencial dessas tecnologias aplicadas em embarcações de serviço, recreio e transporte de passageiros.

A meta é que a competição brasileira articule instituições e universidades na América Latina e futuramente, corresponda a uma das etapas de um circuito internacional ampliado, não apenas restrito ao continente europeu. O Desafio Solar Brasil é uma realização do NIDES – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social / UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, em conjunto com o Lafae – Laboratório de Fontes Alternativas de Energia da UFRJ e a engenharia mecânica da UFRJ/Macaé. O Cefet/RJ conta com a Equipe Reis do Sol (campus Angra) e Smart Cefet (campus Itaguaí).



Figura 61 - Desafio Solar: Equipe Reis do Sol (campus Angra) e SmartCefet (campus Itaguaí)

A Equipe Solar Marine Racing Team, conhecida como Smart Cefet, nasceu dentro da unidade do Cefet Itaguaí em 2014 com intuito de elaborar um barco movido apenas por energia solar para participar da maior competição nesse ramo no Brasil: o Desafio Solar Brasil. A equipe formada por alunos de engenharia de produção e engenharia mecânica, instalada dentro do campus no Laboratório de Operações Portuárias, iniciou o projeto após ganhar um investimento da Faperj.

A equipe Reis do Sol teve início em meados do ano de 2016, através da iniciativa de alguns alunos do Cefet/RJ , campus Angra dos Reis. Após quase um ano de existência do projeto, receberam através de doações os cascos do catamarã e as placas solares, participamos do DSB já no ano de 2017. Com poucas semanas para trabalhar, uma equipe reduzida em número e principalmente em experiência, além de um orçamento apertado, a equipe Reis do Sol participou do DSB 2017 e DSB 2018.

e) Equipe Solmar

O projeto SolMar, desenvolvido por discentes e docentes do Curso Técnico Integrado de Mecânica e docentes de outros cursos técnicos do Cefet/RJ , inspirou-se no Desafio Solar Brasil, uma competição de barcos, movidos à energia solar, que tem, como essência, o conceito de sustentabilidade.



Figura 62 - Projeto Solmar: Pioneira na iniciativa do ensino médio técnico

Projeto escolar inovador e pioneiro no Cefet/RJ sede Maracanã, de caráter interdisciplinar, com o intuito de recriar uma experiência profissional para os alunos do ensino médio/técnico. Tendo como objetivo, a modelagem de barcos com base em materiais recicláveis e movido à energia solar, a organização de uma competição dos barcos elaborados pelas equipes participantes, torna-se inovadora por abrir esta oportunidade aos estudantes do médio técnico, não só do Cefet/RJ , mas também parceiros de outras instituições

(escolas técnicas estaduais e institutos federais) também participem dos campeonatos, cumprindo a sua missão extensionista.

f) Robótica: Bodetronic

Equipe de Robótica formada por alunos de cursos técnicos e graduação, surgiu em 2015 no Cefet/RJ campus Nova Iguaçu.

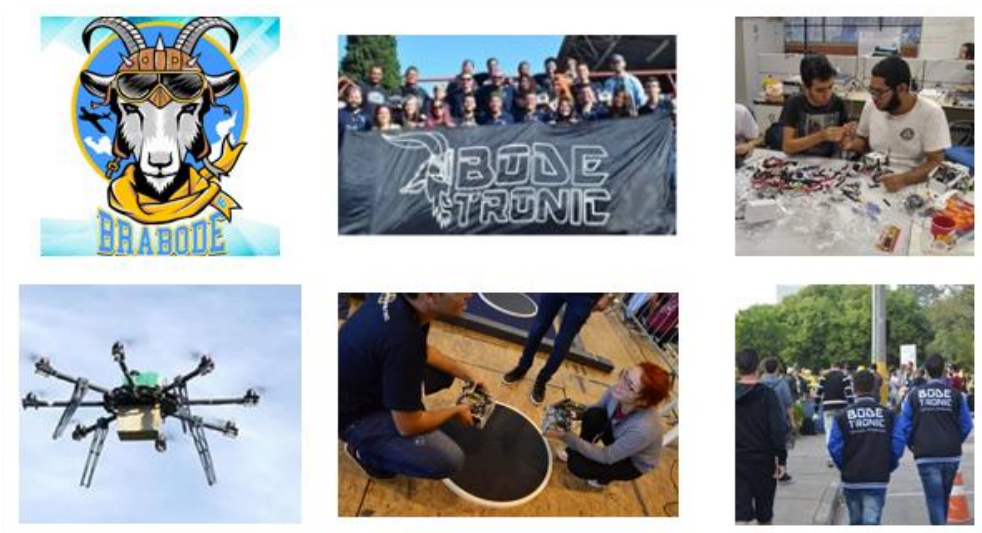


Figura 63 - Protagonismo Estudantil: Bodetronic

g) Ramo Estudantil IEEE

O Ramo Estudantil IEEE Cefet/RJ consiste em um projeto de extensão focado em tecnologias de ponta, que proporciona aos membros oportunidades de inserção no mundo da Engenharia e ampliação dos horizontes. O grupo possui a seguinte missão “Desenvolver pessoas através de projetos técnicos. E, com isso, desenvolver também o conhecimento tecnológico de alunos da graduação, professores e pesquisadores do Cefet/RJ ”.



Figura 64 - Protagonismo Estudantil: Ramo Estudantil IEEE Cefet/RJ

Em 2018, o Ramo Estudantil IEEE Cefet/RJ conquistou três prêmios no concurso de casos de sucesso da XV Reunião Nacional de Ramos Estudantis do IEEE (RNR) & VI Reunião Nacional de Young Professionals do IEEE (RNYP). A equipe ficou em primeiro e segundo lugares na categoria Desenvolvimento e Membros e em terceiro em Gestão e Parcerias. Na categoria Gestão e Parcerias, o ramo do IEEE conquistou o terceiro lugar pela atuação no Projeto Incare junto com o time Enactus Cefet/RJ .

11.2.3. Incubadoras

Incubadoras são uma maneira de estimular a criação e o desenvolvimento de pequenas empresas. Segundo o Sebrae (2018), o índice de mortalidade entre as empresas de tecnologia incubadas é de aproximadamente 20%, já nas pequenas empresas em geral, este índice sobe para 50% nos primeiros dois anos de atividade. O objetivo das incubadoras é dar suporte estratégico aos pequenos negócios em seus primeiros anos de vida. Cada incubadora possui suas características, como processo seletivo para candidatos, taxa de manutenção, serviços e consultorias oferecidas.

Tabela 15 - Quadro de projeção de empresas incubadas

Projeção Anual de EMPRESAS INCUBADAS nas incubadoras do Cefet/RJ					
Incubadoras	2020	2021	2022	2023	2024
IETEC	6	7	9	12	15
ITESS	4	7	7	8	10
Total	10	14	16	20	25

Fonte: Direx (2018)

11.2.3.1. Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC)

A Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC), é um mecanismo de extensão do Cefet/RJ destinado a apoiar empreendimentos nascentes inovadores, de base tecnológica, que apoiem os empreendedores e projetos necessitados de um desenvolvimento tecnológico, de formação empreendedora e de estruturação gerencial. Constitui, assim, um meio inovador que gera condições para aumentar as chances de sobrevivência, crescimento e consolidação de microempresas inovadoras.

11.2.3.2. Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS)

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS) é mais uma espécie de mecanismo de extensão com o objetivo de promover a incubação. Seu diferencial é a ênfase atribuída aos princípios da economia solidária, de grupos populares e/ou empreendimentos sociais econômicos solidários, podendo contemplar outras formas de empreendimentos compatíveis com a economia solidária, oriundos das regiões do entorno dos campi do Cefet/RJ . Além disso, atua como espaço de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão.

11.3. Assistência Estudantil

Ainda que a Assistência Estudantil esteja alocada na estrutura organizacional da Diretoria de Extensão, a proposta da Política de Assistência Estudantil aponta para a criação de uma unidade gestora específica, permitindo a consolidação de sua identidade enquanto política institucional.

As ações de Assistência Estudantil do Cefet/RJ , de acordo com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, tem como base as seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Os Programas de Assistência Estudantil do Cefet/RJ têm como fundamento a promoção do acesso e da permanência dos alunos da Instituição que estejam em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, contribuindo

para a sua formação acadêmica. Para que um aluno possa se manter, deve dispor de recursos financeiros mensais mínimos para custeio de traslado, alimentação, compra de alguns livros, reprodução de apostilas, notas de aula e materiais didáticos complementares.

Os Programas de Assistência Estudantil estão em consonância com a Política de Assistência Estudantil proposta, cujos objetivos são:

I – promover a permanência e a conclusão de curso de estudantes do Cefet/RJ , na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, buscando a prevenção das situações de retenção e evasão;

II - reduzir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais através da promoção e ampliação da formação integral de estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade e a reflexão crítica;

III – estimular a participação de estudantes, através de suas representações, na formulação, implementação e avaliação dos planos, programas e projetos a serem desenvolvidos, assim como nos diversos processos decisórios;

IV - proporcionar a estudantes com necessidades específicas as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico, conforme legislação vigente;

V - promover a articulação com as demais políticas sociais setoriais para um atendimento mais efetivo das necessidades estudantis;

VI - possibilitar que estudantes com perfil socioeconômico prioritário possam se dedicar integralmente aos estudos, evitando que tenham que se dividir entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho;

VII – desenvolver e publicizar estudos e pesquisas que permitam a compreensão da realidade de cada *campus* e de seu público, a fim de subsidiar os relatórios pertinentes à gestão da Assistência Estudantil e revisar as diversas Políticas da Instituição;

VIII - estimular o aperfeiçoamento dos fluxos de transferência de estudantes entre instituições públicas e entre cursos internos, buscando minimizar os índices de evasão e desperdício de investimentos financeiros.

Atualmente são executados, por meio de editais internos, os seguintes programas:

I - Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED) - destinado a facilitar a acessibilidade, permanência e formação de qualidade aos estudantes com deficiência.

II – Programa de Auxílio Emergencial (PAEm) - destinado a minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais que comprometem a permanência do estudante na Instituição.

III – Programa de Auxílio ao Estudante (PAE) - destinado a atender os estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar com despesas básicas para seu desempenho escolar e prevenir a retenção e evasão escolar.

12. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TI NAS INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Nos últimos anos, o Cefet/RJ, tal como diversas instituições prestadoras de serviço público, passou a focar seu trabalho em dois importantíssimos paradigmas: o da sustentabilidade e o da acessibilidade. Esses conceitos nortearam uma série de demandas de serviços e de projetos.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, mais conhecida como Lei da Acessibilidade, busca estabelecer em seu artigo 1º, as normas gerais e os critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência, indiferente de qual seja (visual, locomotora, auditiva etc.), ou que apresentam mobilidade reduzida, através da eliminação dos obstáculos e barreiras existentes nas vias públicas, na reforma e construção de edificações, no mobiliário urbano e ainda nos meios de comunicação e transporte.

A questão da sustentabilidade tem sido tratada mais especificamente no edital de novos projetos e obras. Todas as novas construções e acréscimos já estão sendo exigidas em conformidade com o Decreto nº 7.217/2010 e demais legislações específicas visando à economia de água, à eficiência energética, à subtração de resíduos, à utilização de conforto ambiental com o menor impacto possível ao meio ambiente.

12.1. Estrutura de apoio à infraestrutura e instalações acadêmicas

As ações relacionadas à infraestrutura física do Cefet/RJ, tais como: projetos que abrangem a ampliação e melhoria das instalações prediais dos *campi* que o compõem, gestão das condições de transporte em serviço, da segurança patrimonial, da limpeza e dos serviços de apoio – nos quais se incluem, por exemplo, mudanças nos ambientes externos – são coordenadas, planejadas e executadas pela Prefeitura.

A Prefeitura, órgão de apoio subordinado à Direção-Geral (DIREG), está situada no *campus* sede Maracanã. No entanto, também administra algumas demandas dos outros *campi*. Dentre as principais atribuições pertinentes à Prefeitura, podemos citar:

- Gestão do uso rotineiro dos espaços de uso comum, bem como estacionamentos e pátios;
- Gestão do pessoal terceirizado das atividades de limpeza e conservação interna e externa;
- Gestão do transporte em veículos oficiais para atividades de serviços diversos, além do abastecimento e conservação da frota;
- Gestão do serviço de vigilância e recepção de portarias;

- Gestão dos cadastramentos das áreas físicas da infraestrutura;
- Gestão da elaboração de projetos, especificações, orçamentos e cronogramas para obras nos *campi* do Cefet/RJ;
- Gestão da execução dos serviços e pequenas obras de manutenção predial;
- Gestão da fiscalização de obras em todos os *campi* do Cefet/RJ.

Não obstante, a Prefeitura possui uma Gerência de Engenharia, que se encarrega de coletar as demandas dos outros *campi* para atendimento. Além disso, os *campi* possuem uma Subprefeitura para administração própria e um entreposto de manutenção, para atender aos pequenos casos de soluções mais simples.

12.2. Perfil das instalações acadêmicas

O Cefet/RJ entende que é necessário o planejamento adequado dos ambientes para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o atendimento aos requisitos básicos mínimos de conforto quanto à iluminação, ventilação, climatização, acústica, segurança, recursos e equipamentos para garantir a manutenção, conservação e reposição do acervo bibliográfico institucional. No caso do campus sede Maracanã existe o desafio em conciliar a estrutura de uma instituição centenária, que já se transformou ao longo dos anos, com áreas de tombamento patrimonial (i.e. flora e composição do Bosque da sede Maracanã Cefet/RJ) e as contínuas demandas tecnológicas das transformações dos perfis de seus cursos.

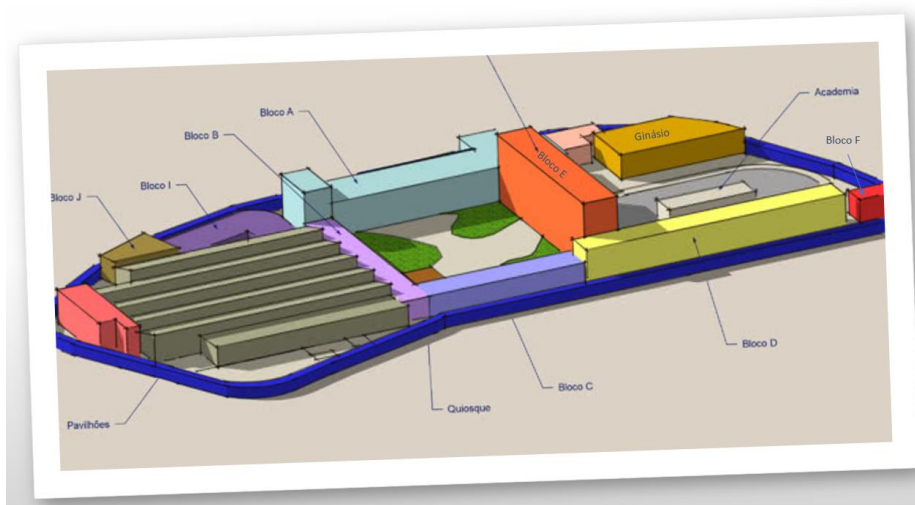


Figura 71 - Modelo do Campus sede Maracanã elaborado por estudantes no 3DWarehouse



Figura 72 - Campus Petrópolis, tombado pelo patrimônio histórico no IPHAN

No caso do campus Petrópolis, prédio do antigo Fórum da comarca de Petrópolis, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi inaugurado em 4 de agosto de 1859, em estilo neoclássico, e transferido em 30 de dezembro de 1894 para o Palácio da Justiça no prédio que fica na rua 15 de Novembro, atual rua do Imperador. A primeira reforma no prédio aconteceu em 1944 e a última está em andamento (2018).

12.3. Organização da Infraestrutura Física

Para se preservar o reconhecido padrão de qualidade dos ambientes do Sistema Multicampi, o Cefet/RJ precisará de permanente manutenção da infraestrutura existente, não só pelo tempo de construção das edificações, mas também pela contínua e elevada taxa de utilização, promovendo obras estruturais de manutenção elétrica e hidráulica, entre outras providências.

Não obstante, o avanço científico-tecnológico, com implicações para as atividades de ensino e pesquisa em suas necessidades de utilização de novos equipamentos e materiais, impõe renovada atenção para a reestruturação de laboratórios e outros ambientes; notadamente, nos últimos anos, para a instalação de redes de suporte a equipamentos de informação e comunicação, visando também atender aos sistemas gerenciais informatizados, sejam acadêmicos ou administrativos.

12.3.1. Estrutura e organização dos espaços

Ressalta-se sobre o processo de ‘interiorização dos *campi*’, com apoio do poder político local e de empresas públicas e privadas interessadas no desenvolvimento das mesorregiões em que atuam, tem correspondido um grande crescimento da infraestrutura física da instituição. Em termos quantitativos de *campi* e de áreas destinadas às atividades-fim e atividades-meio, pode-se notar uma grande expansão, com aumento significativo da capacidade instalada do Cefet/RJ. Comparando-se a situação existente em dezembro de 2014 e em novembro de 2018, observa-se o seguinte cenário:

Tabela 31 - Área construída do Cefet/RJ

Campus	Área do terreno		Área construída	
	2014	2018	2014	2018
Maracanã	34.352	37.756	38.046	38.359,65
Maria da Graça	7.213	7.213	15.913	15.913
Nova Friburgo	68.700	68.700	9.144	9.144
Petrópolis	2.238	2.238	4.972	4.972
Nova Iguaçu	27.791	35.248	2.996	8.489,91
Itaguaí	8.174	8.114	3.579	4.429,45
Angra dos Reis	12.476	12.476	2.204	2.204
Valença	3.852	3.852	2.533	2.060,49

Fonte: DIREG/Prefeitura, jan./2019.

(*) Incluído o *campus* General Canabarro e excluindo áreas construídas como quadras, pista de atletismo, piscina, estacionamentos e áreas pavimentadas.

O quadro com o detalhamento do quantitativo dos ambientes disponibilizados às atividades acadêmicas e administrativas de cada campus e sede Maracanã do Sistema Multicampi, é disponibilizado a seguir.

Tabela 32 - Ambientes disponibilizados às atividades acadêmicas e administrativas da sede e dos Campi do Cefet/RJ.

Ambientes	Nº de ambientes disponibilizados às atividades acadêmicas e administrativas da sede e dos Campi do Cefet/RJ								
	Campus								
	Maracanã (*)	Maria da Graça	Nova Iguaçu	Petrópolis	Nova Friburgo	Itaguaí	Angra dos Reis	Valença	Sede
Salas	1	1	3	1	1	1	1	1	0
Laboratórios	19	5	1	8	5	2	0	1	9
Salas de aula	4	5	8	5	3	2	6	0	4

Bibl	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vid	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Aud	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Qui	0	0	-	-	-	-	-	-	-
osques	1	1							
Sal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sec	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Sal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
a de	8	1	1	1	1	1	1	1	2
Sal	8	0	0	1	0	0	1	0	0
Can	0	-	0	-	-	-	-	-	-
Ref	-	0	0	0	0	0	-	-	0
Assi	0	-	-	-	-	-	-	-	-
st. médico-	3								
Pisc	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Qu	0	0	-	-	-	-	-	-	-
Qu	-	-	-	-	0	0	0	-	-
Gin	0	-	0	-	0	0	-	-	-
Ca	-	-	-	-	0	0	-	-	-
Pist	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Pos	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Livr	0	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Prefeitura e campi do Cefet/RJ (2019)

(*) Mesmo ambiente que a quadra coberta.

Para que seja preservado o reconhecido padrão de qualidade dos ambientes das escolas da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), o Cefet/RJ precisará de permanente manutenção da infraestrutura existente, não só pelo fator tempo de construção das edificações, mas devido à contínua e elevada taxa de utilização, promovendo obras estruturais de manutenção elétrica e hidráulica, entre outras providências.

12.3.2. Obras realizadas no Sistema Multicampi período PDI 2015-2018

Tabela 33 - Status das obras previstas para o Cefet/RJ no PDI 2015-2019

Obras Previstas no Período de 2015-2019				
Cam pus de Ensino	Especificações/Lo calização	Objetiv o / Destinação	Área (M ²)	Previs ão
Mara canã	Construção de nova Subestação de Entrada e modernização da	Manute nção e conservação do	41,00	Concl uído em 2016

	Subestação do Bloco C;	patrimônio da instituição;		
Mara canã	Construção de Quadras Poliesportivas Cobertas, Arquibancadas e Vestiários;	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	1.360,56	Em andamento (Previsão: Mai/19)
Mara canã	Construção do Bloco F - 07 pavimentos, sendo dispostos em 23 salas de aula, laboratórios e coordenações;	Área destinada ao corpo discente, e docente;	2.096,50	Em andamento (Previsão: Dez/19)
Mara canã	Construção do Bloco G - 04 pavimentos, sendo dispostos em Bandeirão, Biblioteca, Sala de Estudos e Arquivo;	Área destinada ao corpo discente, docente;	2.368,95	Sem previsão
Mara canã	Execução das adaptações aos espaços físicos visando o atendimento a Norma ABNT nº 9050, referente a Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;	Atendimento a legislação específica;	38.359,65	Sem previsão
Mara canã	Instalação de Brise Soleil na Fachada do Bloco E;	Maior conforto térmico	900,00	Concluído em 2014
Mara canã	Instalação de nova Subestação no Bloco F;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	Equipamento	Concluído em 2018
Mara canã	Instalação de nova Subestação no Bloco G;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	Equipamento	Sem previsão
Mara canã	Modernização da Fachada do Bloco A;	Manutenção e conservação do patrimônio da	240,00	Concluído em 2016

		instituição;		
Mara canã	Pintura do Bloco A;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	4.400,0 0	Concluído em 2016
Mara canã	Pintura do Bloco B;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	860,00	Concluído em 2016
Mara canã	Pintura do Bloco C;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	420,00	Concluído em 2016
Mara canã	Pintura do Bloco D;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	416,00	Concluído em 2016
Mara canã	Pintura do Bloco E;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	8.520,0 0	Concluído em 2016
Mara canã	Pintura do Bloco H;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	400,00	Concluído em 2016
Mara canã	Pintura do Bloco I;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	350,00	Concluído em 2016
Mara canã	Pintura do Bloco L;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	1.400,0 0	Concluído em 2016
Mara canã	Pintura Interna dos Pavilhões 1 ao 6;	Manutenção e conservação do	1.472,0 0	Concluído em 2016

		patrimônio da instituição;		
Mara canã	Recuperação de Fachadas;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	2.710,00	Concluído em 2016
Mara canã	Reforma de Salas de Aula e Auditórios do 5º Pavimento do Bloco E com readaptação para Sala de Estudos da Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação (DIPPG);	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	476,00	Concluído em 2014
Mara canã	Reforma de Salas de Aula e Salas Administrativas dos Blocos C e I;	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	853,00	Concluído em 2014
Mara canã	Reforma dos Sanitários do Bloco C - 2º pavimento;	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	49,00	Concluído em 2014
Mara canã	Reforma dos Sanitários do Bloco E;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	231,00	Concluído em 2016
Mara canã	Reforma e Adequação de 09 Salas de Aula do Bloco D - 2º Andar;	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	546,00	Concluído em 2015
Mara canã	Substituição de 03 elevadores no bloco E;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	Equipamento	Concluído em 2016
Mara canã	Substituição de 01 elevador no Bloco A;	Manutenção e conservação do	Equipamento	Em andamento

		patrimônio da instituição;		(Previsão: Fev/19)
Mara canã	Substituição de 01 elevador no Bloco L;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	Equipamento	Em andamento (Previsão: Fev/19)
Mara canã	Substituição de 01 Plataforma no Bloco H;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	Equipamento	Concluído em 2019
Mara canã	Substituição de 01 Plataforma no campus III;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	Equipamento	Concluído em 2019
Mara canã	Substituição de Toldo do Bloco C;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	162,00	Concluído em 2016
Mara canã	Substituição do Piso do Bloco A;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	450,00	Concluído em 2013
Mara canã	Substituição do Telhado do Bloco A;	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição;	1.060,00	Concluído em 2016
Cam pus Itaguaí	Construção de calçadas;	Área destinada ao acesso de usuários;	2.450,00	Concluído em 2009
Cam pus Maria da Graça	Construção de Biblioteca Comunitária;	Área destinada ao corpo discente, docente, técnico administrativo e a comunidade	630,00	Cancelada*

		externa;		
Cam pus Maria da Graça	Construção de Mezanino;	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	202,00	Concluído em 2015
Cam pus Maria da Graça	Construção de Salas de Aula e Laboratório;	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	202,00	Concluído em 2015
Cam pus Nova Friburgo	Conclusão dos serviços para Salas de Aula no 2º Pavimento do Prédio da Biblioteca;	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	609,00	Cancelada/ Nova Licitação**
Cam pus Nova Iguaçu	Construção de Mezanino com Salas de Reunião, Salas de Professores e laboratórios de ensino e pesquisa;	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	170,00	Concluído em 2015
Cam pus Nova Iguaçu	Construção de Prédio - 4 pavimentos, sendo dispostos em: Bandeirão, Biblioteca, Sala de Estudos, Arquivo;	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	3.120,00	Em andamento (Previsão: Mar/19)
Cam pus Nova Iguaçu	Reforma dos Sanitários;	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	330,00	Concluído em 2015
Cam pus Nova Iguaçu	Execução das adaptações aos espaços físicos visando o atendimento a Norma ABNT nº 9050, referente a Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos	Atendimento a legislação específica;	9.144	Sem previsão

	urbanos;			
Cam pus Angra dos Reis	Execução das adaptações aos espaços físicos visando o atendimento a Norma ABNT nº 9050, referente a Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;	Atendimento a legislação específica;	2.204	Sem previsão
Cam pus Itaguaí	Execução das adaptações aos espaços físicos visando o atendimento a Norma ABNT nº 9050, referente a Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;	Atendimento a legislação específica;	4.429,4 5	Sem previsão
Cam pus Maria da Graça	Execução das adaptações aos espaços físicos visando o atendimento a Norma ABNT nº 9050, referente a Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;	Atendimento a legislação específica;	15.913, 00	Sem previsão
Cam pus Nova Friburgo	Execução das adaptações aos espaços físicos visando o atendimento a Norma ABNT nº 9050, referente a Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;	Atendimento a legislação específica;	8.489,9 1	Sem previsão
Cam pus Valença	Construção de prédio destinado a salas de aula e laboratórios com 03 pavimentos	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico administrativo;	2.100,0 0	Concluído em 2018
Cam pus Valença	Execução das adaptações aos espaços físicos visando o	Atendimento a legislação	2.060,4 9	Sem previsão

	atendimento a Norma ABNT nº 9050, referente a Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;	especifica;		
Cam pus Petrópolis	Execução das adaptações aos espaços físicos visando o atendimento a Norma ABNT nº 9050, referente a Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;	Atendi mento a legislação especifica;	4.972,0 0	Sem previsão

Fonte:

Prefeitura

(2018)

(*)

Empresa

contratada

faliu.

(**) Obra cancelada por problemas com a empresa. Licitada novamente com previsão de conclusão em 2019.

12.3.3. Demanda para estrutura e organização dos espaços PDI 2020-2024

Foi solicitado aos diretores dos campi uma demanda dos campi para estrutura e organizações dos espaços para o período de 2020-2024. Este material vai ser apresentado e entregue separadamente deste documento a fim de que se possa elaborar um Plano de Obras Institucional para o período. Individualmente, cada volume dos campi conterá a sua demanda local levantada por sua respectiva Comissão.

12.4. Organização dos Laboratórios

Quando o assunto é ensino-aprendizagem, é imediata a associação com os processos de aprendizagem, enquanto possibilidade de compreender como os alunos aprendem determinados conceitos e fenômenos e como isto se relaciona com a sua estrutura cognoscitiva. No ensino experimental, a situação não é diferente, cabendo ao docente não apenas preocupar-se com aspectos relacionados a experiência em si, mas também com as estratégias que favorecerão a apropriação dos conceitos e fenômenos abordados nas atividades realizadas (WERNER DA ROSA, 2003, p.17).

Se o engenheiro deve ser capaz de aplicar a ciência e a tecnologia, que se entenda, neste artigo, como aplicação, a adaptação dos conhecimentos científicos e tecnológicos às necessidades humanas, nada mais justo, que no seu período de ensino no curso de Engenharia, lhe seja proporcionado a possibilidade de se deparar e manipular as principais tecnologias básicas em condições próximas, simuladas, às do mundo real, ou melhor, profissional. Podemos dizer, que os laboratórios em uma instituição de ensino de Engenharia modelam situações reais (modelo – simplificação da realidade) e utilizam estes modelos em simulações (PEKELMAN, MELLO JR, 2004).

Brodin (1978) destaca que o laboratório: “... é o elo que falta entre o mundo abstrato dos pensamentos e ideias e o mundo concreto das realidades físicas. O papel do laboratório é, portanto, o de conectar dois mundos, o da teoria e o da prática” (p.10). O autor nos remete a identificar o laboratório como espaço no qual é possível atribuir significados e potencializar o conhecimento teórico.



Figura 73 - Laboratórios do Sistema Multicampi

Os laboratórios atuais devem estar voltados para a aplicação didática nas disciplinas as quais estão ligadas e ainda servir de apoio para pesquisas de trabalhos, quer no âmbito de graduação, servindo de fontes de subsídios para os Trabalhos de Conclusão de Curso, quer para os Trabalhos de Pós-Graduação tanto *Stricto Sensu* quanto *Lato Sensu*. Uma outra questão que pode otimizar a utilização de um laboratório, não o deixando restrito somente ao acompanhamento didático da disciplina, é torná-lo de livre acesso aos alunos fora do horário normal de aula. Isso pode ser estimulado com trabalhos de pesquisa, que exijam a consulta do laboratório pelo aluno.

Aumentando ainda mais essa otimização, o próprio laboratório deveria ser encarado como uma extensão da Biblioteca e, um exemplar de cada livro inerente ao assunto relacionado ao respectivo laboratório poderia permanecer no próprio laboratório, facilitando o entendimento do conteúdo do livro consultado e a visualização rápida na bancada, o que acontece com a maioria dos catálogos e manuais relacionados aos equipamentos do laboratório (PEKELMAN, MELLO JR, 2004).

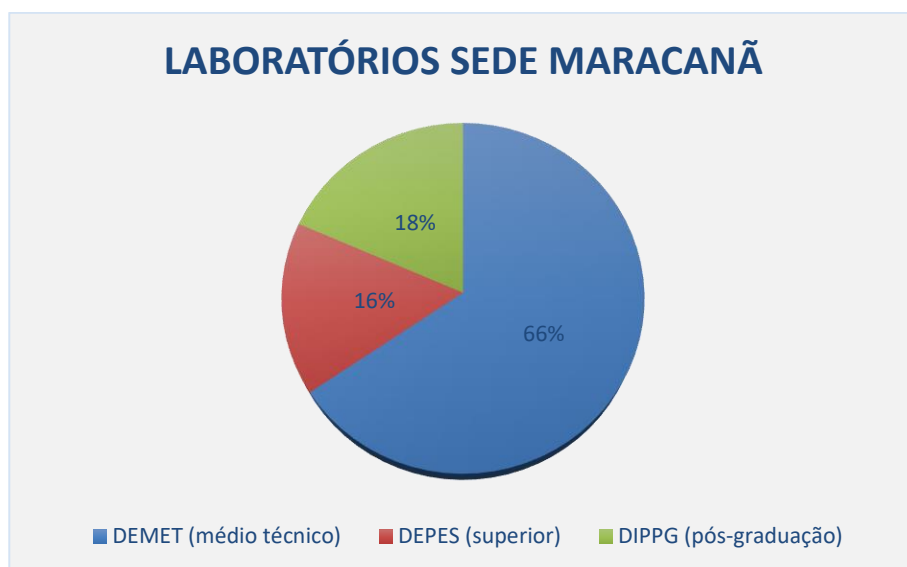


Gráfico 15 - Laboratórios na sede Maracanã (por nível de Ensino).

Fonte: Elaboração DIGES.

De forma geral, até o momento de elaboração deste documento em 2018, o Sistema Multicampi Cefet/RJ possui 177 laboratórios, dos quais 119 laboratórios estão alocados na sua estrutura da sede Maracanã onde atuam diversos cursos de ensino médio técnico (78 laboratórios, 66%), ensino superior (19 laboratórios, 16%) e pós-graduação (22 laboratórios, 18%).

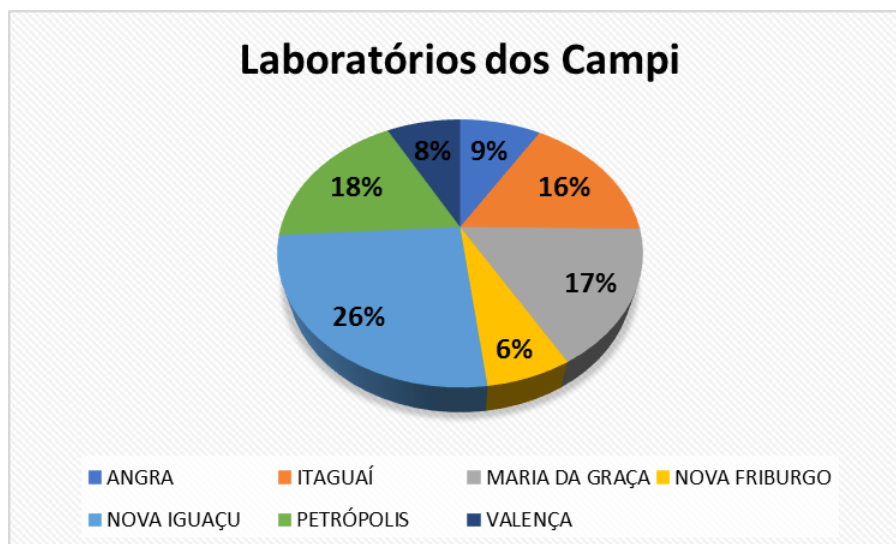


Gráfico 16 – Proporção dos laboratórios no Sistema Multicampi (exceto sede).

Fonte: Elaboração DIGES.

A quantidade de laboratórios nos demais sete campi, apresenta-se de forma proporcional quanto à sua área ocupada, quantidade de cursos e de estudantes por campus. A maioria dos laboratórios no Sistema Multicampi é utilizado de forma compartilhada, principalmente entre os ensinos médio técnico e superior. Alguns laboratórios de pós-graduação, com equipamentos mais sofisticados e investimento subsidiado por instituições de financiamento ao ensino superior são compartilhados para projetos específicos entre estudantes de pós-graduação e graduação.

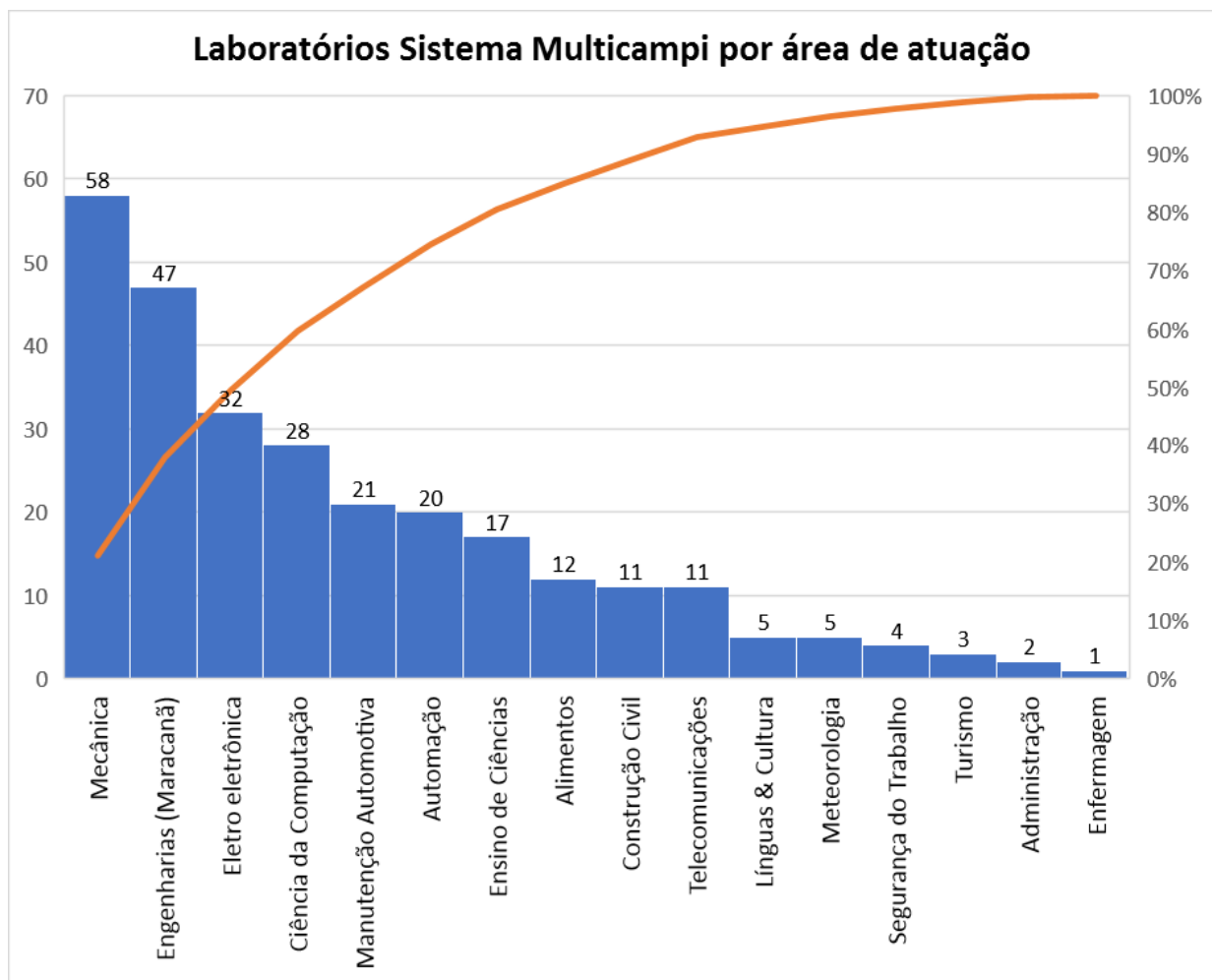


Gráfico 17 - Concentração de laboratórios por área de atuação.

Fonte: Elaboração DIGES.

Embora não possa ser mensurado de forma precisa, pois, muitos laboratórios são compartilhados por diferentes cursos e áreas, de forma geral, a concentração dos laboratórios – independente do nível de ensino (médio técnico, graduação, pós-graduação) – por área dos cursos nos campi, estão estratificados no gráfico 17.

A relação completa com os tipos de laboratórios, compartilhamento por disciplinas ou cursos, capacidade de atendimento discente, área de ocupação, por campus, está apresentada no Anexo VI deste documento.

12.5. Arquivo Geral do Cefet/RJ

O Arquivo Geral do Cefet/RJ, subordinado à Direção-Geral como órgão de apoio, tem como objetivos: (i) racionalizar a produção de documentos produzidos e acumulados das áreas administrativas e de ensino, de forma a garantir a integridade do ciclo documental; (ii) implementar e controlar as políticas e normas arquivísticas do Cefet/RJ; (iii) preservar o patrimônio arquivístico institucional, para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa histórica e científica; (iv) capacitar e treinar os profissionais de Arquivo e servidores para as atividades de gestão documental, no âmbito interno e externo.

O Arquivo Geral do Cefet/RJ tem por finalidades: (i) coordenar a gestão documental do Cefet/RJ; (ii) supervisionar e coordenar os Arquivos dos *campi*: Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença; (iii) recolher, arranjar, descrever, conservar e tornar disponíveis para consulta e pesquisa os documentos de valor permanente acumulados pelo Cefet/RJ, em decorrência de suas atividades administrativas e acadêmicas.



Figura 74 - Documentos históricos do Cefet/RJ estão sob responsabilidade do Arquivo Geral

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) possui a atribuição de: (i) orientar e realizar o processo de avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no Cefet/RJ, quanto à identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor; (ii) propor ao Arquivo Nacional, sempre que necessário, alterações nos Códigos de Classificação de Documentos de Arquivo, relativos às atividades-meio da Administração Pública e às atividades-fim das instituições federais de ensino superior (IFES); (iii) propor ao Arquivo Nacional, sempre que necessário, alterações nas Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos

relativos às atividades-meio da Administração Pública e às atividades-fim das IFES; (iv) supervisionar os trabalhos, conferir e aprovar as listagens de eliminação de documentos; (v) prestar informações à comunidade interna e aos órgãos externos referentes à aplicação dos Códigos de Classificação e Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos.

12.5.1. ACERVO ACADÊMICO

Para iniciarmos uma discussão acerca da elaboração de um Projeto de Acervo Acadêmico Digital, é importante esclarecermos o que seria um acervo acadêmico, conforme citado no Art. 45 da Portaria 315 de 04 de abril de 2018, e definido pelos seguintes instrumentos de Gestão mencionados no mesmo artigo: Código de Classificação¹⁹ e Tabela de Temporalidade e Destinação²⁰ de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades–Fim das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

Art. 45. Nos termos do art. 104 do Decreto nº 9.235, de 2017, os documentos e informações que compõem o acervo acadêmico, independente da fase em que se encontrem ou de sua destinação final, conforme **Código e Tabela** aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 2011, **deverão ser convertidos para o meio digital**, no prazo de vinte e quatro meses, de modo que a conversão e preservação dos documentos obedeçam aos seguintes critérios.

I - os métodos de digitalização devem garantir a confiabilidade, autenticidade, integridade e durabilidade de TODAS as informações dos processos e documentos originais; e

¹⁹ Um código de Classificação deriva de um Plano de Classificação. O código significa “Conjunto de símbolos, normalmente letras e/ou números, que, mediante uma convenção, representam dados”. Já um plano de Classificação: “Esquema de distribuição de documentos em documentos classes, de classes acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido” ARQUIVO NACIONAL, Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 51 e 132.

²⁰ A Tabela de Temporalidade é “Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos.” ARQUIVO NACIONAL, Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 159.

II - a IES deverá constituir comitê gestor para elaborar, implementar e acompanhar a política de segurança da informação relativa ao acervo acadêmico, conforme definido nesta Portaria, no Marco Legal da Educação Superior e, de maneira subsidiária, em suas normas institucionais. (Art 45. da Portaria nº 315 de 04 de abril de 2018).

Quando se fala genericamente em “acervo acadêmico” não podemos nos remeter apenas ao “dossiê do aluno”. Os documentos englobados neste conjunto são de uma enorme variedade e abarcam alunos, docentes e atividades acadêmicas desenvolvidas nos âmbitos de ensino de graduação, pós-graduação lato sensu, pós-graduação stricto sensu, pesquisa, extensão, assistência estudantil e ações institucionais.

Dentre os documentos e assuntos contidos nestes instrumentos (Código e Tabela), podemos citar:

Projeto pedagógico dos cursos, documentos constitutivos e normativos dos Cursos, documentos referentes à criação, alterações, mudanças, ajustes e adaptações efetuadas nos currículos, programas didáticos, quadros ou mapas de ofertas de disciplinas (obrigatórias, isoladas, optativas e eletivas, inclusive estágios curriculares, obrigatórios e supervisionados) e documentos referentes à alocação ou distribuição de encargos didáticos, atribuição de disciplinas a docentes, cancelamento de disciplinas e horários de aula, calendário acadêmico, Guia do estudante, estudos, propostas, programas, editais, exemplares únicos das provas (cadernos de provas), gabaritos (cartões-resposta e cartões do avaliador), critérios de correção das provas e guia do vestibulando, documentos referentes ao processo de cadastramento inicial do aluno, documentos referentes ao ordenamento, encomenda e correção de matrícula, troca ou mudança de turma e turno, matrícula sem disciplina, solicitações especiais de matrícula e rematrícula, reabertura, recondução e cancelamento de matrícula em disciplinas, à solicitação de trancamento de matrícula em uma ou mais disciplinas, monografias, artigos científicos e relatórios, **entre outros**.

Esta lista se estende ainda a diversos outros documentos. Contudo, consideramos esta exposição relevante, pois nos coloca cientes da amplitude dos documentos englobados em um possível projeto de digitalização do “acervo acadêmico” do Cefet-RJ. A boa notícia é que nem todos estes documentos precisam ser guardados “para sempre”.

É necessário esclarecer alguns conceitos, visto que, antes do desenvolvimento de um projeto de acervo acadêmico em meio digital é primordial ter estabelecida uma política de gestão documental na instituição. Isto porque os

procedimentos atrelados à gestão (identificação, classificação, avaliação documental) garantem a “economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos”²¹, e possibilitam que a memória institucional seja preservada adequadamente favorecendo a divulgação do seu acervo.

Desta forma, se a documentação institucional estiver organizada, evitaremos perdas desnecessárias de recursos públicos e de tempo, com documentos cuja “vida útil” é curta e não necessita de grandes investimentos. Ao contrário, os documentos de valor permanente, devidamente identificados e classificados não ficariam “perdidos” em uma “bagunça” digital, tornando-se inacessíveis ao longo do tempo.

Assim, a Gestão Documental é fundamental para o bom desenvolvimento da instituição, pois prima pelo estabelecimento de procedimentos eficazes que facilitam o fluxo documental e permitem maior eficiência para o acesso a documentação tanto do público interno quanto externo, favorecendo o cumprimento da LAI (Lei de Acesso a Informação - nº 12.527/2011). A Gestão Documental é definida como:

[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento.²²

[...] o controle sistemático e administrativo dos documentos durante o ciclo de vida de forma que assegure eficiência e economia na sua criação, uso, manuseio, controle, manutenção e destinação. Sendo um programa de gestão de documentos constituído por atividades, políticas e procedimentos com os quais a organização instrumentaliza (implementa/operacionaliza) a gestão de documentos. (PEARCE-MOSES, 2005)²³

Desta forma, a gestão documental antecede um projeto de conversão “para o meio digital” (digitalização). No entanto, para se efetivar a Gestão Documental é preciso um compromisso dos gestores da instituição, dos setores

²¹ JARDIM, José Maria. A Construção de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011, Brasília. Anais... Brasília: ANCIB, 2011, p.1579-1594. p.1581

²² ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

²³ PEARCE-MOSES, Richard. A Glossary of Archival and Records Terminology. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. APUD INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. Arquivistica.net, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000005190/add166474ac417c72d0570eb86fb185d/>>. Acesso em: 23 Out. 2019.

e membros desta, com intuito de promover uma cultura documental: como gerar os documentos, o que preservar e as razões para fazê-lo.

Assim, embora os instrumentos de gestão nos forneçam as bases para a organização do Acervo Acadêmico, são os setores que precisam sinalizar e listar sua produção documental. Isto porque, efetivamente, são eles que detêm o conhecimento dos tipos de documentos e os assuntos produzidos por eles (Coordenações, Departamentos, Divisões, etc.).

A partir deste reconhecimento e levantamento é possível instruí-los quanto à classificação (agrupar em classes os documentos com características “próximas”, que decorrem de uma mesma função e atividade) e separação daqueles documentos que podem ser eliminados (considerando as diferentes temporalidades de guarda) daqueles que serão preservados, de forma que o Arquivo Geral possa exercer sua função na orientação e auxílio na aplicação dos instrumentos de Gestão.

Em um mundo cada vez mais “apertado”, em que precisamos encontrar estratégias para criar espaços para novos documentos gerados a cada dia, a avaliação documental garante que, de tempos em tempos, novos espaços sejam “**abertos**”. Além disto, a avaliação legitima os documentos de valor comprobatório e aqueles que espelham a trajetória e a história institucional. O Cefet-RJ por meio de seus registros documentais (textuais – impressos, manuscritos e digitais, iconográficos, cartográficos, etc.) é um marco na história educacional no Brasil.

Precisamos ressaltar ainda, que mesmo os documentos nato-digitais precisam ser geridos, de forma que os storages não fiquem abarrotados de documentos não classificados, de curta temporalidade que não precisariam ocupar um espaço ali.

Assim, juntamente ao desenvolvimento e implantação de um Projeto de Acervo Acadêmico Digital, deve ser pensada a sua preservação:

Os documentos arquivísticos têm de se manter acessíveis e utilizáveis pelo tempo que for necessário, garantindo-se sua longevidade, funcionalidade e acesso contínuo. Devem ser asseguradas as características dos documentos, tais como autenticidade e acessibilidade, pela adoção de estratégias institucionais e técnicas proativas de produção e preservação que garantam sua perenidade. Essas estratégias são estabelecidas por uma política de preservação. Tradicionalmente, a preservação de documentos arquivísticos concentra-se na obtenção da estabilidade do suporte da informação. Nos documentos convencionais, conteúdo e suporte estão intrinsecamente ligados, de modo que a manutenção do suporte garante a preservação do documento. Por outro lado, nos documentos digitais, o foco da preservação é a manutenção do acesso, que pode implicar mudança de suporte e formato, bem como atualização do ambiente tecnológico. A fragilidade do suporte digital e a obsolescência

tecnológica de hardware, software e formato exigem intervenções periódicas.²⁴

E embora o Art. 45 da Portaria nº 315 de 04 de abril de 2018 afirme que todos os documentos do Acervo Acadêmico, “independente da fase em que se encontrem ou de sua destinação final” devam ser digitalizados, um estudo prévio (levantamento documental) garantiria que somente os documentos considerados de guarda permanente fossem digitalizados, primando pelo princípio constitucional da economicidade:

O vocábulo economicidade se vincula no domínio da ciência econômica e das ciências de gestão à ideia fundamental de desempenho qualitativo. Trata-se da obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e/ou patrimoniais em um dado cenário socioeconômico. [...]”²⁵

Gadelha (2016) apresentou um trabalho técnico científico, cujo objeto foi a documentação do Cefet-RJ e chamou atenção para o fato de que no

[...] CEFET/RJ, as consequências da **não** aplicação [da Gestão Documental] são massas documentais acumuladas e espalhadas, sem avaliação, compostas também por documentos que não precisam ser guardados, afetando o cumprimento de princípios da arquivologia.”²⁶

A autora ainda ressaltou que:

Sobre os pressupostos dessa pesquisa, confirmamos que a ausência de atividades de gestão de documentos compromete o pleno funcionamento do órgão e o serviço da administração, como nas questões de produção, trâmite e prova documental. Foi visto, também, que vêm sendo produzidos instrumentos técnicos que

²⁴ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro, 2011.p.35.

²⁵ BUGARIN, Paulo S. *Reflexões Sobre O Princípio Constitucional da Economicidade e o Papel do TCU*.

Disponível em: < file:///C:/Users/s1012540/Downloads/1224-Texto%20do%20artigo-2136-1-10-20151023.pdf> Acesso em 22 Out. 2019.

²⁶ GADELHA, A. S. *Diagnóstico dos arquivos e suas diretrizes para o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ*. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. P.22

possam viabilizar o tratamento adequado dos documentos, segundo a teoria arquivística, como o Manual de Procedimentos de Arquivo e Protocolo. Por último, confirmamos que a falta de recursos afeta a aplicação e padronização de atividades de gestão de documentos no órgão.²⁷

Como foi observado pela autora, apesar dos desafios, iniciativas como o Manual de Procedimentos têm sido realizadas. Nesse sentido, o Arquivo Geral têm desenvolvido algumas ações para a promoção da Gestão Documental:

- Treinamento de 19 servidores do Cefet-RJ, abrangendo os Campi, em parceria com o Arquivo Nacional em 2017, no “Curso Básico de Gestão de Documentos”;
- Processos de eliminação de documentos, seguindo os trâmites do Arquivo Nacional – 183,6 metros lineares (816 caixas-box/ caixa-arquivo) de documentos eliminados em 2018;
- Pesquisa para levantamento de documentos que compõe o dossiê dos alunos, enviada para as Secretarias Acadêmicas (Maracanã e Campi);
- Reuniões preliminares para determinação e padronização da documentação que compõe os dossiês dos alunos, incluindo servidores dos Campi;
- Envio de questionários ao DEMET e ao DEPES para o Levantamento Documental;
- Promoção de encontro com os Ex-Alunos (Café-Histórico) a fim de promover a identificação documental de fotografias que retratam a história institucional.

Ressaltamos que a documentação já acumulada pelo Cefet-RJ é muito expressiva. Digitalizar todos estes documentos não tratados (não classificados nem avaliados) seria em larga medida, gastar recursos para digitalizar muitos documentos que, inclusive, já poderiam ter sido eliminados, se houvesse uma colaboração coletiva para a concretização de uma política de Gestão Documental em nossa instituição.

Sugerimos, então, diante de tudo o que foi exposto, uma proposição das seguintes ações:

1. Levantamento documental da produção documental da instituição;
2. Classificação e avaliação da documentação do Cefet-RJ de forma a identificar e separar os documentos de curto prazo de guarda daqueles de longo prazo ou de guarda permanente.
3. Avaliação da viabilidade e impacto financeiro para a realização deste projeto;
4. Estudo e verificação de um sistema adequado a este Projeto de forma a atender às necessidades da instituição e obedeça aos critérios estabelecidos pela Portaria nº 315, citada anteriormente:

²⁷ GADELHA, 2016. P.106

“os métodos de digitalização devem garantir a confiabilidade, autenticidade, integridade e durabilidade de TODAS as informações dos processos e documentos originais”.

12.6. Sistema de Bibliotecas no Sistema Multicampi

O Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ foi estabelecido pela Portaria nº 420 de 27 de agosto de 2007 e, atualmente, é composto pela Biblioteca Central, subordinada à Direção-Geral como órgão de apoio, e pelas bibliotecas dos *campi* de Nova Iguaçu, Maria da Graça, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença, vinculadas às respectivas Gerências Acadêmicas.



Figura 75 - Biblioteca Central – sede Maracanã

Atendendo ao público interno (alunos, docentes e técnico-administrativos) e às comunidades nas quais estão inseridas, atualmente conta com um acervo composto por exemplares de livros, monografias, folhetos, dissertações, teses, obras de referência, CD-ROMs, DVDs, periódicos, normas, mapas, relatórios de estágio e obras em braille.



Figura 76 - Sistema de Bibliotecas Cefet/RJ - Multicampi

Dentre os serviços oferecidos pelas bibliotecas, estão: empréstimo domiciliar, empréstimo especial, empréstimo entre as bibliotecas dos *campi* do Cefet/RJ e de outras instituições, reserva e renovação, orientação a pesquisa bibliográfica, elaboração de ficha catalográfica para trabalhos acadêmicos e materiais produzidos pela instituição, acesso ao catálogo *on-line* e ao portal de periódicos da Capes, consulta a trabalhos acadêmicos, oferecimento de salão de estudo individual, salas de estudo em grupo e videoteca.

O horário de funcionamento das Bibliotecas do Sistema Multicampi de 2^ª a 6^ª: sede Maracanã (9h-21h); Angra (8h-19h); Itaguaí (9h-21h); Maria da Graça (8h-17h); Nova Friburgo (9h-21h); Nova Iguaçu (9h-21h); Petrópolis (10h-21h); Valença (2^ª a 5^ª de 9h-21h; 6^ª 8h-18h).

Quanto à composição do pessoal técnico-administrativo:

- Bibliotecários: sede Maracanã (7); Angra (2); Itaguaí (2); Maria da Graça (2); Nova Friburgo (1); Nova Iguaçu (2); Petrópolis (2); Valença (2);
- Auxiliar em Administração: sede Maracanã (2); Itaguaí (1); Nova Friburgo (2); Nova Iguaçu (1); Valença (1); Maria da Graça (1)
- Assistente em Administração: sede Maracanã (1); Itaguaí (2); Maria da Graça (1); Nova Friburgo (2); Nova Iguaçu (3); Petrópolis (2).
- Técnicos em Assuntos Educacionais: Angra (2); Petrópolis (2).

Quanto à infraestrutura física, cada um dos núcleos que compõe o Sistema de Biblioteca do Cefet/RJ possui as seguintes áreas: Biblioteca Central – sede Maracanã (857,17m²); Angra dos Reis (144,71m²); Itaguaí (90m²); Maria da

Graça (91m²); Nova Friburgo (160m²); Nova Iguaçu (149m²); Petrópolis (285,2m²); Valença (97,8m²).

12.6.1. Organização do acervo bibliográfico

Considerando o período do PDI anterior (2015-2019), observa-se a evolução do acervo bibliográfico desde o seu último período de elaboração:

Tabela 34 - Evolução do Acervo das Bibliotecas do Sistema Multicampi

Evolução do acervo bibliográfico no período de 2014-2018				
2014	2015	2016	2017	2018
20	15	16	17	18
53.7	63.	66.	70.	75.
35	630	800	585	658

*Valores referentes ao total de exemplares.

A organização do acervo bibliográfico do Cefet/RJ Sistema Multicampi, por concentração de títulos nas áreas classificadas pela CAPES é apresentada no gráfico a seguir:

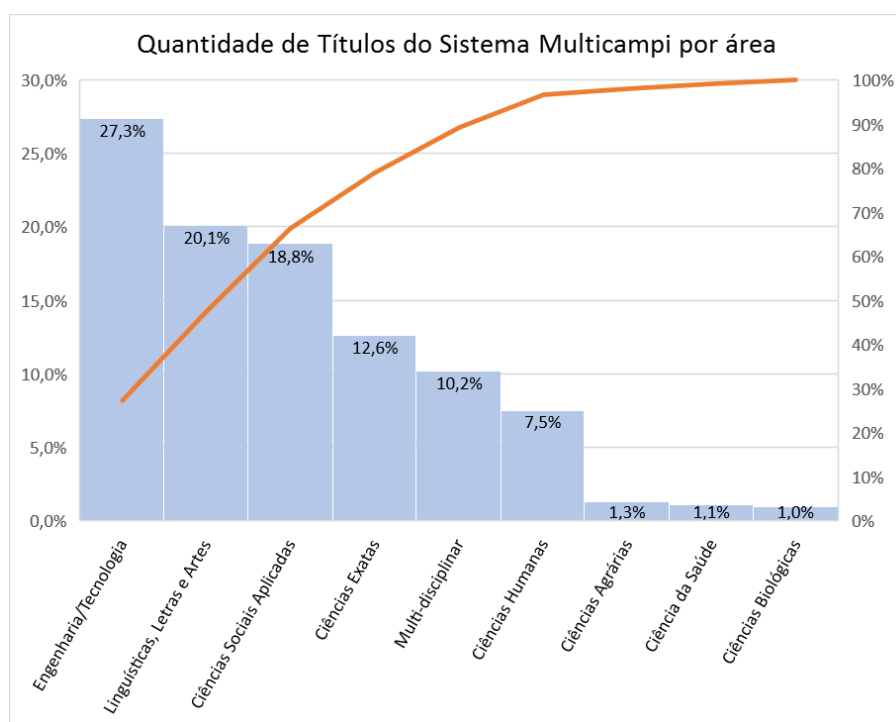


Gráfico 18 - Quantidade de títulos do acervo do Sistema Multicampi por área

Fonte:Elaboração DIGES.

Tabela 35 - Quantidade de títulos e volumes do Sistema Multicampi por Campus

Evolução do acervo bibliográfico no período de 2014-2018 por Campus										
Campus	2014		2015		2016		2017		2018	
	títulos	Exemplares	títulos	Exemplares	títulos	Exemplares	títulos	Exemplares	títulos	Exemplares
Angra dos Reis	63	107	71	367	03	542	27	704	50	829
Biblioteca Central (Maracanã)	1.377	6.375	2.665	9.683	3.016	0.518	3.462	1.195	3.922	1.700
Itaguaí	13	92	03	305	63	373	99	026	122	169
Maria da Graça	80	523	50	781	108	499	256	854	356	938
Nova Friburgo	331	883	750	766	962	177	209	331	537	308
Nova Iguaçu	274	2.191	524	3.957	710	4.189	128	4.674	328	5.352
Petrópolis	691	788	033	207	251	667	408	757	642	834
Valença	24	73	52	564	009	835	403	044	694	508

Fonte: Biblioteca Central e bibliotecas do sistema multicampi

Considerando que a Biblioteca Central se localiza no *campus* sede Maracanã, a área ocupada, quantidade e tipologia de cursos oferecidos e quantidade do corpo discente em cada *campus*, a proporção de títulos disponibilizados à comunidade local, apresenta-se proporcional à organização de cada campus.

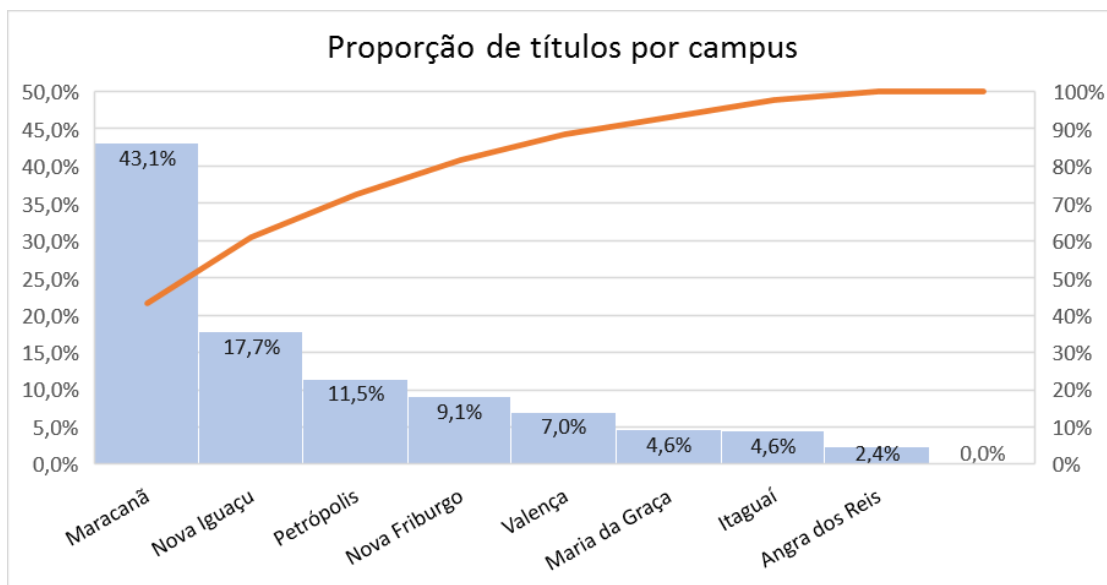


Gráfico 19 - Proporção de títulos do Sistema Multicampi por campus.

Fonte: Elaboração DIGES.

Baseado no levantamento e diagnóstico realizado pelas equipes que compõem a Comissão Temática Infraestrutura: Biblioteca e Arquivo foi realizado um planejamento para atualização e ampliação do acervo durante o período de vigência do PDI 2020-2024.

12.6.2. Planejamento de atualização e ampliação do acervo

O Cefet/RJ mantém uma política de aquisição permanente, por meio de compras e doações, visando à atualização constante do acervo, levando em conta as recomendações do Ministério da Educação (MEC) para os currículos dos cursos oferecidos e buscando garantir a correlação pedagógica entre o acervo e os programas dos cursos. Pretende-se, nos próximos cinco anos, dar continuidade ao processo de atualização e expansão do acervo, tendo como base os seguintes critérios: (i) cursos superiores e técnicos novos: adquirir toda a bibliografia básica e complementar constante nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC); (ii) cursos já consolidados: adquirir todas as novas bibliografias básicas e complementares necessárias à atualização dos PPC.

Tabela 36 - Projeção de evolução do acervo bibliográfico no período 2020-2024 por campus.

Sede	2020	2021	2022	2023	2024
Maracanã					
Títulos	14.122	14.322	14.522	14.722	14.922

Exemplares	31.700	32.000	32.300	32.600	32.900
Periódicos	-	-	-	-	-
Angra dos Reis	2020	2021	2022	2023	2024
Títulos	1.157	1.455	1.752	2.050	2.348
Exemplares	8.017	11.179	14.341	17.503	20.665
Periódicos	74	74	74	74	74
Itaguaí	2020	2021	2022	2023	2024
Títulos	1.302	1.502	1.702	1.902	2.102
Exemplares	5.069	5.869	6.469	6.969	7.369
Periódicos	-	-	-	-	-
Maria da Graça	2020	2021	2022	2023	2024
Títulos	1.486	1.626	1.786	1.956	2.146
Exemplares	3.228	3.548	3.898	4.278	4.698
Periódicos	-	-	-	-	-
Nova Friburgo	2020	2021	2022	2023	2024
Títulos	2.747	2.957	3.167	3.377	3.587
Exemplares	9.208	10.108	11.008	11.908	12.808
Periódicos	-	-	-	-	-
Nova Iguaçu	2020	2021	2022	2023	2024
Títulos	4.760	5.174	5.597	6.020	6.443
Exemplares	16.887	18.422	19.957	21.492	23.027
Periódicos	-	-	-	-	-
Petrópolis	2020	2021	2022	2023	2024
Títulos	2.700	2.730	2.800	2.840	2.880
Exemplares	8.153	8.466	8.779	9.092	9.405
Periódicos	-	-	-	-	-
Valença	2020	2021	2022	2023	2024
Títulos	2.200	2.475	2.833	3.042	3.296
Exemplares	5.052	5.704	6.813	7.454	7.924
Periódicos	954	984	1.009	1.034	1.050

Fonte: Biblioteca Central e Bibliotecas dos *campi* (2019)

12.6.3. Projeto de Repositório Institucional

O objetivo geral do Projeto Piloto do Repositório Institucional (PPRI) é fornecer um piloto para a implementação de um Repositório Institucional que alcance a produção intelectual do DIPPG na primeira etapa.

Num segundo momento o Repositório alcançará gradualmente toda a produção científica do Cefet/RJ, possibilitando a coleta, tratamento e divulgação de forma adequada esse material, potencializando a visibilidade dos conteúdos depositados. São consideradas etapas de Implantação da primeira fase do Repositório Institucional (RI):

- Elaboração da proposta de documentação do RI;
- Instalação do software do DSpace no servidor do Cefet;
- Definição da estrutura para as Comunidades, Sub-comunidades, Coleções e Itens utilizando como piloto a os cursos do DIPPG;
- Definição da estrutura de metadados, em Dublin Core, para cada tipologia documental que irá compor as Coleções;
- Estabelecer a Política de funcionamento da Comunidade piloto, respeitando as particularidades de cada tipologia documental e os direitos autorais;
- Definição da equipe responsável por implantar o projeto piloto;
- Realização de um levantamento quantitativo das dissertações em formato digital defendidas no DIPPG;
- Realização de treinamentos para que a equipe tenha condições de realizar a edição e revisão dos metadados, bem como a indexação dos documentos;
- Definição do fluxo do processo de submissão dos conteúdos da Coleção que fará parte do projeto piloto;
- Elaboração do 'Termo de Autorização e de Declaração de Distribuição não exclusiva' para a publicação de documentos no RI do Cefet;
- Início das atividades de inserção dos documentos e de seus respectivos metadados;
- Realização de reuniões de acompanhamento das atividades da equipe envolvida na execução do projeto piloto;
- Avaliação das dificuldades e percepções da equipe que participou da implementação do Repositório.

12.7. Infraestrutura de Tecnologia da Informação

O Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF), subordinado à Direção-Geral como órgão de apoio, é responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento das ações de Tecnologia da Informação no campus sede Maracanã do Cefet/RJ. São princípios norteadores deste departamento:

- orientação à estratégia institucional;

- integração do Ensino, Pesquisa e Extensão por meio de sistemas de informação;
- estabelecimento da área de Tecnologia da Informação como estratégica para o Cefet/RJ;
- definição e orientação das políticas, estratégias, padrões técnicos e diretrizes envolvendo governança de tecnologia de informação e comunicação (TIC);
- coordenação do processo de utilização dos recursos de hardware, software, redes de dados e voz.

Nos campi, a equipe de TI é lotada no Setor de Informática (SINFO), que é subordinado à Divisão Administrativa (DIVAD) e vinculado à estrutura organizacional do campus.

12.7.1. Inventário de Hardware

O inventário de hardware é a consolidação do levantamento do número de computadores (desktop), notebooks e monitores do Cefet/RJ Sistema Multicampi, conforme apresentado no Quadro X:

Quadro 24 - Inventário de hardware Cefet/RJ

CA MPI ITEM	NG	TG	AR	GR	IG	RB	ET	AL	OTAL
Desktop	72	82	667	22	11	59	34	38	85
Notebook		2	04	4	3	6	0	7	0
Monitor	79	90	779	46	14	47	49	53	57

Fonte: Dtinf (2018)

12.7.2. Principais Sistemas de Informação

Um sistema de informação é um conjunto organizado de elementos cujo principal é a informação. Estes elementos interagem entre si para processar informação e divulgá-la de forma adequada em função dos objetivos de uma organização. Os principais sistemas de informação do Cefet/RJ sob responsabilidade do DTINF serão apresentados a seguir:

- Sistema de Informações para o Ensino (SIE);
- Sistema de Gestão de Bibliotecas (SophiA);
- Portal Eletrônico do Cefet/RJ;
- Intranet Cefet/RJ;
- Sistema de Chamados;
- Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD);
- Sistema de Registro;
- Sistema de Revistas Eletrônicas (Open Journal Systems - OJS);
- Sistema de inscrição para o programa de Assistência Estudantil;
- Sistema de eleições;
- Sistema de Reserva de Recursos.

12.7.3. Mapeamento de Redes

A melhoria no processo de identificação de falhas na Rede de Computadores do Cefet/RJ constitui-se no fator primordial para o seu melhor desempenho. O primeiro passo neste processo consistiu da execução do Mapeamento da Rede, porque para se propor melhorias, é necessário conhecer o estado atual da Rede.

Em primeiro lugar, foi elaborado um formulário de Estudo de Campo de Switches e outro de Estudo de Campo de Usuários da rede Wi-Fi, com o apoio da equipe dos estagiários foi efetuada a coleta dos dados de switches gerenciáveis, pontos de acesso não padronizados, além do mapeamento do sinal Wi-Fi utilizando-se um aplicativo gratuito. A etapa seguinte foi compilar esses dados coletados para elaborar a Topologia Lógica atual da Rede, conforme apresentado na Figura 77, com o uso do software gratuito Cisco Packet Tracer (versão 7.1.0.0222).

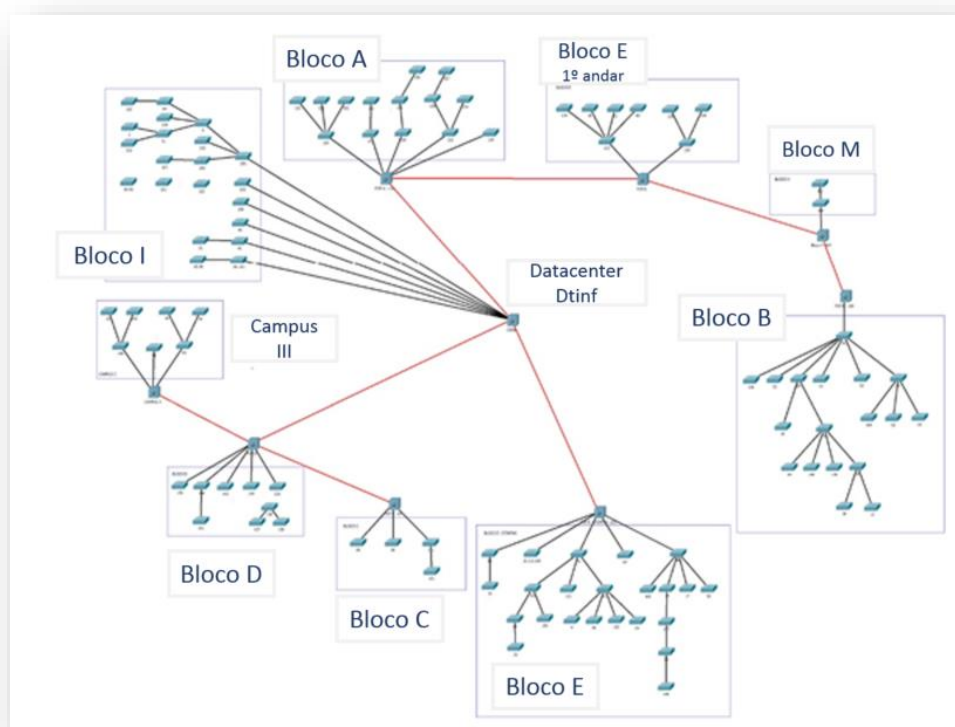


Figura 77 - Topologia Lógica da rede sede Maracanã

Fonte: Dinfo/Dtinf (2018)

12.7.4. Recursos Audiovisuais: videoconferência

A área administrativa do Cefet/RJ possui um sistema de videoconferência instalado e implantado em todos os Campi, na DIREG, na DIPPG, no DTINF, no DRH, no auditório V, no campus 3 do Campus de sede. A finalidade do sistema de videoconferência é agilizar e organizar encontros eventuais sem que seja necessário o deslocamento dos diretores de Campus até o Cefet/RJ, reduzindo assim despesas com locomoção e diárias. Atualmente, o sistema de videoconferência é utilizado para atender a área administrativa e a pós-graduação.

12.7.5. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

As melhores práticas relacionadas à governança de tecnologia da informação (TI) recomendam que qualquer instituição que pretenda realizar uma gestão eficiente dos recursos dessa área, deve contar com um planejamento

relacionado a ações de TI que vislumbre as metas da instituição. Dessa forma, o PDTIC apresenta-se como um instrumento indispensável para a gestão dos recursos de TI. No Cefet/RJ o novo PDTIC deverá contemplar os objetivos, metas e indicadores contemplados no PDI 2020-2024, sobretudo o compromisso firmado pela Comissão Temática de TI.

13. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Em termos econômicos, a sustentabilidade financeira na Administração Pública prevê que as organizações têm que ser economicamente viáveis, face ao seu papel na sociedade. Além disso, as atividades devem ser cumpridas levando em consideração o aspecto da rentabilidade, dando retorno (resultados) ao investimento realizado.

Destarte, o gestor público deve se esforçar continuamente a melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos a fim de aprimorar a gestão dos processos administrativos, alcançar com eficácia (economicidade), eficiência (produtividade), a efetividade das metas institucionais.

A capacidade e a sustentabilidade financeira estabelecida pelo Decreto 9.235/2017 diz em seu *art. 20 inciso II- § 2º Aplicam-se às IFES e às escolas de governo federais o disposto nas alíneas “a”, “b” e “g” do inciso I do caput e nas alíneas “b”, “c”, “d”, “f” e “g” do inciso II do caput. e no seu art. 21- Observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos: Inciso X- o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira.*

Nesse sentido, a proposta ora apresentada para o PDI 2020-2024, referente aos recursos orçamentários e financeiros serão aqueles que constarão da Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada pelo Congresso Nacional, apresentada pelo Ministério da Educação.

13.1. Diretoria de Administração e Planejamento e sua organização no Sistema Multicampi

A Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração de Gestão de Pessoas e Planejamento Orçamentário e Execução, Financeira e Contábil do Orçamento do Cefet/RJ.

13.2. Série histórica dos créditos orçamentários 2015-2018

O Cefet/RJ é mantido através de recursos públicos federais oriundos do Tesouro Nacional, consignados no Orçamento Geral da União, cuja parcela é destinada ao Ministério da Educação (MEC) e, deste ao Cefet/RJ como autarquia vinculada àquele ministério. Portanto, a dotação orçamentária consignada ao Cefet/RJ na Lei Orçamentária Anual (LOA) representa a estimativa de sua disponibilidade máxima de recursos pelo período de um ano. A Tabela 1 apresenta a série histórica dos recursos destinados ao Cefet/RJ durante o período de vigência do PDI anterior (2015 - 2019).

Quadro 25- Série histórica dos créditos orçamentários iniciais ao Cefet/RJ, por agrupamentos de ações orçamentárias (valores correntes em R\$)

Agrupamento de ações orçamentárias	2015	2016	2017	2018
Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	814.850			
Assistência Estudantil	12.367.331	12.799.680	8.491.268	7.559.847
Capacitação de servidores públicos	400.000	745.600	395.000	450.000
Despesas com pessoal	242.065.755	267.986.658	320.872.717	343.218.131
Expansão e reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissionais e Tecnológicas	6.500.000	4.658.537	2.926.829	1.000.000
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissionais e Tecnológicas	42.811.675	34.788.826	39.647.678	37.013.657
Participação em Organismos e	145.000	65.000	74.500	157.500

Entidades Nacionais e Internacionais				
Subtotal (exceto despesas com pessoal)	63.038.856	53.057.643	51.535.275	46.181.004
Total:	305.104.611	321.044.301	372.407.992	389.399.135

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no sistema Tesouro Gerencial (Tesouro Nacional).

Tendo em vista o Novo Regime Fiscal aprovado através da Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016 (EC95/2016), o orçamento aprovado para este centro baseia-se na expectativa de arrecadação de recursos do Governo Federal. Desta forma, caso a citada arrecadação venha a ocorrer em patamares inferiores ao previsto, poderá o Governo Federal, a seu critério, contingenciar o orçamento, reduzindo a liberação do mesmo. Desta forma, embora não seja possível projetar com exatidão os efeitos da EC95/2016 sobre a disponibilização de recursos orçamentários ao Cefet/RJ, vale registrar um impacto sofrido no ano de 2018, quando este PDI foi elaborado. Nesse ano, o orçamento de investimento do Cefet/RJ foi reduzido em aproximadamente 60% dos recursos da LOA 2017.

13.3. Matriz Orçamentária de Custeio e Investimento da RFEPCT

O montante e a distribuição dos recursos orçamentários do Ministério da Educação destinados às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) são aprovados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). Esta divisão é calculada por meio da “Matriz Orçamentária de Custeio e Investimento para as Instituições Federais da RFEPCT”, cuja metodologia é desenvolvida no âmbito do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Desta forma, dado o total dos recursos disponibilizados pela Setec/MEC, os mesmos critérios são aplicados a todas as instituições da rede para a definição da sua dotação orçamentária.

De forma resumida, para a construção da matriz são levados em consideração a quantidade das matrículas dos estudantes dos cursos de nível básico, médio, técnico, tecnológico, graduação, *lato sensu*, *stricto sensu*, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação a distância (EaD) por *campus* de cada Instituição da Rede Federal. Alguns parâmetros que

participam da estrutura da matriz são: IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), categoria dos *campi* e tipo e pesos dos cursos. Assim, em larga medida o Cefet/RJ possui pouca ingerência sobre a definição do volume de recursos disponibilizados para suportar todo o conjunto de suas atividades, embora existam algumas oportunidades de atuação autônoma para ampliar a capacidade e sustentabilidade financeira, as quais serão abordadas mais adiante. Adicionalmente, é importante destacar que, de acordo com as regras de execução orçamentária vigentes, esforços interanuais de poupança não são possíveis, uma vez que os recursos autorizados pela LOA só podem ser despendidos dentro do ano de exercício.

Além dos recursos orçamentários consignados na LOA, outras fontes potenciais de recursos incluem: receitas diretamente arrecadadas, através taxas de inscrição em concurso e aluguel de espaço para cantina e bancos, etc.; eventuais recursos destinados ao Cefet/RJ via emendas parlamentares; convênios e termos de cooperação firmados com outros órgãos públicos, das esferas municipal, estadual ou federal, estatais ou privados cujos recursos são destinados a projetos específicos. Em 2015, por exemplo, um convênio entre o Cefet/RJ e a Eletrobrás Eletronuclear disponibilizou aproximadamente R\$ 9,5 milhões para o campus Angra dos Reis. Esses recursos foram gastos com a aquisição de equipamentos de laboratório, mobiliários e acervo para a biblioteca.

Neste sentido, do ponto de vista operacional, a sustentabilidade financeira do Cefet/RJ é pautada essencialmente na adequação do planejamento anual dos gastos à previsão de recebimento de recursos e utilização eficiente destes recursos para o cumprimento da missão institucional e seus objetivos estratégicos.

13.4. Plano Operativo Anual (POA)

Desde a Portaria Cefet/RJ 1.404/15, o Plano Operativo Anual (POA) é o instrumento interno de planejamento e programação orçamentária. O POA traz as propostas das ações institucionais e sua elaboração é realizada de forma conjunta com as diretorias sistêmicas e de *campi*. O POA leva em consideração o PDI vigente, além das diretrizes orçamentárias estabelecidas pelo Ministério da Educação. Dadas as limitações legais impostas à gestão de recursos na Administração Pública, cabe destacar alguns objetivos estabelecidos neste PDI que contribuirão para a ampliação da capacidade e sustentabilidade financeira do Cefet/RJ:

- “Desenvolver um Plano Plurianual de Prioridades Orçamentárias para Políticas do Cefet/RJ”
- “Ampliar para 9,5% a participação de recursos orçamentários provenientes de outras fontes até 2024.” (ver Gráfico 1).

- “Reduzir em 5% os custos fixos do Cefet/RJ em relação ao ano-base de 2019.” (ver Gráfico 2).

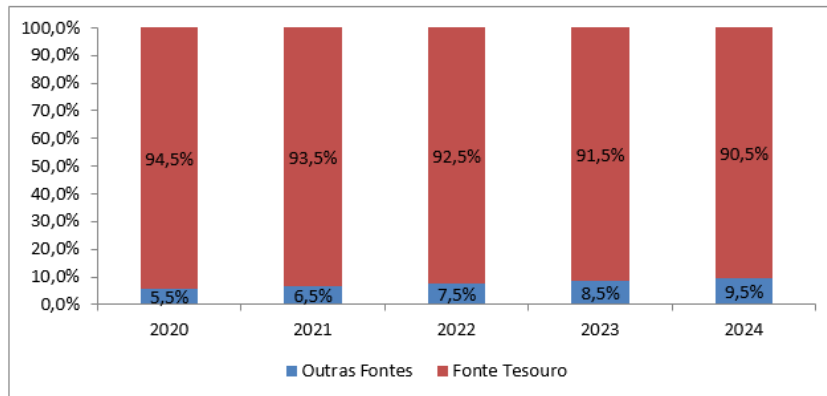


Gráfico 20 - Metas de evolução da participação % fonte Tesouro vs outras fontes no Orçamento. Fonte: DIRAP/2018.

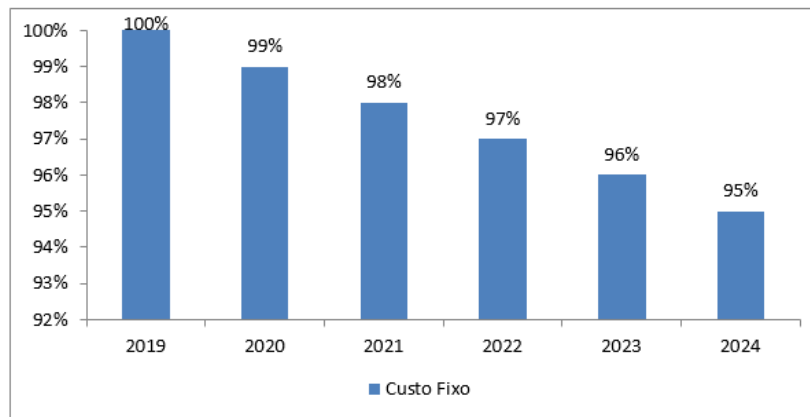


Gráfico 21 - Metas de evolução para redução % do Custo Fixo.

Fonte: DIRAP/2018.

14. TEMAS TRANSVERSAIS

Este capítulo está dividido em áreas não contempladas diretamente pelo Decreto 9.235/2017, mas que são relevantes ao desenvolvimento institucional e para integração da comunidade acadêmica. Considerados os alicerces institucionais, os temas transversais estão divididos nas seguintes áreas:

- I. Responsabilidade Social & Ambiental
- II. Direitos Humanos
- III. Informação & Comunicação: Comunicação Institucional & Comunicação Científica
- IV. Arte, Cultura & Esportes

14.1. Meio-Ambiente

As dimensões econômica, social, cultural e ambiental se arranjam de forma sistemática no conceito de sustentabilidade, que aponta para uma configuração que permite à sociedade expressar seu maior potencial no presente, preservando, ao mesmo tempo, as condições de biodiversidade e os ecossistemas indefinidamente para a sociedade.

No campo da Ecologia, Edgar Morin afirma a necessidade de ecologizar o pensamento, diante do fato de que a nossa cultura e a nossa civilização baseiam-se em valores e visões de mundo dissociadas das leis da Natureza (uma visão antropocêntrica, ou seja, o homem como o centro de tudo), o que resulta na crescente degradação ambiental, acumulação de resíduos, perda de sustentabilidade e extinção das espécies (SACHS, 2009). O desenvolvimento da consciência ecológica, em diferentes camadas e setores da sociedade mundial, acaba por envolver também, o setor da educação. Assim, o consumo incontrolável dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente passaram a exigir ações corretivas de grande envergadura (VAZ et al, 2010).

As Instituições de Ensino também devem fazer parte desse discurso em prol da sustentabilidade, desenvolvendo tecnologia e sensibilizando e capacitando o material humano para atender à demanda ambiental e, assumindo uma postura de sustentabilidade em suas operações (TAUCHEN, 2007).

As Instituições de Ensino (IE) têm um papel fundamental na disseminação do desenvolvimento sustentável, principalmente quando da incorporação de valores e práticas ambientais, tanto nas disciplinas ministradas quanto na administração de suas estruturas físicas (FERES & ANTUNES, 2007). De acordo com Layrargues (2011), as IES devem desempenhar um papel preponderante na Educação voltada para a sustentabilidade, uma vez que:

- Possuem alta concentração de massa crítica, criatividade e potencial tecnológico que podem ser canalizados para as inovações ambientais. O principal ativo presente na Universidade é o conhecimento, e sua organização está centrada na produção, transmissão e difusão dele.

- Formam os futuros profissionais, lideranças de opinião e potenciais dirigentes de instituições sociais.

- Podem oferecer um testemunho prático do que se prega no ensino, pesquisa e extensão universitária. A Universidade deve praticar o que ensina, para dar o exemplo inclusive sobre os desafios da mudança ambiental.

- Os alunos consideram que estudar em uma universidade cujo campus possui responsabilidade ambiental e compromisso com a sustentabilidade é um diferencial positivo na sua formação (LAYRARGUES, 2011, p.3).

As iniciativas em gestão ambiental observadas em Instituições de Ensino fundamental e médio, que representam a maior parcela das Instituições de Ensino no Brasil, estão muito associadas a práticas de educação ambiental específicas e, em alguns casos, à implantação de programas de racionalização do consumo de água e energia elétrica, geralmente focados na redução de custos e na sensibilização dos alunos (FERES & ANTUNES, 2007).

Para Barbieri (2011), a educação ambiental deve estimular as pessoas a serem portadoras de soluções e não apenas de denúncias, embora estas devam ser as primeiras atitudes diante dos desmandos socioambientais. Deve também produzir mudanças nas suas próprias condutas modificando, por exemplo, seus hábitos de consumo.

De acordo com Tauchen e Brandli (2006), apesar de representarem apenas 0,5% do número total de Instituições de Ensino no Brasil, as IES possuem um grande potencial para geração de aspectos ambientais significativos. Isto vem ao encontro com o que Tauchen e Brandli (2006) estabelecem como agentes significativos para implantação de um SGA nesses tipos de instituição.

Entre elas está o fato de que as faculdades e universidades podem ser comparadas com pequenos núcleos urbanos, envolvendo diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades referentes à sua operação, como bares, restaurantes, alojamentos, centros de conveniência, entre outros serviços. Além disso, um campus precisa de infraestrutura básica, como redes de abastecimento de água e energia, redes de esgoto e drenagem pluvial e vias de acesso (TAUCHEN & BRANDLI, 2006, sem paginação).

Por estarem envolvidas diretamente com a pesquisa e o desenvolvimento de processos e tecnologias, as universidades em geral apresentam programas de gestão ambiental mais estruturados. Entretanto, mesmo nestas instituições, a adoção de práticas de gestão sistêmicas e abrangentes voltadas à questão ambiental ainda é recente (FERES & ANTUNES, 2007).

O papel assumido pelas IES no que se refere a desenvolvimento sustentável aborda duas diferentes esferas: (i) a esfera educacional, refletida na formação de profissionais e pesquisadores, que, de forma interdisciplinar, são conscientizados a adotarem práticas sustentáveis em sua carreira; e (ii) a esfera gerencial, que trata do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) implantado pela própria instituição em seus campi com modelos e exemplos práticos de gestão sustentável para a sociedade (LARA, 2012).

Nesse sentido, a Seção de Estratégia de Sustentabilidade Ambiental Institucional (SESAI/DIGES), foi criada em março de 2017 com o objetivo implantar uma cultura de sustentabilidade ambiental. Composto apenas por um servidor indicado pela Diretoria de Gestão Estratégica, apresentou-se como alternativa o trabalho colaborativo apoiado por servidores de outros setores e estudantes voluntários, que dedicam o seu tempo pelo reconhecimento da importância da questão ambiental. Desde então, diversas iniciativas (visitas aos campi; organização de rodas de conversa; articulação com o Ministério do Meio Ambiente; orientação de projetos de pesquisa e iniciação científica) organizadas por sua liderança, deram uma nova face à sustentabilidade ambiental institucional que, ao final de 2017, foi transformada em Divisão de Estratégia de Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI/DIGES).

A DISAI é responsável por coordenar a COSAI (Comitê de Sustentabilidade) com representação de profissionais de todos os campi comprometidos com a gestão ambiental e Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária (CCCSS), integrando professores, técnico-administrativos e estudantes a transformar a cultura institucional voltada à sustentabilidade ambiental. Cabe ainda à DISAI apoiar atividades correlatas de servidores ou entidades, mesmo sem vinculação direta (i.e. Nupama), que estejam voltados à promoção da sustentabilidade ambiental.

Neste sentido, a composição dos membros colaboradores desta Comissão Temática, selecionaram iniciativas para compor a elaboração do PDI 2020-2024. O desafio começou no simples reconhecimento da necessidade de se considerar a incorporação dos princípios e critérios da gestão ambiental nos campi.



Figura 78 - Promovendo a Sustentabilidade Ambiental – iniciativas dos campi



Figura 79 - Promovendo a Sustentabilidade Ambiental iniciativas docentes na sede Maracanã

Cefet/RJ é representado em capacitação do MEC para multiplicadores em aproveitamento de biogás (2018)

Fonte: ASCOM, Notícias Cefet/RJ 09/04/2018

O Cefet/RJ é uma das instituições participantes da Capacitação de Multiplicadores em Aproveitamento Energético de Biogás na Agricultura, promovida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) em parceria com a empresa alemã ME-LE Energietechnik GmbH. O representante institucional no curso é o professor Ronney Arismel Mancebo Boloy. A formação dos multiplicadores consiste na primeira etapa do Programa EnergIF, que prevê a implantação de cursos relacionados com a produção de biogás a partir de resíduos agrícolas na Rede Federal de Educação Tecnológica.



14.1.1. Plano de Gestão de Logística Sustentável do Cefet/RJ

O Cefet/RJ deve estimular o consumo consciente, o combate ao desperdício e a responsabilidade socioambiental, por meio do desenvolvimento de estratégias inovadoras e implementação de programas e projetos que promovam a discussão sobre a adoção de uma Política de Sustentabilidade Ambiental Institucional.

Uma das principais ações para estabelecimento desse novo compromisso frente às atividades da gestão pública é a adesão formal à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que é vista como uma Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo. O Cefet/RJ aderiu oficialmente a A3P no dia 26 de janeiro de 2018. Nesse mesmo espírito, a partir de 2012, estabeleceu-se a obrigatoriedade de todos os entes da Administração Pública a elaborar seu Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. (MPOG, 2012, art. 3º)

A gestão pública sustentável parte da premissa de que a Administração Pública deve priorizar a transparência, a honestidade e a competência para buscar bons resultados operacionais com foco na sustentabilidade. Assim sendo, busca-se nos Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram propostos em uma Agenda desenvolvida em 2015 por 193 Estados-Membros da ONU - a Agenda 2030 (ONUBR, 2015), uma consonância com as práticas sustentáveis locais e regionais.

A implementação dos ODS é um desafio que busca uma parceria com a participação ativa de atores sociais, incluindo governos, sociedade civil e setor privado. Apesar da natureza global e de serem universalmente aplicáveis, os ODS dialogam com as políticas e ações nos campos regional e local.



O Plano de Gestão Ambiental do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ foi aprovada por meio da Resolução/CODIR nº 56/2018, de 23/11/2018. A seguir serão apresentados trechos do citado plano.




A elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Cefet/RJ fundamenta-se em diversos mecanismos jurídicos e compromissos internacionais firmados e diplomas normativos que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O PLS - Cefet/RJ também se baseou nas iniciativas propostas pela IN nº 10, de 12/11/2012. São elas:






- a) Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG, desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP;
- b) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - SPE/MME;
- c) Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SAIC/MMA;
- d) Coleta Seletiva Solidária, desenvolvida no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SE/MDS;
- e) Projeto Esplanada Sustentável – PES, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em articulação com o MMA, MME e MDS (MPOG, 2012).

Quadro 26 - Relação dos artigos constitucionais com os ODS

ODS	DESCRIÇÃO	ARTI GOS DA CF 88
-----	-----------	-------------------------

 <p>ODS 1</p>	<p align="center">ERRADICAÇÃO DA POBREZA</p> <p align="center">Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p>	<p align="right">Art. 3º, III e IV</p>
 <p>ODS 2</p>	<p align="center">FOME E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</p> <p align="center">Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p>	<p align="right">Art. 186</p>
 <p>ODS 3</p>	<p align="center">SAÚDE E BEM-ESTAR</p> <p align="center">Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e todas, em todas as idades</p>	<p align="right">Art. 3º, IV Art. 6º Art. 196 Art. 230</p>
 <p>ODS 4</p>	<p align="center">EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p> <p align="center">Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas</p>	<p align="right">Art. 6º Art. 205 Art. 206, VI Art. 208</p>
 <p>ODS 5</p>	<p align="center">IGUALDADE DE GÊNERO</p> <p align="center">Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p>	<p align="right">Art. 5º, I Art. 7º, XXX Art. 226</p>
 <p>ODS 6</p>	<p align="center">ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</p> <p align="center">Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos</p>	<p align="right">Art. 20, c/c Art. 26</p>

		Art. 23, IX
 <p>7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA</p> <p>ODS 7</p>	<p>ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL</p> <p>Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos</p>	<p>Art. 21, XII, b</p> <p>Art. 170, VI</p> <p>Art. 225</p>
 <p>8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p> <p>ODS 8</p>	<p>TRABALHO DESCENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p> <p>Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas</p>	<p>Art. 6º ess</p> <p>Art. 243</p>
 <p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p> <p>ODS 9</p>	<p>INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p> <p>Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p>	<p>Art. 218</p> <p>Art. 219-A</p>
 <p>10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p> <p>ODS 10</p>	<p>REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p> <p>Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</p>	<p>Art. 3º, III, IV</p> <p>Art. 4º, V</p> <p>Art. 170, VII</p>
 <p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p> <p>ODS 11</p>	<p>CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p> <p>Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p>	<p>Art. 182</p> <p>Art. 183</p>
 <p>12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p> <p>ODS 12</p>	<p>CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p> <p>Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis</p>	<p>Art. 170, VI</p> <p>Art. 174</p>

 ODS 13	<p align="center">AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p> <p align="center">Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</p>	<p align="center">Art. 225</p>
 ODS 14	<p align="center">VIDA NA ÁGUA</p> <p align="center">Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</p>	<p align="center">Art. 20 c/c Art. 26</p>
 ODS 15	<p align="center">VIDA TERRESTRE</p> <p align="center">Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade</p>	<p align="center">Art. 225</p>
 ODS 16	<p align="center">PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p> <p align="center">Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</p>	<p align="center">Art. 5º, XXXV</p>
 ODS 17	<p align="center">PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</p> <p align="center">Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>	<p align="center">Art. 4º, XI Art. 225, caput e § 1º</p>

Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS (2017).

O Plano de Gestão de Logística Sustentável do Cefet/RJ tem por objetivo geral consolidar e aprimorar as práticas sustentáveis em andamento e também ser uma ferramenta de planejamento para novas ações, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, contribuindo assim para o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável do Cefet/RJ (PLS do Cefet/RJ) foi elaborado pela equipe da Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI) com base na Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece as regras para a

elaboração do PLS, de que trata o artigo 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável do Cefet/RJ está estruturado em sete eixos temáticos, que compreendem: Compras e Contratações Sustentáveis; Economia e Conservação de Energia; Gerenciamento e Uso Sustentável de Água & Efluentes; Gestão de Resíduos Sólidos, Obras e Construções Sustentáveis, Deslocamento de Pessoal e Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho.

Diante da concretização dos objetivos e metas estabelecidos nesse Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), torna-se fundamental o reconhecimento, por cada campus, das ações mais adequadas que estarão sob a responsabilidade de setores do Cefet/RJ. É uma forma de demonstrar o desenvolvimento de programas e projetos que promovam a discussão sobre a sustentabilidade ambiental institucional. A elaboração do PLS traz uma nova visão de gestão para o Cefet/RJ, a partir da(o):

- melhoria da ecoeficiência;
- promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social da comunidade;
- aprimoramento dos processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações e critérios sustentáveis para aquisição de bens, serviços e para o desfazimento de resíduos;
- qualificação das instalações e edificações para utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- estabelecimento de parcerias, visando à reutilização e reciclagem de resíduos ou destinação ambientalmente adequada; e
- promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho e de estudo, com vistas à mudança de conduta.

14.1.2. Projeto Sala Verde: Observatório de Iniciativas Sustentáveis

No ano de 2018, o Cefet/RJ, por meio da Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI), foi selecionado para participar do Projeto Sala Verde, que tem apoio institucional do Ministério do Meio Ambiente, que reconhece a relevância e certifica que o projeto apresentado está alinhado com as diretrizes e aos objetivos da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental.

No Cefet/RJ, o Projeto Sala Verde é conhecido por Observatório de Iniciativas Sustentáveis e tem o objetivo de demonstrar a importância da sustentabilidade nas ações e iniciativas desenvolvidas nas dimensões que envolvem o processo educativo – ensino, pesquisa e extensão – da instituição de ensino.

A Sala Verde deve se constituir em um centro de referência que, além de disponibilizar publicações e democratizar o acesso à informação, se estabelece como um espaço de encontro, reflexão e construção da ação socioambiental.

14.1.3. Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária – CCCSS

Grande quantidade do lixo que vai para os aterros e lixões é composta por materiais passíveis de reciclagem ou de reutilização, uma característica muito comum em sociedades que ainda não adotaram políticas eficazes para a preservação do meio ambiente e ações de cunho social que promovam a geração de oportunidades de renda e inclusão social dos que trabalham em lixões.

Frente a essa situação, o país criou uma iniciativa de responsabilidade social e ambiental com o Decreto no 5.940 de 2006, que exige dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta a separação de resíduos recicláveis em benefício de associações e cooperativas de catadores de material reciclável.



Figura 80 - Visita à Cooperativa pela CCCSS

Dessa forma, a existência da Coleta Seletiva Solidária no Cefet/RJ traz benefícios como:

- Ambiental: Toda coleta seletiva tem como prioridade a minimização dos impactos ambientais que são provocados pela destinação inadequada dos resíduos. Assim, torna-se necessária a redução do desperdício de materiais, principalmente os maiores volumes de lixo, além de incentivar a reutilização e a reciclagem. Cabe ressaltar a destinação que pode ser dada aos resíduos orgânicos que são gerados e reaproveitados para implantação do sistema de compostagem.
- Social: Os princípios da sustentabilidade social identificam o papel dos indivíduos e a organização da sociedade e têm por objetivo a estabilidade social, beneficiando as gerações futuras. Ao estimular programas sobre os problemas sociais e sanitários relacionados ao lixo, e gerar ações de saneamento e melhoria ambiental, esta incentiva a prevenção de problemas de saúde, uma vez que doenças como febre tifoide, disenteria, malária, dengue, febre amarela e leishmaniose são causadas por vetores, que são encontrados em lixões e espalham a doença para fora destas áreas, podendo atingir outras comunidades.
- Econômico: Os projetos de gerenciamento integrado de resíduos dependem da destinação de recursos financeiros a partir de linhas de financiamento e de ações de apoio disponibilizadas pelos órgãos federais aos municípios, ONGs, associações e cooperativas de catadores.

14.1.4. Núcleo de Proteção Animal e Meio Ambiente (NUPAMA)

Com o objetivo de tratar de questões relacionadas à causa animal, fomentando a Educação Ambiental nos diferentes níveis de ensino da instituição, além de prestar assistência aos animais que habitam ou aparecem nas dependências dos campi que integram o Cefet/RJ, foi criado o Núcleo de Proteção Animal e Meio Ambiente (Nupama).

A coordenação do projeto está sob a responsabilidade das professoras Luane da Costa Pinto Lins Fragoso e Valena Ribeiro Garcia Ramos, dos campi Nova Iguaçu e Maracanã, respectivamente. Além das coordenadoras, uma equipe composta por alunos e servidores docentes e técnico-administrativos dos diferentes campi integra o núcleo.

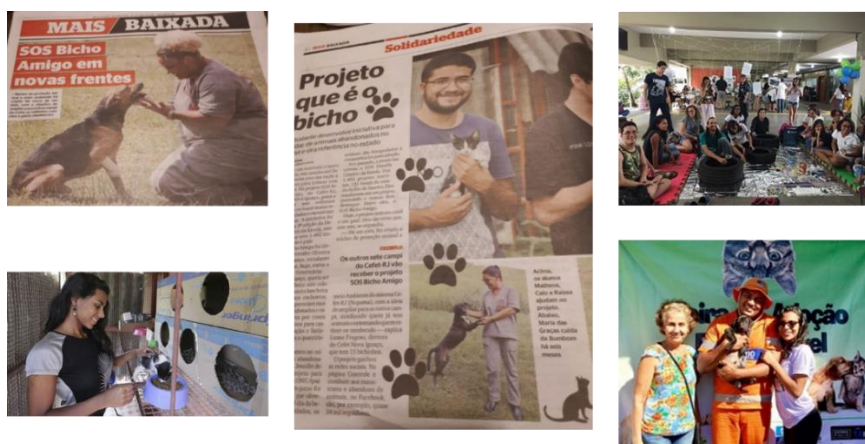


Figura 81- Iniciativas e atividades NUPAMA – campus Nova Iguaçu

O Nupama foi criado no dia 29 de março de 2018. O núcleo visa ainda acabar com o abandono de animais nos campi do sistema Cefet/RJ e com a prática de maus tratos, fornecendo cuidado e assistência veterinária. Pretende também fomentar a prática de castração com vistas ao controle populacional de cães e gatos, além de encaminhar para adoção responsável.

Outro objetivo é conscientizar a comunidade interna e externa acerca dos direitos e deveres para com os animais, promovendo ações que colaborem para o bem-estar animal e humano, gerando um ambiente mais harmonioso e saudável. O Nupama também vai promover e incentivar a Educação Ambiental nos diferentes níveis de ensino da instituição e também estabelecer parcerias para aprimoramento das ações desenvolvidas pelo núcleo.

14.2. Direitos-Humanos

Um dos principais pilares que compõe os temas transversais deste PDI 2020-2024, relaciona-se aos Direitos humanos, que representa todos os direitos relacionados à garantia de uma vida digna a todas as pessoas. Ou seja, os direitos humanos são direitos que são garantidos à pessoa pelo simples fato de ser humana.

Portanto, os direitos humanos são todos **direitos e liberdades básicas**, tais quais como os assegurados em nossa Carta Magna ou Lei Maior (Constituição Federal de 1988), considerados fundamentais para dignidade do ser humano. Eles devem ser garantidos a todos os cidadãos, de qualquer parte do mundo e sem qualquer tipo de discriminação, como cor, religião, nacionalidade, gênero, orientação sexual e política.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) os direitos humanos são garantias de proteção das pessoas contra ações ou falta de ações dos governos que possam colocar em risco a dignidade humana, direitos humanos básicos, tais como: direito à vida, à liberdade de expressão de opinião e de religião, direito à saúde, à educação e ao trabalho.

A criação da Organização das Nações Unidas em 1945 representou um marco na história da evolução dos direitos humanos, pois um dos seus objetivos é trabalhar para garantir a dignidade de todos povos e para diminuir as desigualdades mundiais. Em 1948 a ONU aprovou a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, seguidos de mais dois documentos em 1966: o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

O Cefet/RJ também firmou o seu compromisso por meio do Pacto Universitário dos Direitos Humanos uma iniciativa conjunta do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça e Cidadania para a promoção da educação em direitos humanos no ensino superior.

14.2.1. Pacto Universitário dos Direitos Humanos

A partir da assinatura do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos (PNUDH), o Cefet/RJ criou um Comitê multicampi e com participação de alunos, gestores e servidores.

Aberto à adesão das Instituições de Educação Superior (IES) e de Entidades Apoiadoras (EAs), o objetivo do Pacto era superar a violência, o preconceito e a discriminação, e promover atividades educativas de promoção e defesa dos direitos humanos nas IES.

Tendo em vista a não continuidade do PNUDH no âmbito do MEC, o Comitê para este Programa migrou para um Comitê Interno de Educação em Direitos Humanos. O Plano de Trabalho deste Comitê fará parte das iniciativas institucionais e do compromisso da gestão no cumprimento de suas atividades, por meio do PDI 2020-2024.

Quadro 27 - Plano de trabalho do Comitê de Direitos Humanos do Cefet/RJ, PDI 2020-2024.

PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE DIREITOS HUMANOS 2020-2024			
AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRODUTO	PERÍODO
Incluir no calendário acadêmico anual um evento sobre o tema Direitos Humanos.	Comitê de DH e DIREN.	Calendário 2020-2024	2º semestre de cada ano anterior
Realizar evento anual sobre a temática de Direitos Humanos na instituição gerando a integração da comunidade interna e externa e visando o compartilhamento de informações.	Comitê de DH, ASCOM e DPROV.	Evento	Anual
Ratificar o cumprimento das legislações relacionadas ao atendimento de pessoas com deficiência.	Comitê de DH, DIREG e NAPNE.	Gestão	Fluxo Contínuo.
Orientar a fiscalização e a gestão dos contratos de terceirizados a partir dos princípios dos Direitos Humanos.	Comitê de DH, DILCO e Gestores dos Contratos.	Reuniões.	Fluxo Contínuo.
Divulgação do Comitê de Direitos Humanos e de suas respectivas ações	Comitê de DH e ASCOM	Divulgação	Fluxo Contínuo.

Promover a capacitação dos servidores e profissionais terceirizados na temática dos Direitos Humanos (cultura da paz e diversidade) por meios presenciais e/ou a distância.	Comitê de DH, DICAP e DIREX.	Cursos, oficinas, palestras e/ou demais eventos.	Fluxo Contínuo.
Elaborar e implementar uma Política de Direitos Humanos no Cefet/RJ	Comitê de DH	Política de Direitos Humanos do Cefet/RJ.	Até 2024.
Elaborar e implementar uma Política de Ações Afirmativas e Responsabilidade Social no Cefet/RJ	Comitê de DH e DIREN	Política de Ações Afirmativas e Responsabilidade Social no Cefet/RJ	Até 2024.
Incentivar que os projetos e programas de extensão incluam ações voltadas à temática de Direitos Humanos.	Comitê de DH e DIREX	Reuniões e ações de sensibilização	Fluxo Contínuo.
Promover encontros, rodas de conversas para tratar de assuntos relacionados a Direitos Humanos, como: questão racial, gênero, acessibilidade.	Comitê de DH	Eventos	Fluxo Contínuo.
Propor a discussão da temática de Direitos Humanos dentro dos programas dos cursos regulares de ensino	Comitê de DH e Coordenadores dos cursos.	Discussões e debates dentro das disciplinas e nos eventos promovidos pelos cursos.	Fluxo Contínuo.
Realizar pesquisas diagnósticas sobre o tema de Direitos Humanos junto à comunidade do Cefet/RJ	Comitê de DH	Relatórios	Até 2024
Promover a capacitação e/ou formação dos docentes e técnicos-administrativos em educação na temática dos Direitos Humanos (diversidade e da cultura da paz), por meios presenciais e/ou a distância.	Comitê de DH, DIREN e DICAP.	Cursos e treinamentos e/ou eventos	Fluxo Contínuo.
Mapear os coletivos do Cefet/RJ envolvidos com as questões de Direitos Humanos	Comitê de DH	Lista de Contatos e informações dos Coletivos	Até 2024
Estabelecer parcerias e aproximações com as organizações sociais que tratam de ações de Direitos Humanos.	Comitê de DH	Eventos, intercâmbios, participações em editais.	Fluxo Contínuo.

14.2.2. Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI - Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas do Cefet/RJ é um espaço que congrega pesquisadores e interessados em diversas áreas do conhecimento que têm como cerne de suas atividades as relações etnicorraciais na sociedade brasileira.

Em todo o Brasil, nas instituições de ensino superior (IES) brasileiras os NEAB foram e vêm sendo criados com o objetivo de facilitar a interlocução daqueles que trabalham com temáticas acerca das relações raciais, promover pesquisas e divulgar o conhecimento construído sobre questões relacionadas a negritude, africanidades, comunidades quilombolas e, indígenas.



Figura 82 - Membros NEAB Cefet/RJ e o cartaz de um dos seus eventos

No Cefet/RJ alguns profissionais realizavam atividades de pesquisa, ensino e extensão de qualidade, acerca de tais temáticas. No entanto, o trabalho apresentava-se, na maioria das vezes, individualizado, ou com pouca articulação entre os pares, dificultando que tais realizações promovam uma maior cultura de diversidade no âmbito do Sistema Multicampi. A partir de tal constatação, e do exemplo de outras IES, alguns desses profissionais iniciaram a discussão com o intuito de criar o NEAB – Cefet/RJ.

O Cefet/RJ foi um dos primeiros membros da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) a criar um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab), em 2008, aberto à participação de docentes e alunos dos níveis médio-técnico e superior. Em parceria com “Coletivo Negro do Museu Nacional”, o NEAB Cefet/RJ oferece curso que tem como objetivo preparar pessoas negras para seleções de mestrados e doutorados em universidades públicas do Brasil.

O NEAB Cefet/RJ é, hoje, um entre os mais de oitenta núcleos de estudos afro-brasileiros existentes em instituições públicas de Ensino Superior no Brasil e está ligado a todos eles por intermédio do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABs) fazendo parte também da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as), ABPN. A referida associação

integra uma rede de instituições que atuam no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação raciais, além de objetivar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas para uma sociedade mais justa e equânime.



Figura 83 - Marco inicial do Coletivo Negro – sede Maracanã (11/08/2015)

O NEAB Cefet/RJ se apresenta como observatório de questões étnico-raciais e espaço de atuação da comunidade do Cefet/RJ no sentido de incentivar, apoiar e promover políticas de ações afirmativas, cuja proposta principal é articular e promover atividades de estudos, ensino, pesquisa e extensão relacionados a temáticas concernentes à população negra, à cultura afro-brasileira e africana, às diásporas africanas, como também ao cumprimento da Lei nº 10.639/03.

A ação do núcleo também conduziu à criação, em 2009, do curso de pós-graduação *lato sensu* em Relações Étnico-Raciais e Educação e, em 2011, do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, com a oferta de um curso mestrado “considerado de referência”.



Figura 84: Aula magna PPRER– sede Maracanã (07/03/2016) e membros NEAB Cefet/RJ

"A presença do tema das relações étnico-raciais em uma instituição como o Cefet/RJ, com uma trajetória na área de educação profissional, científica e tecnológica, mostra que algo está mudando na produção do conhecimento nesse campo do saber", com esta afirmação, marcou a abertura da aula magna do ano letivo de 2016, realizada no dia 7 de março, pela então Ministra, a professora doutora e titular do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, sobre o tema "Educação das relações étnico-raciais e a produção do conhecimento".

A exposição da ministra enfocou três dimensões: teórica, política e epistemológica. "A discussão é teórica porque, ao incluir a temática das relações étnico-raciais como produto e produtora de conhecimento, podemos indagar verdades historicamente construídas sobre negros e brancos, sobre a relação entre negros e brancos no Brasil e sobre a relação com a nossa ancestralidade africana."

Como exemplo mais emblemático, Nilma cita a biografia do presidente de origem afro-brasileira Nilo Peçanha, criador de uma série de instituições que hoje compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). "Se, há tempos, essa biografia poderia passar despercebida, agora ocorre um desvelamento de facetas que permaneciam ocultas, como os processos de discriminação", explica.

De acordo com Nilma, a discussão das relações étnico-raciais também é política, porque envolve a análise de uma realidade socio-histórica, por sujeitos coletivos, que induz a mudanças. A ministra enfatiza que a atuação política desses sujeitos "possui não só uma dimensão de denúncia, mas também de anúncio. Ela anuncia algo novo no campo das relações étnico-raciais".

No que diz respeito à dimensão epistemológica, Nilma afirma que a produção do conhecimento sobre a temática das relações étnico-raciais requer uma presença mais

substantiva do negro nos espaços acadêmicos e de pesquisa. “Não basta apenas um olhar e escolhas epistemológicas. Precisamos da presença da corporeidade negra, com seus saberes e culturas, convivendo nos espaços acadêmicos com outros sujeitos étnico-raciais, com outras culturas e outras formas de pensamento e de produção do conhecimento.”



Figura 85 - Logotipo do NEAB (sede Maracanã) e NEABI (campus Angra)

Desta forma, o NEAB tampouco não pode se olvidar da questão indígena no contexto do Cefet/RJ, e como tal, em sentido lato, “o NEABI” contempla e apoia a presença de professores, alunos e ativistas de movimentos sociais interessados nas relações etnicorraciais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade racial existente no Brasil nos mais diversos campos de atuação, sendo as principais: identidades e territórios; diversidade na educação tecnológica, ensino superior e ações afirmativas; “coletivo negro”; direitos humanos, violência e movimentos sociais; gênero, corpo e geração; oralidade na manutenção e permanência da cultura artesanal e pesqueira; saúde da população quilombola e indígena; história, literaturas e narrativas negras e indígenas; estudos sobre África, religiões africanas e diáspora africana; ecoturismo comunitário em comunidades indígenas; educação e religiosidade indígena; Turismo étnico indígena.

14.2.3. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

A educação inclusiva significa “ensinar a pensar que o outro pode pensar também, mesmo que seja um pensamento diferente, pois o que nos faz humanos são as nossas diferenças”. Neste sentido, o termo inclusão implica na melhoria da sociedade, pois a humanidade caminha para a diversidade, ou seja, para o aumento das diferenças individuais.

Portanto, a educação inclusiva é um direito, sendo o Ensino um instrumento para o exercício desse direito, pois constitui em um espaço privilegiado de construção de saberes, de interações, de negociações e de multiculturalidade. Para tanto, faz-se necessário:

- Revisar valores sobre o outro e sobre as questões do respeito às diferenças;
- Admitir os diversos modelos de percepção, sentimentos, pensamentos, ações e simbolizações;
- Exercitar o princípio fundamental para a construção de uma perspectiva inclusiva na educação e na sociedade: a alteridade.

A educação inclusiva integra o processo de construção da cidadania. Não pode estar restrita a um mero ato de solidariedade, mas de respeito que dignifica e valoriza as condições do outro. A capacidade humana não está explícita na aparência, mas na essência do ser, de modo que a habilidade cognitiva se vincula diretamente com a produção do capital humano e seu resultado deve favorecer a totalidade social, na constante e incisiva busca pelo bem comum.

O NAPNE do Cefet/RJ é o setor que articula pessoas e setores para o desenvolvimento das ações de implementação do TEC NEP no âmbito interno. Tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais.

A Ação Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas (TEC NEP) é uma iniciativa do Ministério da Educação, que visa dar subsídio e instrumentalizar instituições de educação para garantir, em parceria com sistemas estaduais e municipais, o sucesso no acesso, na permanência e na formação de Pessoas com Necessidades Específicas nessas instituições.



Figura 86 - Atividade sobre Dia da Pessoa com Deficiência Maracanã (2018)

O desafio de se colocar no lugar do “outro”, quebrando preconceitos e se sensibilizando para a realidade das pessoas com deficiência, foi lançado à comunidade do Cefet/RJ pelo Seminário Vi, Ouvi, Falei!! evento promovido pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) do Cefet/RJ em 2015, foi uma das iniciativas. O papel desempenhado pela tecnologia foi exemplificado por projetos desenvolvidos no Cefet/RJ, como a cadeira de rodas acionada por comando de voz e o Tecnoboné, dispositivo

que auxilia pessoas com deficiência visual a identificar obstáculos situados na altura da cabeça. Os protótipos foram desenvolvidos por alunos do curso técnico em Automação Industrial do *campus* Maria da Graça.

Em 2018, uma série de atividades interativas realizadas com o propósito de mobilizar toda a comunidade acadêmica, foi realizada no dia da pessoa com deficiência. Outras iniciativas e atividades de planejamento do NAPNE fizeram parte deste documento no capítulo sobre o Plano Pedagógico Institucional (PPI).

14.2.4. Iniciativas docentes e discentes voltadas aos Direitos Humanos

Não só iniciativas institucionais, ou seja, iniciativas da gestão, são importantes para a composição da identidade e cultura de nossa instituição, como também atividades de ensino, tanto quanto, projetos de pesquisa e extensão, são igualmente importantes, principalmente no que tange às questões sobre Direitos Humanos, com intuito de acabar com a intolerância, promover respeito à pluralidade de opiniões e diversidade, seja esta de posição social, raça, credo, opção sexual, política ou qualquer questão ideológica.



Figura 87 - Projetos do curso LEANI que contribuem na área de Direitos Humanos



A seguir, de maneira ilustrativa, foram selecionados alguns casos que representam projetos que servem de inspiração àqueles que pretendem desenvolver projetos semelhantes no seu campus.

14.2.4.1. Oficinas de Português para Estrangeiros

O projeto Oficinas de Português para estrangeiros, sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Ferreira (LEANI), oferece encontros semanais de ensino de língua e cultura da língua portuguesa, em particular da variedade brasileira, para estudantes estrangeiros do Cefet/RJ, professores visitantes, refugiados, turistas e/ou residentes estrangeiros que tenham interesse em desenvolver conhecimentos das destrezas linguísticas (leitura, fala, escuta e escrita) do português.

Este projeto vincula-se à disciplina optativa de Graduação “Ensino intercultural de línguas estrangeiras”, visando ser um laboratório de aprendizagem e inserção dos alunos em práticas de linguagem envolvendo sujeitos de culturas e diferentes nacionalidades.

O projeto tem como objetivos: (1) promover práticas de ensino de sua língua materna como estrangeira, (2) promover práticas interculturais de ensino, (3) exercitar saberes teóricos e práticos advindos do campo profissional da área de Linguagens, (4) elaborar oficinas e materiais didáticos autênticos (impressos e digitais) para o ensino de português para estrangeiros, (5) aprofundar conhecimentos teóricos sobre interculturalidade e ensino de línguas para fins específicos e (6) levantar narrativas dos alunos/ participantes com o intuito de organizar publicação futura com experiências do aluno/bolsista e comunidade.

14.2.4.2. Grupo de estudos de Direito e Gênero

O grupo de estudos de Direito e Gênero coordenado pela professora Andrezza Menezes (do núcleo de Direito do LEANI), é um grupo interdisciplinar do bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEANI) que tematiza os estudos de gênero com a hermenêutica jurídica. Os seus encontros são quinzenais e alunos de outras graduações são bem-vindos.

14.2.4.3. INCARE: Incluir Capacitando Refugiados

O projeto INCARE foi criado em novembro de 2016 pela Enactus Cefet/RJ para melhorar a qualidade de vida dos refugiados no Rio de Janeiro. O número de pessoas que migram para outros países em busca de refúgio tem aumentado significativamente a cada ano. Em 2017, por exemplo, foram registrados 34 mil solicitantes de refúgio no Brasil. Porém, após conquistar seu reconhecimento como refugiado no país, as dificuldades só aumentam; e a maior delas é conseguir uma vaga no mercado de trabalho. Pensando em mudar essa situação na cidade do Rio de Janeiro, foi desenvolvido o INCARE: Incluir Capacitando Refugiados, uma iniciativa da Enactus Cefet/RJ em parceria na coordenação da professora Andrezza Costa do LEANI.

O INCARE – Incluir Capacitando Refugiados – possui o objetivo de transformar a situação de exclusão social vivida pelo refugiado que chega na cidade do Rio de Janeiro, a partir da qualificação de suas habilidades profissionais em áreas do mercado com perspectiva de crescimento, provendo maiores oportunidades de reinserção no mercado de trabalho qualificado, e assim, uma inclusão socioeconômica de fato.



Figura 89 - Promovendo a inclusão dos refugiados

Atualmente, nossas capacitações estão focadas para a área de Tecnologia da Informação devido ao alto índice de empregabilidade e maiores chances de rápido desenvolvimento no ramo. Em março de 2018 foi iniciada a primeira etapa da 1ª turma do Curso de Programação Básica do INCARE, que engloba conteúdos de HTML, CSS e Javascript e possui 15 alunos da nossa atual comunidade de refugiados parceira, a Comunidade Congolesa no Brasil (CCB).

Além disso, para a realização do curso, contamos com a parceria do Ramo Estudantil IEEE Cefet/RJ, uma extensão do Cefet/RJ que desenvolve projetos de tecnologia e da Mastertech, uma startup reconhecida pela Google e MIT pela metodologia de ensino diferenciada para a área de tecnologia, design e negócios. Em agosto daremos início à segunda etapa do curso, que contará

com a participação de empresas parceiras, desenvolvendo habilidades comportamentais dos refugiados, ao mesmo tempo que trabalham em cima de problemas reais delas.

Por último, a inserção deles no mercado de trabalho se concretizará devido à formação de uma rede que inclui empresas, refugiados e parceiros; todos apoiando a causa dos Refugiados no Rio de Janeiro. A rede é simbolizada principalmente pelo viés tecnológico do projeto: a formação de uma plataforma que conecta refugiados e empregadores.

14.2.4.4. Curso de Dosvox e os programas acessíveis do Laboratório de Informática

O Laboratório de Informática do *campus* Petrópolis recebe 22 alunos do curso introdutório de Dosvox, voltado para a acessibilidade de pessoas com baixa visão e cegas. Os participantes têm desempenhado atividades relacionadas ao uso de softwares e aplicativos computacionais e à aproximação com a leitura e escrita em braille, com apoio do tradutor BRFácil.

Organizado pelo Napne, o curso é ministrado por Débora de Oliveira Souza, aluna da Licenciatura em Física que já fez estágios e cursos na área e busca trabalhar com o ensino da física em turmas regulares que contemplam a presença de alunos cegos e baixa visão. "Fico feliz que o curso tenha atraído o público cego, alunos do curso de Licenciatura em Física e a comunidade externa que não possui deficiência visual. Todos os cursistas veem a necessidade da inclusão, seja ela social e/ou escolar. Essa relação entre cegos e videntes não se mostra "aberta" na comunidade e principalmente na escola. O "ignorar/excluir" ainda se faz muito presente nesses meios. Acredito que atividades como esta fortalece essa integração e dissemina um olhar mais amplo acerca das especificidades de cada um", destaca Débora.

No Laboratório de Informática, há vários programas acessíveis instalados, que podem ser usados por servidores e alunos nos horários disponíveis (não reservados para aulas). O Napne também criou o usuário "Acessibilidade no Windows 7 com a lupa, o tema alto contraste e o NVDA habilitados". Conheça os programas acessíveis:

- NVDA: leitor de telas gratuito, que permite aos cegos e deficientes visuais utilizarem computadores com Microsoft Windows.
- DOSVOX: conjunto de programas que permite que as pessoas cegas utilizem um computador para desempenhar uma série de tarefas com mais independência.
- VLIBRAS: Traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) Libras, tornando os computadores acessíveis para pessoas surdas.

- Microsoft Speech Platform e Sintetizador de voz Microsoft Heloisa: pacote de linguagem em português do Brasil, que melhora substancialmente a qualidade dos sintetizadores de voz do NVDA, DOSVOX e do Windows 7.

14.2.4.5. Bemguiala: a bengala inteligente

A bengala inteligente criada por alunos do curso técnico em Automação Industrial do campus Maria da Graça conquistou o primeiro lugar na categoria Desenvolvimento de Tecnologia da IX Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação (IX FECTI, 2015) do Estado do Rio de Janeiro. A invenção, batizada de Bemguiala, tem o objetivo de auxiliar as pessoas com deficiência visual, identificando obstáculos por meio de sensores instalados em uma bengala e informando a presença deles com sinais sonoros.

O protótipo foi idealizado pelos alunos Gabriel Pereira, Lucas Magina e Yan Lucas Ramos, como trabalho de conclusão do ensino técnico. “Queríamos criar algo que tivesse uma função na sociedade. Quantas vezes não nos deparamos nas ruas com pessoas com deficiência visual tateando o chão, encontrando dificuldades com sua bengala convencional? Então, paramos para pensar que tínhamos conhecimento técnico, adquirido no Cefet/RJ, para melhorar a vida dessas pessoas”, contam os alunos.

Construída com materiais de baixo custo, a Bemguiala possui dois sensores ultrassônicos instalados em diferentes pontos de uma bengala, que detectam a presença de obstáculos e transmitem sons a um fone de ouvido para informar as características destes. Quando o objeto é baixo, são transmitidos três bips curtos; quando se trata de um objeto alto, um som contínuo.

14.3. INFORMAÇÃO & COMUNICAÇÃO

O contexto da educação brasileira nas últimas décadas, com o crescente incentivo ao ingresso nos cursos de graduação, torna a reflexão e o diálogo das instituições de ensino superior com a sociedade cada vez mais urgente. Observar em que medida esse diálogo se estabelece com os públicos da instituição, sejam eles internos ou externos, é papel da comunicação.

Atualmente, a importância da transparência na divulgação das informações é essencial na administração pública. Porém, a comunicação pública vai além da reportagem de fatos e considera a garantia do direito à comunicação, posicionando os sujeitos no centro do processo comunicacional. Para a instituição, a gestão adequada e coerente de sua comunicação tem efeitos positivos na sua imagem, conquistando o respeito e a satisfação de seus diversos públicos. Dessa forma, a comunicação na administração pública deve

estar atrelada à gestão da instituição e ao planejamento estratégico institucional, visando promover o diálogo com a sociedade.

Gerar comunicação de qualidade é mais do que aumentar a quantidade e a potência das mensagens. Implica criar uma cultura de comunicação que perpassa por todos os setores envolvidos com o interesse público e também pelos públicos envolvidos com a instituição, mantendo o compromisso do diálogo em suas diferentes formas. Implica, ainda, considerar a perspectiva do outro na busca de consensos possíveis para o avanço na consolidação da democracia.

Uma instituição é um ambiente complexo e, nesse sentido, as ações de comunicação são essenciais para o bom funcionamento da instituição, já que os fluxos comunicacionais que ocorrem nela com seus diferentes públicos devem servir para nortear a gestão institucional. Para isso, o estabelecimento de um diálogo com os diferentes segmentos deve ser construído diariamente e de forma contínua. Estabelecer essa relação com os públicos, mantendo os fluxos de comunicação em um processo constante de produção do conhecimento e de seu compartilhamento é um compromisso da Comunicação Social e, de forma mais abrangente, de todos os servidores.

A seção que se refere à Informação & Comunicação no PDI 2020-2024 está dividida em duas partes: Comunicação Institucional, sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), e Comunicação & Divulgação Científica, sob responsabilidade da Divisão de Editoração (DEDIT).

14.3.1. Comunicação Institucional - ASCOM

O Cefet/RJ, como instituição federal de ensino, é uma organização viva e dinâmica, que passou por um amplo movimento de expansão e requer apoio da Comunicação Social não só no que se refere à divulgação de informações institucionais, mas também ao planejamento de suas ações estratégicas. Evidentemente, essa expansão trouxe novas demandas e desafios para a área da Comunicação Social, que estabelece relações e interações com todos os campi de forma sistêmica. Paralelamente a esse processo, os profissionais da área estabelecem uma relação dialógica por meio dos fóruns de comunicação com outras instituições, incluindo-se os membros da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e as universidades federais.

A atuação estratégica dos serviços de comunicação social em prol da visibilidade institucional tem sido fortalecida por meio da produção jornalística para o sítio eletrônico, bem como pela articulação permanente com órgãos de notícias locais e nacionais e com as mídias sociais, como Facebook, Twitter, YouTube, Instagram e LinkedIn. Além disso, também contribuem a produção de releases e do informativo eletrônico #Cefet/RJ, assim como a elaboração de materiais de divulgação das ações institucionais, em formatos de banners, cartazes, CDs, DVDs, folders, folhetos, outdoors, painéis etc.

Com relação à publicidade legal, a Assessoria de Comunicação Social é responsável pela inserção desse conteúdo em jornais de grande circulação, obedecendo ao contrato com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), de acordo com o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008. Esse decreto estabelece que a divulgação de publicidade legal dos órgãos e entidades da Administração Federal, em veículos da imprensa comercial (jornais de grande circulação de determinada região), deve ser feita, obrigatoriamente, por intermédio da EBC, com exceção daquela veiculada nos órgãos oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

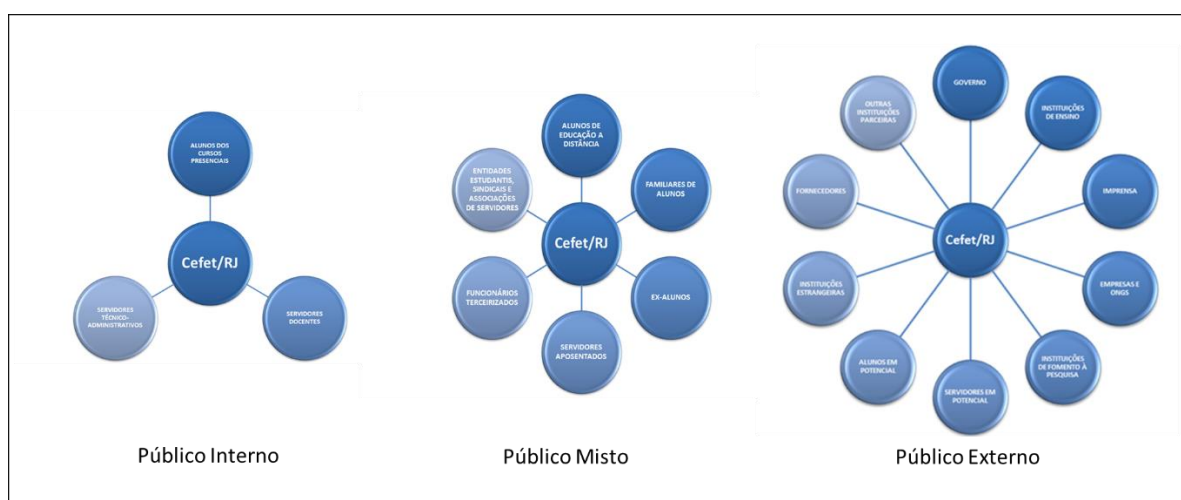


Figura 90 - Topologia dos stakeholders na área de Comunicação Social do Cefet/RJ

Estabelecidas essas inter-relações, vem sendo implantado um processo de planejamento de comunicação no Cefet/RJ que se ajusta tanto ao papel institucional nas relações do governo quanto ao imperativo de tornar cada vez mais viável e visível o acesso às informações.

A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do Cefet/RJ atua no sentido de promover a divulgação de informações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão junto aos diferentes meios de comunicação, conferindo um alcance local e nacional – veículos impressos, rádios, TVs, mídias digitais etc. Dessa forma, prima por levar à sociedade uma imagem positiva da instituição, por meio da divulgação de todas as suas iniciativas em prol da boa formação de profissionais das mais diversas áreas nas quais atua.

O Plano de Comunicação é um documento elaborado pela ASCOM cuja finalidade é nortear as ações de comunicação desenvolvidas pela instituição. Seu conteúdo foi adaptado para compor o PDI 2020-2024.

14.3.1.1. Visão estratégica da Comunicação Institucional

O objetivo estabelecido para a área de Comunicação Institucional no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é: “Solucionar desafios e problemas de comunicação, contribuindo, assim, para o fortalecimento da imagem da organização, o cumprimento de sua missão institucional e o relacionamento com seus públicos de interesse”.

Esse objetivo reforça a importância da comunicação não só como ferramenta de divulgação, mas também como estratégia institucional, ultrapassando uma visão meramente instrumental. Ações planejadas de comunicação e integradas ao planejamento estratégico da instituição contribuem para que esta alcance seus objetivos. Para Kunsch (2003, p. 104-105), a função estratégica da comunicação permite assessorar “a direção na viabilização de sua missão e de seus valores”.

14.3.1.2. Princípios e valores da Comunicação Institucional

A comunicação organizacional em uma instituição pública deve mesclar princípios e valores afins a uma visão estratégica com aqueles que regem a administração pública e as distintas áreas profissionais englobadas pela comunicação. Tendo isso em vista, as ações e projetos da área de Comunicação Social do Cefet/RJ guiam-se pelos seguintes princípios e valores:

- agir com ética, responsabilidade e transparência no planejamento e na execução de ações e projetos;
- primar pela publicidade e impessoalidade das divulgações institucionais;
- gerir as ações e processos comunicacionais com eficiência, observando as disposições legais existentes;
- zelar pelo interesse público, conciliando-o com os interesses organizacionais;
- estimular a comunicação dialógica e participativa com os públicos institucionais;
- agir com dinamismo e inovação.

14.3.1.3. Alinhamento com as estratégias e políticas do Cefet/RJ

Sabedores da importância de um planejamento de comunicação estratégico alinhado aos objetivos institucionais, a equipe de Comunicação

Social do Cefet/RJ toma por base documentos que possam garantir esse alinhamento, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A Comunicação Social do Cefet/RJ entende que o planejamento é o cerne que sustenta os caminhos de um bom desempenho institucional e, para isso, se alinha, em seu Plano de Comunicação, aos valores, à missão e à visão da instituição, conforme o PDI 2020-2024.

14.3.1.4. Identidade e imagem institucionais do Cefet/RJ

Em uma organização complexa como uma instituição federal de ensino superior, é indispensável estabelecer uma visão compartilhada – missão, valores, conceitos de imagem, princípios que direcionem e possam até permitir a substituição de poderes hierárquicos –, já que grande parte do poder encontra-se na burocracia profissional e, muitas vezes, como é o caso de uma instituição de ensino federal, no poder governamental.

A imagem institucional de uma organização é formada por significados (sensemaking) atribuídos a ela em um processo social, pelos seus públicos, sendo reflexo da qualidade percebida por estes em resposta à identidade comunicada.

Segundo Aaker (2007), identidade é um conjunto exclusivo de associações que a organização ambiciona criar ou manter e implica uma promessa à sociedade, feita pelos membros da instituição (AAKER, 2007, p. 73-74). Por tal razão, é importante desenvolver e implementar uma identidade institucional, por meio do relacionamento entre organização e público.

O processo de construção de identidade requer, a todo momento, o reconhecimento dos elementos responsáveis pela sua formação, bem como a verificação da inter-relação desses elementos a fim de se estabelecer a forma como a instituição quer ser vista e reconhecida na sociedade em que está inserida. No entanto, a criação dessa identidade é algo mais que descobrir o que os públicos dizem querer. A identidade deverá espelhar também o espírito e a visão da instituição, aquilo que ela espera conseguir (AAKER, 2007, p. 75).

No intuito de gerar uma imagem forte, favorável e exclusiva a longo prazo, um sistema de comunicação consistente e coeso, composto por diferentes elementos, deve ser elaborado. Nesse sentido, toda a comunicação implantada e utilizada pelo Cefet/RJ, incluindo-se imprensa, internet, intranet, impressos ou qualquer outro ambiente de interação com a instituição e seus representantes – pessoas, ambientes, objetos –, irá contribuir para a formação da imagem percebida pelos diversos públicos com os quais atua.

Portanto, o alinhamento adequado dos membros da organização com esta e com o que ela representa é crucial. Daí a necessidade de conceber uma cultura interna valorizada pelos servidores, compartilhada entre os diversos segmentos de público interno, independentemente da hierarquia que esses segmentos possuem na instituição, identificada como diretriz da Comunicação Social no Cefet/RJ.

14.3.1.5. Objetivos do Plano de Comunicação Institucional

O objetivo geral do Plano de Comunicação do Cefet/RJ é “solucionar desafios e problemas de comunicação, contribuindo, assim, para o fortalecimento da imagem da organização, o cumprimento de sua missão institucional e o relacionamento com seus públicos de interesse”, tendo como objetivos específicos:

- aperfeiçoar a comunicação organizacional, de forma integrada, dando maior unidade às ações de comunicação interna e institucional;
- assessorar a Direção-geral na gestão da comunicação organizacional em relação a seus públicos específicos;
- fortalecer a marca Cefet/RJ, contribuindo para uma percepção positiva da imagem institucional por seus públicos;
- gerenciar e aprimorar o Plano de Comunicação, visando estabelecer a importância desse instrumento estratégico no relacionamento com seus públicos;
- aperfeiçoar os canais de comunicação internos e externos que divulguem os valores da instituição e suas atividades, adequando-se às novas tecnologias midiáticas;
- desenvolver uma relação de confiança com os veículos de comunicação;
- criar instrumentos que permitam mensurar os resultados das ações desenvolvidas junto aos públicos.

No Cefet/RJ, a Assessoria de Comunicação compreende as seguintes áreas: Jornalismo, Relações Públicas, Programação Visual e Revisão de Textos. Os instrumentos, meios e recursos disponibilizados são:

- I. canais de comunicação: site institucional (notícias, avisos, agenda de eventos, banners); informativo eletrônico #Cefet_RJ; fale conosco; intranet; lista de e-mails institucionais; release; redes sociais; projetos de relações públicas; material promocional impresso; material de eventos; material acadêmico; brindes; sinalização; revista Tecnologia & Cultura;

II. logotipo, símbolo e assinatura institucionais do Cefet/RJ.

As ações propostas no Plano de Comunicação do Cefet/RJ visam, de maneira geral:

- gerenciar a imagem e identidade institucionais;
- gerenciar o relacionamento com a mídia;
- gerenciar a comunicação digital;
- gerenciar a comunicação interna e os projetos de relações públicas;
- reformular a sinalização dos campi;
- manter a produção de conteúdo para os canais de comunicação institucionais contínuos e/ou regulares;
- planejar e controlar a comunicação organizacional.

O desenvolvimento de um planejamento de comunicação alinhado aos objetivos, à missão, à visão e aos valores do Cefet/RJ coloca a comunicação em um patamar estratégico dentro da instituição, ultrapassando uma visão meramente instrumental da área.

Esse posicionamento aponta para a necessidade e a importância da construção de uma política de comunicação, a qual, segundo Bueno (2009, p. 310), é “um processo articulado de definição de valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, que tem como finalidade orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação para uma organização tendo em vista o seu relacionamento com os diversos públicos de interesse”. É um processo de construção coletiva, que envolve toda a comunidade acadêmica e expressa seu comprometimento com a comunicação institucional e o relacionamento com seus públicos.

14.3.2. Comunicação Científica – DEDIT

Uma descrição e análise sutil identificam os traços que distinguem a comunicação científica da divulgação científica. Embora os respectivos conceitos exibam características comuns, visto que ambos os processos se reportam à difusão de informações em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), eles pressupõem, em sua práxis, aspectos e intenções bastante distintos.

Não obstante, de acordo com Bueno (2010), a comunicação científica visa, basicamente, “à disseminação de informações especializadas entre os pares, com o intuito de tornar conhecidos, na comunidade científica, os avanços obtidos (resultados de pesquisas, relatos de experiências, etc.) em áreas específicas ou a elaboração de novas teorias ou refinamento das existentes”.

Por outro lado, a divulgação científica “cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica”. Esta última, contribui para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho.

Considerando esta perspectiva e seus elementos fundamentais: perfil do público, nível de discurso, natureza dos canais ou ambientes utilizados para sua veiculação e a intenção explícita de cada processo em particular, a Divisão de Editoração (DEDIT) trabalha para que ambas: comunicação e divulgação científica façam parte do lócus de pesquisa acadêmica do Cefet/RJ, assim como a práxis de seus pesquisadores e estudantes.



Figura 91 - Divisão de Editoração (DEDIT) em atividades de divulgação científica

14.3.2.1. Revista Tecnologia & Cultura [ISSN 1414-8498]

A Revista Tecnologia & Cultura é um periódico de divulgação científica do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, classificada com Qualis²⁸ B2 na área de Ensino, cujo papel é de agente de socialização do conhecimento produzido no Cefet/RJ e na comunidade acadêmica. Nesse sentido, a revista possui seu escopo editorial de caráter abrangente, multidisciplinar, aberto a contribuições de docentes, pesquisadores, dentre outros profissionais. A publicação de seus textos é voltada para as

²⁸ Plataforma Sucupira. WebQualis. Classificações de periódicos quadriênio 2013-2016.

subáreas de Tecnologia, Meio Ambiente & Sociedade, Tecnologia & Gestão e Tecnologia, Educação & Inovação.

Desde sua criação em 2014, a Divisão de Editoração/DEDIT do Cefet/RJ tem se empenhado em melhorar a qualidade dos artigos que são publicados na Revista Tecnologia e Cultura. A revista possui periodicidade semestral e aceita artigos científicos inéditos nos campos das Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras e Artes. Mais recentemente, foi criada a sessão Educação Ambiental e Meio Ambiente, a partir da necessidade de discutirmos as questões ambientais de maneira mais aprofundada e, as medidas para mitigarmos os impactos causados nos ambientes naturais.

Desta forma, percebemos a Revista como um espaço multidisciplinar, uma vez que possibilita o estabelecimento do diálogo entre as mais diferentes áreas do conhecimento. Nos últimos quatro anos, foram publicados cerca de 100 artigos oriundos de diversas instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Nosso Comitê Científico é composto por profissionais, brasileiros e estrangeiros, de renomada competência na área acadêmica. O artigo antes de ser aceito, passa pelo crivo de dois avaliadores *ad hoc* e, ainda, por uma criteriosa revisão da língua portuguesa por um revisor da Assessoria de Comunicação do Cefet/RJ. Somente após esse processo e as devidas correções dos autores, o artigo poderá ser publicado.

Como fruto do empenho de toda a equipe que compõe a Comunicação Científica, já se percebe os resultados. Nossos esforços, a partir de agora, concentram-se em melhorar ainda mais a qualificação da revista nas demais áreas, como por exemplo, nas Engenharias. Para tal, estamos investindo na internacionalização da revista, sobretudo no que tange a ampliação do corpo editorial com mais membros estrangeiros e também com autores de outros países. Além disso, outra meta é aprimorar o processo de submissão e acompanhamento dos artigos através da Plataforma OJS. Temos certeza, que com esses incrementos, a Revista Tecnologia e Cultura, nos próximos anos, será um dos periódicos mais reconhecidos no Brasil.

14.3.2.2. Comitê de apoio às Revistas do Cefet/RJ Multicampi

Ao longo dos anos, outras iniciativas foram surgindo em prol da difusão da Comunicação Científica. Por exemplo, em 2015, o lançamento da Revista Produção e Desenvolvimento [ISSN 2446-9580], do curso de Engenharia de Produção do campus Nova Iguaçu, com classificação Qualis B3 nas áreas de “Administração, Ciências Contábeis e Turismo” e “Planejamento Urbano e Regional/Demografia”, apresentou um desafio à Divisão de Editoração: apoiar

demais pesquisadores e profissionais que desejassem desenvolver os projetos de seus departamentos e programas no lançamento de um periódico próprio.

Considerando ainda projetos que procuram se consolidar tais como a Revista Tenda (Tendências em Administração) do Grupo de Pesquisa 'Gestão do Conhecimento e da Inovação Tecnológica' e uma revista ainda sem denominação do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino – PPFEN, identificou-se a necessidade de estruturar e integrar um grupo de profissionais engajados na divulgação científica. Assim, por meio de Norma de Serviço DIGES, o Comitê de Editoração (COEDI) foi criado com a finalidade de consolidar a divulgação científica no âmbito institucional.

14.4. Arte, Cultura & Esporte

Esta seção do PDI 2020-2024 tem como preocupação maior a formação integral do estudante do Cefet/RJ, buscando transcender a sua formação profissional. Possui como diretriz a promoção de ações voltadas à saúde física e mental, qualidade de vida, autoestima, socialização, estímulo à produção artística e cultural, dentre outros, na tentativa de proporcionar aos estudantes a convivência na sua totalidade com a comunidade e os espaços do Cefet/RJ.

Não obstante, dedica-se à formulação e realização de atividades nas áreas esportivas, culturais e de lazer para a comunidade discente, tendo o caráter inclusivo e democrático que se alinha aos princípios norteadores do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), de forma a contribuir para a permanência desses discentes nas instituições de ensino superior público.

14.4.1. Núcleo de Arte & Cultura (NAC)

Reconhecendo a cultura como o elemento integrador de um povo, é imperativo que ela seja o cerne de um projeto político institucional. Como prevê a Constituição Federal de 1988, no artigo 215, o Estado deve garantir "a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional", apoiando e garantindo "a valorização e difusão das manifestações culturais". O Cefet-RJ em consonância com sua função pedagógica e social promove ações artísticas e culturais no ambiente institucional, compreendendo a Arte e a Cultura como campos consolidados do conhecimento e da importância da internalização desses conceitos para a ampla cidadania do indivíduo e seu pertencimento a uma coletividade nacional. Para tanto, permanecem como objetivos do Cefet/RJ com relação à área cultural:

- Aprofundar a formação integral dos alunos.

- Trabalhar pela criação, transmissão e desenvolvimento do conhecimento cultural em todas as suas formas expressivas.
- Promover a preservação do patrimônio cultural.
- Valorizar as manifestações culturais locais, regionais ou mundiais.

A partir do PDI anterior (2015-2019), foi observada a demanda para a criação de um núcleo específico que fosse responsável pela discussão e implementação de ações artísticas e culturais no Cefet-RJ. Dessa forma, em 19 de setembro de 2016, o NAC: Núcleo de Arte e Cultura foi criado por meio da Portaria nº 1.127. O NAC é vinculado à Diretoria de Extensão e é formado por servidores atuantes nas áreas de arte e cultura, como docentes de Artes e de História, por exemplo, e administrativos de setores como o de Comunicação.

O NAC tem como diretriz definir ações e projetos que irão reafirmar o compromisso do Cefet-RJ numa ampla e abrangente formação dos seus estudantes em todos os níveis de ensino, confirmando seu papel de agente na sociedade, que no contexto atual, de profundas e rápidas transformações, deve fortalecer seu compromisso com a pluridisciplinaridade e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.



Figura 92 - NAC promovendo o acesso à cultura indígena no Ensino

O NAC visa também a maior institucionalização das áreas de Arte e Cultura nos ambientes da nossa instituição, incluindo os oito *campi* e suas especificidades locais, propondo diálogos *intercampi* com a promoção de atividades artísticas e culturais, intercambiando experiências, com projetos dos próprios alunos apresentados para seus colegas dentro e fora do Cefet-RJ e a busca de parcerias com outras instituições de ensino e de cultura que venham para dentro dos nossos muros, assim como a saída dos nossos alunos para se apropriarem dos bens culturais e artísticos das suas respectivas cidades, criando um fluxo de encontro da escola com ela mesma e com a sociedade.

A cultura é um campo de possibilidade de integração na coletividade, que promove a diversidade e a cidadania, sendo um fator de desenvolvimento humano. No contexto do Brasil, é de extrema importância incluir como pauta de discussão a valorização e preservação do nosso patrimônio cultural. Consideramos importante a consciência da necessidade da criação e manutenção de acervos históricos em todas as áreas artísticas e culturais, com maior ênfase nas que temos representação interna: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, solidificando assim a memória nacional. Isto nos colocaria em sintonia com as políticas públicas de países com maior consciência da importância de seu acervo cultural na representação e no sentido de pertencimento que essa ação gera.



Figura 93 - Atividades NAC do Sistema Multicampi

Nesse contexto, vale pontuar a necessidade da elaboração de uma política cultural para a nossa instituição, a fim de orientar e garantir a continuidade das ações do NAC com a maximização de alcance das propostas. A Arte e a Cultura são áreas estratégicas para o desenvolvimento social, sendo necessário o intercâmbio com outras instituições e investimento. A democratização do acesso à cultura e à arte torna a sociedade mais igualitária.

O NAC deve promover uma política inclusiva, comprometendo-se com questões de acessibilidade e com a promoção da integração de pessoas PNE nas ações do núcleo, atuando com os setores já existentes no Cefet-RJ, como o NAPNE. E também deve evidenciar a diversidade cultural brasileira, incluindo o estudo das tradições negras e indígenas e garantindo a representatividade dessas populações nas atividades institucionais.

Concluindo, não podemos deixar de salientar o caráter transformador e plástico da Arte e da Cultura, qualidades importantes no mundo contemporâneo que necessita dessa capacidade de adaptabilidade. A escola deve transpor

dicotomias como razão e emoção, conhecimento e afeto, e o processo de aprendizagem precisa valorizar o pensamento sensível e a criatividade. A vivência das experiências artísticas possibilita o desenvolvimento do pensamento divergente, crítico e transformador, sendo essencial para a formação plena e integração dos indivíduos.

14.4.2. ESPORTES

A seção de Esporte no PDI 2020-2024 buscou, por meio de seus responsáveis, um planejamento coordenado para a execução de ações, atividades, projetos e programas que incentivem e disseminem a cultura esportiva e de atividade física como prática de vida, contribuindo para uma formação acadêmica na perspectiva integral do discente.

A Coordenação de Educação Física tem por objetivo proporcionar um espaço para a prática de atividade física orientada voltada para a melhoria da saúde e da qualidade de vida, promovendo aspectos positivos de socialização e bem-estar na perspectiva de contribuir para a permanência dos discentes e a excelência acadêmica no Cefet/RJ.

14.4.2.1. Associações Atléticas no Sistema Multicampi

As Associações Atlética Acadêmica Cefet/RJ têm o objetivo de propagar atividades esportivas em cada campus. O campus Maria da Graça, por ser predominante o ensino médio técnico, não apresentou nenhuma iniciativa de formação de associação na área esportiva. Os demais campi, cada um possui características específicas de modalidades esportivas escolhidas, assim como a escolha de mascotes.



Figura 94 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Nova Friburgo



Figura 95 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Nova Iguaçu



Figura 96 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Itaguaí

A utilização de mascotes, representa toda a simbologia da jovialidade e endomarketing que cada associação utiliza, por meio da organização de eventos e venda de souvenir temáticos (casacos, blusas, bonés, camisetas) subsidiar o custeio de suas viagens para competições.



Figura 97 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Angra dos Reis



Figura 98 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Petrópolis

A sede Maracanã e o campus Nova Friburgo, escolheram o lobo, por representar força e companheirismo da equipe enquanto “Alcateia”. O campus Angra dos Reis, aproveitando a sua localização na região oceânica da Costa Verde, utilizou como mascote um pirata. O campus Itaguaí escolheu o gorila, denominado a sua delegação como “Os Goriloucos”. O campus Nova Iguaçu, adotou o símbolo regional utilizado também por outras equipes de protagonismo estudantil do campus, o “bode” com o lema “Nada nos para”. O campus Petrópolis, baseado na fundação de sua cidade, buscou inspiração para se denominarem “os imperadores”. E, finalmente, os estudantes do campus Valença, escolheram um personagem da Disney para representar a equipe “Los Zangados”.



Figura 99 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Maracanã

Mas nem só de festa, criatividade e marketing estes jovens vivem, pois são necessárias muitas horas de treino, suor e dedicação, seja para os esportes individuais ou coletivos para que conquistem os seus objetivos esportivos, alcançando lugares cada vez mais altos no pódio. A Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ (Alcateia do Maracanã), obteve destaque no evento esportivo Engenharíadas Mineiro 2016, com a conquista de 10 medalhas. A equipe ganhou ouro no basquete masculino, no tênis de mesa feminino, no judô e no jiu-jitsu, ambos masculinos.



Figura 100 - Associação Atlética Acadêmica Cefet/RJ Valença

O bom desempenho também garantiu à associação o troféu de terceiro lugar geral no campeonato. Enquanto os times de basquete tanto feminino, quanto masculino da Atlética de Valença (“Los Zangados”) ganharam o Torneio Universitário do Sul Fluminense (TUSF) em 2017.

Estudantes do ensino médio técnico também marcam presença e são destaques nos esportes, um exemplo foi a aluna Nicole Caruzo, do curso técnico em Administração do campus Maracanã, como vice-campeã de luta olímpica dos Jogos Estudantis do Rio de Janeiro 2016. Nicole conquistou o segundo lugar na categoria B, de 15 a 17 anos e até 60 kg. Os Jogos Estudantis do Rio de Janeiro são considerados a principal competição escolar do estado. O torneio reúne 13 modalidades esportivas, disputadas nas categorias A (12 a 14 anos) e B (15 a 17 anos).



Figura 101 - Estudante é vice-campeã de luta olímpica no estado do Rio

Esta seção do PDI 2020-2024 é apenas elucidativa e não procurou exaurir todos os títulos, troféus, medalhas ou campeonatos conquistados por cada uma das equipes das Associações Atléticas do Sistema Multicampi. Para ilustrar e resumir o conteúdo, as páginas do Facebook de cada Associação Atlética foram consultadas, assim como solicitado às Comissões Locais e à Comissão Temática de Esportes fornecesse o conteúdo. Na ausência do envio de algum conteúdo, a equipe da Comissão Operacional, buscou informação complementar ou subsidiária.

15. RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES PARA O FUTURO DO Cefet/RJ

Ao longo do processo de elaboração do PDI 2020-2024, além da visita da DIGES aos campi, foi solicitado aos diretores dos campi, assim como às Comissões Locais que informassem sobre iniciativas: projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão que estivessem em consonância com as diretrizes propostas no PDI 2020-2024 considerando a questão “Que Cefet/RJ você deseja ver no futuro?”

Nesta seção são apresentadas algumas destas iniciativas, selecionadas por área de atuação e campus do Cefet/RJ Sistema Multicampi, uma homenagem de todos que colaboraram com o processo de elaboração do PDI para representar o trabalho de excelência dos professores dedicados ao Ensino, Pesquisa e Extensão; e seus alunos brilhantes, que têm contribuído para transformações positivas no Cefet/RJ Sistema Multicampi. Além disso, ao final deste capítulo são apresentados alguns dos resultados obtidos no Cefet/RJ a partir da dedicação, esforço e potencial de nosso corpo discente e docente nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão por meio da participação em diversas Olimpíadas, Concursos, Congressos e Feiras Técnico-Científicas no período de 2015-2018.

15.1. Apresentação de projetos

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Campus Itaguaí

Projeto Cefet vai à Escola

Prof. Nelson Mendes Cordeiro

Campus Maria da Graça

Projeto de Redação

Prof. Andreza sobrenome

Aulas de Matemática para Enem

Prof. Gilberto Gil e Marcos Raad

Campus Nova Friburgo

Programa Celi (Centro de Línguas e Idiomas: Inglês, Espanhol, Libras e Português)

Profs. Suzana de Carvalho Barroso Azevedo e Alessandra Mitie Spallanzani

Campus Nova Iguaçu

Ensino experimental de microbiologia, anatomia e fisiologia para alunos do ensino fundamental de escola municipal de Nova Iguaçu

Profs. Fernanda Zerbiano Bispo Velasco e Cristiane Rosa Magalhães

Práticas de educação em saúde para alunos do ensino fundamental da escola Marcílio Dias-NI

Profs. Fernanda Zerbiano Bispo Velasco e Marcela dos Santos Ferreira

Cefet além dos muros- promovendo e divulgando a educação tecnológica na baixada fluminense

Prof. Luane da Costa Pinto Lins Fragoso

Aprendizagem de espanhol e interatividade: gêneros discursivos e novas tecnologias

Prof. Charlene Cidrini Ferreira

Campus Petrópolis

Ações de Educação Ambiental na Escola Municipal Germano Valente (Petrópolis/RJ)

Coord. Suzana Santos Campos; Co-coord. Luciana de Souza Castro

Educação popular no Vale do Carangola: atividades educativas via integração Curricular

Coord. Marcília Barcellos; Co-Coord. Elisabeth Gonçalves de Souza

Campus Valença

Tendo a Matemática o tempo todo à mão

Prof. Lícia Giesta Ferreira de Medeiros

PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Campus Maria da Graça

Construção de um instrumento digital

Prof. Luciano de Melo Dias

Projeto da Impressora 3d

Prof. Jair Medeiros Junior

Campus Nova Friburgo

Grupo de Pesquisa: Física de Astropartículas

Prof. Bruno Lazarotto Lago

Campus Nova Iguaçu

CefetDUINO - Concepção e produção de placas de prototipagem Arduino para fins educacionais

Profs. Thiago de Moura Prego e Valdinei Moraes de Oliveira

Aplicações de inteligência artificial na detecção de focos do Aedes Aegypti em imagens de DRONES

Prof. Gabriel Matos de Araujo

Desenvolvendo a interdisciplinaridade entre Biologia, Informática e Enfermagem por meio de jogos e simulação em Biologia usando o software KODU

Prof. Ademar Guimarães Melo

IPPLUG –Tomada sensorial inteligente

Profs. Tito Gonçalves de Sousa e Newton Norat Siqueira

Monitoramento agrícola - Técnicas e aplicações em processamento de sinais

Prof. Amaro Azevedo de Lima

Campus Petrópolis

Algoritmos de reconhecimento para leitura facial.

Prof. Luis Domingues Tomé Jardim Tarrataca

Widip – um Ips distribuído para rede sem fio.

Prof. Dalbert Matos Mascarenhas

Aplicativo Multiplataforma para Roteamento de Transporte Público.

Prof. Laura Silva de Assis

APP-Campi 2017. Monitoramento e Transmissão Eficiente de Dados Médicos na Internet das Coisas.

Prof. Felipe da Rocha Henriques

APP-Campi 2018. Sistema de Monitoramento Remoto e Prevenção de Deslizamentos Baseado em Redes de Sensores Subterrâneos Sem Fio.

Prof. Felipe da Rocha Henriques

Desenvolvimento de um Sensor Não-Invasivo de Fluxo Sanguíneo para o Cérebro Aplicado ao Monitoramento de Pacientes em Hemodiálise. PIBIC-EM 2018

Prof. Felipe da Rocha Henriques

EMPREENDEDORISMO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL, SIMULAÇÃO AMBIENTE PROFISSIONAL

Campus sede Maracanã

Projeto GRILA

Prof. Sidney Teylor

Laboratório LEANI de Relações Internacionais

Prof. Alessandro Biazzi, Prof. Elizeu Santiago.

Campus Petrópolis

Análise de tendências no mercado turístico: um estudo sobre as oportunidades de trabalho, e negócios, para os próximos 10 anos.

Prof. Marcelo Augusto Mascarenhas

Campus Valença

Alternativas para a agregação de valor ao chuchu (Sechium edule Sw.): desenvolvimento de tecnologia para a fabricação de doces e geleias para o pequeno produtor do estado do Rio de Janeiro-RJ

Prof. Alba Regina Pereira Rodrigues e Gaspar Dias Monteiro Ramos

Cinética de secagem do caroço de abacate, obtenção da sua farinha e elaboração de biscoitos enriquecidos

Coord. Mabelle Biancardi Oliveira de Medeiros; Co-Coord. Alba Regina Pereira Rodrigues

MEIO AMBIENTE

Campus Sede Maracanã

Menos plástico é mais

Prof. Valéria Pereira

Serfet sustentável: desenvolvendo princípios, estimulando ideias

Prof. Mônica de Castro Britto Vilaro

Meio Ambiente e Educação: Em Busca do Desenvolvimento Humano Sustentável

Prof. Aline Guimarães Monteiro Trigo

Campus Angra dos Reis

Construção de um forno de fundição por indução para a reciclagem de materiais metálicos

Cood. Filipe Correa Pinto; Co-Coord. Henrique Varella Ribeiro

Campus Maria da Graça

Horta Escolar

Prof. Luciana Ferrari Espíndola Cabral

Campus Nova Iguaçu

Controle e combate aos maus tratos e abandono de animais no Cefet/RJ campus Nova Iguaçu

Prof. Luane da Costa Pinto Lins Fragoso

Projeto Módulos Solares II

Prof. Guilherme Amaral do Prado Campos

Sistema automatizado de monitoramento para economia de água e reutilização de água da chuva

Prof. Tito Gonçalves de Sousa e Valdinei Moraes de Oliveira

Campus Petrópolis

Ações de Educação Ambiental na Escola Municipal Germano Valente (Petrópolis/RJ) Coord. Suzana Santos Campos; Co-coord. Luciana de Souza Castro

Uma análise do processo de Logística Reversa computadores e periféricos desenvolvidos no município de Petrópolis.

Prof. Roberta Dalvo Pereira da Conceição

Estudos para a reestruturação do programa municipal de coleta seletiva de Petrópolis. Prof. Roberta Dalvo Pereira da Conceição

DIREITOS HUMANOS & AÇÃO SOCIAL

Campus sede MARACANÃ

Grupo de Estudos de Direito e Gênero

Prof. Andrezza Menezes do núcleo de Direito.

Oficinas de ensino de Português para Estrangeiros

Prof. Antônio Ferreira

Campus Itaguaí

Projeto Cefet de Portas Abertas

Prof. Nelson Mendes Cordeiro e Prof. Rafael Machado

Assessoria linguística e apoio ao projeto de Tecnologias Assitivas na Costa Verde: uma parceria entre o Cefet/RJ e a Universidade de St. Ambrose

Prof. Renata de Souza Gomes

Campus Nova Friburgo

Formação de Educadores Sociais

Prof. Silvana Bezerra de Castro Magalhães

Campus Nova Iguaçu

Juventude Negra: Representação Social e Protagonismo Étnico

Prof. Gisele Cristina Cohen Fonseca

Tecnologias Assistivas para Deficientes Visuais

Prof. Francisco Henrique de Freitas Viana

Estacionamento Subterrâneo Adaptado para Deficientes

Prof. Luiz Leonardo dos Santos de Oliveira

Campus Petrópolis

Ensino de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Prof. Soraia Toledo

Campus Valença

Avaliação do valor nutricional das merendas oferecidas pelas escolas/creches do município de Valença-RJ

Coord. Marcus Vinicius Pereira de Souza

Quilombo São José da Serra: valorização da cultura e memória afro-brasileira em Valença (RJ)

Coord Letícia Bezerra de Lima; Co-Coord. Bárbara R Rodrigues Marques

PARCERIAS COM COMUNIDADE EXTERNA

Campus Sede Maracanã

Projeto Educação Baseada na Consciência - Divisão de Projetos Educacionais (DIPED) da Diretoria de Ensino (DIREN) Centro de Pesquisas do Instituto David Lynch no Brasil

Campus Itaguaí

Projeto Escolha – Pré-Técnico Social

Parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Itaguaí

Coord. Prof. Nelson Mendes Cordeiro

Campus Nova Friburgo

Cursos de extensão em parceria com entidades como o CRIAAD, a APAE e a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Campus Petrópolis

No batuque do Caxambu em busca da Tapera: experiência de turismo de base comunitária em Petrópolis – RJ

Coord. Patrícia Souza Lima; Co-coord. Alexandra Rocha

Campus Valença

Programa de treinamento de agricultores familiares do município de Valença no estado do Rio de Janeiro, Brasil

Coord. Jamile Maureen de Sousa Oliveira; Co-Coord. Carla Inês Soares Praxedes

Incubação de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária: pelas Margens do Rio Preto

Coord. Juliano Pessanha Gonçalves; Co-Coord. Dyego de Oliveira Arruda

15.2. Resultados

PRÊMIOS E OLIMPÍADAS

Foram selecionados primeiro as Olimpíadas e Prêmios que o Cefet/RJ vem conquistando vaga permanente nas premiações. Foram consideradas as matérias publicadas internamente e de fontes externas no período de 2015-2018.

Em função do propósito deste documento, algumas matérias foram reduzidas, apenas para ilustrar os excelentes resultados que estudantes do ensino médio técnico, graduação, pós-graduação, empresas incubadas e professores do Cefet/RJ conquistaram neste período.

OBMEP PROJETA Cefet/RJ NOS CENÁRIOS ESTADUAL E NACIONAL

A OBMEP é realizada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e conta com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e do Ministério da Educação (MEC). Desde o ano passado, a OBMEP – considerada a maior competição científica do país – agora também está aberta à participação de estudantes de escolas particulares. No período de 2015-2018, os estudantes do Cefet/RJ foram contemplados com 359 premiações.

OBMEP 2015: 65 premiações

O nome do Cefet/RJ se destaca na lista de premiação da 11ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Alunos dos campi Maracanã, Maria da Graça, Nova Iguaçu, Itaguaí, Nova Friburgo e Valença conquistaram 65 prêmios na competição. Foram quatro medalhas de prata, nove de bronze e 52 menções honrosas.

OBMEP 2016: 85 premiações e troféu

Pela primeira vez, o Cefet/RJ conquistou o troféu de escola seletiva de ensino médio da XII Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP 2016). O prêmio é concedido anualmente à instituição com processo seletivo de admissão de alunos que obtém a maior pontuação na categoria da olimpíada em todo o país. A pontuação consiste no somatório das notas dos estudantes nas provas.

A instituição recebeu o troféu devido aos resultados do campus Maracanã. Em 2016, foram 2 medalhas de ouro, 6 de prata, 9 de bronze e 19 menções honrosas. “Foi o melhor resultado das doze edições da OBMEP”, afirma o professor de Matemática Haroldo Costa Silva Filho. O docente, que coordena o preparatório para olimpíadas de Matemática ofertado no campus desde 2015, considera que este foi decisivo para o resultado. “A cultura de participação nas olimpíadas foi criada. A maioria desses alunos participou do treinamento, em 2015 ou 2016.”

OBMEP 2017: 112 premiações

O primeiro lugar do estado e o 11º do Brasil ficaram com o estudante Pedro de Oliveira Emerick, do curso técnico em Telecomunicações do campus Petrópolis.

Este ano, a instituição conquistou 112 prêmios: 3 medalhas de ouro, 8 de prata, 11 de bronze e 90 menções honrosas. Foram contemplados alunos de sete campi: Petrópolis, Maracanã, Itaguaí, Nova Friburgo, Maria da Graça, Valença, Nova Iguaçu.

OBMEP 2018: 97 premiações

O Cefet/RJ obteve um excelente desempenho na 14ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP 2018). No total, foram 97 premiações, com destaque para o aluno Pedro de Oliveira Emerick, do campus Petrópolis, que conquistou a medalha de ouro. Além disso, a instituição obteve nove medalhas de prata e 19 de bronze. Também foram concedidas 68 menções honrosas para os estudantes do ensino médio do Cefet/RJ.

Cefet/RJ SE DESTACA NA OLÍMPIADA DO SABER E FECTI

OLÍMPIADA DO SABER

Pelo segundo ano consecutivo, o Cefet/RJ venceu a Olimpíada do Saber: alcançou cinco colocações entre as dez melhores. O Cefet/RJ obteve a primeira colocação entre as escolas e na categoria Mestres Motivadores. O evento reúne as escolas do ensino médio da cidade do Rio de Janeiro e envolve milhares de alunos, composto por provas eliminatórias de

conhecimentos gerais e de realização de ações sociais. A organização do evento conta com apoio do Rotary Club e do CIEE/RJ. O Cefet/RJ foi a **quinta melhor instituição de ensino da Olimpíada do Saber 2015; segunda melhor instituição de ensino da Olimpíada do Saber 2016; instituição campeã da Olimpíada do Saber 2017 e bicampeã em 2018.**

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FECTI 2016

Projetos de extensão do Cefet/RJ foram premiados na X Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro (X FECTI). Os alunos envolvidos em dois projetos também foram contemplados com bolsas de Iniciação Científica Jr. do CNPq. O primeiro lugar da categoria “Ciências Exatas e da Terra” foi concedido ao projeto “Autotec – Sistema de Transferência Automática de Fontes de Energia”, orientado pelos professores Wanderley Freitas Lemos e Wilton dos Santos de Freitas. O projeto “Desenvolvimento de Procedimentos de Prevenção e Combate a Incêndio”, orientado pelos professores Myrna da Cunha e Alexandre Martinez dos Santos, conquistou o primeiro lugar da categoria “Desenvolvimento e Tecnologia” e foi indicado para a participação na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia 2017 (FEBRACE 2017). O Cefet/RJ conquistou ainda o segundo lugar da categoria “Desenvolvimento e Tecnologia”, com o projeto “Tensegriedade: uma proposta alternativa para estruturas na construção civil”, orientado pelo professor Flavio Cezario e desenvolvido com o auxílio do estudante Kamir Freire Gemal. Na categoria Interdisciplinar, também ficou em segundo lugar o projeto “Fábrica de Chocolate”, orientado pelos docentes Vanessa Milhomem Schmitt e Sandro Pimentel Mirres.

FECTI 2017

Dois projetos de extensão do Cefet/RJ foram premiados na XI Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro (XI FECTI). “Macrophage: um jogo sério para o ensino de imunologia” do campus Nova Friburgo, conquistou o prêmio de divulgação científica na área Interdisciplinar e o prêmio Mostratec. Já o projeto da sede, com o seu próprio nome, “Maracanã e suas árvores: um aplicativo sobre arborização urbana” obteve o terceiro lugar na área de Desenvolvimento de Tecnologia.

FECTI 2018

Três projetos desenvolvidos pelo Cefet/RJ foram premiados na XII Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro (FECTI 2018). O evento foi organizado pela Fundação CECIERJ e sediado no campus Maracanã do Cefet/RJ. O Cefet/RJ campus Nova Iguaçu ganhou o primeiro lugar na categoria "Desenvolvimento de Tecnologia", com o trabalho "IP Plug – Rede Sensorial para Acessibilidade", desenvolvido pelos alunos Niuán Lucas Nicolau de Albuquerque, Lucas Barreto de Oliveira, João Paulo Costa Rúa e Matheus Zaché Gonçalves, sob a orientação dos professores Bruno Fernandes Guedes e Tito Gonçalves de Sousa e com a participação do técnico Valdinei Moraes de Oliveira. O trabalho foi indicado também para participar da FEBRACE 2019 (Feira Brasileira de Ciências e Engenharia), organizada pela USP, em São Paulo. O Cefet/RJ campus Maracanã foi contemplado, na mesma categoria, com o Prêmio Divulgação Científica, pelo trabalho "Site da Coordenação de História do Cefet/RJ – II" e na categoria "Interdisciplinar", ganhou o primeiro lugar com o trabalho "Periódico Virtual Discente Humanidades".

Alunos do campus Maracanã são premiados na OBA 2015

Fonte: ASCOM, Portal Eletrônico, 03/12/2015.

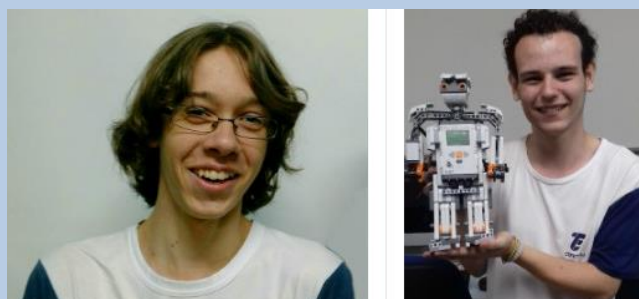


Onze alunos do campus Maracanã foram premiados na XVIII Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica 2015 (OBA 2015). Quatro conquistaram medalha de ouro, cinco, de prata e dois, de bronze. A competição contou com a participação de 27 alunos do campus.

Estudantes são premiados na Olimpíada Brasileira de Informática

Fonte: ASCOM, Portal Eletrônico, 03/11/2016

Os alunos Carlos Henrique Bravo Serrado e Pedro Giovani Duarte Poppolino, do segundo ano do curso técnico em Informática do campus Maracanã, conquistaram medalha de bronze na Olimpíada Brasileira de Informática 2016. A premiação foi obtida na modalidade Programação Nível 1, composta por tarefas de programação com diferentes níveis de dificuldade.



O professor do curso técnico em Informática responsável pela participação dos estudantes na OBI, João Roberto de Toledo Quadros, comemora o resultado. “O Cefet/RJ obteve destaque não só em nível nacional, o que é superimportante, mas também no estado do Rio de Janeiro, pois somente duas escolas tiveram participantes premiados”, afirma.

Alunos do campus Itaguaí são os únicos do estado do Rio premiados na Olimpíada Geo-Brasil 2017

Fonte: ASCOM, Informativo eletrônico nº 23, setembro/outubro 2017

Única instituição de ensino a representar o estado do Rio de Janeiro na etapa nacional da Olimpíada Geo-Brasil, o Cefet/RJ campus Itaguaí se destacou no pódio. Três estudantes do curso técnico em Mecânica conquistaram cinco

medalhas nas duas competições integrantes do evento: a III Olimpíada Brasileira de Geografia e a Olimpíada Brasileira de Ciências da Terra.



“O resultado foi excelente e surpreendente. Não tínhamos experiência anterior em eventos dessa natureza, não fizemos nenhuma preparação específica, enquanto algumas escolas particulares possuíam um ‘departamento olímpico’ com foco na preparação intensiva de alunos selecionados”, afirma o professor de Geografia Renato Martins, representante institucional dos estudantes.

Aluno do Cefet/RJ campus Petrópolis conquista ouro na OBFEP 2017

Fonte: Acontece em Petrópolis, 01/06/2017

O jovem Pedro de Oliveira Emerick, aluno do Cefet/RJ campus Petrópolis, conquistou a medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Física das Escolas Públicas (OBFEP) pela 1ª série do Ensino Médio.



Além de Pedro, mais oito alunos do Cefet/RJ conquistaram medalhas em nível nacional, sendo duas de ouro, três de prata e três de bronze. Na competição estadual, que possui critérios diferentes, foram nove medalhas e nove menções honrosas, sendo que o estudante petropolitano também garantiu uma medalha de bronze.

Cefet/RJ campus Petrópolis é vencedor do Prêmio Braztoa de Sustentabilidade

Fonte: ASCOM, Portal eletrônico, 01/11/2017.

“Turismo astronômico como alternativa ao turismo em áreas protegidas”, do Cefet/RJ campus Petrópolis, foi vencedor do Prêmio Braztoa de Sustentabilidade, na categoria Projetos Inovadores. A cerimônia de premiação foi realizada na segunda-feira, dia 30 de outubro, em Foz do Iguaçu, pela Associação Brasileira de Operadoras de Turismo (Braztoa).



O Prêmio busca destacar, em âmbito nacional, as melhores iniciativas sustentáveis na área de turismo, incentivando, assim, o negócio sustentável, que gera benefícios para a sociedade, reduz o impacto ambiental e produz lucros. O projeto do campus Petrópolis – que é fruto do trabalho do grupo Turistando, formado pelos docentes Roberta Dalvo, Marcelo Porretti e Fernando Pessoa e por alunos do curso de Turismo – organiza expedições com o público interno para a visita e a contemplação de corpos celestes nos Castelos do Açú, em Petrópolis. A região, que fica a 2.245 metros de altitude, faz parte do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. A sua altitude e distância dos centros urbanos criam boas condições para a observação celeste.



Ganhando adeptos no mundo todo, o turismo astronômico ainda é pouco conhecido no Brasil. Essa nova prática caracteriza-se pela contemplação de estrelas e corpos celestes ou de fenômenos pontuais, como eclipses ou chuva de meteoros, em locais mais afastados da poluição luminosa ou atmosférica da cidade.

Alunos do Cefet/RJ conquistam medalhas na Olimpíada Brasileira de Geografia

Fonte: ASCOM, Portal eletrônico, 09/11/2018.

Os estudantes do Cefet/RJ conquistaram excelentes classificações na IV Olimpíada Brasileira de Geografia (OBG 2018). Os alunos Renan Almeida Ferreira, da turma 3AELT; Pablo Alves Pereira Muniz, da turma 3AED; e Isaias Monteiro Bittencourt Cassiano, da turma 3AELT classificaram o Cefet/RJ nos primeiros lugares entre as escolas públicas do estado do Rio de Janeiro. Renan Ferreira conquistou medalha de bronze em Ciências da Terra e medalha de prata em Geografia; Pablo Muniz obteve medalhas de prata nas provas de Geografia e Ciências da Terra; e Isaias Cassiano ficou com as medalhas de prata em Ciências da Terra e de bronze em Geografia.



Os professores Márcio de Araújo, Aline Melos e Regina Peres, da Coordenação de Geografia do Cefet/RJ, coordenaram 29 equipes. Cada equipe contou com três alunos. Essas equipes realizaram as provas das três fases on-line da olimpíada nos diversos laboratórios de informática cedidos pelas Coordenações de Construção Civil, Meteorologia e Informática da instituição.

Projeto multidisciplinar de aluno do ensino técnico é contemplado com Prêmio CREA-RJ 2018

Fonte: ASCOM, Portal eletrônico, 18/12/2018.

O projeto multidisciplinar "Pluviômetro Social Automatizado", que integra as áreas de Meteorologia, Eletrônica e Matemática, foi agraciado com o VII Prêmio CREA-RJ de Trabalhos Científicos e Tecnológicos. O projeto é de autoria do aluno Luiz Rodrigues Sampaio Junior, do quarto ano do curso técnico em Meteorologia do Cefet/RJ, com orientação dos professores Daniel Martins Neiva Filho, Marcos de Castro Pinto e Natália Pujol Pacheco Silveira.



O Prêmio Crea-RJ tem o objetivo de valorizar, reconhecer e divulgar a produção acadêmica das áreas de Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, contribuindo para a construção de acervo tecnológico inovador e gerador de produtos, processos e serviços para a sociedade brasileira.

Mestrando de Engenharia Mecânica ganha prêmio internacional

Fonte: ASCOM, Portal eletrônico, 31/10/2018.

O aluno de mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM) do Cefet/RJ, Matheus dos Reis, recebeu prêmio internacional de melhor apresentação em pôster. A premiação aconteceu no 2nd International Conference on Materials Design and Applications 2018 (MDA 2018), realizado nos dias 5 e 6 julho na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em Portugal. O mestrando premiado é orientando da professora Doina Mariana Banea, do PPEMM.

Empresa nascente do Cefet/RJ é destaque na maior premiação internacional tecnológica para o setor esportivo.

Fonte: LinkedIn, HYPE, 26/12/2017.

Wings Inside é finalista entre as 50 startup mais inovadoras no segmento esportivo no mundo. Empresa nascente da IETEC Cefet-RJ, formada por ex-alunos, é finalista a concorrer ao prêmio de startup mais inovadora do segmento esportivo do mundo. Cerca de 80.000 projetos de diversas partes do globo submeteram ao Hype Sport Innovation 2018, vitrine que expõe as novidades tecnológicas aos grandes players do setor - <http://www.hype-foundation.org/startups/> - a empresa ficou entre as top 50 até agora. Esse ano a startup fora convidada a expor sua solução na Coreia do Sul e para diretorias de grandes empresas nacionais. Mais do que a premiação, é a oportunidade de alcançar parcerias estratégicas para o negócio da Wings Inside.

Startup incubada pela IETEC da Cefet/RJ recebe prêmio de inovação no 15º Encontro Nacional de Tecnologia e Negócios

Fonte: Juntospelo.Rio, 03/01/2018

A N2N Virtual, uma empresa que permite a qualquer pessoa criar e gerenciar marketplaces (popularmente conhecidos como shoppings virtuais) com baixo custo, agilidade e suporte tecnológico, recebeu no dia 27/09 o prêmio de startup mais inovadora do Salão da Inovação no 15º Encontro Nacional de Tecnologia e Negócios, apelidado de RioInfo. O Rio Info é o principal evento dedicado à Tecnologia da Informação (TI) realizado anualmente no Estado do Rio de Janeiro e um dos principais do país.

A competição contou com 200 inscrições, e os 15 finalistas fizeram uma apresentação de 5 minutos de seu pitch para uma banca examinadora especializada. Os projetos foram avaliados quanto ao seu índice de inovação, potencial de mercado, retorno econômico-financeiro, vantagens competitivas e consistência estratégica.

Além da premiação, a Startup também foi selecionada para o Sebrae para participar do Startup Alley, onde realizou exposição e apresentação da marca. A N2N Virtual surgiu para resolver o problema de necessidade de alto investimento e prazo de desenvolvimento para quem deseja lançar marketplaces no estilo do Mercado Livre, Airbnb, Ali Express ou Uber. Hoje a plataforma já conta com quase 600 marketplaces já criados, focando em marketplaces de nicho.

A empresa, que está sendo acelerada pelo Inovativa Brasil e incubada na IETEC da Cefet/RJ, já foi convidada a participar e expor em grandes eventos de tecnologia como Campus Party SP, Tech Crunch e London Tech Week. Além disso, também já foi finalista e premiada por diversas organizações como Shell, Sebrae/RJ, UKTI, Desafio Brasil, Revista Veja, entre outros. Sua atuação já foi alvo de diversas reportagens nacionais e até internacionais, atestando seu grande potencial no mercado.

Artigo de projeto PIBIC em parceria DISAI ganha como melhor trabalho na área de Gestão & Meio Ambiente

Fonte: DIGES/DISAI, 2018



O trabalho do estudante Bruno Zeitone, bolsista de iniciação científica PIBIC, intitulado “Adoção de Práticas Sustentáveis para um novo modelo de cultura institucional em IES” foi reconhecido como melhor trabalho do Congresso de Administração Sociedade e Inovação (CASI 2018), organizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), realizado este ano na Escola de Comando e Estado - Maior do Exército – ECEME, na Urca.

O estudo é um desdobramento de uma série de iniciativas da Divisão de Estratégia para a Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI), sob responsabilidade da professora Aline Trigo com estudantes de iniciação científica, professores e outros setores da gestão administrativa do Cefet/RJ para a promoção da cultura de sustentabilidade ambiental.

Aprovado em Harvard, ex-aluno do Cefet-RJ quer usar ciência para melhorar qualidade de vida

Fonte: G1, 10/01/2018, ASMETRO-SN, 11/01/2018

Pedro Xavier Paulino nasceu nos Estados Unidos porque os pais brasileiros trabalhavam lá. Chegou ao Brasil quando tinha um ano, e foi morar em Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais. Aos 14 anos, se mudou para o Rio de Janeiro para fazer o ensino médio no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), uma instituição pública. Agora, aos 18, se prepara para voltar ao seu país de origem: foi aprovado na Universidade Harvard, em Massachusetts, no Estados Unidos, uma das mais prestigiadas do mundo.

O estudante se apaixonou pelas ciências ao longo da vida escolar na educação básica e diz que no Cefet encontrou incentivo e infraestrutura para desenvolvê-la. Lá, ele cursou o ensino médio técnico em mecânica. “No Cefet eu encontrei uma estrutura de pesquisa muito maior, professores com doutorado. Lá, você consegue desenvolver atividades relevantes porque há estrutura e incentivo. O Cefet me ajudou bastante nisso”, diz.

Pedro também participou de olimpíadas científicas na área de humanas e exatas e conquistou premiações, entre elas, a medalha de ouro na Olimpíada Quanta, em 2016, na Índia, uma disputa internacional de ciências, matemática, habilidades mentais e eletrônica. Outra atividade extracurricular, muito bem vistas pelos avaliadores, apontada na candidatura foi a participação em programas internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Em uma delas foi convidado para ir até a sede da ONU, em Nova Iorque, no ano passado.

Estudante cria aplicativo para identificar espécies de árvore

Fonte: VejaRio, 09/02/2018.

O estudante Lucas Guarnelli Scherpel admite que, até três anos atrás, não tinha interesse algum pelas questões ambientais. Mas, em maio de 2015, ele foi convidado a participar de uma pesquisa do departamento de biologia do Centro

Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), onde estudava informática. Acabou entrando de cabeça no assunto.

“Catalogamos mais de 100 espécies de árvore localizadas ao redor do Maracanã. O trabalho durou um ano”, lembra Scherpel, que dividiu a tarefa com outros seis alunos da instituição. Satisfeito com os resultados, ele pôs seus conhecimentos de informática a serviço da causa e, em 2017, criou o aplicativo O Maracanã e Suas Árvores, disponível gratuitamente no Google Play. “O objetivo é conscientizar a população da importância da arborização urbana, que combate o calor e atua diretamente na redução de gases poluentes”, explica.



Pela iniciativa, Scherpel, agora com 18 anos, recebeu a medalha de bronze na terceira edição do Prêmio Prudential Espírito Comunitário, que contemplou as melhores ações voluntárias realizadas por alunos do ensino médio no Rio ao longo de 2017.

Apesar de feliz com a premiação, Scherpel não pretende parar por aí. “Está tudo encaminhado para eu me tornar embaixador no Rio do programa Low Carbon City, que apoia e divulga projetos relacionados ao meio ambiente e ao combate ao aquecimento global”, revela.

“Minha ideia é promover workshops e palestras sobre o tema na cidade e assim tentar despertar a consciência ambiental no maior número de pessoas possível”, adianta o programador, que já apresentou O Maracanã e Suas Árvores em alguns museus e feiras de ciência.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final deste documento PDI 2020-2024 é apenas o início da prática, da execução do próprio plano, é o dia-a-dia da comunidade. Os desafios são muitos: o cenário tanto político quanto econômico continua instável. Mas não podemos perder de vista as importantes conquistas alcançadas nos últimos anos.

Convidamos a sociedade comunidade a reconstruir o significado da nossa instituição, para que seja a justa mediação dos interesses de todos. Uma instituição que seja um espaço de diálogo, de construção coletiva com as pessoas, unindo-as para encontrar os melhores caminhos e soluções a favor da educação brasileira. Uma construção que vença a desigualdade, abra caminhos de oportunidades para cada estudante e promova uma inclusão social jamais atingida ao longo de nosso século de existência.

O combustível que nos dará a força necessária para a transformação positiva de nossa instituição é a vontade de atingir os objetivos planejados e buscar o alcance das metas a partir de cada atividade, cada projeto, cada licitação, cada jogo, cada prova, cada contribuição que cada estudante, cada professor, cada técnico-administrativo, cada terceirizado e cada cidadão traz para tornar os nossos sonhos em realidade: uma comunidade mais unida, socialmente justa, ambientalmente sustentável, economicamente próspera, politicamente democrática, culturalmente diversa e, acima de tudo, transparente e ética.

Temos diante de nós uma oportunidade para encontrar as respostas para trabalharmos os problemas estruturais e juntos construirmos o Cefet/RJ do futuro que desejamos.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3 Edição. Rio de Janeiro: editora Saraiva, 2011.

BORGES, A. et al. Estratégia e administração pública: o caso do programa “choque de gestão” do governo do estado de Minas Gerais. Revista Pretexto. Universidade FUMEC. ISSN 1984-6983. v.9, n.3, jul.set. 2008, pp.79-106.

BRASIL. Decreto nº 9.283, 07/02/2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9283-7-fevereiro-2018-786162-publicacaooriginal-154848-pe.html>

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11/01/2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25/06/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28/12/2012 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12772.htm

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12/01/2005 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, no âmbito das Instituições Federais de Ensino. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11091.htm

BRASIL. Lei nº 6.545, de 30/06/1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28/09/1993, e pela Lei nº 8.948, de 08/12/1994 - transforma a Escola Técnica Federal – Celso Suckow da Fonseca em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm

BRASIL. Ministério da Educação. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica Inep/DAES/CONAES nº 065. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf> > Acesso em: 29 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. A3P. Agenda Ambiental na Administração Pública. 5 Edição. Brasília. 2009. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/> > Acesso em 25 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Publicada no D.O.U. nº 220, de 14/11/2012, Seção I, pág. 113.

BRASIL. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Gestão Estratégica: Um novo paradigma para o setor público. Portal da Estratégia. Disponível em: <<http://portaldaestrategia.transportes.gov.br/ultimas-noticias/252-gestao-estrategica-um-novo-paradigma-para-o-setor-publico-2.html>> Publicado em 17/06/2015. Consultado em em 01/01/2019.

BRODIN, G. The role of the laboratory in the education of industrial physicists and electrical engineers. [S.l.:s.n.] 1978.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais.. Informação & Informação, [S.l.], v. 15, n. 1esp, p. 1-12, dez. 2010. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>>. Acesso em: 30 dez. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1esp1>.

Cefet-RJ. Decreto nº 5.224, de 01/10/ 2004, regulamenta a Lei nº 6.545, de 30/06/1978, e suas alterações. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5224.htm

Cefet-RJ. Portaria MEC nº 3.796, de 01/11/2005 - aprova o Estatuto do Cefet-RJ. http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2388/novo_estatuto.pdf

Cefet-RJ. PDI 2015-2019. http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2388/novo_estatuto.pdf

CNPQ. Planejamento estratégico 2025. Disponível em: http://memoria.cnpq.br/documents/10157/2449939/Planejamento_Estrategico_2025.pdf

ENAP. Gestão estratégica de pessoas e planos de carreira. Módulo 4. Plano de Carreira e Remuneração. Brasília, 2015.

FACHADA, T. et al. A escola que mudou a minha vida: uma história de vida, de pertencimento, afeto, formação humana e profissional. Rio de Janeiro: PROIATEC, 2018.

FANTINI, João Angelo. Aquarela da intolerância: racialização e políticas de igualdade no Brasil. Leitura Flutuante. **Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise**. ISSN 2175-7291, [S.l.], v. 4, n. 1, set. 2012. ISSN 2175-7291. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/leituraflutuante/article/view/11130>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

FERES, Y.N.; ANTUNES, F.Z. Gestão ambiental em instituições de ensino: programa ecoeficiência e sistema de gestão ambiental do SENAC São Paulo. IX ENGEMA, Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. Curitiba, 2007. Disponível em <<http://www.engema.up.edu.br/arquivos/engema/pdf/PAP0337.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2017.

LARA, Pedro Túlio. Sustentabilidade em instituições de ensino superior. LARA, v.7, n. 7, p. 1646 – 1656, mar-jun, 2012.

LAYRARGUES, P.P. Gestão Ambiental e Universidades: um caminho pedagógico para a sustentabilidade. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2011. Disponível em: <http://www.foruns.unicamp.br/foruns/projetocotuca/biblioteca_virtual/arquivos/Phillpi.pdf> Acesso em: 15 mar. 2017.

PASTORE, D. et al. (orgs). Registros de uma instituição centenária: Cefet/RJ. Rio de Janeiro, Cefet/RJ, 2017.

PEKELMAN, H.; MELLO JR, A. A importância dos laboratórios no ensino de engenharia mecânica. Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia. Brasília de 14 a 17 de setembro de 2004.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 30 ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SEBRAE. Portal institucional. <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>

TAUCHEN, J.A. Um modelo de gestão ambiental para implantação em instituições de ensino superior. 2007. 149f. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente) - Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007. Disponível em: < <http://www.ppgeng.upf.br/images/stories/2005joeltauchen.pdf> >. Acesso em: 12 mar. 2017.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L.L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. Gestão & Produção, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 503-515, Dec. 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104530X2006000300012&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 mar. 2017.

VAZ, Caroline Rodrigues et al. Sistema de Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: uma revisão. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas. Ano 5, nº 3, p. 45-58, Jul-Set/2010.

WERNER DA ROSA, C. Concepções teórico-metodológicas no laboratório didático de física na universidade de passo fundo. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências, vol. 5, núm. 2, outubro, 2003, pp. 13-27.

ANEXO I - DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Art. 21. Observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de **campus** fora de sede e de polos de educação a distância;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e **campus** para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V - oferta de cursos e programas de pós-graduação **lato** e **stricto sensu**, quando for o caso;

VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;

VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:

a) com relação à biblioteca:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e

3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos;

e

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem

adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras; XI - oferta de educação a distância, especificadas:

a) sua abrangência geográfica;

b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;

c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;

d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e

e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

**ANEXO II - CRONOGRAMA DE REUNIÕES COM AS COMISSÕES LOCAIS NOS CAMPI DO
Cefet/RJ SISTEMA MULTICAMPI**

Campus	Data	Pauta
Nova Iguaçu	17 de abril de 2018	Pré-PDI: “O que é o PDI?” e atividade SWOT
Petrópolis	24 de abril de 2018	Pré-PDI: “O que é o PDI?” e atividade SWOT
Maria da Graça	03 de maio de 218	Pré-PDI: “O que é o PDI?” e atividade SWOT
Itaguaí	08 de maio de 2018	Pré-PDI: “O que é o PDI?” e atividade SWOT
Angra dos Reis	10 de maio de 2018	Pré-PDI: “O que é o PDI?” e atividade SWOT
Valença	24 de maio de 2018	Pré-PDI: “O que é o PDI?” e atividade SWOT
Nova Friburgo	19 de junho de 2018	Pré-PDI: “O que é o PDI?” e atividade SWOT
Petrópolis	07 de agosto de 2018	Reunião de alinhamento
Nova Iguaçu	09 de agosto de 2018	Reunião de alinhamento
Valença	13 de agosto de 2018	Reunião de alinhamento
Nova Friburgo	14 de agosto de 2018	Reunião de alinhamento
Angra dos Reis	16 de agosto de 2018	Reunião de alinhamento
Maria da Graça	17 de agosto de 2018	Reunião de alinhamento
Itaguaí	04 de setembro de 2018	Reunião de alinhamento e dúvidas
Valença	06 de setembro de 2018	Atividade tsuru
Nova Friburgo	17 de setembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas
Nova Iguaçu	18 de setembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas
Valença	19 de setembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas
Maria da Graça	24 de setembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas
Angra dos Reis	25 de setembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas

Petrópolis e Nova Iguaçu	18 de outubro de 2018	Atividade tsuru
Nova Friburgo	25 de outubro de 2018	Atividade tsuru
Maracaná	25 de outubro de 2018	Reunião de alinhamento
Maracaná	01 de novembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas
Valença	07 de novembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas
Angra dos Reis	07 de novembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas
Itaguaí	08 de novembro de 2018	Atividade tsuru
Maria da Graça	12 de novembro de 2018	Atividade tsuru
Itaguaí	12 de novembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas
Maria da Graça	13 de novembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas
Maracaná	05 de dezembro de 2018	Reunião de acompanhamento e dúvidas

ANEXO III = CRONOGRAMA DE REUNIÕES COM AS COMISSÕES TEMÁTICAS NA SEDE MARACANÃ

Comissão Temática	Data	Pauta
Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	26 de junho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Internacionalização	26 de junho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Sustentabilidade Ambiental	05 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos + 5W2H1R
Administração e Planejamento	06 de julho de 2018	Obj, metas e indicadores + textos
DEDIT	09 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos + 5W2H1R
Arte e Cultura	09 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
TI	12 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Temas transversais – Comunicação Institucional	12 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Esportes	13 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Arquivo	16 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Biblioteca	16 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Prefeitura	16 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Pessoas	20 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Ensino	21 de julho de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Pessoas	22 de agosto de 2018	5W2H1R e dúvidas
Ensino	23 de agosto de 2018	5W2H1R e dúvidas
Temas transversais – Comunicação Institucional	23 de agosto de 2018	5W2H1R e dúvidas
Extensão	24 de agosto de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos
Arquivo	24 de agosto de 2018	5W2H1R e dúvidas
Biblioteca	24 de agosto de 2018	5W2H1R e dúvidas
Sustentabilidade Ambiental	27 de agosto de 2018	5W2H1R e dúvidas
Internacionalização	28 de agosto de 2018	5W2H1R e dúvidas

Direitos Humanos	29 de agosto de 2018	Objetivos, metas e indicadores + textos + 5W2H1R
Gestão	20 de setembro de 2018	5W2H1R e dúvidas
Temas transversais – Comunicação Institucional	21 de setembro de 2018	Dúvidas
Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	24 de setembro de 2018	5W2H1R e dúvidas
Extensão	27 de setembro de 2018	5W2H1R e dúvidas
Prefeitura	27 de setembro de 2018	5W2H1R e dúvidas
Arte e Cultura	27 de setembro de 2018	5W2H1R e dúvidas
Internacionalização	02 de outubro de 2018	Dúvidas
Sustentabilidade Ambiental	02 de outubro de 2018	Dúvidas
Esportes	02 de outubro de 2018	5W2H1R e dúvidas
TI	05 de outubro de 2018	5W2H1R e dúvidas
DEDIT	05 de outubro de 2018	Dúvidas
Arquivo	05 de outubro de 2018	Dúvidas

ANEXO IV - LABORATÓRIOS DO SISTEMA MULTICAMPI

Campus Sede Maracanã

Departamento de Médio Técnico/DEMET

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m ²)	Capacidade do Laboratório (alunos)
Montagem 1	Ensino Médio Integrado e Técnico Subsequente em Eletrônica	20	15
Montagem 2		20	12
Circuito Impresso		30	12
Medidas 1		25	16
Medidas 2		25	18
Medidas 3		25	18
Telecom		22	12
TV e Mídias		25	18
Sistemas Digitais – Digital		25	12
Sistemas Digitais - Microeletrônica		25	12
Sistemas Digitais - Hardware		38	32
Máquinas elétricas (1.1 – Pavilhão VI)	Ensino Médio Integrado e Técnico Subsequente em Elétrica Espaço compartilhado com o Curso de Engenharia Elétrica	55	12
Máquinas elétricas (1.2 – Pavilhão VI)	Ensino Médio Integrado e Técnico Subsequente em Elétrica	55	12
Medidas elétricas (1.3 - Pavilhão VI)		55	21
Máquinas de alta tensão (1.4/1.5 – Pavilhão VI)		110	21
Eletrônica de potência (1.6 – Pavilhão VI)		55	10
Instalações elétricas (1.7 – Pavilhão VI)		55	21
Instalações elétricas (1.8 – Pavilhão VI)		121	15
Accionamentos elétricos (1.9 – Pavilhão VI)		121	15
Eletrônica (2.3 – Pavilhão VI)		45	12
Simulação (2.4 – Pavilhão VI)		45	20
Simulação (2.5 – Pavilhão VI)		45	20

Acionamentos elétricos (2.6 – Pavilhão VI)		45	18
Ajustagem Pavilhão 4 – sala 119	Ensino Médio Integrado e Técnico Subsequente em Mecânica	138,60	21
Automação da Usinagem Pavilhão 5 - sala 105		106,7	32
Automação Industrial Pavilhão 5 – sala 103		66,5	23
Desenho (CAD) Pavilhão 5 – sala M2		42,70	20
Inspeção e Ensaio de Materiais Pavilhão 5 – sala 104 e 118		107,5	26
Fresagem Pavilhão 5 – salas 106, 107 e 110		104,20	23
Fundição Pavilhão 5 – sala 113		164	23
Instalações Elétricas Pavilhão 5 – salas 108 e 109		85,36	16
Manutenção Mecânica Pavilhão 5		107,62	12
Eletroerosão Pavilhão 5 – sala 114		71,5	34
Máquinas Térmicas e Refrigeração Pavilhão 5 – sala M3		42,7	09
Metalografia Pavilhão 5 – sala 112		93,4	26
Metrologia Pavilhão 3		624	12
Retífica Pavilhão 5 – sala 111		93	22
Sistemas Fluido-Mecânicos Pavilhão 5 – M4		42,7	10
Soldagem Pavilhão 4 – Sala 121		192	20
Soldagem Pavilhão 4 – Sala 122		167	20
Torneamento Pavilhão 4 – sala 117		116,5	15
Tratamentos Térmicos Pavilhão 5 – sala 112		93,4	26
Laboratório de Instrumentos Meteorológicos (bloco A/COMETE/Torre)			54
Laboratório de Computação (bloco A/COMETE/Torre)		48	32

Laboratório de Análise Sinótica (bloco A/COMETE/Torre)	Técnico de Meteorologia	32	32
Laboratório de Análise e Previsão do Tempo (bloco A/COMETE/Torre)		49	36
Laboratório de Observação Meteorológica (Estação Meteorológica de Superfície e Altitude) (bloco A/COMETE/Torre)		130	40
Laboratório de Cultura, Linguagem e Patrimônio Latinoamericanos (sala 302, bloco D)	Técnico em Guia de Turismo Regional Espaço compartilhado com os Cursos de: Tecnólogo em Gestão de Turismo (TGT) Línguas Estrangeiras Aplicadas às Relações Internacionais (LEANI) Programa de Pós- graduação em Relações Étnicorraciais (PPRER) □	36	40
Laboratório de Segurança do Trabalho(Sala 109, Bloco I)		25	20
Laboratório – Higiene e Saúde Ocupacional(Sala 108, Bloco I)		25	20
Laboratório – Prevenção e Proteção contra Incêndios(Sala 110, Bloco J)	□ Técnico em Segurança do Trabalho	20	15
Laboratório de Fibra Óptica H 200		55	12
Laboratório de redes H201		55	20
Laboratório de informática H203		38	24
Laboratório de técnicas digitais H 204	□ Ensino Médio Integrado em Telecomunicações	25	12
Laboratório de telefonia H205		55	32
Laboratório de eletricidade H 206		25	12
Montagem 205A		9	8
Laboratório de Antenas e Transmissão H 208		25	12
Laboratório de Informática 1 pavilhão 1 - Térreo	Ensino médio Integrado e Técnico Subsequente em Informática	75	21*

Laboratório de Informática 2 pavilhão 1 - Térreo	Espaço compartilhado com os Cursos de: Tecnólogo Sistemas Internet Bacharelado Ciência Computação	75	21*
Laboratório de Informática 3 pavilhão 1 - Térreo		75	19*
Laboratório de Informática 4 pavilhão 1 - Térreo		75	19*
Laboratório de Redes pavilhão 1 - 2º Piso, Lab5		65	16

Laboratório de Informática 6 pavilhão 1 - 2º Piso		65	17
Laboratório de Pesquisa pavilhão 1 - Térreo (Lab 7)		65	20
Tecnologia das Construções de Edifícios (Pavilhão 2 - Térreo)**		543,06	105**
Laboratório de Esquadrias (Pavilhão 2 – Térreo)	Curso Técnico de Edificações Integrado Curso Técnico de Edificações concomitante Curso Técnico de Edificações Subsequente Engenharia Civil	81	15
Laboratório de Formas (Pavilhão 2 – Térreo)		81	15
Laboratório de Alvenarias e Revestimentos (Pavilhão 2 – Térreo)		106,74	20
Laboratório de Instalações Hidráulicas (Pavilhão 2 – Térreo)		131,41	25
Laboratório de Instalações Elétricas (Pavilhão 2 – Térreo)		87,61	15
Laboratório de Pintura (Pavilhão 2 – Térreo)		55,3	15
Laboratório de Materiais de Construção (Pavilhão 2 – Térreo)		Curso Técnico de Edificações Integrado Curso Técnico de Estradas Integrado Curso Técnico de Edificações concomitante	98,52
Laboratório de Mecânica dos Solos (Pavilhão 2 – Térreo)	Curso Técnico de Estradas concomitante Curso Técnico de Edificações Subsequente Engenharia Civil	95,93	20

Laboratório de Ligantes Asfálticos (Pavilhão 2 – Térreo)	Ocupado pela Zetawatt (fruto de parceria com empresa incubada no Cefet-RJ) para desenvolvimento de novas tecnologias	86,34	15
Laboratório de Informática 1 (Pavilhão 2 – Sala P224)	Curso Técnico de Edificações Integrado Curso Técnico de Estradas Integrado	50,37	36*
Laboratório de Informática 2 (Pavilhão 2 – Sala P225)	Curso Técnico de Edificações concomitante Curso Técnico de Estradas concomitante Curso Técnico de Edificações Subsequente	58,25	40*

Fonte: DEMET, 2018.

* 02 alunos por equipamento.

Campus sede Maracanã
Departamento de Ensino Superior/DEPES

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m²)	Capacidade do Laboratório (alunos)
Laboratórios de Física: Mecânica e Termodinâmica (E-309) Eletromagnetismo e Ondas (E-311)	· Engenharias · Bacharelado em Física	108	20
Laboratórios de Computação Gráfica	· Engenharia Civil	40	20
Laboratório de Controle e Automação	Engenharia de Controle e Automação		20
Laboratórios de Processos Industriais		154	20
Laboratório de Eletrônica A	Engenharia Eletrônica Licenciatura em Física · Engenharia Elétrica · Engenharia de Controle e Automação · Engenharia de Telecomunicações	36	24
Laboratório de Eletrônica B		42	24
Laboratório de Projeto Final		42	12
Laboratório de Sistemas Embarcados		42	20

Laboratórios de Informática de Engenharia de Produção		105	60
Laboratório de Informática (E-313)	Engenharia de Produção Administração Industrial	80	40
Laboratório de Informática (L-24)	Engenharia de Produção	25	20
Laboratório de Informática 1 pavilhão 1 - Térreo	Tecnólogo em Sistemas para Internet Bacharelado em Ciência da Computação Espaço compartilhado com os Cursos de: Técnico em Informática, Técnico em Suporte e Manutenção em Informática	75	21*
Laboratório de Informática 2 pavilhão 1 - Térreo		75	21*
Laboratório de Informática 3 pavilhão 1 - Térreo		75	19*
Laboratório de Informática 4 Pavilhão 1 - Térreo		75	19*
Laboratório de Redes pavilhão 1 - 2º Piso, Lab5		65	16
Laboratório de Informática 6 pavilhão 1 - 2º Piso		65	17
Laboratório de Pesquisa pavilhão 1 - Térreo (Lab 7)		65	20

Fonte: DEPES, 2019.

* 02 alunos por equipamento.

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG)

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m²)	Capacidade do Laboratório (alunos)
Laboratório da EIC (LEIC)	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPCIC)	52	20
Laboratório de Pesquisa de Ciência da Computação (LPCC)	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPCIC)	52	20
Laboratório de Difusão de Ciência e Tecnologia (LADIF)	Programas de Pós-Graduação: Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	26	10

Laboratório de Fotônica (LAFOT)	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL) Programa de Pós Graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO)	86	10
Laboratório de Pesquisas e Desenvolvimento de Modelos	Programa de Pós-Graduação: em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP)	52	20
Laboratório de Software	Programa de Pós-Graduação: Eng. de Produção e Sistemas (PPPRO) Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	52	12
Laboratório de História da Ciência (LHC)	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER)	26	10
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NAEB)	Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER)	30	15
Laboratório de Computação de Alto Desempenho (Unidade Angra dos Reis)	Grupo de Pesquisa em Empreendedorismo, Energia, Meio Ambiente e Tecnologia (GEEMAT)	10	4
Laboratório de Física Experimental e Aplicada (LAFEA)	Programa de Pós-Graduação: Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL)	117	15
Laboratório de Processamento de Sinais (LAPSI)	Programa de Pós-Graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL)	90	15

Laboratório de Automação, Instrumentação e Controle (LACEA)	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL)	89	10
Laboratório de Materiais (LAMAT)	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	144	15
Laboratório de Soldagem (LASOL)	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	39	6
Laboratório de Compósitos e Adesivos (LADES)	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	39	6
Laboratório de Sistemas e Estruturas Inteligentes (LASEI)	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	39	6
Laboratório de Instrumentação e Ultra-Som (LINUS)	Programa de Pós-Graduação em Eng. Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL)	39	6
Laboratório de Pesquisa em Usinagem (LABUS)	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	39	6
Laboratório de Computação Avançada (LACAV)	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	20	10
Núcleo de Estudos em Logística, Operações e Serviços (ELOS)	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP)	49	10
Laboratório de Tecnologia de Frutas e Hortaliças	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP)	49	25
Núcleo de Empreendedorismo e Tecnologias Sociais (NETS)	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP)	25	05

Fonte: DIPPG, 2019.

CAMPUS Angra dos Reis

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m²)	Capacidade do Laboratório (alunos)
Laboratório de Eficiência Energética, Renováveis e Alternativas (E-10)	Engenharia Elétrica	51,7	15
Laboratório de Eletricidade, Circuitos e Eletrotécnica (E-10)	Técnico Mecânica Engenharia Elétrica	51,7	15

Laboratório de Máquinas e Acionamentos	Engenharia Elétrica	51,7	15
Laboratório de Física (E-8)	Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	51,7	20
Laboratório de Informática (D-10)	Técnico Mecânica Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	54	30
Laboratório de Ensaios Mecânicos	Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	20	20
Laboratório de Hidráulica e Pneumática (E-11)	Técnico Mecânica Engenharia Mecânica	51,7	20
Laboratório de Máquinas de Fluxo	Engenharia Mecânica	51,7	15
Laboratório de Máquinas Térmicas	Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	51,7	15
Laboratório de Metrologia (E-9)	Técnico Mecânica Engenharia Mecânica	51,7	20
Laboratório de Química (D-5)	Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	54	15
Laboratório de Processos de Fabricação - Soldagem e Fundição (C-2)	Técnico Mecânica Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	54	15
Laboratório de Processos de Fabricação (Usinagem e conformação) (B)	Técnico Mecânica Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	100	25
Laboratório de Corrosão	Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	54	15
Laboratório de Tecnologia Mineral e Ambiental	Engenharia Metalúrgica Engenharia Mecânica	54	15
Laboratório de Tratamentos Térmicos e Metalografia	Técnico Mecânica Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	54	15

Fonte: Campus Angra dos Reis, 2019.

CAMPUS Itaguaí

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m²)	Capacidade do Laboratório (alunos)
Desenho Multifuncional	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Técnico em Mecânica Técnico em Portos	57,18	20
Eletroeletrônica I	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção	57,18	10

	Técnico em Mecânica Técnico em Portos		
Eletroeletrônica II	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	57,18	10
Física	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica	40,06	10
Usinagem II	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica	40,06	10
Ensaio	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	40,06	10
Manutenção Mecânica	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	40,06	10
Info I	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	57,18	20
Info II	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	40,06	18
Metrologia	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	40,06	10
Automação, PN, EPN, H, EH, CLP e Robótica DE	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	40,06	10
Simulação	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	40,06	13
Laboratório de Arte Musical	Técnico em Mecânica	30	05
Microscopia	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica	20,03	05
Operações Portuárias	Técnico em Portos Engenharia de Produção	57,18	20

Projetos	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	50,18	20
Química	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica	90,24	20
Segurança	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	57,18	10
Soldagem	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica	57,18	10
Termociências	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	40,06	10
Tratamento Térmico	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	40,06	10
Usinagem I	Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Técnico em Mecânica Técnico em Portos	57,18	10

Fonte: Campus Itaguaí, 2019.

CAMPUS Maria da Graça

Laboratório	Correlação Pedagógica Total (m ²)	Área Laboratório (alunos)	Capacidade do
3 Laboratórios de Software	Técnico em Automação Industrial	78	40
Laboratório de Hidráulica e Pneumática		78	20
Laboratório de Redes Industriais		78	20
Laboratório de Eletroeletrônica		78	20
Laboratório de Micro Controladores e CLP		78	20
CPD		78	20
Laboratório de Hidráulica e Pneumática.		85	30
Laboratório de Metrologia.		32	20

Laboratório de Desenho Técnico.	Técnico em Manutenção Automotiva	60	24
Laboratório de Injeção Eletrônica		40	25
Laboratório de Eletroeletrônica		71	20
Laboratório de Sistema de Suspensão e Direção		60	25
Laboratório de Sistemas de Transmissão		35	25
Laboratório de Motores de Combustão Interna		35	25
Laboratório de Tratamento de Superfície		225	30
Laboratório de Projetos Automobilísticos		134	30
Laboratório de Informática		65	25
Laboratório de Desenho Assistido por Computador		52	22
Laboratório de Incêndio e EPI.	Técnico em Segurança do Trabalho	40	40
Laboratório de Segurança do Trabalho		40	40
Laboratório de Energias Renováveis I	Técnico em Sistemas de Energias Renováveis	30	30
Laboratório de Energias Renováveis II		30	30
Telhado – Escola	.Técnico em Sistemas de Energias Renováveis . Técnico em Segurança do Trabalho	30	30

Fonte: Campus Maria da Graça, 2019.

CAMPUS Nova Friburgo

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m²)	Capacidade do Laboratório (alunos)
Laboratório de Controle e Automação	Engenharia Elétrica	36	15
Laboratório de Eletrônica		30	15
Laboratório de Informática 1	Sistemas de Informação Técnico em Informática	51	28
Laboratório de Informática 2		42	22

	Ensino Médio Integrado		
Laboratório de Informática 3		40	20
Laboratório de Informática 4	Sistemas de Informação Técnico em Informática Ensino Médio Integrado Engenharia Elétrica	42,57	09
Laboratório de Informática 5	Sistemas de Informação Técnico em Informática	58	40
Laboratório de Física 1	Licenciatura em Física Engenharia Elétrica	36	12
Laboratório de Física 2		30	04
Laboratório de Física 3		36	11
Laboratório de Física 4 – Laboratório Educacional	Licenciatura em Física	52	25
Turismo	Turismo	36	20

Fonte: Campus Nova Friburgo, 2019.

CAMPUS Nova Iguaçu

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total	Capacidade do Laboratório
		(m ²)	
2 Laboratórios de Idiomas	Ensino Médio Técnico em Informática Técnico de Automação Industrial Técnico de Telecomunicações Técnico em Enfermagem	28	50 alunos
Controle	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Engenharia de Produção Especialização em Mecatrônica	90,15	20 alunos
Sistemas Dinâmicos	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Engenharia de Produção Especialização em Mecatrônica	90,15	30 alunos
Metalografia e Tratamentos Térmicos	Engenharia Mecânica Engenharia de Controle e Automação.	77,43	20 alunos
Ensaio de Materiais I	Engenharia Mecânica Engenharia de Controle e Automação	57,46	20 alunos
Ensaio de Materiais II	Engenharia Mecânica Engenharia de Controle e Automação	57,46	20 alunos
Usinagem	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Engenharia de Produção	164,80	20 alunos
Cae / Cad / Cam	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Engenharia de Produção	63,82	40 alunos

	Especialização em Mecatrônica		
Soldagem	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Engenharia de Produção	81,62	20 alunos
Metrologia	Técnico de Automação Industrial Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Engenharia de Produção Especialização em Mecatrônica	63,82	30 alunos
Automação Industrial	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Técnico em Automação Industrial Especialização em Mecatrônica	63,82	30 alunos
Redes	Técnico em Informática Técnico em Telecomunicações Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Especialização em Mecatrônica	81,62	30 alunos
Fenômenos de Transporte	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Engenharia de Produção Especialização em Mecatrônica	40,81	20 alunos
Hidráulica e Pneumática	Técnico de Automação Industrial Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Especialização em Mecatrônica	40,81	20 alunos
Processamento de Sinais	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Técnico em Informática Técnico em Telecomunicações Especialização em Mecatrônica	49	18 alunos
Robótica	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Especialização em Mecatrônica	81,61	20 alunos
Hardware – Sala C307	Técnico em Informática Graduação – alunos PIBIC Informática – Monitoria, PIBIT, desenvolvimento de Projetos e estágio Graduação e Técnicos – alunos desenvolvendo projetos	56	15 alunos
Software I – Sala C201	Técnico em Informática Técnico de Automação Industrial Técnico de Mecânica Ensino Médio Graduações – monitoria e disciplinas Especialização em Mecatrônica	56	40 alunos

Software II – Sala C301	Técnico em Informática Técnico de Automação Industrial Técnico de Mecânica Ensino Médio Técnicos e Graduações – Monitoria e disciplinas Especialização em Mecatrônica	56	40 alunos
Software III – Sala C303	Técnico em Informática Técnico de Automação Industrial Técnico em Mecânica Ensino Médio Técnicos e Graduações – Monitoria e disciplinas Especialização em Mecatrônica	56	40 alunos
Software – Sala C311	Graduações	77,02	20 alunos
Engenharia de Produção (Elos)	Engenharia de Produção	49	10 alunos
Engenharia de Produção (NETS)	Engenharia de Produção Graduação – alunos PIBIC/Extensão	25	05 alunos
Física Experimental I	Ensino Médio Graduações	57,46	20 alunos
Física Experimental II	Ensino Médio Graduações	57,46	20 alunos
Matemática	Ensino Médio Técnico em Informática Técnico de Automação Industrial Técnico de Telecomunicações Técnico em Enfermagem	49	35 alunos
Pesquisa em Ensino de Ciências (LaPEC)	Ensino Médio Técnico em Informática Técnico de Automação Industrial Técnico de Telecomunicações Técnico em Enfermagem	25	10 alunos
Enfermagem	Técnico em Enfermagem	98	50 alunos
Química / Biologia	Ensino Médio Técnico em Informática Técnico de Automação Industrial Técnico de Telecomunicações Técnico em Enfermagem	98	40 alunos
Elétrica I	Técnico de Automação Industrial Eng. de Cont. e Automação	64,98	20 alunos
Elétrica II	Técnico de Automação Industrial Eng. de Cont. e Automação	64,98	20 alunos
Telecomunicações	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica	64,98	18 alunos

	Técnico em Telecomunicações		
Transmissão de Dados	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Técnico em Telecomunicações	64,98	15 alunos
Eletrônica	Eng. de Cont. e Automação Engenharia Mecânica Técnico em Telecomunicações Técnico de Automação Industrial	64,98	18 alunos

Fonte: Campus Nova Iguaçu, 2019.

CAMPUS Petrópolis

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m²)	Capacidade do Laboratório (alunos)
Laboratório de Mecânica	Médio Integrado ao Curso de Telecomunicação Licenciatura em Física Engenharia da Computação	40	25
Laboratório de Eletromagnetismo		40	20
Laboratório de Física Térmica e Química		45	25
Laboratório de Óptica e Física Moderna		45	25
Laboratório de Redes		52	20
Laboratório de Arquitetura de Comp. E Software		56	40
Laboratório de Programação	Médio Integrado ao Curso de Telecomunicações Engenharia da Computação Bacharelado em Turismo	52	30
Laboratório de Telecomunicações (sala 126)		39	25
Laboratório de Telecomunicações (sala 211)		39	20
Laboratório de Eletrônica		35	20
Laboratório de Pesquisa em Física Aplicada (sala 111)	Licenciatura em Física Pós-Graduação Lato sensu em Matemática Computacional	40	20

Laboratório de Pesquisa em Física Aplicada (Anexo)	Licenciatura em Física	10	05
Laboratório de Ensino de Física	Licenciatura em Física	45	20
Laboratório de Turismo	Bacharelado em Turismo	40	25
Laboratório de Alimentos e Bebidas	Bacharelado em Turismo	44	20
Laboratório de Eventos	Bacharelado em Turismo	45	20
Laboratório de Línguas	Bacharelado em Turismo Licenciatura em Física Engenharia da Computação Médio Integrado ao Curso de Telecomunicações	42	20
Laboratório de Informática	Bacharelado em Turismo Licenciatura em Física Engenharia da Computação Médio Integrado ao Curso de Telecomunicações	60	32

Fonte: Campus Petrópolis, 2019.

CAMPUS Valença

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total	Capacidade do Laboratório
		(m ²)	(alunos)
Laboratório de Produtos de Origem Vegetal	Técnico em Alimentos Bacharelado em Engenharia de Alimentos.	49	25
Laboratório de Microbiologia de Alimentos		49	20
Laboratório de Análise Sensorial E Desenvolvimento de Produtos		49	25
Laboratório de Produtos de Origem Animal		42,5	20
Laboratório de Tecnologia de Bebidas	Técnico em Alimentos	41,15	20
Laboratório de Química	Técnico em Química Bacharelado em Engenharia de Alimentos.	32	25
Laboratório de Físico-Química		49	25

Laboratório de Informática	Técnico em Alimentos e em Química Bacharelado em Engenharia de Alimentos e Administração	55,2	36
Laboratório de Física e Engenharias	Técnico em Alimentos Técnico em Química Bacharelado em Engenharia de Alimentos	44,85	30

Fonte: Campus Valença, 2019.